

MARCELO ANTONIO CHAVES

**DA PERIFERIA AO CENTRO DA(O) CAPITAL: PERFIL DOS
TRABALHADORES DO PRIMEIRO COMPLEXO CIMENTEIRO DO BRASIL.
SÃO PAULO, 1925 – 1945.**

Dissertação de **Mestrado** apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. **Michael McDonald Hall**.

BANCA

Prof. Dr. Michael McDonald Hall (orientador)

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (membro)

Profa. Dra. Ângela Maria Carneiro de Araújo (membro)

FEVEREIRO/2005

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Chaves, Marcelo Antonio.

C398d

Da periferia ao centro da(o) capital : perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil, São Paulo, 1925-1945 / Marcelo Antonio Chaves. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Michael McDonald Hall.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cimento – Indústria – Acidentes. 2. Trabalhadores da indústria de cimento – Perus (São Paulo, SP).
3. Acidentes do trabalho – Legislação. 4. Sindicatos.
I.Hall, Michael M. (Michael McDonald), 1941-
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Palavras-chave em ingles (Keywords): Cement industries – Accidents.
Cement industry workers – Perus (São Paulo, SP).
Industrial accidents – Law and legislation.
Labor unions

Área de concentração: História social do trabalho.

Titulação: Mestre em história social do trabalho.

Banca examinadora: Michael McDonald Hall, Ângela Maria Carneiro de Araújo, Fernando Teixeira da Silva.

Data da defesa: 25/02/2005.

Dedicatória

Aos meus pais,
Lourdes e Romeu,
começo de tudo.

E à minha companheira
de todos os minutos,
Maria Nizete,
porque tudo continuou.

Resumo

A primeira grande fábrica de cimento do país, inaugurada em 1926, no bairro de Perus, em São Paulo, determina o recorte temático desta dissertação. As circunstâncias de sua instalação, a articulação com outros empreendimentos – indústria de cal e transporte ferroviário -, a produção de uma mercadoria fundamental para a expansão urbana – o cimento - e o singular processo de produção/trabalho da fábrica, introduzem a escrita. Entretanto, o enfoque privilegiado e articulador deste trabalho é a reflexão sobre os diversos aspectos da vida dos trabalhadores da fábrica e das pedreiras, onde o momento da produção e da reprodução da força de trabalho se confundem. Meu trabalho é fundamentado, principalmente, em fontes documentais primárias, destacando-se a exposição, cruzamento e análise de dados extraídos de 1500 fichas de trabalhadores. Assim, procuro identificar as condições de vida e de trabalho das primeiras gerações de trabalhadores da fábrica de cimento, entre os anos de 1925 e 1947: migração e imigração, nacionais e estrangeiros, negros e brancos, grau de instrução, salários, estabilidade no emprego, acidentes de trabalho, entre outros. Além de expor inúmeros dados empíricos que revelam mais detalhes daquele rico período da história do Brasil, nesta pesquisa, tem destaque também a conflituosa e ambígua trajetória de criação do primeiro sindicato dos trabalhadores, em 1933, buscando, através dela, problematizar e ilustrar a não menos ambígua e complexa história dos primeiros momentos de instalação do sindicalismo oficial no Brasil.

Abstract

The first great cement factory of Brazil, inaugurated in 1926 in the neighbourhood of *Perus*, in São Paulo, determines the thematic focus of this dissertation. The circumstances of its construction, its articulation with other enterprises – limestone industry and railroad transport -, the production of a basic element for the urban expansion - cement - and the singular production/work process of the factory open the writing. However, the main focus of this work is a reflection on the diverse aspects of the life of workers from the factory and from the quarries, where the moments of production and of reproduction of the work force blend in with one another. My work is based mainly in primary documentary sources, emphasizing the exposition, comparing and analysis of data extracted from 1500 worker's profile records. Thus, I try to identify the life and work conditions of the first generations of workers from the cement factory between the years of 1925 and 1947: migration and immigration; natives and foreigners; black and white; degree of instruction; wages; stability in the job; industrial accidents, among others. Besides displaying innumerable empirical data which disclose more details about that rich period of Brazil's history, this research also highlights the conflicting and ambiguous trajectory of the creation of the first workers trade union, in 1933, attempting through that to discuss and illustrate the not less ambiguous and complex history of the first moments of the institution of the official unionism in Brazil.

Agradecimentos

Muitos corações, mentes e mãos dão o caráter coletivo a essa solitária atividade da escrita. O reconhecimento dessa coletividade anônima não se trata de mera formalidade laudatória. De fato, de uma maneira genérica, é preciso reconhecer que a sociedade dispense muitos esforços para garantir que certos indivíduos possam se dedicar a tarefas como essas que se inserem no plano do pensamento e da reflexão. Tragicamente, uma sociedade em que a esmagadora maioria da população ainda luta para conquistar os mais básicos recursos para produzir a sua existência.

Ao fim desta escrita me vem à mente uma série de professores e professoras, a quem genericamente presto reverência, e uma procissão de colegas e amigos que em maior e menor grau interferiram no meu trabalho. Optei por deixar anônimos todos aqueles amigos, amigas e colaboradores que direta e indiretamente são responsáveis por este resultado escrito. A dificuldade em graduar níveis diferenciados de colaboração e o receio de ser traído pela memória, me faz optar pelo agradecimento generalizador, porém sincero e profundo.

Agradeço aos meus amigos mais próximos, os de perto e os de longe, aos colegas da Universidade, aos funcionários das entidades nas quais pesquisei, aos companheiros e companheiras do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cimento Cal e Gesso, à toda comunidade de Perus, razão maior pela inspiração deste trabalho.

Esta dissertação é fruto de um trabalho de três anos e foi elaborada nas adversas condições de um estudante atípico, que contou com o subsídio do governo federal através do seu programa de bolsas destinado a auxiliar as pesquisas científicas no país – o CNPq.

O meu muito obrigado ao professor Michael Hall, orientador maior desta dissertação, que me dedicou muita confiança ao longo de tantos anos.

Apresentação

Esta dissertação está composta por quatro capítulos que, na verdade, são recortes diferenciados de um mesmo assunto: a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus.

O capítulo 1 contém a localização histórico-espacial do bairro de Perus/ÁguaFria, salientando a sua formação econômica como um pólo paulistano produtor de minerais calcários de grande importância para o crescimento urbano da cidade. Apresento também, de forma panorâmica, a idéia de que o então recém inventado produto – o cimento – vai sendo introduzido no país no momento em que São Paulo vai se constituindo na mais importante metrópole brasileira, do ponto de vista cultural, político e econômico.

No segundo capítulo procedi a uma caracterização descritiva do processo produtivo do cimento, que engloba atividades de extração mineral e fabricação de cimento em larga escala.

O capítulo III descreve com certo nível de detalhamento o perfil das primeiras gerações de trabalhadores da fábrica e das pedreiras nos seus dois primeiros decênios de existência.

O quarto e último capítulo trata da primeira organização sindical dos trabalhadores da Companhia em Perus, onde tento traçar um perfil político-ideológico dessa organização.

Os pressupostos teórico-metodológicos que orientam este trabalho estão expressos no texto, de forma mais ou menos explícita. Portanto, prefiro evitar comentários que só alongarão ainda mais a escrita. Apenas adianto que se trata de um “estudo de caso” no qual procuro empreender a interpenetração das *singularidades* com as *regularidades*. Ou seja, ao proceder o recorte temático, procuro não perder de vista o panorama mais geral da conjuntura.

I n d i c e

Capítulo I

O Contexto histórico da implantação da fábrica.....	10
Uma história a partir da periferia	11
A produção do espaço de Perus.....	13
<u>Perus parece uma mancha verde desprovida de progressos</u>	13
<u>Perus: invisível, mas integrada ao (à) capital</u>	17
<u>São Paulo: mercado em expansão</u>	18
Uma nova mercadoria muda a face de São Paulo: a “pedra artificial”	20
<u>O cimento no mundo</u>	20
<u>O cimento no Brasil.....</u>	21
<u>Artigo estratégico e de luxo.....</u>	24
Alguns antecedentes da produção cimenteira no Brasil	28
Indústria da cal como “pré-história” da produção cimenteira no Brasil.....	31
<u>A indústria da cal: em busca de uma estimativa.....</u>	31
<u>A primeira ferrovia industrial</u>	36
<u>As “íntimas” relações entre o público e o privado</u>	42
Alguns elementos do contexto da chegada da fábrica.....	47
<u>Indústrias de base: a “revolução” começa antes de 1930.....</u>	49
As transformações na economia.....	49
<u>O incentivo à produção de cimento</u>	52
<u>Ambiente natural favorável</u>	56
<u>O mercado do cimento.....</u>	58
<u>Infra-estrutura montada</u>	59
<u>A força de trabalho: Mecanismo de formação do <i>Exército Industrial de Reserva</i>.....</u>	60

Capítulo II

Introdução	65
Um complexo de atividades	65
<u>O trabalho nas pedreiras</u>	67
<u>O transporte</u>	73
O processo de trabalho na fabricação de cimento: primeira aproximação	74
Segunda aproximação: homens e máquinas na fabricação de cimento.....	77
<u>Processos físicos de transformação</u>	77

<u>Transformação físico-química</u>	80
<u>As atividades colaterais</u>	84
<u>Manutenção elétrica</u>	85
<u>Manutenção mecânica</u>	87
<u>A carpintaria</u>	89
<u>O laboratório</u>	90

Capítulo III

Introdução

Considerações preliminares	96
O tamanho da fábrica	100
Cimento Perus: no masculino	102
Dados sobre faixa etária: força de trabalho jovem	103
Estado civil	104
Nacionais e estrangeiros na Cimento Perus	107
Quem são esses estrangeiros	111
<u>Uma fábrica “portuguesa”, com certeza</u>	114
A força de trabalho nacional	117
<u>O impacto da “Lei dos dois terços” na fábrica</u>	120
<u>Qual a origem dessa força de trabalho nacional</u>	121
Negros e Brancos em Perus	125
<u>Brancos, negros e mulatos: avaliação geral</u>	128
<u>De onde vieram esses negros</u>	131
Grau de instrução	131
<u>Grau de instrução entre estrangeiros e nacionais</u>	135
Acerca do grau de qualificação dos trabalhadores da CBCPP	140
Qual o tempo médio de permanência dos operários na fábrica?	147
Salário como ponto de discórdia entre capital e trabalho	153
<u>A proeminência do salário</u>	154
<u>Jornada e valor dos salários</u>	155
<u>Dados sobre a situação salarial na fábrica</u>	157
<u>Defasagem salarial</u>	166
<u>A negociação individual dos salários</u>	168
<u>Faixas salariais e grupos de trabalhadores</u>	177
Acidentes de trabalho	181
<u>Introdução</u>	181
<u>Breves comentários sobre a legislação em vigor</u>	182
<u>O que as fichas nos revelam</u>	185
<u>Acidentes e tempo de serviço</u>	190

<u>Tipos de acidentes e regiões atingidas</u>	191
<u>A poluição no ambiente do entorno da fábrica</u>	197

Capítulo IV

Introdução.....	200
A vida fora da fábrica	201
Surge o sindicato	210
Os sindicatos ajudam a criar a “Constituinte Classista”, e vice-versa	212
Por detrás da marca do carimbo há sinais de organização	216
Ambigüidades do Sindicalismo oficial	217
A direção do sindicato de Perus/Água Fria até 1936	221
<u>Continuidade e a ruptura de Realino Costa Pinto</u>	225
O sindicato e as empresas	228
<u>A greve na Beneducci</u>	231
<u>O sindicato e a CBCPP</u>	234
A relação do sindicato com os trabalhadores	238
<u>O caso Gregório</u>	240
O sindicato e o Estado	243
Vinculações com o "mundo exterior"	247
Perfil ideológico do sindicato: uma primeira aproximação	250
<u>Qual socialismo esquerdista no Sindicato?</u>	260
Conclusão	266

Créditos das fotos

As fotografias são cópias digitalizadas de imagens originais, cujos autores, na sua grande maioria, são desconhecidos.

As imagens n° 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 16 e 22 fazem parte do acervo particular de *Nelson Camargo*.

A imagem n° 4 foi enviada ao autor pela Professora *Laura Maciel*, da UFF.

As imagens n° 7, 11 e 16 pertencem ao acervo particular de *Nilson Rodrigues*, um dos autores do *site* da Estrada de Ferro Perus-Pirapora.

As imagens n° 12, 14, 15 e 20 fazem parte do acervo particular de *Mário Bortotto*, morador do bairro de Perus.

As Imagens n°: 17, 18 foram tiradas por mim, com permissão do Nelson Camargo, a 19 foi retirada da Revista do IPT de 1935 e a 21 copiada da Revista do Trabalho de 1932.

Não obstante as diversas origens, todas as fotografias apresentadas nesta dissertação foram cedidas ao autor por Nelson Aparecido Bueno de Camargo, morador de Perus e dos mais importantes personagens na luta pela preservação da memória do bairro.

Capítulo I



Vista panorâmica de Perus em meados da década de 1930 (1)

O Contexto histórico da implantação da fábrica

Uma história a partir da periferia

O bairro de Perus forma-se subordinado à dinâmica produzida pelo capital, a partir da chegada da fábrica de cimento em 1926. As evidências não permitem contrariar essa constatação que parece ser bastante óbvia. Perus, até então, é, de fato, um povoado relegado a uma extremidade (noroeste) pouco importante da cidade de São Paulo.

A história da cidade de São Paulo se faz (e assim é escrita) do centro para a periferia. Muitas vezes, temos a impressão de que a São Paulo do primeiro quartel do século 20 resumia-se ao núcleo em torno do Brás, Mooca, Bexiga, Lapa, Barra Funda e os eixos industriais e, então, vai se construindo aos poucos, em direção à periferia, à medida que a sua população vai se expandindo, também nesse sentido. Assim, a “periferia” vai se “agregando”, tendo existência real.

Essa dinâmica pode, no entanto, viciar o nosso olhar, a tal ponto de ocultar os movimentos de contra-fluxo, ou os movimentos destoantes. Por isso, muitas vezes necessitamos nos re-alocar para enxergar as grandezas do aparentemente pequeno e perceber as relações nas coisas que estão aparentemente isoladas.

José de Souza Martins¹ vê nesse fenômeno, a perspectiva elitista do centro que “domina a concepção do que foi o subúrbio no passado. Mesmo quando se estuda a história da classe operária, que sempre viveu nos bairros e no subúrbio, prevalece essa orientação fora de contexto”. Segundo esse autor, essa concepção vem da “tradição colonial e absolutista”.

Se os historiadores “economicistas” precisam enxergar para além do fluxo das coisas (mercadorias), por outro lado, os historiadores sociais precisam enxergar as “gentes” (e suas relações sociais) que se escondem nas coisas e seus fluxos. Os

¹ MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*. São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha. Hucitec, Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

fenômenos que, aparentemente, não têm grande poder de interferência nos destinos dos “grandes acontecimentos”, ou mesmo, aquele lugar desprovido de grandes aglomerados populacionais, sempre correm o risco de ficar de fora dos focos das análises dos estudiosos. O relativamente pequeno, ou o projeto não “vitorioso”, não merece atenção, senão de forma marginal.

Mas, temos que ficar atentos às ilusões: fenômenos econômicos de pouca magnitude, que envolvem mercadorias de pouco valor; ou mesmo, um lugar com pequena expressividade em aglomerados populacionais, podem ocultar acontecimentos importantes, repletos de poder de determinações históricas. Neste sentido, Martins chega a dizer que, “o subúrbio é, certamente, um posto privilegiado para observação e estudo das transformações da cidade e da formação das classes sociais”².

Tudo isso, talvez explique o fato de Perus, um lugar despovoado e de fraca economia, ter passado ao largo das citações em quase toda literatura escrita sobre a cidade de São Paulo, mesmo trazendo em seu rastro histórico, alguns exemplos de pioneirismo e outros tantos marcantes na história paulista. Trabalhos de fôlego são realizações muito recentes e, é claro, são ainda incipientes para dar conta do tamanho da história a ser contada sobre aquele espaço. Não se trata de cair em erro oposto e “jogar luz” sobre o nosso objeto de estudo, tentando convencer os leitores da sua “importância vital”. Muitas vezes, o silêncio não ocorre por equívocos metodológicos, mas porque a história é mesmo muito vasta para se dar conta de tantas variáveis. Entretanto, não deixa de ser surpreendente o esquecimento de Perus, quando se fala das vilas operárias paulistas; ou mesmo, em outra perspectiva, quando não se percebe a revolução urbanística causada pela introdução de uma nova técnica de construção, a partir do uso de um novo aglomerante como o cimento.

Este trabalho certamente não irá reparar este “silêncio” da historiografia, senão de forma panorâmica e fragmentada, pois as lacunas são infinitas. Entretanto, no percurso do desenvolvimento do núcleo de minha narrativa, algumas passagens

² Idem, *ibidem*, p.09

demonstrarão que, a despeito da pouca importância, há muito que se falar acerca da inserção da região de Perus no contexto da economia paulista.

A produção do espaço de Perus

Perus parece uma mancha verde desprovida de progressos

No ano de 1926, a região de Perus já era um importante mas “invisível” povoado³ da já vistosa cidade de São Paulo. Olhada de cima, o “núcleo urbano” de Perus parecia uma mancha disforme a quebrar a monotonia do verde, que então predominava e dotava a região com o tom do “atraso” típico de um lugarejo que ainda não assumia o tom cinzento da “civilização”. À época, as matas virgens eram as primeiras “vítimas” do “progresso”, da voracidade e velocidade com que se expandia o capital em São Paulo. Olhando-se mais de perto, constata-se que aquele verde que predominava ao redor de Perus não tinha o tom do “progresso conservador” típico do verde dos pés de café. Perus e seus arredores situavam-se próximos, mas não fizeram parte dessa rota de expansão vertiginosa e arrebatadora do café⁴.

Mas, se atentarmos bem, dessa perspectiva do alto, nesse ano de 1926, poderemos distinguir tonalidades de verdes que nada têm de originais. Afinal, os *pinus* não podem ser confundidos com simples árvores que se interpõem à “marcha do progresso”, posto que, são eles importantes reserva de capital industrial. Em toda a região a nordeste de Perus, eucaliptos e pinheiros estão a impor o território da fábrica de papel Melhoramentos que, desde a década de 1890, utiliza aquelas áreas para prover as suas reservas de matéria-prima, impondo, assim, um limite para qualquer tipo de expansão urbana de Perus para aqueles lados.

O núcleo urbano da capital paulista está lá a sudeste de Perus e se expande vorazmente em movimento centrífugo, devorando rapidamente áreas e criando espaços urbanos apinhados de gente. Mas Perus ainda está longe de ser alcançada, pois dista de

³ Perus pertencia à Freguesia do Ó, passando à condição de Distrito de Paz em 1934.

⁴ A rota do café passou muito próximo da região de Perus. A cidade de Parnaíba, município vizinho de Perus, chegou a fazer parte da região de plantio no final do século XIX. Jundiá foi um importante pólo de desenvolvimento cafeeiro do Estado, conforme Sérgio MILLIET, *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da História Econômica e Social do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1982.

longos 26 quilômetros do centro. É certo que, desde 1867, por ali rasgam os trilhos da imponente São Paulo Railway, que faz de Perus um dos pontos de acesso que liga o prodigioso oeste paulista ao mundo, via porto de Santos. E as ferrovias quando implantadas, sabe-se, constituíam-se em pontos de convergência de produtos e pessoas das áreas circunvizinhas:

Isto conferia ao local das estações a oportunidade de assumir uma modesta função regional. Pequenos, às vezes, quase insignificantes, povoados surgiam em torno da estação, com vendas e botequins destinados a servir aos caipiras dos arredores, que agora para aí convergiam em busca da estação⁵.

Além do incremento das atividades comerciais e residenciais, as vias férreas também atraíram para o seu leito atividades industriais de toda ordem:

A estrada de ferro, na realidade, não se limitou a orientar a suburbanização residencial, mas continuou a fazê-lo com relação à suburbanização industrial. Ambos os processos de ocupação suburbana dos arredores de São Paulo assumem grande importância no período de 1915/1940 (Langenbuch, 1971, p. 140)

“O viajante que parte de São Paulo rumo a Santos, pela ‘São Paulo Railway’, observa em ambos os lados da estrada de ferro aspectos da vida industrial já muito desenvolvida.

À direita e à esquerda sucedem-se grandes armazéns e depósitos, erguem-se muros de fábricas junto ao limite da via férrea, quando a perspectiva se amplia percebem-se ao longe os vultos das chaminés dos bairros industriais...” (Raul de Andrade, *in* Langenbuch, p. 142).

Entretanto, sabe-se que a estação de Perus, que inicialmente fora criada para servir de entreposto para abastecimento de água para as locomotivas⁶, não chegou a desenvolver uma expansão urbano-industrial, como acontecera com outras regiões do

⁵ LANGENBUCH, Juergen R. *Estruturação da Grande São Paulo*, Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971, p.104.

⁶ Conforme SIQUEIRA, Élcio. *Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)*, dissertação de mestrado, UNESP, Araraquara, 2001, p. 24.

entorno de São Paulo no mesmo período. Jungen Langenbuch constata uma desproporção, em termos de aglomeração industrial, em torno da ferrovia “Santos - Jundiaí”. Nota-se uma intensificação do parque industrial em direção a São Caetano e Santo André, enquanto que, na direção oposta, entre a Lapa e as imediações de Jundiaí, a ferrovia praticamente não atraiu indústrias. Esse autor assim procura explicar essa diferenciação:

Note-se que os dois trechos mencionados em primeiro lugar (linha Jundiaí e Tronco da Central) não apresentam o trinômio *ferrovia - áreas planas extensas - água fluvial...* que tanto contribuiu na industrialização do eixo São Caetano - Santo André. (...) Na realidade, a topografia movimentada do citado trecho da linha Jundiaí e Tronco da Central (sobretudo o primeiro) é bastante adversa à instalação de fábricas, mormente de estabelecimentos espaçosos. (Langenbuch, 1971, 183)

Langenbuch destaca também o aspecto funcional do tipo de empreendimento instalado no sentido oeste da São Paulo Railway:

Em Caieiras, por exemplo, um dos principais centros industriais suburbanos do começo do século, o parque fabril já existente, não apenas deixou de atrair novos estabelecimentos, mas praticamente o impediu, em vista de sua natureza. Com efeito, para abastecer a sua fábrica de papel em matéria-prima, a ‘Companhia Melhoramentos’ passara a adquirir todas as terras confinantes, para aí desenvolver a silvicultura, não havendo sequer espaço disponível para outras empresas aí implantarem suas fábricas. O contrário se verificou em São Miguel, onde se instalou a importante indústria ‘Nitro-Química’, cuja montagem teve início em 1935. (Langenbuch, 1971, p. 141)

Desta forma, grandes extensões territoriais achavam-se já economicamente ocupadas, e deixaram de ser oferecidas à expansão metropolitana de cunho urbano. No mesmo sentido funcionou o Hospital dos Alienados do Juqueri, que possui extensa gleba de terras. Este fato e as condições topográficas adversas não favoreceram igualmente a suburbanização residencial que (...) foi pouco intensa. Tal circunstância provavelmente também explique a pequena atração de indústrias pela área pois não houve aí a formação de expressiva reserva de mão-de-obra. (Langenbuch, 1971, p. 183)

Estes argumentos podem ser reforçados pelo fato de existirem, desde o início do século XX, na região de Perus - Água Fria⁷, inúmeras áreas de extração de pedras e de calcário, atividade que repelia a constituição de empreendimentos ao seu redor, não apenas pelo uso extensivo de terras, mas também pelo tipo de exploração que requer uso de potentes explosivos.

Eis o porquê da região objeto de nosso estudo, em 1926, situar-se na parte branca que simboliza os “vazios” urbanos nas representações cartográficas que delimitam as aglomerações humanas. Assim, àquela época, com suas poucas centenas de habitantes⁸, Perus parecia condenada a esperar longo tempo até a chegada do cinzento “progresso” e estaria confirmando a expressão de um morador e trabalhador da região, o Sr. Antonio Ceciliano Gonzaga⁹, que, mesmo em 1934, ainda se referia àquela região como um “sertão desprovido de mentalidades sociais”.



Aspecto do núcleo central do bairro de Perus, na década de 1930. Imagem flagra a “timidez” do desenvolvimento urbano, mesmo após a inauguração da fábrica de cimento. O “Pico do Jaraguá” pode ser visto ao fundo à esquerda da foto (2).

⁷ Água Fria era um povoado pertencente ao município de Santana do Parnaíba onde hoje é o município de Cajamar. Água Fria e Perus, apesar de pertencerem a municípios diferentes, faziam parte de um único território delimitado pela fábrica de cimento, que abrangia duas atividades ligadas por uma estrada de ferro: no entorno de Água Fria situavam-se as minas calcárias e em Perus situava-se a fábrica de cimento.

⁸ O Censo de 1920 apresenta a região de N. S. do Ó, Pirituba e Perus como tendo 5.534 habitantes; Parnayba-Água Fria apareciam com 5.798 habitantes. Perus é, então, a região menos populosa em relação a Pirituba e N. S. do Ó, enquanto que Água Fria não é senão um pequeno povoado pertencente a Parnayba. Daí deduzimos que Perus – Água Fria, em 1920, não tenha muito mais que um milhar de habitantes. Só para efeito de comparação, as populações da Mooça, Lapa e São Caetano/Santo André, no mesmo ano, são de 69.209; 22.001 e 12.036, (cf. Langenbuch, p. 170/171)

⁹ Antonio Ceciliano Gonzaga é um dos fundadores do sindicato de trabalhadores em pedreiras, em Água Fria, no ano de 1933. Esta citação aparece em documento enviado ao Ministro Agamenon Magalhães, em 06/09/1934, e encontra-se no acervo do Sindicato dos trabalhadores em Perus.

Perus: invisível, mas integrada ao (à) capital

Mas não era exatamente esse o quadro da região. Se a linha de ferro que vai para o centro de São Paulo não está a transportar grossos contingentes de trabalhadores, isso não pode apressar conclusões de um total desligamento desse lado da periferia com o coração palpitante da (o) capital.

Permanecendo com o nosso olhar a partir de cima, pode-se notar na região a oeste de Perus, no caminho da velha Parnayba, algumas clareiras expressivas, ligadas por tênues linhas sinuosas. Essas crateras poeirentas, que parecem feridas expostas na natureza, causadas pela ação depredadora do homem, são, na verdade, fontes de riquezas apropriadas e exploradas pelo capital. Ali se localizam as produtivas caieiras da região, que alimentam os fornos de calcários para a produção de cal. Essas pedreiras são ligadas por estrada de ferro construída com o fim de viabilizar o transporte de produtos e matérias-primas. Entre elas há pequenos núcleos com tímidos traços urbanos, como Água Fria e Gato Preto, que à época pertenciam ao município de Parnayba. Esse pequeno complexo liga-se ao principal tronco ferroviário que tem São Paulo como destino.

Tudo isso quer demonstrar que, além da possível produção de hortaliças para o crescente mercado paulistano e também para o autoconsumo dos moradores da região¹⁰; além do pequeno comércio instalado em torno da estação de trem, a região de Perus-Parnayba, em 1926, abrigava um complexo produtor de uma mercadoria muito importante no processo de expansão urbana de São Paulo: a cal. Ou seja, a região de Perus - Água Fria, já está nessa época, bastante integrada com toda a dinâmica de expansão da cidade de São Paulo. Uma integração que pode passar imperceptível, mas

¹⁰ A região de Perus compõe essa paisagem do “cinturão verde” que circunda o núcleo da capital e que é descrita assim por Caio Prado em *A cidade de São Paulo: geografia e história*. Brasiliense, S. Paulo, 1989. : “...os grandes centros urbanos...para seu abastecimento em certos gêneros, cercam-se de uma auréola de chácaras dedicadas a cultura de hortênsias: de legumes, batatas, flores, etc. Este é particularmente o caso de São Paulo”.

que se encontra amalgamada nas construções que brotam fartamente durante a expansão febril da capital paulista nas primeiras décadas do século XX¹¹.

Assim, o eixo Perus - Água Fria, em 1926, no aspecto funcional da relação com o centro da(o) capital de São Paulo, faz parte do chamado “cinturão caipira” de São Paulo, exerce atividades agrícolas e sua economia baseia-se nas atividades cognominadas de primárias, mas tendo a primazia a atividade industrial-extrativista e produtora de mercadorias.

“No cinturão caipira são as olarias e cerâmicas, as serrarias, as pedreiras e os portos de extração de areia, que abastecem o frenesi de construções que assolavam a cidade”¹².

São Paulo: mercado em expansão

Desde o início do século XX, São Paulo é a cidade brasileira que mais extensiva e intensivamente espelha o vulto da acumulação de capitais gerada pela economia cafeeira. Na verdade, o espaço urbano da cidade parece não conseguir dar conta da intensidade e velocidade de investimentos “modernizadores” naquele período. Os indícios disso não se apresentam apenas na forte concentração humana nas vilas e cortiços, mas também no fato de São Paulo, já naquele período, apresentar congestionamento do tráfego no centro e isso ser considerado problema de primeira ordem:

O trânsito estava afogado. A área central era um híbrido com bancos, cortiços, sedes de companhias, mercados, zonas de prostituição, comércio ‘chic’, espremidos em ruelas estreitas. Cinco projetos de reurbanização se degladiaram (sic!) entre 1910 e 1911: afirmavam com unanimidade que a questão principal era desafogar o trânsito da área central e facilitar a circulação. (Rolnik, 1981, p. 114).

¹¹ Em mapa da década de 1930 dessa região aparece a indicação de uma fábrica de pólvora, localizada próximo da fábrica de cimento. Os relatos de moradores antigos do bairro falam também de fábrica de caolim e de paralelepípedos, localizados no bairro.

¹² ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar: São Paulo, início da industrialização, geografia do poder*. Dissertação de mestrado, FAU/USP, 1981, p. 20.

O urbanismo no começo do século XX, durante a prefeitura de Antonio Prado (1899 - 1911), seguia uma lógica que assim foi descrita por Rolnik:

Embelezar a capital - Desafogar seu trânsito na área central - Limpar a área central de atividades e pessoas sujas - Desenhá-la como moderna e próspera cidade européia - e ganhar muito dinheiro com uma imensa operação de especulação imobiliária. (Idem, p. 115)

Data também de 1910 o conhecido *Plano das Grandes Avenidas* na capital paulista, que consistia em “alargamentos de ruas e construções de viadutos no centro, reurbanização do Anhangabaú e construção de um eixo monumental entre o Largo Municipal e o Largo do Palácio, compondo a esplanada da Sé, nova catedral proposta”¹³; são vários os projetos arquitetônicos desse período que vão remodelando a face da cidade: Parque do Anhangabaú, Viaduto do Chá, Teatro Municipal e tantas gigantescas obras de arte a céu aberto.

O progresso era saudado com entusiasmo e, mesmo o amontoado de concreto ganhava vida e aparecia revestido de palavras refinadas na linguagem jornalística:

Paulicéia (atingia) um grau de progresso e desenvolvimento que causa pasmo geral, erguendo-se por todos os cantos da cidade esses arrogantes arranha-céus, que, orgulhosos, apontam para o espaço infinito a pujança do trabalho paulista.¹⁴

Pois bem, toda essa parafernália monumental tem como materiais estruturantes o ferro, o cimento, a pedra, a areia e a cal. Todo esse equipamento urbanístico abre de forma espetacular o mercado para esses produtos.

Porém, há um detalhe a ser destacado: o cimento é, então, um produto novo, que representa uma nova tecnologia no processo de construção e que irá permitir a expansão de forma inaudita a construção civil no Brasil, como já acontecia no mundo.

¹³ ROLNICK, Raquel. *Op. cit.* p. 117.

¹⁴ *O Correio Paulistano* de 25/06/1926.

Por isso, antes de refletirmos sobre a introdução do fabrico de cimento no Brasil, vale a pena atentar para esse detalhe de tamanha importância.

Uma nova mercadoria muda a face de São Paulo: a “pedra artificial”

Foi durante um curto percurso entre Perus e o bairro do Butantã, quando eu passei parte do dia dentro de uma biblioteca pesquisando um pouco sobre a história do cimento. Ao final, com a cabeça cheia de “pensamentos” e “concretos”, no retorno, percorrendo pequeno trecho da Raposo Tavares e toda extensão do Rodoanel até Perus, fui enxergando aquilo que sempre estivera diante dos meus olhos: a radicalidade de uma cidade toda feita de concreto! Impressionante: as largas estradas por onde deslizavam os carros, os enormes túneis, muros enormes, pequenas e grandes construções invadindo todas as dimensões do espaço, sinuosas e enormes pontes e viadutos, canalizações subterrâneas e superficiais, leitos de rios e córregos, permeabilizações de encostas, monumentos artísticos, placas honoríficas, torres-reservatório, casebres de tijolo e cimento...enfim, fiquei a imaginar o quanto de concreto guardavam os solos, com suas “raízes” a sustentar toda aquela edificação cinzenta, tão cara ao conceito atual de “progresso”.

Ali me dei conta da profundidade das vulgares (e plenas de sentido) expressões como “selva de pedra” e “cidade de concreto”. Porém, o mais chocante de tudo é imaginar a velocidade em que todo esse arsenal urbano brotou das mãos dos operários, intermediadas por máquinas gigantescas. Pensar que a idade de tudo isso não ultrapassa a de uma vida, como, por exemplo, a de um indivíduo como Oscar Niemayer, hoje aos 97 anos.

O cimento no mundo

De fato, o cimento do tipo “Portland”, que é esse conhecido por nós, é um produto muito recente da “civilização”, apesar de que materiais aglomerantes para construção existem desde tempos remotos:

Supõe-se que o homem primitivo, da idade da pedra, já conhecia uma forma de material com propriedades aglomerantes. Ao acenderem fogueiras junto às pedras de calcário e gesso, parte das pedras descarbonava com a ação do fogo, formando um pó que, hidratado pelo sereno da noite, convertia-se novamente em pedra.¹⁵

São muitos os exemplos de construções antiqüíssimas e monumentais, feitas de pedra e aglomerantes, que se sustentam até os dias de hoje: as pirâmides egípcias, as muralhas chinesas, o acervo “pré-colombiano” na América, as ruínas romanas e tantas outras.

Porém, só em 1824 foi que “um Inglês de nome Jonh Aspadin patenteou um produto com proporções adequadas das matérias-primas e calcinadas a temperaturas em torno de 800°C e o batizou de ‘cimento portland’, devido a ser a sua cor cinzenta semelhante à pedra proveniente da ilha de Portland, ao sul da Inglaterra”¹⁶.

Já o “cimento armado”, como antes era chamado o concreto armado, este surge em 1854, na França, 30 anos depois da invenção do cimento. O concreto armado consiste na mistura de areia, pedra e cimento, revestindo estruturas flexíveis de aço. A aplicação generalizada do concreto armado inicia-se com Gustavo Adolpho Waiss e se expande a partir a Alemanha, através da empresa Waiss & Freytag, em 1875.

O cimento surge no contexto de expansão das cidades e estas se expandem a partir da generalização das aplicações do cimento. Ou seja, a produção de cimento aparece sempre intimamente associada ao crescimento urbano, principalmente ao incremento das obras públicas.

O cimento no Brasil

No Brasil, como não poderia deixar de ser, a introdução do cimento coincide com o processo de expansão das suas cidades mais importantes - do ponto de vista da economia - Rio de Janeiro e São Paulo, que, já na virada do século XIX para o século

¹⁵ Informação extraída do site da Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP, “*História do cimento*” (www.abcp.org.br), acessado em março de 2004.

¹⁶ Idem.

XX, apresentava altas taxas de crescimento, suportadas, principalmente, pela já consolidada economia cafeeira. Nesse período, o enriquecimento de uma pequena elite, associado aos sucessivos planos de remodelação dos principais centros urbanos,¹⁷ justificam o consumo de cimento importado da Europa, que chega próximo a 40 mil toneladas, no ano de 1904. A expressão absoluta desse número, ainda que incite a imaginação de alguns economistas¹⁸ para justificar a necessidade de implantação de uma fábrica de cimento no Brasil desde o início do século XX, na verdade demonstra o incipiente uso do produto no período, conforme podemos ver na tabela abaixo.

Consumo de cimento per capita

<i>PAÍS</i>	Consumo anual per capita (Kg)
Argentina	90
Chile	68
Venezuela	48
EUA	138
Colômbia	22
Suécia	155
Brasil	20

Fonte: Boletim da ABCP, n° 43, 1940. Dados de 1937.

Ou seja, mesmo em 1937, quando a produção de cimento no Brasil se aproxima da auto-suficiência nacional, o consumo per capita era bem inferior ao de vários países da América Latina.

¹⁷ Principalmente na gestão de Antonio Prado entre 1899 e 1911, em São Paulo e na gestão de Rodrigues Alves com seu plano de remodelação do Rio de Janeiro em 1904

¹⁸ O texto da *Consultec*, p. 1-4, traz a seguinte afirmação: “*O desenvolvimento do Brasil no fim do século passado já exigia a implantação da indústria de cimento*”. A *Consultec* – Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. – elaborou um minucioso e profundo estudo sobre o setor cimenteiro no Brasil, em 1966, intitulado *A indústria de cimento no Brasil: aspectos de seus custos e desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1967. Considero uma obra indispensável para quem pretende pesquisar sobre o setor cimenteiro no Brasil e que pode ser encontrado na sede da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABPC) em São Paulo. Doravante, este trabalho aparecerá citado simplesmente como *Consultec*.

Não obstante o consumo do cimento no Brasil demonstrar o crescimento constante e significativo, desde o início do século XX, a literatura sobre a aplicação do concreto no país indica que, até meados da década de 1920, o uso do concreto era ainda relativamente restrito. Segundo Vasconcelos¹⁹,

A mais antiga notícia que foi possível encontrar de alguma aplicação...data de 1904, documentada no curso do Prof. Antonio de Paula Freitas (p. 13).

No que se refere a pontes, a primeira obra em São Paulo, devidamente documentada é descrita na Revista Polytechnica nº 31/32 de 1910” (p. 14).

Na História das Ciências no Brasil, Milton Vargas cita o primeiro edifício de concreto armado construído em São Paulo, à Rua Direita nº 7,... em 1913 (p.15)

A expansão da utilização do concreto no Brasil coincide com a vinda da construtora alemã Waiss & Freytag, que se instalou no Rio de Janeiro em 1924, com o nome de Companhia Construtora Nacional S/A. Essa Companhia “foi responsável pela importação e formação de mão-de-obra brasileira especializada (mestres-de-obra e engenheiros) para construção em concreto armado”²⁰.

Já os blocos de concreto pré-moldados, só bem mais tarde terão o seu uso alastrado no Brasil. Em 1939, a utilização desses blocos é muito restrita por aqui:

Apesar dessa possibilidade, o fabrico e o uso dos blocos de concreto pré-moldados não vêm tendo, entre nós, o desenvolvimento que merece a bem da economia, da segurança e do conforto das habitações. O reduzido mercado nacional ora existente não tem permitido o aperfeiçoamento das instalações de incipientes tentativas de fabricação. (*Boletim da ABCP*, nº 33, de 1939).

¹⁹ VASCONCELOS, Carlos Augusto, *O concreto no Brasil: recordes, realizações, história*. São Paulo, Editora Copiare, 1985.

²⁰ Cf. *Parecer Técnico de Tombamento da Área de CBCPP*. São Paulo, Agosto de 1992. Prefeitura Municipal de São Paulo.

Segundo Maria Lúcia Gitahy²¹, a pesquisa tecnológica ligada ao setor de construção civil começa apenas em 1926.

Artigo estratégico e de luxo

*Pensamos que a história de São Paulo pode partir da metáfora das três cidades, que são uma só: a cidade de barro, a de tijolo e a de concreto.*²²

Esse pequeno histórico demonstra a novidade que significa o cimento e seus produtos entre nós. O concreto armado, de fato, uma espécie de “pedra artificial”, surge como mercadoria no bojo da chamada “Revolução Industrial”, cuja aplicação vem a substituir a pedra natural, que agora não precisa ser transportada e erguida, mas pode ser produzida no local; substitui também largamente as estruturas de madeira e ferro, que antes mantinham de pé grandes prédios e pontes. O novo produto apresenta as vantagens de ocupar menor espaço; ser impermeável, inoxidável, resistir à ação da água líquida ou em vapor; resistir bem aos choques, ser de rápida execução e ser principalmente incombustível.

O concreto representa, portanto, pela larga utilização que mudará a face de todos os centros urbanos, uma reviravolta tecnológica de grande alcance na construção civil e tem sua imagem construída, colada à idéia de progresso e modernidade:

A alma das construções humanas é esse micrométrico elemento - o cimento²³.

É incontestável...que o consumo de ferro e cimento são índices característicos para o progresso e para a civilização dos povos²⁴.

O consumo individual do cimento é hoje um dos mais seguros índices de prosperidade e da elevação do nível de vida de um povo²⁵.

²¹ GITAHY, Maria Lúcia C. *O papel do Gabinete de Resistência dos Materiais da Escola Politécnica na transferência da tecnologia do concreto para São Paulo, 1899 – 1925: um relato preliminar*. In: *Os trabalhadores da construção civil na belle époque*, II Congresso Brasileiro de História Econômica, ABPHE-UFF, Niterói, 13-16 de outubro de 1996.

²² Citação extraída do livro *Espaço, técnica e construção*, de PEREIRA, Paulo C. Xavier, São Paulo ed. Nobel, 1988.

²³ *Revista do Sindicato Nacional das Indústrias de Cimento (SNIC)*, nº 205/6, Nov/Dez de 1970, p. 302.

²⁴ Consultec, *op. cit.* p. 1-10.

A produção de cimento pode ser considerada como um dos mais acertados índices de progresso de um país em plena fase de expansão²⁶.

Assim, numa época em que as cidades são retratadas como símbolo do progresso, o cimento aparece como sendo a sua “alma” oculta.

Nas décadas de 1930/40, o cimento terá a sua imagem ligada também à nação e à segurança militar, por ser um produto da indústria básica estratégica:

Ela não é apenas uma indústria básica, no sentido puramente econômico, porém, uma indústria de interesse nacional, das que mais ligadas se acham ao progresso²⁷.

O cimento pode ser hoje considerado como um dos mais valiosos materiais de guerra, tal o vulto a que atinge o emprego do concreto em obras militares de defesa e de aparelhamento estratégico²⁸.

Porém, não é difícil imaginar que, no período descrito até aqui, o cimento seja um artigo de luxo, cujo consumo se restringe à diminuta parcela da população, mesmo porque, o aludido progresso, não passa de privilégio de poucos. Nunca é demais lembrar que, concomitantemente à construção dos palacetes e das “obras de arte” da construção civil, que rapidamente brotavam em toda São Paulo da época, se espalhavam as vilas, os casebres e os cortiços que abrigavam os trabalhadores de então.

A moradia popular era, na década de 1920, um dos mais sérios problemas sentidos pela população. Certamente, em 1926, quando aqui se implantou a fabricação de cimento em grande escala, a grande maioria da população só podia usufruir das benesses propaladas desse produto, quando as obras públicas estavam ao seu alcance. Isso porque,

os primeiros usos do concreto em São Paulo ocorrem associados à construção de uma infra-estrutura urbana, energética e de transportes, envolvendo grandes companhias

²⁵ Boletim da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), n° 43, 1940.

²⁶ SCHLESINGER, Hugo. *Enciclopédia da Indústria Brasileira*, 2° volume, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1959.

²⁷ Dinet Tout Alegre, in *Boletim Observador Econômico e Financeiro*, de dezembro de 1948.

²⁸ *Boletim da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP)*, op. cit.

nacionais e estrangeiras (como a Docas, Light, as companhias ferroviárias) e o governo do estado, responsável por obras públicas²⁹.

Até os anos 20, as iniciativas são isoladas no campo da construção de moradias para a população de baixa renda, “tais iniciativas ficavam sob a responsabilidade dos municípios, ou então, dos empresários e das construtoras particulares”, conforme afirma Marisa Carpintero³⁰. Mas o problema habitacional se agrava e só na década seguinte passa a ser encampada pelo Estado. Segundo esta autora,

...o discurso da “casa própria” foi algo novo mas não exclusivo da classe dominante. Ele nasce também, nesse final dos anos 20, nos “bairros operários”, no instante em que seus moradores passam a redefinir suas concepções de cidade e de habitação. Para os setores dominantes, a casa própria significava o elemento eficaz para a moralização e controle do trabalhador urbano; já para os operários, ela representava uma questão de necessidade, sobretudo, de luta pelo direito de sobrevivência na cidade. (p. 15)

Nesse ano, as casas populares não eram fabricadas com cimento, devido ao seu alto custo e porque o seu uso requeria conhecimentos ainda pouco difundidos no Brasil. Para termos uma idéia, por volta de 1940, “nos grandes centros, o cimento nacional é vendido ao preço de 11\$500 a 12\$500 [réis] por o saco”³¹. Isso correspondia a cerca de 10 horas de trabalho de um operário não qualificado da CBCPP. Ou seja, era um produto quase inacessível ao trabalhador comum. Ocorre que esse preço, certamente, era aquele cobrado na saída da fábrica, pois, segundo o relatório da Consultec³², em 1940, a saca de cimento na Fábrica custava 12\$300 réis, mas, com os caros custos do transporte o preço chegava a 18\$500 réis no atacado.

Seguramente o cimento nesse período, não compunha a cesta básica do trabalhador. Nessa época, o tijolo de barro estava se consagrando como substituto da

²⁹ GITAHY, Maria Lúcia C.. *op. cit.*, página 233.

³⁰ CARPINTERO, Mariza Varanda Teixeira. *A construção de um sonho, habitação econômica: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997.

³¹ Informação extraída do Boletim da Associação Brasileira de Cimento Portland (APCP), n° 43, de 1940.

³² Conforme relatório da *Consultec*, 1967, p. 2-33.

taipa em São Paulo. “*Os blocos de concreto pré-moldados, são nesse momento, temas de estudos científicos e teóricos, não testados na prática*”³³. Nesse sentido, os técnicos que elaboraram o Parecer de Tombamento da Fábrica de cimento chegam a uma interessante conclusão:

Concluimos, então, tratar-se de projeto pioneiro no Brasil a utilização de alvenaria de blocos de concreto na construção, em 1926, das Vilas Triângulo e Fábrica, em Perus. Soma-se a isso o fato dessas vilas possuírem características arquitetônicas peculiares, que as fazem únicas neste aspecto (p. 91).

O mesmo Parecer, na página 93, alerta que a presença da fábrica de cimento no bairro não significou a expansão do uso desse produto para os seus moradores na década de 1930, pois:

Toda a produção de cimento era comercializada e enviada para fora de Perus; quem optasse pela sua compra deveria fazê-lo em outros bairros de São Paulo e pagar o frete até Perus, o que tornava o uso do bloco de concreto mais dispendioso que o do tijolo de barro ou cerâmico.

Parte dessas construções ainda estão preservadas e atestam a utilização do concreto armado não só na estrutura das casas, mas também na fabricação das lajes e telhas. Elas podem ser pensadas como um flagrante curioso, ligeiramente antecipado, da transição da cidade de tijolo para a cidade de concreto.

³³ Conforme *Parecer Técnico de Tombamento da área da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus*. São Paulo, Departamento de Patrimônio Histórico do Município de São Paulo (DPH – STLP/STCP), 1992.

Alguns antecedentes da produção cimenteira no Brasil

Falamos sobre a importância da invenção do cimento no mundo pós-revolução industrial e também comentamos sobre a expansão vertiginosa da cidade de São Paulo desde o início do século XX. Foi essa expansão urbana que inspirou o cônsul norte-americano a escrever, em 1908, sobre a crescente demanda por cimento no Brasil.

“Não há razão para que o Brasil não forneça o seu próprio cimento”³⁴. Quando o diplomata relata esse ponto de vista, certamente ele está se apoiando em dois aspectos básicos para a instalação de um empreendimento cimenteiro, como se problemas dessa ordem se resumissem aos seus aspectos técnicos: a existência de um grande mercado para o produto e a existência de jazidas de calcários adequados para a produção de cimento. Não obstante o relatório do político norte-americano enxergar os entraves causados pela precariedade do sistema de transporte, ele parece abstrair outros fatores que são essenciais, como as circunstâncias políticas e econômicas governamentais que favorecem ou não os investimentos na produção nacional, além da questão do combustível, que compõe parte considerável do custo do cimento, no caso brasileiro de então.

De fato, a história da introdução da produção de cimento no Brasil não foge à lógica do tortuoso trajeto da “tardia” industrialização brasileira, mas, não deixa de apresentar traços peculiares, que carecem de pesquisas mais aprofundadas. Aparentemente, não obstante a lógica geral comum, há muitos aspectos obscuros nessa história. Porém, o meu propósito neste trabalho passa bem ao largo destes problemas, não por falta de interesse, mas pela exigência da objetividade nesta pesquisa. Ainda assim, faz-se necessário, pelo menos, mencionar sucintamente essas tentativas frustradas de implantação de fábricas de cimento no Brasil, antes da chegada da Companhia Brasileira de Cimento Portland (CBCP). Essas experiências remontam ao final de século XIX.

³⁴ Citação extraída do livro de SUZIGAN, Wilson. *A Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. S. Paulo, Hucitec - Unicamp, 2000.

Os vários textos consultados que tratam da introdução do cimento no Brasil versam sobre três importantes experiências fracassadas: a primeira, é datada de 1892, ocorrida na Ilha de Tiriri, na Paraíba. Esse empreendimento precoce, não obstante localizar-se próximo a uma grande reserva calcária perto da capital do Estado e ter conseguido produzir um cimento de boa qualidade, não durou mais que três meses.

A cessação definitiva das atividades é um mistério para o qual não se encontrou ainda uma explicação aceitável...É possível que a causa do abandono da fábrica fosse a verificação da impossibilidade de lutar com o cimento importado, pelo alto custo de produção em Tiriri, devido ao trabalho em pequena escala e tendo que conquistar mercados muito distantes da zona de produção, ou talvez ainda por desinteligência entre os financiadores e o animador do empreendimento.

Um articulista atribui a paralização definitiva das atividades à campanha de desmoralização contra o produto nacional desencadeada pelos importadores de cimento³⁵.

A outra experiência ocorreu na fazenda Santo Antônio, a 80 km de São Paulo, sob a iniciativa de Antônio Proost Rodovalho³⁶, que chegou a montar, com aval de capital francês, em 1897, uma instalação com capacidade para produzir 25.000 ton/ano, “o que deveria corresponder ao consumo nacional da época de sua inauguração” (*Consultec*, 1967, p. 1-7). Com a produção irregular marcada por várias paralisações das atividades, esse empreendimento encerra suas atividades em 1918, sem ter conseguido se impor no mercado nacional.

A breve história do cimento “Rodovalho” mostra que não basta ter boa matéria-prima para alcançar sucesso: é indispensável, também, uma assistência tecnológica adequada para atingir com segurança a meta desejada. (*Consultec*, 1967, p. 1-8)

Logotipo do produto da Rodovalho (4)



³⁵ *Consultec*..., p. 1-16.

³⁶ Antonio Proost Rodovalho foi o mesmo empreendedor que implantou a primeira grande fábrica de papel do Brasil, no final do século XIX, que mais tarde, em 1921, foi encampada pela família Weiszflog, de origem alemã. Além da fábrica de papel, o empreendimento comportava também fábrica de cerâmica e fábrica de cal.

A escrita especializada no assunto cita também outra experiência fracassada, iniciada em 1912, desta vez no Espírito Santo, a partir de iniciativa estatal, através do Governo do Estado. Trata-se da primeira fábrica de cimento dotada de forno rotativo; era de pequena capacidade, em condições de produzir apenas cerca de 8.000 ton/ano.

Segundo Teixeira de Castro, “as dificuldades inerentes a essa fábrica não se relacionavam com a técnica propriamente dita, mas eram dependentes de fatores de ordem externa, envolvendo problemas de transporte, distribuição e consumo” (*Consultec*, 1967, p. 1-8)

Se procedêssemos a um estudo mais pormenorizado acerca das motivações reais que determinaram o fracasso dessas experiências, poderíamos, talvez, encontrar as razões desse relativo atraso na implantação bem sucedida da fabricação de cimento em larga escala no Brasil. Élcio Siqueira³⁷ sugere que isso se deve ao fato de haver, à época, um mercado internacional oligopolizado no setor, o que dificultava a instalação de empresas sem potencial de concorrência. Assim, só um empreendimento que já nascesse grande e poderoso poderia dar conta de enfrentar um mercado já controlado por grandes corporações.

Contudo, a questão do relativo atraso ganha mais pertinência quando nos colocamos diante do fato da Argentina ter iniciado a produção de cimento em larga escala desde 1919, sendo que, no ano de 1937 esse país produzia quase o dobro de cimento que o Brasil, atingindo a produção de 1.035.496 t, quando no Brasil, nesse mesmo ano, a produção era de apenas 571.452 t³⁸.

De qualquer forma, pelo exposto acima, para que um empreendimento do porte de uma fabricação de cimento logre sucesso, é necessário que haja simultaneidade de incidência de vários fatores, tais como: abundância de matéria-prima adequada, grande mercado consumidor, pesquisas que garantam conhecimento técnico-científico para assistência técnica e controle de qualidade do produto, capacidade de aquisição de fontes energéticas viáveis, circunstâncias favoráveis no país para enfrentar os

³⁷ SIQUEIRA, Élcio. *Op. cit.* p. 66.

³⁸ *Boletim ABCP*, nº 43.

interesses dos beneficiários com a importação do produto e condições políticas e econômicas que garantam a disputa com o mercado internacional.

Como veremos adiante, a primeira experiência bem sucedida na produção de cimento no Brasil surge exatamente a partir de uma enorme infra-estrutura pré-existente e mediante uma articulação de muitos interesses que envolviam altos escalões do grupo hegemônico da política paulista.

Indústria da cal como “pré-história” da produção cimenteira no Brasil

Convém uma rápida descrição desse complexo produtor de cal, que envolve a articulação de dois empreendimentos que requerem grandes inversões de capitais: a exploração de minérios e a construção de ferrovia. Acho muito importante retomar esse histórico, não só para situar o leitor, mas também porque a história desse complexo traz íntimas relações com a formação da primeira fábrica bem sucedida de cimento do país. O que mais diretamente me interessa aqui é dimensionar o tamanho e o grau de importância desse empreendimento para, então, relacioná-lo com a gestação da fabricação do cimento em larga escala no Brasil. Afinal de contas, a exploração das jazidas de cal e a montagem da Companhia Estrada de Ferro Perus Pirapora (CIEFPP), formam o que poderíamos chamar de “pré-história” da indústria de cimento no Brasil.

A indústria da cal: em busca de uma estimativa

A região entre Caieiras, Perus e Parnayba, desde o final do século XIX, destacava-se como produtora de cal no Estado. Não foi possível dimensionar com precisão o tamanho relativo dessa indústria, porém, como as jazidas de calcário estão situadas nessa região de São Paulo, certamente era essa a fonte principal a fornecer esse produto para garantir o crescimento imobiliário da capital³⁹.

³⁹ Relatório da EMPLASA – Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, de outubro de 1979, constata que toda produção de calcário e dolomitos da região da Grande São Paulo, localiza-se apenas em 2 municípios: Cajamar e Pirapora do Bom Jesus. Nesse ano, a produção desses minerais atingia 43.000 t/mês.

O processo de fabricação da cal é muito mais simples que o do cimento, pois, o seu processamento é bem mais simplificado, exigindo equipamentos muito menos complexos, além de que, apesar da sua matéria-prima também ser o calcário, este não precisa ter as especificações de componentes como o calcário utilizado na fabricação do cimento.

A cal, além da aplicação na construção, já nessa época, era também utilizada na fabricação do vidro, do papel, do açúcar, do sabão, das velas, de azulejos e outros produtos similares. A cal era também aplicada na siderurgia, na purificação de gases, na indústria química (soda cáustica, ácido acético, vulcanização de borracha, etc), em obras de saneamento, etc. Em uma publicação do Ministério das Relações Exteriores encontramos a informação de que,

Embora não possamos determinar em que proporções é a cal utilizada nas diversas indústrias do Brasil, podemos adiantar que cerca de 80% da produção é consumido pela indústria da construção⁴⁰.

De todas as fontes consultadas, nenhuma informa especificamente a produção ou consumo desse material no início do século XX. Normalmente os dados abrangiam a produção mineral em geral, não distinguindo a produção caieira no Estado. Nem mesmo a Associação Brasileira de Produtores de Cal (ABPC) dispõe de informações tão remotas sobre a produção de cal. A contabilização do setor é algo muito recente e ainda hoje é difícil dimensionar a produção, devido ao sem número de pequenos produtores de cal cuja produção não aparece nos dados estatísticos.

Em 1940 a situação não era diferente:

Existem 1.582 caieiras no país (...). Difícil se torna apurar a produção total de cal no Brasil, em virtude da enorme disseminação dos depósitos por todo país⁴¹.

⁴⁰ Conforme publicação do Ministério das Relações Exteriores, *Brasil: 1940-41, relação das condições geográficas, econômicas e sociais*, Rio de Janeiro, 1941, p.278.

Entretanto, através de uma documentação da época, tive acesso a algumas informações que nos dão uma idéia da produção de cal na região, em termos absolutos. Os empreendedores da Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora (CIEFPP), ao justificar a importância da abertura da ferrovia, citam uma capacidade de produção de 180 mil sacas de cal por ano, das empresas Beneducci (60 mil/ano) e Melhoramentos (120 mil/ano), nessa região, no ano de 1909⁴². Isso corresponde a 7.200 toneladas/ano, se considerarmos o peso das sacas em 40 kg.

Já no ano de 1923, conforme os dados fornecidos pela própria Fábrica de cimento em Perus⁴³, a Estrada de Ferro Perus-Pirapora transportou cerca de 23,2 mil toneladas de cal. Digamos que a capacidade de produção da Melhoramentos tenha se mantido nas 10 mil sacas por mês, teríamos, então, uma produção anual de 28 mil toneladas de cal produzida em 1923. Se foram transportadas 23 mil toneladas de cal, é provável que a capacidade de produção da Beneducci tenha atingido as 25 mil toneladas por ano projetada em 1909.

Em 1935, a CIEFPP informa o transporte de cerca de 13,5 mil toneladas de cal, provenientes das pedreiras de Perus e Gato Preto, e, através do Processo do Condephaat citado, p. 52, ficamos sabendo que no ano de 1935,

...a cerca de 3 km de Entroncamento [km 16, ponto onde oficialmente encerra a linha Perus-Pirapora], já se estabeleceu uma nova bateria de forno para cal, das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, já estando, segundo informações que obtive com a produção média mensal de 30.000 sacos de 40 kg, superior portanto á produção de Gato Preto.

⁴¹ Idem, p. 278.

⁴² Esses números constam no ofício enviado ao Secretário dos Negócios da Agricultura, em 11/10/1909, página 3, onde os empreendedores solicitam a concessão para montagem da Estrada de Ferro. Cópia deste documento encontra-se na sede do “Sindicato dos Queixadas”, em Perus. O texto diz que a produção da Beneducci em 1909 é de 5.000 sacas por mês, mas já havia o projeto para ampliação que atingia a capacidade de 25 mil sacas/mês.

⁴³ Conforme Processo Condephaat n° 21.273/80, p. 298.

Ou seja, se somarmos a produção transportada pela CIEFPP, com a produção da Matarazzo e ainda uma estimativa da Melhoramentos de cerca de 4,8 mil toneladas/ano, chegaríamos a uma estimativa de produção em torno de 32,7 mil toneladas/ano de cal produzida na região de Água Fria, Perus e Caieiras. Entretanto, a capacidade de produção seria muito maior que essa, se observarmos que estamos considerando uma produção de apenas metade da capacidade produtiva das caieiras Beneducci em 1935, e que não sabemos a capacidade instalada da Matarazzo e da Melhoramentos nessa época.

Para formarmos uma idéia aproximada do que isso representa, vamos comparar com um dado apresentado pela citada publicação do Ministério das Relações Exteriores, do ano de 1941, que nos informa sobre o consumo da cidade do Rio de Janeiro, mas afirma não conhecer os dados sobre o consumo de cal da cidade de São Paulo:

A cidade do Rio de Janeiro consome em média 8.500 toneladas de cal por ano. Desse total o Estado de Minas fornece 88,6% (cal de pedra) e o Estado do Rio 11,4% (cal de mariscos).

Não há dúvidas de que o Rio de Janeiro seja um bom parâmetro para medirmos o de consumo de cal de São Paulo. É de se supor que São Paulo consumia, então, quantidade igual ou superior de cal em relação à cidade fluminense. Assim, aquela nossa estimativa acima, que sugere a produção de 32,7 mil toneladas/ano de cal na região em estudo, revelaria uma produção que excederia em muito o consumo da capital paulista. Sou levado a crer, portanto, que a região de Perus, Caieiras, Parnaíba e Pirapora, produzia cal, talvez, para todo o Estado de São Paulo, já que produzia, efetivamente cerca de três vezes a quantidade relativa ao consumo de uma cidade do porte de São Paulo.

Para efeito de elucidação e de síntese, apresento uma tabela que reúne e resume os dados acima expostos:

Produção/consumo de cal

	<i>Em ton/ano</i>
1909	7.200
1923	28.000
1935	32.700
Consumo de cal na capital do Rio de Janeiro, em 1940	8.500

Se isso se confirma, veremos que a região abrigou uma importante indústria antes da chegada da fábrica de cimento em 1926; uma indústria chave no setor da construção civil.

A Revista do Trabalho⁴⁴ n° 4, de 1932, publicou uma matéria resultante de uma visita que os seus editores realizaram à indústria de cal em Gato Preto. Os representantes da Revista se mostraram impressionados com o “estabelecimento industrial aparelhado de maquinário e instalações modernas com capacidade para a produção diária de 1.500 sacas de 50 quilos”. Os editores destacam a Fábrica de cal de Gato Preto que fica na região de Perus, “onde estão localizados vários estabelecimentos industriais de notável importância”. Ainda segundo essa matéria, nessa fábrica trabalham “mais de 200 trabalhadores, em sua maioria chefes de família e nacionais”.

Não obstante o tom da matéria mais parecer um reclame comercial da caieira de Gato Preto, a redação não deixa dúvidas de tratar-se de uma fábrica de importância significativa, que pelo número de operários que emprega, representa uma empresa de porte médio.

⁴⁴ *Revista do Trabalho*, Ano I, n° 4, São Paulo, 1° de fevereiro de 1932. Pode ser encontrada no acervo da FIESP na biblioteca do IFCH-UNICAMP.



Fábrica de cal da Indústria Melhoramentos (5)

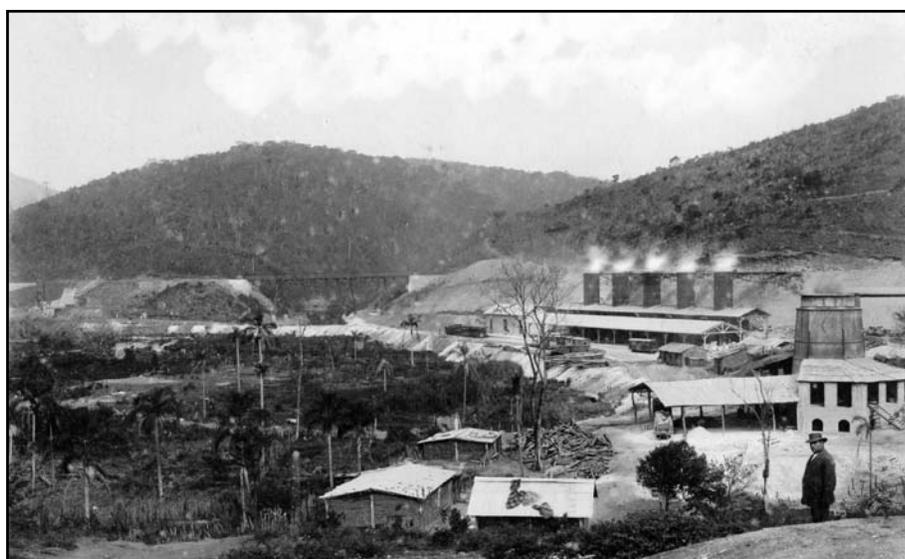


Foto de fornos de cal em Gato Preto (aproximadamente em 1914) (6)

A primeira ferrovia industrial

Foi exatamente essa indústria de cal que justificou e viabilizou a criação da Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora (CIEFPP). Essa ferrovia compõe um complexo empreendimento que funcionaria como equipamento a serviço da indústria de transformação e não diretamente à indústria cafeeira. Aliás, esse é um

fato que confere a marca de pioneirismo, no caso brasileiro, por se tratar da primeira ferrovia industrial do país⁴⁵.

A existência de um grande mercado para a cal, o fato de haver reserva de matéria-prima disponível e abundância de força de trabalho que não requer grandes qualificações, como é o caso dos trabalhos em pedreiras⁴⁶, tudo isso explica a criação da Companhia Industrial e Estrada de Ferro Perus Pirapora (CIEFPP), em 1910.

A história dessa ferrovia apresenta passagens tão tortuosas quanto suas linhas, a começar pelo seu destino nunca alcançado: Pirapora. Com a justificativa de promover o desenvolvimento da região e, ao mesmo tempo, atender à demanda de muitos romeiros que para essa cidade se dirigiam para praticar a sua boa fé, a Estrada fora projetada em 1910 e inaugurada parcialmente em 1914⁴⁷.

A estrada projetada visa o desenvolvimento da zona a percorrer (...) Durante as festas do Senhor Bom Jesus, o número de romeiros que, de toda parte, afluem para Pirapora, ultrapassa de 30.000⁴⁸.

No entanto, o que não se sabe é se a boa fé também guiou os interesses de quem se aproveitou das concessões dos poderes públicos e geriu o empreendimento ferroviário, que, após vários pedidos de adiamento de sua conclusão, jamais chegou ao seu destino original e publicamente propalado. Entre 1913 e 1934, foram oito os

⁴⁵ A citada Estrada de Ferro é hoje considerada um dos maiores e mais interessantes acervos do patrimônio de ferrovias no Brasil e, por esse motivo, foi tornado Patrimônio Histórico, tombado pelo Condephaat em 1987. Trata-se de uma das raridades de ferrovia com bitola de 60 centímetros no país. Por ter sido uma das últimas a tornar-se obsoleta no Brasil, a Ferrovia Perus - Pirapora beneficiou-se do desmonte de suas similares pelo Brasil a fora, adquirindo, assim, equipamentos fabricados por diversas empresas em diferentes épocas, que expressa uso de tecnologias variadas. A EFPP forma, assim, uma espécie de palimpsesto ferroviário, tornando-se um “excelente museu em potencial”. Um pouco dessa história encontra-se em GORDINHO, Margarida C., *Estrada de Ferro Perus-Pirapora: uma proposta de revitalização*, São Paulo, Marca d’água, 1990.

⁴⁶ No capítulo seguinte trato da qualificação dos trabalhadores em pedreira voltadas para a produção de cimento.

⁴⁷ Em Perus, na sede do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, há cópia de parte do Processo de Tombamento da Ferrovia que contém documentos de desde 1909, que narra alguns importantes momentos da constituição da CIEFPP. A concessão para exploração da ferrovia resultou, inclusive, de disputa jurídica que envolveu a São Paulo Railway e a E. F. Sorocabana.

⁴⁸ Cf. ofício enviado ao Secretário dos Negócios da Agricultura, em 11/10/1909, onde os empreendedores solicitam a concessão para montagem da Estrada de Ferro. Este documento compõe processo acima citado.

pedidos de adiamento para a conclusão da linha até Pirapora⁴⁹, prevalecendo sempre a benevolência dos poderes públicos com a aceitação dessas prorrogações, ferindo o contrato de concessão e contrariando interesses como o de moradores do município de Parnayba, que se ressentia da falta desse que se constituía no mais eficiente meio de comunicação e transporte da época: a ferrovia. Apesar de aparecer intercalada entre as duas maiores redes ferroviárias de São Paulo, a Sorocabana e a “Ingleza”, a sede de Santana do Parnayba não se beneficiara desse principal meio de transporte.

Em 1925, em uma publicação laudatória em homenagem ao tricentenário da cidade⁵⁰, esse ressentimento aparece em forma de lamentação:

No município acham-se installadas as grandes fabrica de papel, cal, cerâmica e outras da Companhia Melhoramentos de São Paulo; a grande fabrica de cal e brevemente de cimento da Companhia Industrial Perus-Pirapora, esta com o capital de vinte mil contos e estrada de ferro própria; as fabricas de cal do Vão e dos Pires: entretanto estes grandes estabelecimentos não influem para a sede do município, porque a exportação de seus productos é feita pelas estações de Cayeiras e Perus, ambas na estrada de ferro Ingleza.

(...) Todavia, com tantos meios de desenvolvimento que o município possui, acha-se privado do essencial, que é o transporte facil e barato, fechado como se acha por um circuito de estradas de ferro: a Ingleza, de São Paulo a Jundiáhy e a Sorocabana...(p. 32).

Em sua obra citada, Margarida Gordinho também se refere às reiteradas solicitações feitas pelo município de Parnayba para que as obras da estrada de ferro chegassem até o município⁵¹.

Além do ressentimento da sede do município de Parnayba, esse texto de 1925 flagra a construção da fábrica de cimento e inclui Perus e Caieiras como regiões pertencentes ao município, fato que pode ser indício da falta de cuidado dos historiadores de Parnayba que publicaram a “Polyanthea”, mas pode indicar também a

⁴⁹ Cf. Processo n° 21.273/80, vol.II, Autos 19.795, p. 330, CONDEPHAAT.

⁵⁰ Trata-se da publicação intitulada de *POLYANTHÉA*, datada de 1925, editada pela Cia. Melhoramentos de São Paulo, organizada por João José de Oliveira, João Sant’Anna e Antonio Cardoso Filho.

⁵¹ GORDINHO, Margarida. *Op. cit.*

íntima ligação do eixo Água Fria – Perus – Caieiras⁵², que, a despeito de pertencerem a municípios diferentes, formavam o que hoje poderia ser considerada como uma micro-região.

Os empreendedores da CIEFPP alegavam a falta de recursos, a pobreza da região e o insignificante fluxo de gentes, como justificativas para a não construção da ferrovia até o destino previsto no contrato de concessão. Não obstante, um ramal de 11 km estendia a ferrovia para destinos outros, cujos rumos eram guiados pelos interesses privados dos proprietários das terras e jazidas minerais. Essa extensão foi construída sem concessão legal do Estado, interligando vários centros de extração e produção de cal ao tronco central da São Paulo Railway. As autoridades tinham conhecimento dessas irregularidades, chegando a citá-las nos processos jurídicos que envolviam a CIEFPP, mas faziam vistas grossas.

Em 1936, após vários pedidos de prorrogação, finalmente a Companhia Perus-Pirapora solicita à Viação de Obras Públicas a desistência da concessão do trecho não construído entre o km 16 e Pirapora, bem como a transformação da linha férrea concedida para estrada de caráter particular. O primeiro pedido é atendido, mas não o segundo.

Este processo deixa entrever algumas tensões existentes entre os sócios da Estrada de Ferro e também, entre essa Companhia e a Fábrica de Cimento, apesar das duas empresas terem um sócio em comum: o Sr. Sylvio de Campos. A transformação da CIEFPP em estrada de caráter particular, além de desonerá-la das verbas transferidas ao Estado pela concessão, a desobrigaria também do transporte de passageiros. Esse episódio gerou um atrito entre a Companhia ferroviária e a população usuária, que reagiu à proposta da empresa que se desobrigava do transporte de passageiros. A grande maioria desses usuários era formada por trabalhadores das indústrias de cimento e cal. Vivendo nos entornos dessas unidades fabris, uma

⁵² Enquanto Água Fria e Perus pertenciam a Parnaíba e S. Paulo, respectivamente, onde hoje é o município de Caieiras pertencia ao Município de Juquery, que hoje é Mairiporã.

população estimada em 800 pessoas⁵³, não apenas utilizava o trem como único meio de locomoção, mas era este também responsável pelo transporte dos bens de consumo dessas pessoas, que vinham de São Paulo e outras localidades. Segundo cálculos fornecidos pela empresa, o número de usuários era muito pequeno para se justificar o transporte, estimado em 7.990 passageiros no ano de 1934 e 8.454 passageiros no ano seguinte. Porém, o Parecer da Viação de Obras via de outra maneira:

Do expostos, concludo, haver um publico que tem, como meio praticamente único, de transporte, esta estrada de ferro, sendo certo que quase todo ele, se localiza na zona estranha à linha concedida, e em grande parte é composto de empregados das industrias, subsidiarias das quais, permanecerá a Estrada, si se deferir o requerimento⁵⁴.

A atitude da CIEFPP em se desobrigar a transportar passageiros gerou um processo que foi mediado pela Viação de Obras Públicas e o protesto da população local, que se revoltara com a proposta da Companhia:

Acontece, porém, que reiterados protestos dos moradores da zona servida pela Estrada de Ferro, publicados pela imprensa, fizeram o suplicante melhor ponderar sobre o assunto, resultando daí convencer-se da inteira justiça daqueles protestos e da nenhuma razão do pedido de cancelamento de concessão formulado pela EFPP⁵⁵.

Os protestos dos moradores, que tiveram repercussão na imprensa, seriam apenas mais um dos elementos a acirrar o que parecia ser uma disputa entre os sócios da Companhia da Estrada de Ferro, pois, há indícios de que os proprietários da CIEFPP encontravam-se divididos e em conflito. A relação contratual entre a Estrada de Ferro e a Companhia de Cimento pode ter sido o pivô dessa refrega. A utilização da ferrovia pela Companhia de cimento aparecia como salvação da CIEFPP, que sempre

⁵³ Cf. Processo do CONDEPHAAT citado, Autos 19.795/36, p. 45. “...a população que se desenvolve junto aos fornos e às pedreiras, ultrapassa 800 habitantes, em sua quase totalidade trabalhando para essas Empresas, nada retirando da terra portanto, recebendo para sua manutenção quase tudo de fora”.

⁵⁴ Cf. Processo do CONDEPHAAT citado.

⁵⁵ Idem acima.

se anunciava como deficitária, ao alegar que não poderia cumprir o contrato de concessão que exigia o destino em Pirapora. Porém, a suposta fragilidade financeira da Estrada de ferro, contrastando com o gigantismo e vigor do empreendimento cimenteiro, parecia estabelecer uma “relação desarmônica”⁵⁶, onde a única beneficiária era a última. O parecer da Viação capta essa tensão:

Se é verdade que a Companhia [ferroviária] não tem distribuído dividendos, isso decorre, antes, dos contratos verdadeiramente gratuitos que mantem com a Fabrica de Cimento Portland e com empresas industriais de acionistas [provavelmente refira-se às fábricas de cal pertencentes aos sócios da EFPPP, ou seja, as famílias Beneducci e Campos] que da falta de fonte de renda.

Ora, em 1936, sete membros da família de Sylvio de Campos era dona de 50,2% das ações da CIEFPP, sendo que Sylvio era também sócio da Companhia de Cimento; a família Beneducci, detinha 49,8% das ações da CIEFPP, mas não participava do consórcio canadense. Isso pode explicar a posição dos Beneducci, que retiraram o pedido de cancelamento da concessão, advogando em favor do uso público da ferrovia e denunciando os interesses da Companhia de Cimento, como podemos perceber neste trecho do Processo citado do CONDEPHAAT:

Permitir que a Estrada passe de condição de concessionária de serviço público á de Estrada particular seria lavrar sentença de morte á industria suplicante – que fatalmente seria devorado ou tragado pela Companhia de Cimento, a maior interessada, por isso mesmo, no cancelamento da concessão. (Parecer do advogado de Florindo Beneducci, datado de 22.09.1937)

Os protestos dos moradores da região parece que foram favorecidos pela divisão na cúpula empresarial do empreendimento ferroviário-cimenteiro, e que teve como

⁵⁶ Tomo emprestado essa expressão das ciências naturais, onde os biólogos consideram uma “relação desarmônica”, quando a vantagem de um organismo associado determina imediato dano ou desvantagem ao outro.

desfecho a vitória dos usuários dos trens. Entretanto, o conflito parece ter se estendido a disputas fundiárias envolvendo as famílias Beneducci na região, cujos indícios aparecem no referido Processo.

O resultado do conflito termina com a saída dos Beneducci da Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora, que acabam vendendo todas as suas ações aos outros sócios. Talvez eles não tenham suportado as pressões das forças cuja articulação perpassava o capital fundiário, o industrial e o poder político, todos esses concentrados na família Campos.

De tudo o que foi dito, o que quero ressaltar é que essa ferrovia constituiu-se como um moderno equipamento para servir de suporte para produção de cal. São quase trinta quilômetros de ferrovia que, apenas residualmente serviu para transportar passageiros e mesmo assim o fez para deslocamento da força de trabalho que daria vida a todo o complexo citado.



Composição da CBCPP em trecho da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, na altura de Gato Preto (7).

As “íntimas” relações entre o público e o privado

A Companhia Industrial e de Estrada de Ferro Perus Pirapora (CIEFPP) teve como acionistas-fundadores, grandes proprietários de terras na região de Perus, como Arthur da Costa Jambeiro e a família Beneducci (esta, aliás, que já explorava a fabricação de cal na região), Clemente Neidhart, industrial, e também nomes

conhecidos na política paulista, como o do advogado Sylvio de Campos. Esses acionistas associados montaram um empreendimento cujo capital declarado na Junta Comercial em 1910 era de 400:000\$000.

Sylvio de Campos é figura central e ponto de intersecção desses grandes empreendimentos afins: junto com Costa Jambeiro e o canadense Neidhart, forma consórcio que dá origem à CIEFPP, em 1910; mais tarde, em 1924, Sylvio e Jambeiro, associados ao representante da Drysdale & Pease, do Canadá, compõem o grupo de acionistas que funda a Companhia de Brasileira de Cimento Portland, em Perus, sendo ele, Sylvio, o primeiro presidente da Companhia.

Todo esse poderio econômico-empresário vem acompanhado do tempero político, que bem expressa a íntima relação entre economia privada e coisa pública durante a Velha República, sempre capitaneada pelo PRP, partido do qual fazia parte a família Campos: Sylvio era filho de Bernardino de Campos, este que fora presidente do Estado de São Paulo por duas gestões, entre 1892 – 1896 e 1902 – 1904, e irmão de Carlos de Campos, ocupante do mesmo cargo entre 1924 – 1927. Ele próprio, Sylvio, foi deputado federal nos períodos de 1924 – 1930 e 1946 – 1951, sendo deputado constituinte em 1946. Militante destacado do PRP, lutou contra o golpe da Aliança Liberal em 1930; colaborou ativamente na resistência paulista de 1932 e foi um forte opositor do governo Vargas⁵⁷.

A São Paulo Tramway Light & Power Company aparece como outra variável estratégica nesse imenso jogo de interesses. Desde o final do século XIX, esta empresa atua no setor de transporte e na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, participa e se beneficia de quase todas as grandes obras no processo de expansão da cidade de São Paulo. A dimensão é tal que o jornal *O Estado de São Paulo* de 25/06/1908 chega a afirmar que a Light “é um estado dentro do município⁵⁸.” O que não se constitui em exagero, se compararmos o capital da empresa em 1900, de 36.000

⁵⁷ Informações baseadas no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930 – 1983*. Rio de Janeiro, Forense – Universitária, 1984.

⁵⁸ Cf. *A Cidade da Light (1899-1930)*, vol. I, São Paulo, Eletropaulo1996, (p. 13).

contos de reis, com a arrecadação do município de São Paulo no mesmo ano, que é de 3.760 contos de reis⁵⁹.

Seu imenso poderio econômico e sua capacidade de influência, inclusive na imprensa, aliados à sua intimidade com as oligarquias dominantes locais – representadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP), cujas relações com a Light eram muito estreitas, tanto a nível estadual como municipal – facilitavam a sua expansão⁶⁰.

Não é fortuito esse destaque dado a essa empresa canadense, afinal, a família Campos tem vinculações estreitas com a Light, e esta com a Companhia de cimento, em Perus. Um dos irmãos de Sylvio de Campos, Américo de Campos, quando este se encontrava em missão do Governo do Estado no Canadá, foi um dos responsáveis pela articulação dos empreendedores que vieram a formar o consórcio fundador da Light e sua instalação no Brasil, no ano de 1897⁶¹. Carlos de Campos, outro irmão de Sylvio, foi advogado da Light e “um dos mais importantes braços políticos, em pleno exercício de seu mandato como presidente do Estado⁶²”.

Em 1925, em meio a uma enorme crise energética, que atingiu São Paulo desde 1924, devido a uma longa estiagem e à pequena capacidade de se atender à crescente demanda de energia elétrica no Estado, a Light constrói um ramal de alta tensão entre Caieiras e Perus, beneficiando diretamente a fábrica de cimento que estava prestes a ser inaugurada e tinha na energia elétrica uma força vital⁶³.

Esse “favorecimento” à Companhia de cimento em 1925 contrasta com o descontentamento dos parnaibanos, que estão a comemorar o tri-centenário da cidade, mas não comemoram a permanência da Light no município:

A realidade, porém, não demorou a patentear-se.

⁵⁹ SOUZA, Edgard de. *História da Light, primeiros 50 anos*. São Paulo, Eletropaulo, 1982. (p. 39)

⁶⁰ Cf. *A cidade da Light*, op. cit. (p. 13)

⁶¹ Cf. SOUZA, Edgar de. *Op.cit.* (p. 27).

⁶² Cf. *A Cidade da Light*, op. cit., (p. 13).

⁶³ Cf. SIQUEIRA, Élcio, op. cit. (p. 30).

(...) Sacrificou-se Parnayba nas cláusulas de um contracto onerosíssimo que nada proporcionou para o seu progresso.

(...) A construção de uma linha de bonde, única promessa escripta que se lhe fez, ainda permanece sem execução...

(...) Da verdadeira beneficiada, a poderosa Light, nada podemos esperar. A ingenuidade e boa fé dos nossos vereadores de então foi illudida com promessas que só se cumpririam quando conviesse à beneficiada⁶⁴.

Os parnaibanos lamentam um acordo com a Light para explorar as fontes naturais do município, onde a empresa prometera proporcionar o progresso da região, instalando ali, inclusive, uma linha de bonde.

No início da produção, 94% do cimento produzido pela empresa canadense em Perus é adquirido pela canadense Light⁶⁵. Aliás, a interferência da Light nos anos iniciais da produção de cimento parece ter sido decisiva para a consolidação da fábrica. Mesmo com todas as condições favoráveis à implantação da fábrica de cimento naquele momento, a conquista de mercado, no caso desse produto, tem o elemento complicador da necessidade de conquista da confiança do consumidor. Como o cimento é um produto aplicado em obras de grande porte e que requer o máximo em controle de qualidade, por razões óbvias, a imagem produzida da mercadoria assume papel decisivo e isso não cabe apenas a um departamento de propaganda. Em seminário⁶⁶ realizado pelo setor do cimento em maio de 1948, o depoimento de um dos participantes destaca as dificuldades encontradas pela primeira grande fábrica de cimento para conquistar o mercado, devido ao teor de magnésio do calcário utilizado, que estaria acima do limite recomendado pelas normas técnicas internacionais⁶⁷. O texto aponta a interferência decisiva da Light, ao ter adotado o uso do cimento nas

⁶⁴ POLYANTHÉA... p. 71/72.

⁶⁵ Cf. GORDINHO, *op. cit.*

⁶⁶ Detalhes desse evento encontram-se no *boletim Observador Econômico e Financeiro* de dez/1948.

⁶⁷ No início da produção, o cimento de Perus continha entre 6 e 7% de magnésio, enquanto que o tolerado internacionalmente não deve ultrapassar o índice de 5%. O magnésio causa efeito expansivo no cimento, colocando em risco a estrutura da obra, cf. *Consultec*, *op. cit.*, p. 1-31.

obras hidráulicas de Cubatão, o que teria servido como atestado de boa qualidade do produto.

Quando da inauguração da fábrica de cimento, em 1926, o Sylvio de Campos é eleito deputado federal e o seu irmão Carlos, advogado da Light, é, nada menos que presidente do Estado de São Paulo.

Esses vínculos com a cúpula do poder, com fortes ligações com o capital estrangeiro, como demonstra o currículo do Sylvio de Campos, indicam que o início da década de 1910 foi um período de preparação do terreno para a montagem de uma fábrica de cimento. Certamente, o Sr. Sylvio de Campos e seus sócios, percebendo o grande filão que representava o crescente mercado cimenteiro, montaram toda uma infra-estrutura de um negócio intimamente afinado com a produção de cimento - como é a indústria da cal - e se articularam para a montagem de um grande negócio que parece ter servido até como uma espécie de “laboratório” para a produção de cimento:

De acordo com a publicação *Twenty Century Impression of Brazil*, editado em 1913, a Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus Pirapora contava com vários fornos de cimento Hoffman e produzia entre trinta e quarenta mil sacas de 60 quilos de cimento por ano⁶⁸.

De fato, o texto da *Revista de Engenharia*, da Faculdade Mackenzie, datado de dezembro de 1926, e que anuncia a “*Importante realização nacional de iniciativa estrangeira*”, confirma esse histórico:

Há cerca de 15 anos estudaram os proprietários dos depósitos de pedra calcarea de Perus, E. S. Paulo, a possibilidade de fabricar cimento com materiais ali existentes.

Segundo essa Revista, o projeto de instalação só fora adiado devido à “*conflagração Europeia*,” ou seja ao conflito bélico mundial iniciado em 1914.

⁶⁸ Conforme GORDINHO, 1996, p. 86.

Distantes no tempo, percebemos as muitas coincidências que marcam a trajetória entre a montagem da CIEFPP e a criação, catorze anos depois, da Companhia Brasileira de Cimento Portland. Essas evidências e de tantas coincidências de fatos correlatos, apontam para o fato de que toda essa história iniciada em 1910 fora conduzida de forma planejada, consciente desde o seu primeiro momento. Invariavelmente, quando algum autor se presta a narrar o histórico das tentativas em se produzir cimento no Brasil, até eles chegarem ao exemplo de sucesso iniciado em 1926, todos citam as experiências fracassadas, mas a CIEFPP não é citada, seja por desconhecimento, seja por não fazer ligação de uma coisa com outra. O ideal seria, talvez, proceder um estudo que relacionasse essas duas vias que tiveram resultados opostos (uma exitosa e outra não), que, seguramente, fazem parte de uma só história, talvez cheia de vínculos.



A Estrada de Ferro Perus Pirapora interligando os empreendimentos de cal e de cimento, desde meados da década de 1920 (8).

Alguns elementos do contexto da chegada da fábrica

Quando no dia 18 de agosto de 1924, os representantes da empresa canadense Drasdale & Pease, juntamente com os sócio minoritários brasileiros, vão firmar

juridicamente a criação da Companhia Brasileira de Cimento Portland, a cidade de São Paulo, certamente, ainda encontrava-se sob o pesado ar de ressaca, em decorrência da enorme turbulência que a agitara havia menos de um mês. A fundação da CBCP em São Paulo ocorre logo após o clímax da revolta tenentista⁶⁹ que abalou a cidade desde o dia 05 de julho, quando os tenentes Juarez Távora, Joaquim Távora e o Major Miguel Costa, da Força Pública de São Paulo, lideraram um movimento rebelde iniciado com a tomada do 4º Batalhão de Caçadores, no bairro de Santana. Este movimento estoura exatamente no segundo aniversário do episódio do forte de Copacabana de 1922.

O movimento fracassara, mas o seu desfecho final ainda estaria longe de ser concluído. Encarnado na Coluna Prestes e muito difundido e diluído nos ambientes militares, principalmente na suas baixas patentes, o tenentismo seria um das principais forças articuladoras do golpe de 1930.

Embora derrotada, a revolta paulista de 1924 causou um forte abalo social em São Paulo, principalmente entre os dias 05 e 27 de julho. Durante aquele mês fatídico, o pânico se instalou em meio à população, a tal ponto que parte dela chegou a abandonar a cidade, buscando refugiar-se em seus arredores. Não podia ser diferente, pois, alguns pontos da cidade estavam sendo controlados pelas forças rebeldes e as forças leais ao governo central cercavam a cidade, promovendo bombardeios aéreos sobre populosos bairros como Brás, Mooca e Belenzinho. A fome e o medo se espalharam, dando ingredientes explosivos à revolta.

Pois bem, apesar de tudo isso, os representantes do capital canadense não se abalaram o suficiente para aguardar momento mais propício ao investimento. Ao que tudo indica, eles devem ter avaliado que a situação política do país estaria sob relativo controle das frações dirigentes das classes dominantes, apesar daqueles abalos sísmicos provocados pelas baixas patentes dos meios militares. Certamente essa leitura da conjuntura não fora só dos canadenses, pois, em meados daquela década de 20, muitos capitalistas estrangeiros buscaram investir produtivamente no Brasil.

⁶⁹ Sobre o tenentismo, ver *Tenentismo e a revolução brasileira*, de BORGES, Vavy Pacheco. São Paulo, Brasiliense, 1992.

Indústrias de base: a “revolução” começa antes de 1930

A fábrica de cimento em Perus é a primeiro empreendimento entre aqueles que se convencionou chamar de “indústria de base”. É uma “indústria pesada”, cuja instalação requer investimentos de vulto, consome grandes quantidades de óleo combustível derivado de petróleo, consome quantidade considerável de energia elétrica⁷⁰ e possui maquinaria pesada. Além disso, a produção do cimento vem sempre acompanhada com a atividade extrativa de minérios. A fábrica de cimento CBCP já nasce como grande empreendimento e o seu capital originário não advém da economia cafeeira, mas resulta em grande parte (70%) de capital canadense.

Como veremos, esse investimento não é fruto apenas do ato volitivo de seus investidores e nem se trata de coincidência o fato da Companhia surgir em São Paulo, em meados da década de 20. As circunstâncias da época concorrem como fator determinante.

As transformações na economia

A década de 1920 marca um tempo cronológico em que transformações econômicas e sociais de vulto são gestadas. A instalação da fábrica de cimento em meados dessa década não deixa de ser um importante indício das mudanças qualitativas e quantitativas que se processam na sociedade brasileira naquele período. É certo que a economia ainda está largamente assentada nas riquezas geradas no setor cafeeiro, o que vale dizer, amplamente dependente do setor de mercado externo.

Segundo Paul Singer⁷¹, mesmo a industrialização em curso não passa de uma “conseqüência secundária da reorganização capitalista da agricultura”. Para este autor,

⁷⁰ Segundo o relatório *Consultec*, p. 34, Cap. III, os gastos com **óleo combustível** para a produção do cimento, representam cerca de 27% a 35% do valor do produto. Já o boletim nº 43, de 1940, da ABCP informa que o consumo médio de **energia elétrica** das grandes fábricas de cimento brasileiras era de 132 kwh por tonelada produzida. Para efeito de comparação, o autor informa que à época, o consumo elétrico anual das 06 grandes empresas de cimento superava ao das cidades de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Niterói, Porto Alegre e Belo Horizonte juntas, cujo total de habitantes era próximo a 2 milhões.

⁷¹ SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, 4º volume.

a grande maioria dos empreendimentos industriais era de pequeno porte, com produção baseada em métodos artesanais ou produção simples, tendo destaque os setores de alimentos, vestuário, tocador, velas, móveis, bebidas, enfim, o setor produtor de bens-salário. As indústrias tinham caráter local e existiam poucas fábricas modernas, exceto no ramo têxtil. Além do mais, esse processo de industrialização já aponta para a enorme disparidade entre as regiões brasileiras, com a concentração na região sudeste. Esse era o panorama geral do setor produtivo urbano até o início da década de 1920.

Caio Prado⁷² enxerga um despontar de grandes indústrias subsidiárias do capital estrangeiro, em meados da década de 1920, contrastando com uma crise do setor industrial brasileiro como um todo:

A importação de artigos manufaturados, que vinha em declínio ou permanência estacionária desde antes da Grande Guerra, cresce subitamente, desbancando em muitos terrenos e atingindo em quase todos a produção nacional. O período que vai de 1924 a 1930 será uma fase sombria para as indústrias brasileiras; muitas fracassam e perecem, e todas ou quase todas se manterão muito próximas do nível mínimo de subsistência.

Mais sólido é um setor particular da indústria brasileira que se veio desenvolvendo sobretudo a partir da I Grande Guerra: refiro-me às subsidiárias de grandes empresas estrangeiras. (p. 291)

Analisando esse mesmo período, Wilson Cano⁷³ enxerga um quadro de grandes transformações, principalmente no eixo Rio - São Paulo. O economista destaca a expansão de alguns setores industriais mais complexos como as indústrias químicas, metalúrgicas e de cimento:

O segundo momento, a década de 1920, a indústria de São Paulo dá um novo “grande salto”, desta vez, não apenas quantitativo, ao implantar - ainda que precoce e incipientemente - um pequeno compartimento produtor de bens de capital e de insumos

⁷² PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. Círculo do Livro. S/data.

⁷³ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1990.

mais complexos, diversificando também, em certa medida, a sua produção de bens de consumo (...). É nesse período (1920 - 1928) que a indústria paulista cresce (em termos reais) à uma taxa média anual de 6,6%... (p. 254)

Outro aspecto desse período diz respeito à intensificação da entrada de capital estrangeiro no Brasil:

Outra característica das indústrias que se desenvolveram depois de 1914 foi sua maior integração com o capital industrial internacional. De fato, alguns oligopólios internacionais tinham começado a investir em algumas indústrias no Brasil mesmo antes da guerra (...), mas o investimento estrangeiro aumentou consideravelmente nas décadas de 1920 e 1930. Em praticamente todas as indústrias que se desenvolveram nesse período, havia alguma participação de capital estrangeiro, que em alguns casos era bastante significativa, tais como cimento, ferro e aço, artigos de borracha, produtos químicos e farmacêuticos, artigos de toalete⁷⁴...

Em linhas gerais, essas são as circunstâncias que condicionavam a chegada da fábrica de cimento em São Paulo.

Esse movimento expansivo material da economia vem acompanhado também por um panorama ideológico em que propostas industrialistas, acompanhadas ou não de viés nacionalista, ganham força no cenário nacional, expressando o que Wilson Cano considera como uma “tomada de consciência para com a necessidade dessa instalação industrial”.

Mas o discurso industrialista fazia parte de um panorama mais amplo em que as medidas governamentais tendentes ao protecionismo à indústria sofriam fortes restrições de setores dos cafeicultores. Esses discursos influenciavam até as camadas médias e proletárias da sociedade paulista da época⁷⁵.

⁷⁴ Suzigan, Wilson. *Op. cit.* p. 264

⁷⁵ Esse debate aparece com freqüência na bibliografia especializada, e bem exposto na obra de Ângela Castro Gomes, *Burguesia e Trabalho*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

Entretanto, a hegemonia do PRP, com os cafeicultores à frente, não impediu que medidas legislativas fossem tomadas pelo governo federal nesse período, criando uma série de incentivos para ramos produtivos do aço e do cimento, promovendo a isenção de impostos de consumo e de importação para máquinas e equipamentos para essas indústrias; tarifas fortemente subsidiadas para o transporte de matérias-primas e bens de capital.

O incentivo à produção de cimento

Em dezembro de 1924 o governo federal lançou uma medida de política econômica que visava incentivar a produção de cimento no Brasil. Wilson Suzigan sintetizou bem o teor do Decreto nº 16.755:

Entre outras provisões, eram oferecidos os seguintes incentivos:

- 1) isenção de direitos alfandegários sobre importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e acessórios (ainda não produzidos no país) destinados à instalação e expansão das fábricas, extração da matéria-prima, geração e transmissão de eletricidade necessária ao funcionamento das fábricas, construção de ramais de estrada de ferro, ou outros meios de transporte para as matérias-primas ou produto acabado, e laboratório para uso das fábricas;
- 2) isenção por vinte anos de todos impostos federais;
- 3) facilidade para aquisição de terras para a construção de fábricas, usinas geradoras de energia, sistema de transporte, etc;
- 4) fretes reduzidos durante dez anos nas ferrovias e empresas de navegação do governo. Além disso, o governo tentaria obter isenções de impostos estaduais e municipais⁷⁶.

Uma publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 08.04.1926, indica como este decreto deve ter atizado a imaginação de muitos investidores. Nesse órgão de comunicação oficial aparece a dissolução de uma tal “*Sociedade Paulista de*

⁷⁶ SUZIGAN, W. Op. cit. p. 268.

Cimento Portland S/A” que havia se formado em 1925 com a finalidade de produzir cimento no município de Sorocaba e assim “*pudesse gozar de favores federaes prometido às primeiras fábricas de cimento que se organizassem no paiz*”. Esse empreendimento articulado a partir de um capital declarado de 5.000:000\$000 (cinco mil contos de reis), fora capitaneado pelo conhecido construtor Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que foi responsável por projeto e construção de inúmeros edifícios públicos e centenas de obras residenciais⁷⁷.

Vários autores fazem uma relação direta entre a promulgação do decreto de 1924 e a instalação da primeira grande fábrica de cimento (Peláez, Siqueira, Melero, Consultec). No entanto, Suzigan objeta esse raciocínio que parece ser óbvio e, fazendo um cálculo cronológico chega a afirmar que os incentivos governamentais não teriam sido decisivos para a instalação da primeira fábrica de cimento, a CBCP:

Já se afirmou (Peláez, 1972:199-203) que foi em razão dessa legislação que a fábrica canadense decidiu estabelecer-se no Brasil. Contudo, essa decisão foi tomada sem dúvida muito antes de os incentivos do governo estarem em vigor, uma vez que a empresa formou-se em agosto de 1924 e a construção da fábrica teve início no mesmo ano. A companhia beneficiou-se de favores do governo, mas as concessões só entraram em vigor em junho de 1925 (Decreto nº 16.944, de 16 de junho de 1925), quando a construção da fábrica já estava provavelmente adiantada, pois, como foi mencionado, a produção teve início em maio de 1926.

Esse debate não cabe diretamente nos interesses deste trabalho, porém não me esquivo de fazer algumas considerações. Talvez este último autor citado tenha razão se pensarmos que o Decreto pode não ter se constituído numa condição para a abertura do negócio pelo capital canadense. Ou seja, como ele próprio afirma, “*com ou sem incentivos, as duas empresas controladas por capital estrangeiro teriam se*

⁷⁷ É grande o número de edifícios públicos realizados por seu escritório: Teatro Municipal, Fórum, Edifício dos Correios, Escola Normal Caetano de Campos, Liceu de Artes e Ofícios, Escola Politécnica, entre tantos outros, conforme Paulo César Xavier em *Espaço, Técnica e Construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo*. São Paulo, Nobel, 1988.

estabelecido”. Para ele a “*descoberta de depósitos de matérias-primas nas proximidades dos mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo foi o fator mais importante*”. Porém, usando o mesmo artifício cronológico, é de se supor que um Decreto lançado em dezembro tenha sido objeto de debates por longo tempo e o seu teor já deveria ser conhecido por influentes políticos como os Srs. Sylvio e Carlos de Campos. Além do mais, o fato do decreto só ter vigorado em junho de 1925 não excluiu a empresa canadense dos benefícios, pois só um ano depois a fábrica de cimento foi inaugurada.

O difícil é admitir que a empresa tenha se eximido de benefícios tão benevolentes e, quem sabe, tão necessários para se enfrentar uma concorrência internacional. Afinal, o cimento portland é um produto que tem as mesmas características e o seu processo de fabricação é também similar em qualquer parte do mundo. Assim, serão os detalhes no custo que farão a diferença na disputa do preço de venda menor. Os favores concedidos pelo governo, como vimos, não eram pequenos e, se não foi o fator mais importante na decisão do investimento aqui no Brasil, temos que considerá-lo como medida fundamental. A concorrência estrangeira era feroz e, por diversas vezes foi acusada da prática de *dumping*⁷⁸.

Para reforçar o seu argumento de que os incentivos fiscais não foram decisivos, Suzigan cita também o caso da segunda fábrica a se instalar aqui no Brasil, que, quando se decidiu pelo investimento, em 1929, o decreto de 1924 já havia sido revogado em 1927, através da Lei nº 5.353. De fato, a Companhia Nacional de Cimento Portland, de capital estadunidense, adquiriu as terras onde se localizavam as então recém-descobertas jazidas de calcário em Itaboraí, no Rio de Janeiro, em 1929, porém essa fábrica só entrou em atividade em 1933, coincidentemente, um ano após um novo decreto voltar a estabelecer os benefícios, não só para o setor cimenteiro, mas também para outros setores produtores.

⁷⁸ O discurso dos representantes do setor cimenteiro na década de 1930, com frequência apresenta denúncias de prática de *dumping*. Destaco os Boletins da ABCP, nº 43 e o OEF nº 15, de abril de 1937. Muitas vezes isso acontece para justificar o alto preço do produto no mercado interno.

Não seria de se estranhar que companhias fortes e bem capitalizadas procurassem chantagear os governos a fim de conseguir benefícios que, ainda que não fossem absolutamente necessários para compor um preço competitivo, pelo menos serviriam para garantir a ampliação de suas margens de lucro. Tudo isso cabe bem dentro das regras do jogo capitalista.

Suzigan também rebate, agora com mais razão, a caracterização de *monopólio* do fornecimento de cimento, após a abolição dos benefícios incentivadores em 1927, conforme afirma Siqueira (2001, p. 32), Peláez (1972, p. 203) e Melero (1996, p. 25). Em nome do rigor conceitual, não se pode caracterizar de monopolista uma empresa que detém apenas 15,2% do consumo interno, trabalhando com mais de 50% da capacidade ociosa, como era o caso da CBCP em 1927. Isso não inviabiliza a constatação de que a CBCP tenha se beneficiado temporariamente com a extinção dos incentivos entre os anos de 1927 e 1932.

Ou seja, apesar de toda controvérsia e das dificuldades encontradas, num período em que todas as esferas governamentais se alinhavam ao poder hegemônico do setor cafeeicultor, a implantação inicial da indústria cimenteira no Brasil se dá pelo método que os economistas chamam de “substituição de importação”, mediante forte intervenção do Estado:

...apenas podemos concluir que o Brasil efetivamente implementou, de modo satisfatório, a proteção à indústria nascente, com a eficiência na produção de cimento. (Peláez, 1972, p. 204)

Porém, o apoio governamental não se limitou aos incentivos aduaneiros, tarifários e creditícios. Havia alguns órgãos da esfera estatal sempre prontos a auxiliar os empreendimentos, seja na fase da pesquisa mineralógica, seja na fase dos ensaios para dar garantias de qualidade do produto.

Nesse sentido destaca-se o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, que, na fase da pesquisa das jazidas de calcário desde 1923, elaborou vários relatórios para

“orientar os interessados sobre as jazidas que poderiam servir de base às indústrias de cal e cimento” (*Consultec*, 1967, p. 1-10). Esse estudo cita ainda o envolvimento da Escola Politécnica de São Paulo e o Gabinete de Ensaio da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

Merece destaque a atuação da Escola Politécnica de São Paulo que, através do seu Gabinete de Resistência dos Materiais, criado em 1899, cumpriu importante papel na transferência da tecnologia do concreto para São Paulo. Este gabinete transformou-se, em 1926, no famoso *Laboratório de Ensaio de Materiais – L.E.M.*, que, por sua vez, dá origem ao *Instituto de Pesquisas Tecnológicas – I.P.T.*, no ano de 1934⁷⁹.

Ambiente natural favorável

Não bastaria que o ambiente político e as circunstâncias econômicas fossem favoráveis, afinal, um dos itens fundamentais para a escolha do local para abrir um empreendimento no ramo do cimento é um fator que depende da natureza.

Quando em 1923 a empresa canadense Drysdale Y Pease, de Montreal, encarregou o especialista Dr. M.M. Smith de vistoriar as áreas mais adequadas para a produção de cimento no Brasil⁸⁰, ela apenas queria confirmar aquilo que certamente já sabia: Perus era o local indicado para acolher tal investimento. Afinal de contas, próximo a Perus encontra-se a jazida de calcário da então chamada “série São Roque”, que é uma formação geológica que “estende-se pelo Estado de São Paulo, desde a região de Caieiras, Perus, Santana do Parnaíba, Araçariguama, São Roque, Sorocaba, estendendo-se rumo a oeste” (*Consultec*, 1967), atingindo boa área do Paraná. É aí que se localizam as atividades de exploração de calcário para a produção de cal, desde o início do século XX, de propriedade da nossa já conhecida CIEFPP.

Apesar do calcário ser matéria-prima comum à cal e ao cimento, não é todo calcário que pode ser aproveitado para a produção do cimento, daí, logo de início, a produção deste ser mais difícil que daquele:

⁷⁹ Sobre esse assunto, verificar GITAHY, Maria Lúcia C. *Op. cit.*

⁸⁰ Cf. *Revista de Engenharia*, São Paulo, C.A. Horácio Lane/Mackenzie, n° 40, dezembro de 1926.

O calcário é a matéria-prima mais difícil de ser encontrada, nas condições exigidas para a fabricação do cimento. Deve possuir alto teor de carbonato de cálcio, convém ter pequena proporção de sílica, de óxidos de ferro e alumínio e, sobretudo, baixo teor de carbonato de magnésio, que é constituinte habitual no calcário. A maior parte dos depósitos de calcário acusa teores de óxido de magnésio acima do nível que permite obter cimentos com teor máximo de 6% de óxido de magnésio, limite superior tolerado pela especificação brasileira.

Há muito vem sendo estudada a influência do magnésio nos cimentos, pelo fato dos cimentos de alto teor de magnésio acusarem uma substancial expansão que já tem causado grandes catástrofes, pela ruptura de obras de grande vulto. (*Consultec*, 1967, p. 1-30)

Como já foi dito, desde 1914, quando a CIEFPP é inaugurada, essas jazidas são exploradas e, nesse período, seguramente, pesquisas foram feitas para testar a viabilidade do uso daquela matéria-prima para a fabricação do cimento, como mostra a citada Revista de Engenharia do ano da inauguração da fábrica:

De facto, por volta de 1912, deram resultados satisfatórios as experiencias feitas por um especialista norte americano, com pedra calcarea, argilla e schisto de Perus.

A argila e o gesso são os outros componentes para a fabricação do cimento portland (em alguns casos junta-se pequena quantidade de minério de ferro). A argila é um elemento mais facilmente encontrado na natureza, seja em vales de rios, planícies e encostas de morro. Esse componente também existia em grande quantidade no Sítio Santa Fé, entre Perus e Gato Preto. Já o gesso, tem a função de retardar o tempo de pega, a fim de colocá-lo nos limites estabelecidos pelas normas oficiais. As grandes jazidas de gypso no Brasil situam-se no nordeste brasileiro, porém, a importação desse produto de outras regiões do país para São Paulo, apesar da enorme precariedade do sistema de transporte no Brasil de então, não se colocava como elemento impeditivo

para a produção, devido ao pequeno percentual utilizado na composição do cimento, que varia de 2% a 3% do produto final.

Ou seja, conforme nos informa a citada *Revista do Trabalho*, n° 4:

A matéria prima que a Cia. Emprega é toda do nosso Estado. Com exceção do gesso, que ora vem do Ceará, ora do Rio Grande do Norte, os restantes materiais são obtidos no próprio terreno da empresa, sendo a argila extraída a 2 quilômetros de distância da fabrica, e o calcário obtido num raio que não vai além de 18 quilômetros, nas pedreiras da Bocaina, Água Fria, Pires e Casa da Pedra, todas de propriedade da Cia.

Assim, a primeira condição primordial exigida para a instalação de fábrica de cimento estaria atendida pela natureza, no caso paulista. A proximidade do mercado seria a outra condição básica.

O mercado do cimento

Não vou insistir aqui na argumentação sobre a força do mercado paulista, em expansão desde o final do século XIX, pois já sabemos que a cidade de São Paulo registra um estupendo crescimento populacional, experimenta surtos de industrialização, e tudo isso exige obras de infra-estrutura, tais como: construção e ampliação de sistemas viários, canalização de rios, construção de hidrelétricas, sem falar no crescimento vertical das cidades.

Quando me refiro à dimensão do mercado, penso naquilo que seria o mercado efetivo, não em um suposto mercado potencial, que aí incluiria uma demanda bem maior, já que grupos da população ainda não consumiam cimento àquela época. Quem compunha esse mercado eram grandes companhias como a Light, construtoras e empreiteiras e, principalmente, as diversas esferas governamentais que empreendiam as obras públicas. Entre os produtores e esses “consumidores” certamente havia grandes grupos intermediários.

Por isso, no caso do cimento, para se compor uma idéia do tamanho do mercado, basta observar o quadro evolutivo da importação do produto:

Consumo de cimento no Brasil

<i>Ano</i>	<i>Qtd.cimentoImportado (ton/ano)</i>	<i>Produzido no Brasil (ton/ano)</i>
1925	336.474	-
1926	396.322	13.382
1929	535.276	96.208
1933	113.870	225.580
1935	114.154	366.261
1937	74.831	571.452
1940	14.896	744.673

Fonte: Peláez, 1972.

OBS.: a partir de 1933 são duas grandes fábricas produzindo no Brasil. Em 1940, são 6 as grandes companhias de cimento no Brasil.

Infra-estrutura montada

O capital social declarado pelos empreendedores na Junta Comercial, em agosto de 1924, era de 25.000.000\$000 (vinte e cinco milhões de contos de réis), ou seja, em torno de 3 milhões de dólares, segundo Peláez (1972)⁸¹.

O novo empreendimento encontrou um local privilegiado para a montagem das instalações de sua fábrica: bem no entroncamento das ferrovias São Paulo Railway e a Perus-Pirapora, ou seja, próximo ao acesso a toda São Paulo, ao porto de Santos e também ao interior paulista. Acesso facilitado ao mercado, mas também fácil acesso às fontes de combustível, derivado do petróleo, que vinha importado via porto de Santos.

As vantagens não param por aí. Como se sabe, Perus fica próximo a de Santana do Parnaíba, cidade onde se localiza aquela que foi a primeira usina de eletricidade da América Latina, construída pela Light em 1901 para abastecer a cidade de São Paulo: a

⁸¹ Para efeito de comparação basta observar que esse valor corresponde a mais de dez vezes a arrecadação de uma cidade como Campinas que, em 1924 era de 2.238:443\$600 réis por ano, conforme *As Finanças de São Paulo no Governo Armando Salles Oliveira*, São Paulo, 1937.

hidrelétrica Edgar Souza. Dali partiram as linhas de transmissão que iriam atender as necessidades da fábrica de cimento.

Como a usina queimaria óleo combustível em seus fornos, mas tudo mais seria propulsionado por eletricidade, o projeto demandava uma linha de alta tensão da São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited, para vinda de energia gerada na usina hidrelétrica de Parnaíba. Para tanto, foram construídos ramais a partir do tronco Parnaíba-Jundiaí, inaugurado em 1921. O trecho entre Caieiras e Perus foi concluído em 1925. (Brazilian Traction, 1912-1930)⁸².

Ou seja, havia uma excelente infra-estrutura montada, quando da chegada do capital canadense que aqui montou a fábrica de cimento.

A força de trabalho: Mecanismo de formação do *Exército Industrial de Reserva*

Como colocar em funcionamento uma grande fábrica que é, praticamente, pioneira e localiza-se tão distante das vilas e dos cortiços, esses que são os grandes “reservatórios” de força de trabalho barata? Já sabemos que Perus tinha uma população relativamente diminuta e, certamente, não será a fonte dessa mão-de-obra. É certo que a fábrica foi construída à beira da ferrovia, mas isso não será bastante para garantir a tranqüilidade dos investidores, que preferem o excesso de força de trabalho garantidor do seu bom preço. E certamente esse foi o motivo principal que levou a CBCP optar pelo conhecido recurso das vilas operárias próximo ao local de produção.

Porém, não pretendo desenvolver detalhes sobre os trabalhadores neste início de dissertação, posto que, há um longo capítulo dedicado a eles, logo mais adiante. Pretendo aqui mostrar apenas que também nesse item, a fábrica de cimento foi favorecida pelas circunstâncias da época.

⁸² SIQUEIRA, *op. cit.*, p. 30

De uma maneira geral, podemos afirmar que a CBCP é beneficiária do grande mecanismo de montagem do chamado mercado de trabalho e o seu respectivo exército industrial de reserva, montado desde o início da estruturação da economia cafeeira, em meados do século XIX:

A massa de trabalhadores imigrantes que vem para o Brasil a partir dos anos 1880 representa certamente um mercado consumidor para a indústria nascente, mas ela representa antes de tudo a formação do mercado de trabalho.⁸³

Mecanismo acionado por grandes empresários e pelo Estado em seus diversos níveis. Até 1926, são mais de setenta anos de introdução maciça de força de trabalho estrangeira no Brasil. É certo que o grosso dessa mão-de-obra destina-se ao setor agrícola, mas também é certo que há os atrativos da indústria e seu ambiente urbano que “desvia” parte desse contingente.

O Boletim do Departamento Estadual do Trabalho – DET, de julho de 1933, assim registra os dados da imigração para o Brasil:

A estatística federal registra, para o Brasil, 4.520.438 imigrantes (1827-30)⁸⁴ (sic!). Desses, desceram em Santos, 2.275.256. O total paulista, até 1930, é de 2.565.412, incluindo-se os filhos de outros Estados, que, viajando de 3ª classe, são considerados imigrantes.

Wilson Cano⁸⁵ enxerga que o regime de trabalho livre possibilitou ao complexo cafeeiro varias vantagens, entre elas,

proporcionou também o alargamento da disponibilidade de mão de obra para a expansão urbana-industrial, tanto pela entrada direta de imigrantes não-agrícolas como pelo próprio movimento de atracão e fuga de imigrantes, gerados pelas crises do café.

⁸³ SILVA, Sérgio. *A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. S. Paulo, Alfa-Omega, 3ª ed. 1980.

⁸⁴ Seguramente o Boletim se refere ao período de 1827 a 1930.

⁸⁵ CANO, W. *Op. cit.* p. 62.

Também é certo que há os momentos de saturação, absoluta e relativa, dos processos de absorção de mão-de-obra na agricultura, resultante das freqüentes oscilações nos ritmos dos negócios.

Há que se considerar ainda a intensificação do processo migratório interno, cujo sentido é nitidamente um fluxo em direção à cidade de São Paulo, onde o desenvolvimento rural e urbano oferece as maiores oportunidades. Conforme Wilson Cano, cerca de 226 mil trabalhadores nacionais, principalmente mineiros e nordestinos, imigraram para São Paulo entre 1920 e 1929 (Cano, 1990, p. 61).

Os salários pagos pelas indústrias paulistas começaram, então, a ser fator de atração da mão-de-obra mineira e nordestina. É a partir desse momento que surge a chamada “oferta ilimitada do fator trabalho”, ou seja, uma realocação do fator trabalho de um setor de subsistência com baixa produtividade para um setor capitalista de alta produtividade.⁸⁶

Além disso, a absorção de mão-de-obra feminina no meio urbano, faz esse mercado de trabalho se ampliar:

Censo de 1919 constata também, uma grande porcentagem representada pelo emprego feminino (33,7% da ocupação operaria) em São Paulo...

Ora, essa abundância de força de trabalho favorece ao barateamento do seu preço, facilitando, assim, a absorção pelo capitalista que impõe salários a níveis muito baixos. Lembrando que nessa época era comum o emprego não só de mulheres na indústria, mas também menores.

Esse fator econômico, no âmbito da formação de um mercado de força de trabalho abundante, não seria, no entanto, o único a determinar uma possível desvalorização salarial. É bom recordarmos que desde 1921, com a decretação da lei

⁸⁶ HOGAN & BERLINCK. O Desenvolvimento econômico do Brasil e a imigrações internas para São Paulo: uma análise histórica. (Mimeo) Unicamp, Campinas, 1974.

de expulsão de estrangeiros e com a decretação do Estado de Sítio em 1922, no Governo de Arthur Bernardes, devido ao movimento tenentista, desencadeia-se uma enorme repressão ao movimento operário, que entra em refluxo. Esse ambiente, seguramente não é favorável à ação sindical que lute por aumentos ou recuperações salariais.

Em resumo, numa primeira visão geral, esses dados podem fundamentar genericamente o que falamos acima: numa perspectiva do capital, o ambiente econômico e social do Brasil, no período em que aqui se implantou a fábrica de cimento, no que diz respeito à força de trabalho, era bastante favorável ao investimento.

Capítulo II



Vista aérea da fábrica de cimento no início da década de 1930 (9)

O processo de produção na Fábrica de cimento em Perus

Introdução

O trabalho é muitíssimo mais do que isso [fonte de toda riqueza]. É a condição básica de toda vida humana. E em tal que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

F. Engels

Este segundo capítulo dedica-se à descrição de alguns aspectos do processo de produção do cimento. Trata-se de uma descrição sucinta, que tem como objetivo central reunir elementos para reflexão sobre as especificidades dos trabalhos executados na fábrica e as possíveis decorrências disso no plano da subjetividade dos trabalhadores. Além disso, servirá para situar melhor o leitor no ambiente interno da fábrica e também para adicionar novos elementos para a compreensão de parte desse universo do operário fabricante do cimento. Com isso, sem perder a perspectiva de análise do trabalhador genérico, como produtor de valor, buscaremos uma aproximação das características específicas do trabalho útil do produtor de cimento.

Creio que o ofício, no ato de produção e reprodução da vida através do trabalho, é importante momento condicionador na formação da consciência e da visão de mundo do indivíduo, ainda que este não seja elemento determinante único na formação da consciência, pois esta tem múltiplas determinações e infinitas formas de manifestação. Contudo, creio que essa relação teleológica do homem com a natureza, traduzida no ato social do trabalho, impõe importantes marcos condicionantes do pensar do indivíduo.

Um complexo de atividades

O cimento é um produto relativamente simples, resultante da mistura de algumas matérias-primas (calcário, argila e gesso), mistura essa feita através de um complexo de operações que envolvem equipamentos pesados para a transformação de matérias brutas em um pó extremamente refinado, que adquire características específicas. Isso torna o cimento uma mercadoria relativamente de alto valor agregado.

A produção do cimento envolve três atividades bem diferenciadas, no que diz respeito ao processo de trabalho e que também são espacialmente compartimentadas. Normalmente as três fases são encampadas pela mesma empresa, dado o alto grau de interdependência das três atividades. Seria, talvez, arriscado para o capitalista, a separação espacial, temporal e administrativa de atividades tão interdependentes e essenciais umas às outras. Por isso, as atividades extrativas e fabris, e os serviços delas decorrentes, eram todas aglomeradas sob uma só administração e sob um mesmo espaço físico. Como já afirmei em capítulo anterior, normalmente as fábricas de cimento localizam-se junto às fontes de calcário. No caso da fábrica de cimento Perus nos seus primórdios, a essa aglomeração de atividades produtivas, era adicionada também o envolvimento da atividade reprodutiva da vida do operário fora da fábrica, através da montagem das vilas operárias que co-existiam com o espaço de produção.

A primeira fase engloba todo processo de extração e beneficiamento da matéria-prima fundamental do cimento: o calcário. A segunda é o transporte dessa matéria-prima até a fábrica. No caso em estudo, esse transporte é feito pela via férrea. A terceira fase é, exatamente, todo processo de produção do cimento até a fase de embalagem.

Essas três fases comportam atividades produtivas radicalmente distintas. Já numa primeira generalização, podemos dizer que, enquanto a primeira atividade – a extrativa – é praticamente manual, absolutamente dependente da destreza corpórea do operário, a última atividade produtiva – a de transformação –, principalmente nos momentos mais cruciais do processo, caracteriza-se por uma produção que os economistas chamam de “produção de fluxo”, posto que, o grosso do processo se dá sem a intervenção direta da mão humana. Nesse referido momento da produção, a função do operário restringe-se mais às atividades de controle e acompanhamento dos movimentos das máquinas.

Respeitando essas especificidades, optei por também separar a descrição do processo produtivo. Chamo a atenção que, doravante, toda referência feita ao processo de fabricação do cimento diz respeito ao período inicial de sua produção no Brasil, desde 1926 até em torno do final da década de 1930. Apesar desse processo não ter sofrido alterações radicais, não se pode desconsiderar significativas mudanças a partir

de introduções de novos maquinários no curso do desenvolvimento tecnológico nacional.

Toda descrição do processo produtivo será acompanhada de comentários rápidos que chamam a atenção para os riscos de acidentes, pois estes serão tratados especificamente em capítulo posterior.

O trabalho nas pedreiras

*Mão tenazes e obtusas.
Feridas na remoção de pedras e tropeços
Quebrando as arestas da vida*

Cora Coralina, “*Estas mãos*”

A descrição dessa atividade baseia-se fundamentalmente em duas fontes que, para mim, dão a credibilidade necessária para as análises que dela decorrerão, nos limites propostos por esta dissertação. Uma das fontes utilizadas é o texto intitulado “*A Segurança e a Higiene do Trabalho na Indústria do Cimento*”, que encontrei na *Revista do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC)*, nº 205/6, de novembro/dezembro de 1970. Trata-se de trabalho apresentado ao *IX Congresso Nacional do Prevenção do Acidentes*, em 1966, por Romeu Oscar Pretz, do Departamento de Higiene e Segurança Industrial da Cia. Cimento Portland Itau e membro da American Society of Safety Engineers.

O meu objetivo era encontrar um documento com esse teor, mas de anos mais próximos ao período estudado. A impossibilidade não implicará em qualquer prejuízo para o fim proposto, pois, a descrição feita refere-se a atividades manuais e, certamente, é amplamente válida para períodos anteriores. Afinal, esse texto não cita a utilização de tratores, de retroescavadeiras ou de jatos d’água, como acontece mais modernamente. Em comum, além do esforço físico, podemos citar o uso de martelotes, picaretas, equipamentos simples de limpeza de pedras e explosivos.

A outra fonte são depoimentos orais de trabalhadores idosos que atuaram nas atividades de extração de calcários ou próximos a elas. Portanto, o texto que segue, é fruto do cruzamento do referido trabalho de Pretz com depoimentos orais.

Há que se fazer também uma importante distinção: o caso estudado refere-se a pedreiras voltadas para a produção de matérias-primas do cimento, que se diferem das pedreiras que se prestam a produzir material para as construções urbanas, como o de calçamento de ruas ou mesmo edificações de prédios feitos com pedras. No caso destas últimas há algumas diferenciações importantes, no que diz respeito ao processo de trabalho e à própria formação da força de trabalho. O processo de corte e modelagem das pedras que constroem os prédios e calçamentos de ruas é realizado nas próprias pedreiras. Esse fato determina a existência de um operário com perfil de artesão, capaz de formar laços identitários específicos, com possibilidades de formação de sociabilidade específica⁸⁷:

Os trabalhadores que pavimentam as ruas – aos quais chamaremos genericamente *calceteiros* – e os que trabalhavam nas pedreiras cortando blocos de rocha – aos quais chamaremos genericamente *canteiros* -, malgrado sua visão tradicional do mundo do trabalho, permeada de atributos de honra típicos do *ofício*, foram fundamentais no processo de modernização urbana sofrido por Porto Alegre e outras cidades como Pelotas, Rio Grande, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Montevideú e Buenos Aires⁸⁸.

No entanto, os serviços executados por trabalhadores em pedreiras voltadas para a produção de cimento, prescinde da modelagem das pedras. Estas, quando detonadas pela dinamite, são quebradas por marretas e triturada por máquinas.

Em uma pedreira normalmente são executadas as seguintes tarefas básicas:

⁸⁷ Sobre os trabalhadores em pedreiras, verificar os trabalhos do historiador Adhemar Lourenço da SILVA JR., que estão citados na bibliografia. Há também uma dissertação de mestrado produzida na FFLCH-USP, em 1995, de autoria de Antonio José MARQUES, que trata das organizações operárias e sindicais dos trabalhadores em pedreiras de Ribeirão Pires, onde se destaca a atuação dos anarquistas.

⁸⁸ Silva Jr., Adhemar Lourenço da. *Quem construiu o calçamento da rua da praia?* In: D'ANGELO, Ana Lúcia Vellinho (org.). *Histórias de trabalho*. Versão 1995. Porto Alegre, Universidade Estadual de Porto Alegre, 1996.

1. a limpeza e preparação do terreno ou superfície da pedreira para início da perfuração
2. a perfuração da rocha com martetele
3. a preparação dos explosivos para o “tiro” (detonação)
4. o “tiro”
5. a operação de descombramento e limpeza
6. a remoção do calcário extraído e seu transporte e,
7. finalmente, sua britagem em dois estágios.

Praticamente todo serviço executado numa pedreira é feito a céu aberto. A primeira fase, de preparação do terreno para a perfuração, envolve grupos de trabalhadores que se utilizam de diversos equipamentos simples e manuais, tais como enxadas, pás, facões, marteteletes, vassouras, picaretas e objetos similares. Os operários que executam estas tarefas possuem denominação própria e características de suas funções. “Assim o ‘descombrador’ é o homem que limpa e prepara o local para perfuração, como também é ele quem, após a detonação, faz o *descombramento*, isto é, o deslocamento de rochas soltas na plataforma da pedreira”⁸⁹.

Não há, portanto, nesta fase, o requerimento de qualquer habilidade mais complexa que exija qualquer tipo de formação profissional. Resistência e força física são atributos suficientes para execução de tais tarefas. Esses operários estão expostos às intempéries da natureza, resvalamentos, quedas das e nas rochas, e a uma constante poeira em suspensão. “Os desmoraamentos, as quedas de rochas e pedriscos constituem-se como perigo constante junto à face da pedreira. Os descombradores e marteteleiros, que necessitam trabalhar em locais elevados e de diminuto espaço, estão em constante risco de queda ou mesmo de resvalamento na face escorregadia do calcário. Somemos a isto, os imprensamentos e esfoladuras das mãos e pernas nas arestas

⁸⁹ Conforme PRETZ, Romeu Oscar. *Segurança e Higiene do Trabalho na Indústria de Cimento*, Revista do SNIC, n° 205/206, novembro/dezembro de 1970.

ponteagudas das rochas; as partículas esvoaçantes, com sérios riscos para os olhos” (Pretz).

Num segundo momento entram em cena aqueles que perfuram as rochas para a colocação de explosivos. Essa operação é realizada sobre as rochas ou em suas escarpas, quando os operários, amarrados por cordas, ficam pendurados a executar a furação do bloco de pedras, através de martelos e ponteiros. Trabalho pesado que requer alguma destreza e que expõe o trabalhador a riscos imagináveis, como quedas, resvalamentos e alvo de pedriscos esvoaçantes.

O Sr. Augusto Silva de Souza⁹⁰, nascido em 1915, trabalhou durante muitos anos na fábrica de cimento, desde a década de 1940. Antes de trabalhar na fábrica em Perus, ele trabalhou nas pedreiras em Água Fria. O seu depoimento ilustra bem a descrição dessa atividade:

Então, ele chegava...numa pedra, uma parede como essa, então eu tinha uma corda lá no alto da pedreira e amarrava...numa árvore lá longe e lá aquele homem ficava lá com uma marreta e um...ponteiro e ia fazer um furo na pedra para ele colocar um penhasco de aço, para depois fazer o andaime. Fazia um furo lá e outro aqui e colocava uma tábua ali e aí subia ele e o ajudante dele pra furar as mina pra pôr fogo pra quebra a pedra. O cara lá a vinte, vinte e cinco metros de altura, em cima, batendo marreta... e numa corda amarrada. Se ele perdesse o pé, como aconteceu muito, o cara ...tava morto mesmo.

Concomitantemente, os “cabo de fogo” preparam as dinamites para serem colocadas por eles próprios nas fendas abertas nas rochas.

Eles ficavam pendurados na escora...É, e depois ali, tinha um martelo com uns containeres de aço, aí eles perfuravam 2 ou 3 metros e depois colocavam a dinamite, né?

⁹⁰ Entrevista concedida à Equipe de História Oral do DPH, em 30/04/1991, cujas fitas se encontram no Sindicato em Perus.

Para dinamitar, então, ali, durante o dia eles ficavam preparando toda aquela mina para ser explodida quase na hora de sair do serviço⁹¹.

Feito isso, eles ateam fogo no cordão detonante, espoleta ou estopim e saem a correr para os abrigos, a espera das explosões. Abrigados, os “cabo de fogo” atentam para a quantidade de explosões que devem coincidir com o número de pontos de fogo. No caso de não haver coincidência nos números, aguarda-se um momento para depois se fazer a aproximação e verificação daquelas dinamites que “falharam”. É dispensável falar dos riscos que envolvem esse tipo de tarefa com explosivos e seus agentes detonantes. É uma função que requer bastante perícia, pois os trabalhadores se expõem a perigos constantes “com o manuseio, transporte e preparação dos explosivos. Suas mãos apresentam-se amareladas e, em alguns casos, com sinais de dermatose, provocadas, provavelmente, pelos componentes químicos da dinamite” (Pretz).

Uma vez ocorrida a fase das explosões, o descombrador volta à sua atividade para deslocar as pedras soltas e o marroeiro, com seu marrão, quebra as rochas de porte médio que não podem ser explodidas. Com as mãos ou as pás, os carregadores alimentam os carros que levarão as pedras até os vagonetes na ferrovia, em direção aos britadores que irão executar a moagem do calcário.

“Na área de britagem do calcário, existem, normalmente, dois britadores de grande porte - o primário, que brita pedras em tamanhos variáveis entre 250 a 300 mm, as quais passam diretamente para o secundário, de onde saem com 10 a 15 mm de tamanho, seguindo por correia transportadora ou elevador, para o silo de armazenagem”(Pretz). Neste setor de britagem, o risco potencial de acidentes reside, principalmente, nas partículas esvoaçantes lançadas pela boca dos britadores, assim como os componentes dos mesmos, tais como os volantes e transmissões de grande porte.

No mais, ocorrem os serviços auxiliares como transporte, manutenção, administração, etc. A descrição não deixa dúvidas sobre o tipo de serviço pesado,

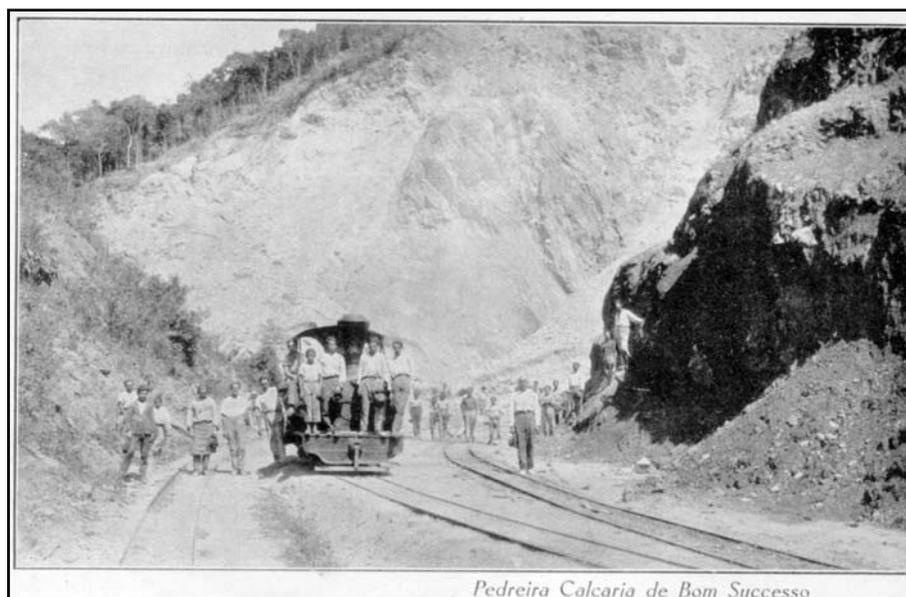
⁹¹ Entrevista concedida por Sr. Garrido à Equipe do DPH, em 16/07/1991. Idem acima.

agressivo à saúde do trabalhador e de alto risco. O grosso das atividades são executadas manualmente, com ajuda de ferramentas simples. Os britadores são equipamentos pesados e de grande porte, mas de fácil operacionalidade. Trata-se de um grande moedor acionado por eletricidade, onde o corpo central é composto por uma enorme peça de aço em forma de “pêra”, ou de “martelo”, que, ao girar, pressiona as rochas contra as paredes de um cilindro de aço, triturando-as. Além do serviço de alimentação, cabem operações de limpeza, desobstrução e manutenção.

O depoimento do sr. Zacarias⁹² chega a ser dramático:

...e o Pedrinho foi dar uma marretada na “gonda” e é perigoso escapar dentro do britador, porque passou um homem dentro do britador é como uma muié passa uma carne numa máquina..., aí escapou a marreta da mão dele e foi dentro do britador (a marreta). O irmão do Faustino, você lembra ...”.

O irmão do Faustino, a quem se refere o Zacarias, segundo depoimento de outros trabalhadores, perdeu a vida após ter sido triturado em um britador da fábrica em Perus.



Pedreira Calcária de Bom Sucesso

Aspecto de uma pedreira na região de Caieiras

⁹² Depoimento do Sr. Zacarias de Oliveira, narrando o início do seu aprendizado numa máquina ferroviária, em 14/05/1991

O transporte

O calcário em forma de pedras é transportado por cerca de 20 km até a fábrica, através da ferrovia. Quando da formação da Companhia Brasileira de Cimento Portland, em 1924, a Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP), inaugurada desde 1914, fora incorporada à Companhia. Os equipamentos rodantes sobre os trilhos geravam um pequeno contingente de trabalhadores diretos. As informações adquiridas⁹³ indicam que até 1930 existiam em torno de seis máquinas tracionadoras. Cada máquina requeria serviços de um maquinista, que conduzia a locomotiva, um foguista, que alimentava as fornalhas do trem com combustível (lenha) e alguns operadores de tráfego. Os serviços auxiliares executados nas oficinas mecânicas, para reparos das máquinas e vagões, esses sim, reuniam operários em maior número e com tarefas mais diversificadas.

...eu pegava e abaixava na boca da fornalha da Maria Fumaça e lenha pra dentro, lenha pra dentro, levantava um pouquinho a pressão eu tava faltando um poquinho de água eu engatava o engetor, engetor era de alimentar cardera, quando abaixava um poquinho a pressão e a cardera tava suficiente de água fechava a cardera e lenha e lenha... (...) [às vezes] ia dormi o foguista e ficava só o maquinista na máquina; ele fazia o serviço de foguista e o serviço de maquinista⁹⁴.

Os trabalhadores desse setor de transporte tinham condições de trabalho bem peculiares e, mesmo quando registrados como empregados da Companhia de cimento, eles se expressam como “ferroviários”. As entrevistas com os ex-empregados da fábrica de cimento que trabalhavam na ferrovia, demonstram que os equipamentos de trabalho diretos tem uma força simbólica nas memórias desses trabalhadores de tal forma, que a sua relação jurídica com a Fábrica de cimento fica ocultada e até confusa. Creio que

⁹³ Principalmente em GORDINHO, *op. cit.*

⁹⁴ Depoimento do Sr. Zacarias, citado acima.

esse aspecto tenha alguma relevância para analisarmos interferências no curso dos processos associativos dos trabalhadores.

Com relação aos riscos a que se submetem esses trabalhadores, destacam-se aqueles decorrentes da manutenção dos vagões e locomotivas, os riscos de colisão e descarrilamento e riscos de queimaduras devido à proximidade da cabina com a caldeira.



Locomotiva pertencente à CBCP em atividade. (11)

O processo de trabalho na fabricação de cimento: primeira aproximação

A definição técnica do cimento, proposta pela Especificação Brasileira EB-1, nos diz:

“Cimento portland é o aglomerante obtido pela pulverização do clínquer resultante da calcinação até fusão incipiente de uma mistura íntima e convenientemente proporcionada de materiais calcáreos e argilosos, sem adição, após a calcinação, de outras substâncias a não ser água e gesso”.

Todo material que satisfaça a essa definição, que obedeça em sua composição química a determinados limites e apresente coeficientes de resistência especificados, é um cimento portland, seja qual for o local de sua fabricação. “A designação portland

não determina e jamais determinou origem ou procedência do cimento; define porém um produto”⁹⁵.

Compreende-se o esforço para uma especificação tão precisa, afinal, como já se disse em passagem acima, a utilização de aglomerantes para a construção civil vem de tempos imemoráveis, porém, o produto desenvolvido no final do século XIX, que possibilitou a engenharia civil concretizar obras antes inimagináveis, requer um controle de qualidade absoluto, por razões óbvias.

O processo de fabricação do cimento conjuga em um mesmo espaço produtivo as atividades de extração, transporte e transformação das matérias-primas, o que faz com que o projeto arquitetônico da fábrica e seu *lay-out* sejam planejados de tal forma a otimizar o fluxo produtivo, aproveitando ao máximo os recursos, visando, principalmente, a racionalização de esforços e energia. Não esqueçamos que no início da década de 1920, os equipamentos mecânicos de grande porte eram raros e, no caso de São Paulo, as fontes energéticas representavam alto custo. Ou seja, onde não existiam máquinas, o equipamento corpóreo humano era o único recurso para executar aquelas tarefas mais penosas.

Observando o *lay-out* do processo produtivo da CBCP, podemos perceber o porquê ela fora considerada uma moderna fábrica de ponta, quando da sua inauguração. Diante dos “restos mortais” em avançado estágio de deterioração da fábrica, é inevitável o esforço mental que reconstrói abstratamente o processo produtivo, ligando tubos desconectados, pontes sem começo e sem fim, fornos sem alimentação, dutos sem destinos e, o que é mais criativo: recolocamos mentalmente todo esse equipamento em movimento. A imaginação é difícil e a reconstrução não é simultânea, mas é suficiente para percebermos o vulto da obra de engenharia.

Do ponto da ferrovia onde é feito o descarregamento do calcário dos vagões de trem diretamente no primeiro britador subterrâneo, até o carregamento de outros vagões ferroviários com o cimento já ensacado, são cerca de 250 metros de distância em linha reta. Porém, o “milagre” da transformação da rocha de calcário em pó de cimento,

⁹⁵ Cf. Boletim da ABCP, n° 43, de 1940.

ocorre num “desvio de rota” de cerca de 600 metros, cujo trajeto é feito através de esteiras rolantes que correm no subsolo, passando por percurso aéreo que chega a atingir a altura de uns 30 metros; também através de elevadores, fusos e ar comprimido.

Para melhor visualização desse processo mostro a planta da fábrica no **anexo 1** desta dissertação, onde podemos ver a área onde convivem o local de produção e as vilas operárias. Esta planta é cópia da que consta em anexo do citado Parecer de Tombamento, elaborado pelos técnicos da Prefeitura Municipal de São Paulo.

De fato, a obra de engenharia que combina túneis, silos superficiais e subterrâneos, enormes chaminés, pontes e os grandes equipamentos, chega a causar certa perplexidade.

A figura que aparece no **anexo 2** desta, mostra o esquema linear de funcionamento de uma fábrica de cimento padrão.

Note-se que o processo consiste basicamente na transformação da matéria bruta (rochas) em pó extremamente refinado, e tem no forneamento das matérias-primas beneficiadas, a atividade mais complexa do processo de produção. São, portanto, os fornos, os equipamentos que formam o que se costuma chamar vulgarmente de “coração da fábrica”.

Como adiantei anteriormente, vou proceder à descrição do processo de fabricação do cimento com o intuito de destacar os equipamentos da fábrica, para daí refletir sobre o tipo de trabalho que elas exigem. Portanto, a descrição não respeitará, necessariamente a seqüência produtiva, pois o nosso interesse limita-se a compreender fundamentalmente como se dá a relação homem-máquina no processo produtivo e as qualificações dos operários mediante o emprego dos equipamentos específicos.

Sendo assim, descreverei o processo produtivo a partir do seguinte agrupamento de atividades:

1. processo de transformação física da matéria-prima, que envolve trituração, moagem e mistura;

2. processo de transformação físico-química, quando matérias-primas são misturadas e submetidas a altas temperaturas, até atingir o ponto de incandescência.
3. as atividades “colaterais”, que reúnem os trabalhos que tornam possíveis essas duas acima, tais como: mecânica, elétrica, manutenção, controle de qualidade, etc.

São várias etapas de moagem, uma de forneamento e dois momentos de mistura. Portanto, as atividades centrais do processo de fabricação do cimento requerem, basicamente, grandes moinhos, equipamentos de trituração, fornos de grande porte, equipamentos de transporte. A essas atividades centrais, adicionam-se outras auxiliares (mas também essenciais) tais como estocagens, controle de qualidade e manutenção.

Segunda aproximação: homens e máquinas na fabricação de cimento

Vamos, pois, a partir dessa primeira aproximação, procurar descrever um pouco mais detalhadamente as atividades centrais do processo de fabricação do cimento, seguindo a decomposição em duas fases, conforme feito acima, ou seja, a fase que envolve trituração e moagem, que não altera a composição da matéria-prima e a fase da transformação físico-química da matéria.

Processos físicos de transformação

Esse processo é feito através de diversos equipamentos bem diferenciados uns dos outros, mas cuja função é uma só: promover a trituração e moagem da matéria-prima até torná-la pó. Nessa categoria podemos distinguir basicamente dois tipos de equipamentos: os britadores e os moinhos. Há também um processo de secagem da matéria-prima que se realiza em grandes cilindros rotativos, bem parecidos com os moinhos.

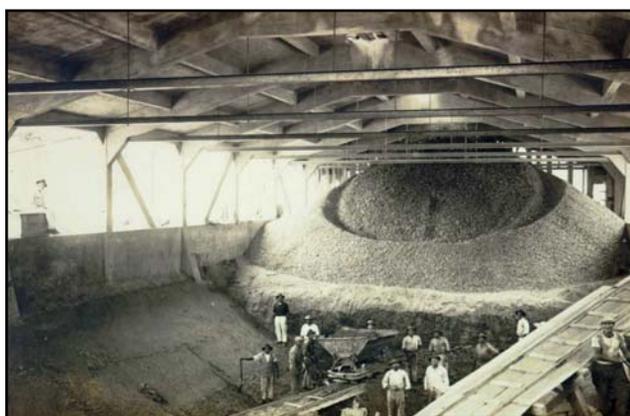
A britagem do calcário, já iniciada desde a fase de extração, dá início ao processo produtivo propriamente dito. Acondicionado nos vagões de trem, a matéria-prima é despejada, por gravidade, em um grande britador, localizado sob a ferrovia.

Esses britadores são máquinas que possuem basicamente uma pesada ferramenta que realiza movimentos giratórios e que, através da compressão, trituram a matéria-prima. Após essa trituração, esteiras rolantes subterrâneas conduzem o calcário triturado para outro britador (Pensilvânia), de onde seguem para depósitos de pedras. Nesse processo há peneiras que selecionam as maiores, que tornarão de volta aos britadores. Nesse mesmo depósito, em compartimento separado, é armazenada a argila, que também chega à fábrica da mesma maneira que o calcário, ou seja, através dos vagonetes.

Antes de seguir para o processamento, o calcário passa por um processo de secagem no interior de secadores cilíndricos de aço, rotativos e ligeiramente inclinados, aquecidos por grandes maçaricos, de onde saem completamente desidratados. Misturados à argila são armazenados em grandes silos de concreto. Todo esse percurso é também cumprido através de esteiras rolantes e o trabalho operário direto resume-se a tarefas de acompanhamento e vigilância, além do acionamento e limpeza/desobstrução desses equipamentos.

Aspecto de um dos armazéns intermediários de calcário da fábrica de cimento.

No detalhe, trabalhadores que alimentam carrinhos transportadores de matéria-prima. Operações manuais combinadas com mecanismos automáticos, onde o homem funciona como “apêndices” das máquinas (12).



Já bem fracionado, essa mistura (calcário seco + argila) passa por novo processo de moagem, agora em moinhos cilíndricos de aço com pequenas esferas de aço em seu

interior, localizados em um grande compartimento de concreto, repleto de máquinas auxiliares. Com a rotação, as esferas chocam-se com as pedras, reduzindo-as até transformá-las em pó, que é chamado de “farinha crua”. Após esse processo, o produto é armazenado em outros silos, de onde seguirão para os fornos.

Após a calcinação nos fornos, o novo produto sai incandescente, sob a forma de pequenas bolas (clinker) e passam por resfriadores, que são grandes recipientes cilíndricos rotativos. Daí, através de correias e elevadores, são estocados em enorme armazém subterrâneo, mas com cobertura na superfície.



Silos que alimentam os moinhos cilíndricos, que aparecem na parte inferior (13)

Desse depósito o clínquer é conduzido por esteiras e elevadores para outra esteira que conduz o gesso devidamente dosado e que fora também refinado em outro triturador. O gesso e o clínquer seguem para o “moinho de bolas” onde serão misturados e moídos até virar pó. Através de grandes fusos que giram sobre a superfície, e de ar comprimido que circula em longos tubos, o cimento é guardado em outros grandes silos e daí seguirão, também por pressão de ar comprimido, às ensacadoras.

Percebe-se que nesse processo, todo mecanismo automático de alimentação, condução e processamento, onde a mão humana não participa diretamente no processo de transformação da matéria. Aliás, esse automatismo fora destacado pela redação da citada Revista de Engenharia, do ano de 1926⁹⁶:

No seu interior tudo é automático; só se vêem elevadores, transportadores, etc.

Desde a chegada até a saída a mão do operário não toca a matéria.

Ou seja, a máquina cumpre o papel central e centralizador das atividades, cabendo aos trabalhadores as funções básicas de alimentação, fiscalização, limpeza e desobstrução das mesmas. Os homens assumem, assim, funções de importantes apêndices de grandes equipamentos que funcionam acionados por força motriz elétrica. A observação desse processo nos remete diretamente às observações feitas por Karl Marx, quando ele analisa o processo de transformação da manufatura ao maquinismo:

Nos numerosos pontos do sistema mecânico, o trabalho aparece apenas como corpo consciente, sob a forma de alguns trabalhadores vivos. Dispersos, submetidos ao processo de conjunto da maquinaria, não formam mais do que um elemento do sistema, cuja unidade não reside nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa), que, em relação à atividade isolada e insignificante do trabalho vivo, aparece como um organismo gigantesco. Neste estágio, o trabalho objetivado aparece realmente, no processo de trabalho, como o poder dominante face ao trabalho vivo...⁹⁷

Transformação físico-química

Passo agora à descrição do segundo agrupamento de atividades que trata, basicamente, do processo de forneamento do calcário.

⁹⁶ Revista de Engenharia, op. cit., p. 33.

⁹⁷ *Fundamentos da Crítica da Economia Política (Grundrisse)*, in: *Conseqüências sociais do avanço tecnológico*. Apresentação de Rudi Supeck, Edições populares, 1967.

A clinquerização, ou calcinação do calcário já misturado com a argila, é processada no interior de longos fornos horizontais⁹⁸, ligeiramente inclinados e que giram sobre enormes roletes. Esses fornos são revestidos por tijolos refratários e têm diâmetro que chegam a cerca de cinco metros, com comprimento que varia de 60 a 150 metros.



Esses três equipamentos compridos e cilíndricos são os fornos onde o cimento é calcinado (14)

A “farinha crua” é introduzida numa das extremidades do forno, através de uma grande recâmara, onde também se dá a filtragem da poeira e a exaustão de gases pelas chaminés e que serve também como controladora de temperatura do forno. Na outra extremidade um maçarico a óleo e um ventilador jogam ar aquecido e fogo para o interior do forno. A matéria, sob uma temperatura de aproximadamente 1500° C, percorre uma trajetória helicoidal facilitada pela inclinação do forno, saindo incandescente e completamente cozida, na forma de pequenas pedras arredondadas que recebem o nome de “clinker”.

⁹⁸ A fábrica é inaugurada com apenas um forno e, aos poucos, vão se instalando novos, ampliando, assim, a capacidade produtiva. Em 1951, o quarto forno, com cerca de 150 m de comprimento, fora instalado, dotando a fábrica com uma capacidade de produção de 360 mil toneladas de cimento por ano.

O clínquer incandescente é conduzido por gravidade aos resfriadores, localizados na parte inferior dos fornos. Estes são também equipamentos cilíndricos e giratórios.

O clínquer é armazenado, em seguida, num depósito coberto para ser feita toda extinção da cal excedente e, depois, encaminhado à última fase de moagem que resulta no cimento.

A moagem do clínquer é feita junto com gesso em moinhos idênticos aos “moinhos de cru”, cujos motores são também acionados por alta voltagem. O cimento assim obtido é pressionado por ar comprimido através de tubos, em direção a outros silos, em cuja base, máquinas realizavam o ensacamento.

Não obstante poder ser considerado o “coração da fábrica”, a atividade de forneamento envolve diretamente poucos operários, se abstrairmos as atividades de manutenção, é claro. O forno fica horas a girar lentamente calcinando a matéria-prima. Manipulando um painel de comando e observando o interior do forno, fica o operador sempre atento ao processo. Ao forneiro é exigida muita experiência no acompanhamento do produto, verificando pressão, intensidade da chama, temperatura, etc.

“As operações conjuntas do forno no seu todo, apresentam alguns problemas relacionados diretamente à higiene do trabalho, tais como: o calor radiante do próprio corpo do forno que afeta diretamente os homens que cuidam da manutenção e lubrificação dos rolos de apoio do mesmo; este calor atua com mais rigor no operário (BOLEIRO), que, eventualmente, precisa quebrar os aglomerados de clínquer que, pelo seu tamanho, não passam pela grelha; a poeira aquecida pelo calor é elevada neste local; a luminosidade intensa e ofuscante na operação de inspeção e exame das condições internas do forno e seu calor radiante; o despreendimento de poeira na operação de limpeza dos filtros e da caixa de fumaça, são alguns exemplos”.

Como riscos de acidentes, podemos mencionar as queimaduras e os corpos estranhos nos olhos, como os principais” (Pretz).

A última etapa do processo produtivo consiste no embalamento do cimento. Dos silos que acondicionam o cimento vindo dos moinhos, o produto segue comprimido em

tubos até as máquinas ensacadoras. A ensacadora encontra-se numa pequena plataforma junto às ferrovias. A tarefa dos operários consiste basicamente em pressionar alavancas que liberam o cimento já mecanicamente dosado e que cai por pressão em sacos com pequena abertura. Com o enchimento o saco veda automaticamente. Pelo que podemos deduzir da imagem abaixo, esses sacos caíam sobre carros e eram conduzidos para os vagões que ficam estacionados bem rentes à plataforma. Entretanto, posteriormente, também essa operação foi automatizada, sendo que os sacos já tombavam em esteiras que conduziam o cimento para toda a extensão dos vagões, reduzindo, assim, o esforço dos carregadores.

Para o ensacamento são utilizadas ensacadeiras automáticas com sistema de aspiração de pó para evitar sua dispersão no local. Entretanto, apesar da eficiência do equipamento, existe sempre poeira em suspensão neste local de trabalho, o que obriga aos ensacadores ao uso de máscaras de proteção.



Aspecto do setor de sacaria da fábrica de cimento (15)

“Como o pó de cimento possui características abrasivas, existe uma resistência quanto ao uso deste equipamento de proteção, pois sua escolha inadequada e conseqüente utilização, acaba por provocar esfoladuras por abrasão na face dos operadores” (Pretz).

Este mesmo poder abrasivo do cimento afeta as mãos dos operários que trabalham no carregamento dos vagões ou caminhões. Suas mãos apresentam-se ressecadas, com rachaduras nas palmas e dobras dos dedos e as marcas digitais quase não aparecem nas suas extremidades.

Quando o carregamento é feito para o interior de vagões ferroviários, temos ainda a poeira e o calor como agravante das condições de trabalho.

A descrição resumida de todo esse processo de transformação de rochas calcárias em um produto extremamente refinado como o cimento, deixa entrever um processo mecânico automático, acionado por enormes equipamentos, que requer um sistema organizacional perfeitamente sincronizado, para que o processo seja fluente. A manutenção, nesse caso, é imprescindível, havendo necessidade de plantões permanentes, pois algumas máquinas funcionam ininterruptamente, dia e noite.

Observemos, mais uma vez, que a interferência do *trabalho vivo* nesse processo coloca-se como suplementar, sendo que a mão humana quase não intervém diretamente na transformação do calcário em cimento. Essa característica é marcante e precisa ser destacada, pois a produção mecânica e de fluxo é, certamente, característica de poucas fábricas existentes no Brasil de então.

As atividades colaterais

No entanto, esse processo “de fluxo” restringe-se a esse circuito central da fábrica. Isso porque, para a manutenção de todo o circuito produtivo, é necessária uma infinidade de operações colaterais, que tornam possível o funcionamento de todo complexo.

Destacam-se as atividades de manutenção mecânica e elétrica, os serviços de carpintaria e do laboratório. Basta reparar as escalas proporcionais dos galpões onde se

realizam essas atividades, na planta em anexo, para se ter uma idéia da sua importância. São verdadeiras fábricas, dentro da fábrica de cimento. Num período em que são nítidas as dificuldades de importação de equipamentos, as oficinas mecânicas eram verdadeiras fábricas de equipamentos de reposição. Equipamentos que atendiam as necessidades não só da fábrica, mas também do sistema de transporte ferroviário.

Tão modestas quanto quaisquer outras instalações daquela ferrovia, as oficinas são um simples galpão aberto e um armazém para almoxarifado. Não obstante, ali se repararam e até se produziram todos os componentes para os veículos da ferrovia, que passaram pelas mais difíceis operações de reparos e para os também antiquados fornos de cimento. (Gordinho, op. cit., p. 53)

Nessas oficinas os processo de trabalho podem ser classificados como artesanais, devido à complexidade das tarefas exigidas pelos ofícios, que requerem uma destreza só atingível pelo perfeito equipamento que são as mãos humanas. Entretanto, também aí se sobressai a moderna concepção de racionalização do trabalho⁹⁹, como podemos perceber nas palavras dos redatores da citada Revista de Engenharia¹⁰⁰:

A situação das oficinas, umas ao lado das outras, dispostas de modo a reduzir ao mínimo o transporte de uma a outra máquina, traz grande economia ao produto.

Manutenção elétrica

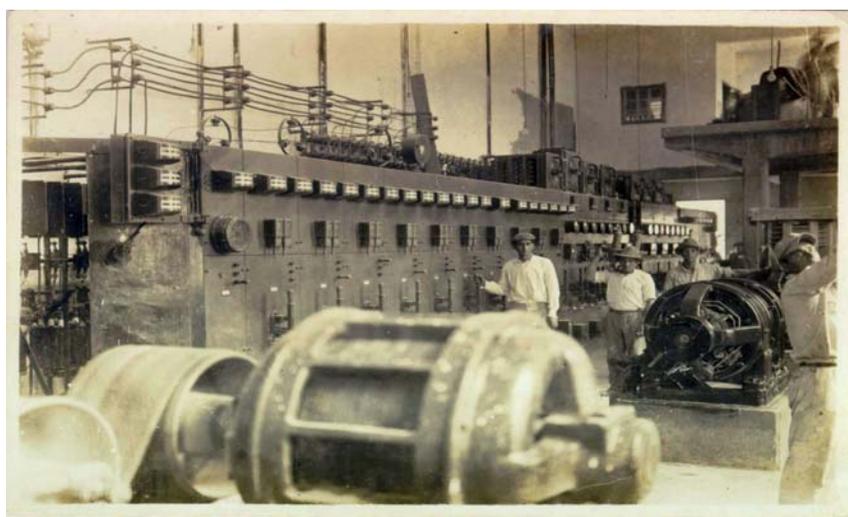
Desde a sua inauguração, a fábrica de cimento de Perus é movida a energia elétrica. Pelas dimensões dos equipamentos, podemos imaginar o porte dos motores elétricos destinados a movimentá-los.

⁹⁹ Essa expressão nos incita à lembrança do conceito de “taylorismo”. Entretanto, a leitura de um artigo assinado por Adalberto Marson, publicado em livro organizado por Ângela Araújo, *Trabalho, cultura e cidadania*, São Paulo, Editora Scritta, 1997, chamou-me a atenção para o uso abusivo e generalizador daquilo que se convencionou chamar de “taylorismo”. Além de relativizar e questionar a abrangência efetiva desse “método” nas indústrias, o autor afirma que as proposições e práticas administrativas que visavam a organização “científica” do trabalho eram comuns e muito variadas antes do aparecimento das idéias de Taylor e/ou

¹⁰⁰ *Revista de Engenharia*, op. cit. p. 33.

Todas as máquinas são accionadas eletricamente por 40 motores no total de 200 HP. Dois delles são synchronicos de 500 HP, cada um installados nas grandes moendas, e os restantes são pequenos motores para acionar os elevadores, transformadores, etc. e se utilizam ainda de 4 transformadores de 4400 volts¹⁰¹.

Uma sub-estação elétrica, localizada no pátio frontal da fábrica, era responsável pela transformação da voltagem adquirida desde a hidrelétrica de Parnayba. Uma sala de controle, localizada entre a oficina mecânica e o setor das ensacadeiras, comandava a distribuição dessa eletricidade para toda a fábrica.



Vista do setor elétrico da fábrica no início da década de 1930 (16)

Os profissionais cuidavam dos equipamentos elétricos da fábrica, tais como os painéis dos equipamentos, geradores, motores e toda a fiação responsável pela iluminação e alimentação das máquinas. Como membros da equipe de manutenção, esses operários circulavam por toda a fábrica, submetendo-se, assim, aos mesmos problemas de poeira ou ruído, além do fato de estarem constantemente lidando com equipamentos, acessórios ou dispositivos acionados por alta-voltagem, expondo-os às queimaduras e choques elétricos. Os demais riscos de acidentes são representados pelas

¹⁰¹ *Revista de Engenharia*, op. cit. p. 33.

canaletas abertas por onde flui o material moído, em forma de pasta, e as arestas e pontas externas dos parafusos no corpo do moinho.

Manutenção mecânica

Nesse setor já havia um grau de complexidade do “saber-fazer” operário muito mais variado, requerendo, por conseguinte, uma miríade de funções especializadas: torneiros, soldadores, serralheiros, ajustadores mecânicos, mecânicos de manutenção, entre outras.

Esse setor agregava uma equipe significativa de trabalhadores, devido à quantidade de serviços requeridos. Esses serviços eram requeridos tanto pelo processo de manutenção e reposição de peças e equipamentos, da fábrica e da ferrovia, diga-se de passagem, como também serviços que se faziam necessários pelo contínuo processo de expansão da planta da fábrica. Note-se que a fábrica inicia suas atividades em 1926 com apenas um forno, produzindo no primeiro ano somente 13 mil toneladas e, em 1951 implanta um quarto e maior forno, que dotaria a empresa com a capacidade de produção anual em torno de 360 mil toneladas de cimento. Esse processo de ampliação física da capacidade produtiva era acompanhado também de aperfeiçoamentos tecnológicos muitos deles desenvolvidos na própria fábrica.

O grande galpão da oficina mecânica constituía-se numa verdadeira manufatura de reposição de peças, montagem de maquinários e fabricação de equipamentos para a produção. O maquinário da fábrica viera todo importado dos Estados Unidos, Canadá e países europeus. Além de representar altos custos para a produção, as importações, principalmente devido às dificuldades de transporte àquela época, incentivavam a criatividade e a engenhosidade dos técnicos e trabalhadores das fábricas brasileiras. O testemunho do sr. João de Barros, que trabalhou na fábrica durante 40 anos, desde 1943 e foi durante muito tempo chefe da mecânica, em entrevista concedida a mim, ilustra bem esse aspecto. Em visita recente que fizemos juntos ao que resta dos equipamentos da empresa, intercalando às informações sobre o processo produtivo, ele explicava

muito orgulhoso sobre os diversos engenhos que ele desenvolvera para melhorar e reduzir custos da produção, como por exemplo uma máquina que usinava engrenagens de grande porte e que aparece na foto abaixo.



Equipamento desenvolvido e fabricado pelo Sr. João de Barro (17)

Inúmeras peças novas e de reposição, pequenas e grandes, eram moldadas e fabricadas na Cimento Perus, sendo que apenas a fundição era encomendada em empresa de terceiros. O Sr. João de Barros calcula em aproximadamente 140 o número de trabalhadores da mecânica no período em que ele chefiava o setor.

Os operários da manutenção mecânica e elétrica ocupavam, portanto, lugar de destaque no processo de fabricação, pois, da experiência e habilidade deles dependia o sucesso econômico do empreendimento.

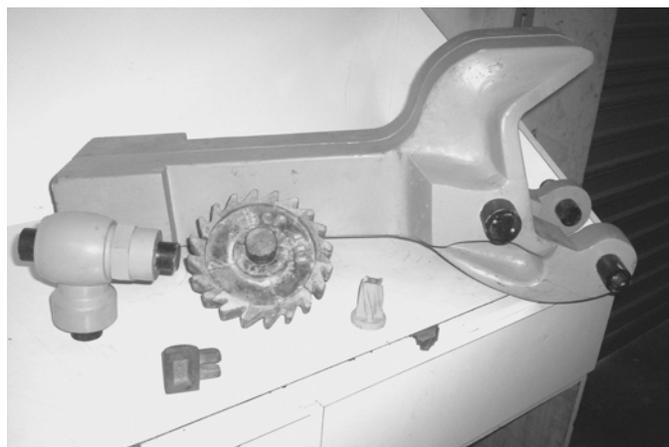
Uma máquina ou equipamento avariado pode paralisar a produção, cabendo à manutenção colocá-los imediatamente em funcionamento, independentemente da hora, dia ou condições precárias da tarefa a ser executada.

Este fator pode ser apontado como uma das causas fundamentais da incidência dos acidentes neste setor. A urgência da reparação de determinados equipamentos, máquinas ou acessórios, para que voltem a funcionar, integrando-se no processo produtivo, faz com que sejam negligenciados os preceitos e as normas de segurança que devem acompanhar os trabalhos de manutenção.

A reparação ou substituição de refratários no interior de um forno pode servir de exemplo, pois nem sempre seu interior apresenta temperatura ou condições ideais para o ingresso em seu interior. Muitas vezes os homens da manutenção se vêem obrigados a suportar calor intenso nestas tarefas, com conseqüentes danos à sua integridade física, a fim de suprimir as falhas com o máximo de urgência.

Existem outras tarefas executadas pela equipe de manutenção e que apresentam riscos permanentes de acidentes, tais como: a remoção ou colocação de corpos moedores dentro dos moinhos; os trabalhos à grande altura ou em locais acanhados e com elevada concentração de poeira, calor, umidade ou ruído.

A carpintaria



Moldes de peças de reposição produzidas no setor de carpintaria para fundição (18)

A imagem nos mostra alguns exemplos de moldes fabricados na empresa. Podemos imaginar os movimentos das mãos dos carpinteiros a pressionar ferramentas, dando formas novas a objetos antes em estado bruto. Através das imagens desses produtos, podemos perceber ser a carpintaria um grande centro de artesanatos. Como já se disse, na fábrica de cimento funcionava uma verdadeira manufatura de peças novas e de reposição para os veículos da ferrovia e para a fábrica. As peças eram concebidas e moldadas ali mesmo, desde engrenagens até chaminés. O processo de fundição requer a fabricação de moldes de madeiras, com muitos detalhes refinados e com relativa

precisão de medidas. A modelagem era uma das atividades essenciais da fábrica, que requeria, aí sim, operários muito bem qualificados e extremamente hábeis. Além dos serviços de modelagem, a carpintaria atuava ativamente na manutenção e também na ampliação da fábrica, construindo andaimes, plataformas, coberturas, pontes e muito mais.

Podemos inferir que, diferentemente do setor que engloba as atividades centrais do processo de fabricação, os operários desses serviços “colaterais” mantêm uma relação muito mais ativa no processo produtivo, ou seja, não se limitam à vigilância das máquinas, mas, ao contrário, submetem as máquinas e ferramentas aos seus propósitos e ritmos de trabalho.

O laboratório

O laboratório era outro compartimento fundamental na fabricação do cimento, posto que o controle de qualidade do cimento se fazia necessário em todas as etapas da produção, pois se trata de um produto que requer a plena confiabilidade dos consumidores, por razões óbvias.

As análises começam desde a fase extrativa, quando várias amostras são analisadas para distinguir os melhores calcários para a fabricação do cimento. As análises químicas e físicas das matérias-primas, bem como dos produtos resultantes de cada fase, ocorriam em um amplo espaço equipado, que localizava-se em galpão situado entre a administração e o setor técnico de engenharia.

O Sr. Carlos Bernardo, de 79 anos, que trabalhou muitos anos no laboratório da fábrica de cimento, também conta com saudosismo as suas atividades e fala que no laboratório se reproduzia em miniatura todo o processo de fabricação do cimento, para efeito de comparação com aquele produto efetivamente saído da fábrica¹⁰².

No laboratório eu entrei como ajudante...aprendendo a fazer o serviço de amostragem, não é? Fui galgando, então eu cheguei a ser um ajudante especializado, que sabia tudo

¹⁰² Informações extraídas de entrevista concedida ao DPH, em 17/10/1991 e ao autor desta, em 29/04/2004.

sobre o serviço de ajudar o químico ... Depois aprendi o serviço da física...aprendi todo o serviço de física, de cimento (1991).

Além de técnicos em química e engenheiros, muitos serviços no laboratório eram feitos por operários sem especialização específica, como revela o próprio depoimento do Sr. Bernardo e o depoimento de Zeca Costa Pinto, que foi contratado em 1940, com 18 anos. Interessante, ele foi trabalhar diretamente no laboratório localizado em uma pedreira de Água Fria, executando o serviço com mais outros dois. Nessa entrevista¹⁰³ ele revela que

“não sabia nada...Aprendi porque o químico praticava a gente”.

Corpos de prova eram submetidos a pesquisas de resistência à compressão, à tração, à umidade durante vários anos. O controle de qualidade não era acompanhado apenas pelos funcionários da fábrica, mas era fiscalizado periodicamente pelos clientes e também pelo IPT que, desde 1926, realizava ensaios sobre o concreto armado¹⁰⁴.

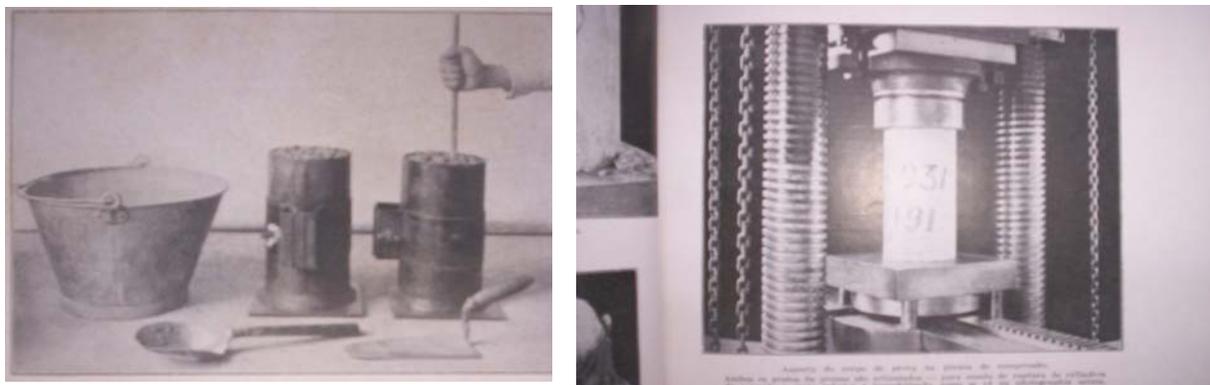


Imagem reproduz ensaio com concreto no início da década de 1930 (19)

Os trabalhadores do laboratório situam-se no intermédio entre os operários da produção e a equipe técnica, composta por técnicos e engenheiros, que eram, também, responsáveis diretos pela apropriação dos conhecimentos científicos disponíveis à época e a sua aplicação tecnológica a serviço do capital. O setor de engenharia é, sem

¹⁰³ Entrevista concedida à Equipe do DPH em 11/06/1991.

¹⁰⁴ Conforme publicação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de S. Paulo, intitulado “*Concreto: métodos de ensaio e especificações*”, São Paulo, Julho de 1935.

dúvidas, de importância vital para a fábrica, porém, a sua descrição e análise escapam às possibilidades deste trabalho e se reduzem a esta menção.

Esses são elementos que considero importantes para procurarmos entender parte do universo dos trabalhadores que serão alvo de análise no nosso próximo capítulo.

Capítulo III



Trabalhadores da fábrica de cimento em Perus (20)

***O perfil das primeiras gerações de
trabalhadores da cimento Perus***

É como se estivéssemos compondo uma paisagem, onde já mostramos a composição do espaço verde de Perus cedendo à implantação da fábrica canadense, com suas chaminés, correias de transmissão e esteiras rolantes, que formam uma engenhoca a se alimentar de pedras e regurgitar cimento.

Isto composto, resta-nos dotar a paisagem de movimento. É curioso pensar que esse movimento não dependa do gigantismo engenhoso do capital constante e do protagonismo dos senhores que o engendraram e que hoje batizam as ruas do lugar, como o caso do Dr. Sylvio de Campos, que dá o nome da principal avenida que corta (ou liga) todo o bairro de Perus.

De fato, sem a força do trabalho a compor a nossa tela, a paisagem não adquire movimento; sem ela não há vida, nem na tela, nem do capital e nem do capitalista.

É verdade que a parte constante do capital tem supremacia absoluta em termos de volume dos investimentos: em um simples cálculo, sem pretensões de precisão, tomemos o capital original da companhia, que foi declarado, quando da sua fundação, no valor de 25 milhões de contos de réis, aproximadamente 3 milhões de dólares¹⁰⁵. Em contraposição, partindo de uma média salarial de 1.200 réis por hora, pagos a 560 operários, chegamos ao número de 1.612.800.000 de réis, que compõe a parte variável do capital, gastos na compra da força de trabalho durante um ano. Traduzindo: o valor correspondente a 1 ano de salários de todos os operários da fábrica, compõe cerca de 6% de um valor¹⁰⁶ que supostamente seria investido na montagem da fábrica, só para termos uma dimensão, em termos de valor, da relação entre capital variável e capital constante.

Que o leitor não se iluda: essa insignificância expressa em valor numérico, não traduz a essência do *valor de uso* das coisas, pois este é imensurável. Aliás, uma das mais importantes teses marxianas, baseia-se na afirmação de que o lucro do patrão

¹⁰⁵ Cf. PELÁEZ, Carlos Manoel *op. cit.* p. 198.

¹⁰⁶ Segundo cálculos que aparecem no texto da Consultec, 1967, p. 3-34, o custo da mão-de-obra representava, em 1966, 9% a 12% do total de custos da produção do cimento.

ocorre exatamente porque este compra o valor de uso da força de trabalho, por determinado tempo, porém, paga ao dono dessa força, quando muito, apenas o seu valor de troca. Ou seja, o patrão troca o valor de uso da força de trabalho pelo seu valor de troca, exatamente porque ele sabe de antemão que aquele é maior que este.

Pois bem, este 3º capítulo dedica-se exatamente à composição dessa massa de trabalhadores da fábrica de cimento.

Trata-se de uma tarefa complexa: ao demiurgo é trabalhoso compor um só corpo a partir de “almas” tão complicadas e diversificadas que se espalham pelo espaço fabril de Perus.

Negros, brancos, culturas diversas, línguas estranhas, desejos e vontades múltiplos e contraditórios, experiências e idades díspares, enfim, todas essas diferenças terão que ser transformadas em um só produto (cimento), para atender ao único desejo do capitalista: o lucro. O fundamental existe, então: essa massa de multiplicidades já disposta a servir a um único senhor, em benefício deste e não dela própria. E não é o caso de responder aqui à intrigante e insepulta questão colocada por um proponente no século XVI: o que leva tantos homens a se subjugarem a um só tirano?¹⁰⁷

Pois bem, montar a paisagem e a fábrica com seus mecanismos, já o fizemos, com não pouco trabalho. Agora resta-nos a difícil tarefa de soprar pelas chaminés, as almas, nesse corpo inerte e cinzento, para que a nossa tela ganhe vida(s). Vida(s) que, certamente, não se tornará(ão) nomes de ruas. Até porque, na maioria dos casos, no palco da história, os trabalhadores não têm nomes e vivem no anonimato. São eles tratados como meras máquinas a se torturarem (para justificar a origem etimológica do termo), para garantir o bem estar de poucos.

Mas, atenção: deste “sétimo dia” da nossa obra, apenas alguns dos seus minutos serão revelados, posto que, uma parcela muito diminuta da história daquelas vidas humanas será exposta, mesmo assim, a partir de dados e não de vivências.

¹⁰⁷ Expressão inspirada no texto “*A servidão voluntária*”, de Etienne de La Boetie, de 1573, cuja versão foi editada pela Brasiliense, em 1982. “*Coisa realmente surpreendente (...) é ver milhões e milhões de homens miseravelmente subjugados e, de cabeça baixa, submissos a um jugo deplorável (...) apenas pelo nome de um que não deveriam temer...*”

Considerações preliminares

Neste capítulo traçarei o perfil dos trabalhadores que, ordenados sob a lógica do capital, constituíam aquele enorme mecanismo produtor de riqueza que se realizava sob a forma de cimento.

A principal fonte que dá suporte a minha pesquisa são fichas da empresa que catalogavam a sua força de trabalho. As inúmeras informações de que dispomos, como nome, endereço, filiação, data de admissão e demissão, profissão, fotografia e outras mais, nos dão uma visão de conjunto, ainda que nos mantenha distantes do efervescente mundo que aqueles trabalhadores construíram cotidianamente.

O fichamento é um recurso administrativo que vem a atender às necessidades de controle não só dos patrões, mas também às ações fiscalizadoras do Estado, no que diz respeito à gestão da força de trabalho pelo capital. As fichas dos operários resumem as informações que aos donos da empresa bastavam para fins de controle. São informações que friamente se transformam em números. Números que *montamos* para agrupar e identificar os trabalhadores e que, paradoxalmente, ocultam as identidades profundas daquelas pessoas. Ou seja, não obstante as fontes falarem dos trabalhadores, elas não expressam necessariamente suas “falas”, mas nos fornecem dados bem “objetivos” que registram marcos importantes na vida dos indivíduos.

Utilizarei os dados fornecidos pelas fichas, procurando algumas caracterizações gerais que nos informem sobre os perfis dos trabalhadores da fábrica de cimento. Como o universo de fichas que disponho é relativamente grande, ousarei realizar algumas comparações a fim de inferir características que não são apenas especificidades daqueles trabalhadores, mas representam também parte do universo contraditório da classe trabalhadora brasileira no período.

Os dados fornecem informações de um período de cerca de 20 anos (1925-1947). A minha tarefa fica um pouco facilitada quando mantenho a minha análise no contexto da história da Fábrica de Cimento Perus. Entretanto, a tentativa de generalização em um plano mais amplo, como o contexto dos trabalhadores paulistas

desse mesmo período, apresenta níveis bem maiores de dificuldades para produzir afirmações com maior grau de segurança. Afinal, nesse quarto de século que vai de 1922 a 1947, movimentos e transformações profundas acontecem no Brasil, e em São Paulo, particularmente. Não obstante os múltiplos traços de permanências, parece-me inegável que as rupturas havidas na sociedade brasileira nesse período, causaram transformações que tornam a realidade brasileira de 1922 significativamente diferente daquela do final dos anos 40.

Com isso quero apenas antecipar as dificuldades que encontrei para decidir algumas das formas de agrupamentos dos dados extraídos das fichas. Num período curto de tempo, onde ocorrem grandes transformações políticas e sociais, tem-se que tomar maiores cuidados com as periodizações, as generalizações e as afirmações.

Dos diversos dados das fichas, cujo modelo aparece no **anexo 3**, optei por escolher alguns que julguei mais significativos e que despertaram mais o meu interesse de pesquisa: origem, se estrangeira ou nacional e, nesse caso, de que estado da federação; faixas etárias; cor da pele; níveis de salário; instrução; tempo de permanência na fábrica; ofício e acidentes de trabalho. Percebam que, apesar da seleção, são dados que podem introduzir debates em áreas muito diversificadas.

Daí a necessidade de esclarecer, desde já, o caráter apenas panorâmico no tratamento de cada um desses aspectos, afinal, um debate aprofundado sobre tantos possíveis temas, extrapolaria sobejamente o escopo desta dissertação. Conformemo-nos com a quantidade de informações “brutas” que exponho, pois elas, por si sós, seguramente servirão como “insumos” para outras várias pesquisas que se proponham a estudar o perfil do proletariado brasileiro no período estudado.

Tenho muita cautela em sustentar em números um capítulo inteiro dessa dissertação. Afinal, tenho consciência do poder de fascínio e encantamento que os números nos causam, ainda mais na nossa sociedade onde os economistas e numerólogos tanta influência exercem, principalmente na mídia. Muitos profissionais utilizam os números exatamente para dar ares de verdades inquestionáveis aos seus argumentos. Do meu lado, eu tenho a consciência da importância dos dados numéricos

como reveladores de aspectos significativos de determinados fenômenos, e, diria até, que em certos casos, eles são indispensáveis. Por outro lado, também sei do potencial escamoteador e velador da realidade que cabem em certas formas de agrupamentos dos dados.

No caso deste estudo, a minha intenção é extrapolar um pouco o mundo dos números, buscando compor alguns elementos culturais tecidos naquele ambiente operário de Perus-Água Fria, cruzando os dados com alguns documentos que disponho além das fichas. Dados como “cor da pele” podem muito bem servir para alimentar a imaginação daqueles que buscam chegar a uma espécie de índice de racismo da sociedade brasileira. Do meu lado, eu acho que esses dados, ainda que importantes, são muito “frios” e limitados para dar conta de algo tão complexo e carregado de subjetividades, como é o caso das relações humanas, no que diz respeito a etnias e culturas díspares.

Não foi possível determinar a dimensão da amostra representada por essas 1500 fichas. Certamente elas não representam todo o universo de operários que trabalharam na fábrica desde a sua inauguração até meados da década de 1940. Entretanto, temos razões para supor tratar-se de uma excelente e bem abrangente amostragem.

Provavelmente, essas fichas sobre as quais trabalhei foram preenchidas em meados da década de 1930; portanto, os dados anteriores a esse período foram transferidos bem depois da efetiva contratação do empregado. Não creio de modo algum que esse fato interfira na fidelidade dos dados. Penso que o prejuízo maior se refira aos trabalhadores contratados e demitidos antes da década de 1930, que não apareceriam nos registros.

Em alguns campos das fichas aparecem rasuras e registros que se sobrepõem. Fiz a opção de levar em conta aquele registro original, que primeiro foi anotado. Sendo assim, abstrairei as informações que refletem algumas alterações ocorridas durante a vida funcional, como a de salários e de função, por exemplo. Isso seria importante caso eu me dispusesse a verificar o aspecto da rotatividade nas ocupações ou evoluções

funcionais, fenômenos administrativos não tratados aqui. Sendo assim, os dados descritos revelam mais sobre o panorama do momento do contrato do operário.

Devo ainda registrar que o estudo sobre a Fábrica de Cimento de Perus está apenas no seu início. Há uma infinidade de informações que poderão estar prestes a serem reveladas, se, de fato, conseguirmos chegar a outros acervos da empresa já fechada. A resistência e o hermetismo dos seus últimos proprietários, a família Abdalla, podem estar sendo superados pelas iniciativas de pesquisadores, entidades e moradores do bairro que se esforçam pela preservação da memória de Perus.

Sabemos que os arquivos de fábricas formam um preciosíssimo acervo que guardam informações valiosas sobre a história brasileira. Porém, não é fácil romper com essa blindagem empresarial, que mantém cerrada a sete chaves, “segredos” patronais das mais diversas ordens¹⁰⁸.

No caso de Perus, sabemos que a história da empresa, principalmente a partir da década de 1950, quando a propriedade e gerência da fábrica passou dos canadenses aos Abdallas, reserva lances que deixaram profundas seqüelas na memória dos empresários e, principalmente dos moradores de Perus. “Queixadas” e “pelegos”¹⁰⁹ são terminologias que, até os dias de hoje, demarcam territórios ideológicos e políticos entre os moradores daquele bairro. A greve de sete anos, iniciada em 1962 deixou cicatrizes profundas e que, em parte, são responsáveis pela nossa inacessibilidade aos documentos oficiais da empresa. Porém, tenho fortes razões para crer que parte importante desses problemas está sendo superada e que, dentro em breve, revelará muitas novas fontes que se cruzarão com estas que ora exponho, para tornar mais rica e complexa a tecitura dessa história que sempre está por ser (re)contada.

¹⁰⁸ Há um pequeno artigo da Mirta Zaida Lobato e Fernando Rocchi, que se intitula *Industria y trabajadores: el valor de los archivos como fuente documental*, publicado na Revista de História *Entrepassados*, nº 1, de 1991, da Facultad de Filosofía y Letras de Buenos Aires. Essa publicação se encontra na biblioteca do IFCH, da Unicamp, em Campinas, São Paulo.

¹⁰⁹ Sobre a história desse período que aborda esse acontecimento, consultar as citadas obras de Adilson Gonçalves e Elcio Siqueira, que estão relacionadas na Bibliografia desta.

O tamanho da fábrica

A Companhia Brasileira de Cimento Portland é oficialmente inaugurada no dia 26 de junho de 1926. Entretanto, desde o lançamento da sua “pedra fundamental”, a força de trabalho é posta em movimento produtivo para o capital. A constituição jurídica da empresa acontece em agosto de 1924 e, supomos que já nesse mesmo ano tenha sido iniciada a construção das suas instalações.

Entretanto, a data mais remota de registro que aparece nas fichas de trabalhadores é do ano de 1925. Exatamente, a ficha informa o dia 07 de março de 1925, como data de ingresso do trabalhador com o sugestivo nome José Guillim *Pedreira*, trabalhador espanhol, com 19 anos, contratado como “ferreiro”, cujo registro funcional recebe o número 83. Contradições em outros registros não nos permitem inferir ser este José o octogésimo terceiro funcionário registrado pela empresa. Informações de outras fichas parecem confirmar que esse registro funcional, de fato, não está de acordo com a ordem cronológica de admissão dos operários. Ainda do ano de 1925, encontrei mais três fichas de operários.

Pelas fichas consultadas não é possível estimar quantos trabalhadores faziam parte do quadro de funcionários quando da sua inauguração em 1926. Deste ano encontramos o registro de apenas vinte e dois operários.

No boletim do Departamento Estadual do Trabalho (DET), nº 58, de 1927, aparece publicado um extrato do recenseamento feito pelo DOPS, com a informação de 610 trabalhadores empregados em fábricas de cal e cimento.

O citado texto da *Consultec*¹¹⁰ nos fala de um total de 560 operários em 1927. Como já dissemos, a *Consultec* faz um estudo encomendado pelo setor cimenteiro, portanto, suas informações certamente têm origem nas próprias empresas.

É certo que em 1927 há dois fornos instalados, e só a partir de 1930, a fábrica tem os três fornos funcionando, com capacidade total de produção de 200.000

¹¹⁰ *Consultec*, op. cit., p. 1-13.

toneladas de cimento por ano. Lembramos que o quarto e último forno só é introduzido no ano de 1951.

Ou seja, se partirmos do pressuposto de que o processo de fabricação do cimento não se altera qualitativamente até o final do período em que estudamos, e que o processo de automatização da produção já existe desde a sua abertura, podemos inferir com alguma segurança, que os contingentes de trabalhadores só se alteram significativamente por circunstâncias conjunturais que obriguem a fábrica funcionar variando a sua capacidade ociosa, ou quando a empresa contrata operários para a ampliação da planta.

Comparativamente ao ano de 1926 esses números parecem confirmar a informação da Consultec. Se, por um lado, em 1927 não estavam em funcionamento os fornos 3 e 4, por outro, há que se computar os muitos trabalhadores que operavam todo o processo de ampliação da planta que estava em curso naquele período. Talvez por isso os registros apontam número relativamente elevado de pedreiros e carpinteiros na fábrica.

Se simplesmente subtrairmos do total de fichas que registra admissão de trabalhadores (1493 admitidos) com as fichas que registram os trabalhadores demitidos em todo período pesquisado (978 demitidos), teremos a sugestiva cifra de 515 operários.

Ou seja, esses números servem para dimensionarmos o tamanho relativo da empresa que pesquisamos: talvez pudéssemos trabalhar com a média que varia entre 500 a 600 trabalhadores no período pesquisado; o que, do ponto de vista do emprego de força de trabalho, coloca a fábrica de cimento de Perus como uma empresa de grande porte no seu período inicial de existência.

O Censo de 1920¹¹¹ indica que apenas 3,5% dos estabelecimentos industriais de São Paulo possuíam mais de 100 operários registrados.

¹¹¹ Cf. Censo Geral de 1920, Volume V.

Cimento Perus: no masculino

Quando eu me refiro ao universo de trabalhadores da fábrica, seguramente nada me constrange pelo fato de utilizar o substantivo no masculino, mesmo ao generalizar, posto que, tudo indica que na fábrica de cimento só trabalhavam quase que exclusivamente homens. Localizamos a incidência de duas prováveis mulheres, a presumir pelos seus nomes: uma chamada Ilze de Castro Winz, nascida em 1919 e que ingressou com 25 anos na fábrica, ocupando o cargo de “enfermeira”, em outubro de 1944; a outra, chamada Angelina Frediani, registrada como “servente”, ingressou na fábrica em 25.11.1933, também com 25 anos de idade.

É um fato digno de nota, se lembrarmos que, conforme mostram os Censos Gerais de 1920 e 1940, em São Paulo, cerca de 1/3 da força de trabalho industrial é composta por mulheres. Porém, também é certo que esse fenômeno acontece principalmente no setor têxtil, mas é significativo também na produção de alimentos, bebidas, papel e papelão, chapéu, nas indústrias químicas e de vestuário.

No caso da Fábrica de Cimento em Perus, podemos buscar explicação para esse fenômeno da ausência feminina nas próprias características do processo de produção, que, não obstante o grau de automatização na fábrica, os serviços de acompanhamento e alimentação das máquinas podem ser considerados pesados e, à época, seguramente inadequados ao trabalho feminino. Em indústria mecânica, de metalurgia e de construção civil, o percentual feminino da força de trabalho é de 4%, 6% e 1%, respectivamente¹¹², em 1940.

De qualquer forma, tudo indica que, mesmo os serviços auxiliares de limpeza, de copa, etc., tenham sido executados pela força de trabalho masculina.

¹¹² Dados consultados no livro *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, de PENA, Maria Valéria Junho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

Dados sobre faixa etária: força de trabalho jovem

O grosso dos trabalhadores pesquisados tinha idade entre 18 e 35 anos, quando ingressaram na CBCPP¹¹³. Das 1498 fichas pesquisadas, 1184 registram trabalhadores nessa faixa etária. O mais novo teria 10 anos de idade e o mais velho a ser contratado apresentaria a idade de 66 anos.

Faixas etárias de ingresso CBCPP, entre 1925 e 1947

Idade	Nº de trabalhadores	%
Menores de 18	75	5,1
Entre 18 e 35	1185	79,7
Entre 36 e 50	211	14,2
Maiores de 50	15	1
TOTAL	1486	100

Os dados revelam a presença de 75 menores de dezoito anos trabalhando na empresa, sendo que, desses, 30 teriam entre 10 e 15 anos de idade. Entre 51 e 66 anos, ingressou um pequeno contingente de trabalhadores na empresa, representando apenas 1% do total, sendo a maioria desses trabalhadores com alguma especialização.

A maioria dos menores de 18 anos é registrada como aprendizes (19), ajudantes de funções especializadas (11), auxiliares (06) e serventes (13). Quinze aparecem registrados como “trabalhador”.

A presença de menores na fábrica (5,1%) é significativa, embora com índices bem inferiores àqueles apresentados em outros ramos da indústria. No ano de 1919, os

¹¹³ Cheguei a essa informação da idade fazendo a subtração entre a data de admissão registrada e o ano de nascimento. A idade que consta destacada na ficha nem sempre confere com esse cálculo, pois, certamente, foi registrada quando do seu preenchimento, já em meados da década de 1930, quando essas fichas de registro foram renovadas. Por isso, não adotei imediatamente a informação da idade destacada.

ramos têxtil e químico apresentam índices maiores que 35% e o de metalurgia próximo a 10% de emprego da força de trabalho do menor¹¹⁴.

O registro formal da ocupação nas fichas (aprendizes e auxiliares) pode não indicar exatamente a situação de exploração da força de trabalho do menor em serviços pesados. A imprensa operária do período, costuma apresentar o dramático quadro do uso abusivo de menores na indústria ainda nesse período¹¹⁵.

Porém, é visível que a Fábrica de cimento se apóia substancialmente na exploração de uma força de trabalho que se encontra no clímax do seu vigor físico, ou seja, entre os 18 e os 35 anos de idade.

Estado civil

Dentre esse contingente de trabalhadores, cerca de metade aparece com a situação civil de “casado”:

Tabela com registro de estado civil

	TOTAL	Negros	Branco	Mulatos	Nacionais	Estrangeiros
CASADOS	714	82	399	68	516	198
	48,7%	40,8%	50,2%	46,2%	44,3%	65,8%
SOLTEIROS	740	118	387	79	639	101
	50,5%	58,7%	48,7%	53,7%	54,8%	33,5%
VIÚVOS	12	1	8		10	2
	0,8%	0,5%	1,0%	-	0,9%	0,7%
TOTAL	1.466	201	794	147	1.165	301
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

¹¹⁴ Conforme BOLSONARO, Esmeralda Blanco, *Mulheres e menores no trabalho industrial*. Petrópolis-RJ, 1982.

¹¹⁵ O fenômeno da utilização de menores na indústria atinge proporções tão grandes, que em 1927, após a edição de várias leis, é editado o Código de Menores, o qual consolidou as leis de assistência e proteção aos menores. Entretanto, sabemos que as leis do país não garantiam o seu cumprimento por parte dos patrões, e as denúncias e reivindicações dos trabalhadores contra o uso desse recurso eram constantes. Em novembro de 1932 é editada lei que substitui o antigo Código do Menor. O livro da Bolsonaro, *Mulheres e menores...*, entre outros, trazem informações sobre essas condições de trabalho dos menores.

Percebe-se que a taxa percentual de casamentos é significativamente mais alta entre os estrangeiros: enquanto que a representação percentual dos casados entre os estrangeiros chega a quase 66%, essa representação é de cerca de 44% entre os brasileiros. Um dos fatores que explica essa diferença pode estar inscrito no histórico desses trabalhadores: de fato, estudiosos da imigração afirmam que, desde a introdução do trabalho livre na agricultura em São Paulo, os contratantes de mão-de-obra brasileiros davam preferência àqueles tinham famílias constituídas.

Os cafeicultores geralmente explicavam a sua preferência pela mão-de-obra familiar sustentando que os imigrantes acompanhados de suas famílias eram menos propensos a abandonar a fazenda. (...) tal noção de família oferecia aos fazendeiros lucros materiais substanciais. (...) As esposas e filhos dos trabalhadores eram especialmente úteis quando a demanda de mão-de-obra aumentava na época da colheita...¹¹⁶

Além disso, os dados indicam que a força de trabalho estrangeira ingressou na fábrica com uma média de idade bastante superior à média dos brasileiros, como mostra a tabela abaixo:

Idade de ingresso na fábrica

	Média de Idade	Idade Modal
Nacionais	26,2 anos	18
Estrangeiros	31,9 anos	30
Quadro Geral	27,3 anos	21

Como se vê, a diferença é bastante significativa. Observe o leitor que a idade modal, ou seja, aquela que mais freqüentemente aparece nos números, é também bastante diferenciada: 18 entre os brasileiros e 30 entre os estrangeiros.

Daí podermos entender o porquê da diferença entre o número de solteiros declarados, entre os trabalhadores nascidos no Brasil, ser maior.

¹¹⁶ STOLCKE, Verena: *Cafeicultura, homens, mulheres e capital*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Dessa taxa decorre que o maior percentual relativo de trabalhadores com filhos aparece também entre os estrangeiros. Enquanto que o percentual de estrangeiros entre o total de trabalhadores é de 20,5%, a taxa daqueles que têm filhos é de 27,9%, ou seja, dos 524 que aparecem declarados como pais, 146 deles são estrangeiros.

São 1.362 filhos declarados, o que dá uma média de 2,6 filhos por família. Essa média, que nos dá a chamada taxa de fecundidade, é muito semelhante para os dois grupos: 2,7% para os estrangeiros e 2,55% para os nacionais. Esta última taxa nos indica também que o número de filhos por família dos brasileiros deve ser um pouco superior que a dos estrangeiros, já que estes apresentam um maior número relativo de homens que são pais e, no entanto, o número de filhos por pessoa é praticamente igual, sendo que, como já vimos acima, a média de idade dos estrangeiros é bem maior que a dos nacionais.

O percentual de negros casados é o mais baixo. A média de idade de ingresso do negro é idêntica à do branco: 26 anos, sendo que a idade modal é de 21 anos. Por quais caminhos buscaremos essa resposta?

George Andrews considera uma visão preconceituosa aquela que cria os estereótipos de que os negros levam uma via embrutecida e animalizada, que leva-os à embriaguez, à violência e à negação de princípios familiares. O autor cita trabalhos empíricos que contrariam essa visão, mesmo quando se reporta ao período da escravidão. Andrews sugere que os índices podem simplesmente indicar “uma idade mais tardia para o casamento entre os negros do que para o casamento entre os brancos”¹¹⁷, mas termina levantando uma hipótese muito plausível, no meu entender:

Esses dados indicam uma tendência levemente mais baixa para os afro-brasileiros se casarem e formarem unidades familiares. Isto deveu-se substancialmente a dificuldades que os homens negros encontram em conseguir trabalho estável com salários decentes. Testemunha contemporânea sugere que as famílias negras tenderam superar esses

¹¹⁷ ANDREWS, George R., *op. cit.* p. 128.

obstáculos construindo laços ampliados de apoio e solidariedade entre avós, parentes padrinhos e amigos.¹¹⁸

De fato, os dados extraídos nas fichas dos trabalhadores da Cimento Perus mostram que a diferença entre os percentuais de casamento entre os brancos e negros não é tão significativo para sustentar as suspeitas preconceituosas como mostramos.

Nacionais e estrangeiros na Cimento Perus

No capítulo 1 desta dissertação, sugerimos que a fábrica de cimento se beneficiou do grande mecanismo de montagem do mercado de trabalho no estado de São Paulo, com a importação da força de trabalho estrangeira e depois a nacional. Vimos também que Perus, não obstante pertencer ao município de São Paulo, era uma região distante do centro e com uma população relativamente diminuta.

Iniciaremos este tópico buscando nos aproximar mais do nosso caso específico, recorrendo às informações fornecidas pela obra já citada de Jungen Langenbuch¹¹⁹:

Passemos a considerar os “povoados-estação” que conheceram a implantação industrial, em seu conjunto. De onde obtinham os estabelecimentos a mão-de-obra? Onde residia esta? É provável que até certo ponto as várias fábricas tenham lançado mão da população caipira das vizinhanças, pelo menos para tarefas não carentes de especialização profissional. Mas, se tal recrutamento houve, deve ter sido diminuto, e restrito a algumas fábricas, pois, tanto nas indústrias da cidade, quanto nas implantadas nos arredores paulistanos, a proporção dos operários brasileiros era pequena, em alguns casos desprezível; os estrangeiros predominavam largamente.

No caso da Cimento Perus, de fato, os relatos orais registram sempre a grande presença de trabalhadores estrangeiros. O citado Parecer de Tombamento¹²⁰, apoiado

¹¹⁸ Idem, p. 129.

¹¹⁹ LANGENBUCH, J. *Op. cit.*

¹²⁰ *Parecer de Tombamento* do DPH, p. 19.

em reportagem de jornal de época e também em depoimentos de ex-operários da fábrica, confirma a forte presença estrangeira:

Não apenas das proximidades vieram trabalhadores. Desde os mais variados Estados brasileiros (Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba), como dos mais distantes países do mundo (Itália, Alemanha, Portugal, Hungria, Espanha, Argentina, Iugoslávia, Rússia, Inglaterra, EUA, entre outros) afluíram pessoas em busca de emprego.

Segundo o texto do parecer, ainda baseado em jornal da época, a presença estrangeira se justificava em virtude da necessidade de trabalhadores especializados para determinadas funções e que isso provocara uma divisão entre estrangeiro como trabalhadores especializados e brasileiros como trabalhadores não qualificados:

Para ter-se pessoal com essa experiência, tornou-se necessária a vinda de algumas pessoas da Espanha, de onde aliás veio o engenheiro-chefe. O superintendente é norte-americano, com experiência de 26 anos na fabricação de cimento”¹²¹.

Porém, no mesmo corpo da matéria vem a ressalva de que:

O grosso do pessoal, todavia é brasileiro, e do interesse que esse tem tomado neste novo ramo de atividade nacional, deduz-se que dentro em pouco tempo tornar-se-á eficientemente habilitado nessa indústria.

Já no relatório da *Consultec*, o nível de detalhamento nos números levanta uma grande dúvida com relação ao percentual de estrangeiros:

Na sua fase inicial a fábrica de Perus valeu-se muito de know-how estrangeiro, trabalhando no ano de 1927 com 281 operários nacionais e 268 operários estrangeiros, 7 técnicos nacionais e 4 técnicos estrangeiros¹²².

¹²¹ *Correio Paulistano* de 25.06.1926.

¹²² *Consultec*, *op. cit.* p. 1-13.

Sem identificar a fonte, Gordinho afirma que:

Reproduzindo o perfil da divisão do trabalho da época, os operários eram brasileiros e imigrantes principalmente italianos e os trabalhos especializados estavam entregues aos técnicos canadenses¹²³.

Como vemos, os documentos trazem uma controvérsia envolvendo a composição da força de trabalho da Cimento Perus, no que diz respeito à participação estrangeira. Analisando o universo total das fichas, que engloba trabalhadores admitidos desde 1925 até o ano de 1947, teremos o seguinte percentual de estrangeiros:

**Proporção entre nacionais e estrangeiros
Ingresso entre 1925 e 1947**

	Quantidade	%
estrangeiro	308	20,6
nacional	1190	79,4
Total	1498	100,0

Mesmo os dados das admissões no ano de 1927, ainda que sejam pouco representativos (apenas 27 fichas), eles indicam a presença de 63% de nacionais contra 37% de estrangeiros. Ainda que esses números não confirmem o percentual de 48% de estrangeiros anotados pela *Consultec*, trata-se de um índice significativo de estrangeiros, que gradativamente vai se reduzindo com o passar dos anos.

Ou seja, sob todas as perspectivas e, tendo em vista a excelente amostragem que essa quantidade de fichas representa, os números colocam em dúvida o alto percentual de estrangeiros apontado pelo documento da *Consultec*. Por outro lado, eles confirmam a informação veiculada nos documentos da época que afirmam que “*o grosso do pessoal, todavia é brasileiro*”. Assim, a análise dos dados fornecidos pelas fichas dos trabalhadores indica que o caso da fábrica de cimento em Perus, em meados

¹²³ Cf. GORDINHO, M. *Op. cit.*

da década de 20, pela ampla predominância de trabalhadores brasileiros, se enquadraria naquele panorama de exceção propugnado por Langenbuch.

Todavia, embora as fichas não confirmem as proporções estatísticas do texto da *Consultec*, precisamos fazer algumas ponderações, tendo em vista a dificuldade em se caracterizar com segurança a definição de estrangeiro numa cidade como São Paulo daquele período. De fato, no início da década de 1930, a maioria dos moradores da capital paulista era estrangeira ou composta por filhos de estrangeiros.

Mesmo em 1934, quando os imigrantes formavam 28% da população total, o recenseamento revelou um dado impressionante: 67% dos paulistanos eram ou estrangeiros ou filhos de estrangeiros¹²⁴.

Podemos considerar os filhos dos estrangeiros recém chegados ao Brasil, simplesmente como brasileiros? Será que as fontes usadas pela *Consultec* teriam englobado como estrangeiros aqueles filhos de imigrantes nascidos aqui? Sobre essas questões pouco nos importam a resposta exata. O fato é que as estatísticas baseadas nas fichas indicam o percentual de 20,6% de nascidos fora do país, entre os trabalhadores que ingressaram na fábrica entre 1925 e 1947. Entretanto, se considerarmos o número de trabalhadores contratados desde 1925 até 1934, veremos que o percentual de estrangeiros é bem maior:

Percentual de estrangeiros entre 1934 e 1940

Admitidos até (ano)	Estrangeiros (%)	Nacionais (%)
1934	34,6	65,4
1936	31,2	68,8
1938	27,0	73,0
1940	24,5	75,5

¹²⁴HALL, Michael. *A Imigração*, in: Paula Porta (Org.), *São Paulo 450 anos*, São Paulo, Paz e Terra (a sair), p. 2.

Ou seja, o percentual de estrangeiros admitidos até o ano de 1934 é ainda superior ao percentual de estrangeiros em São Paulo, conforme índice de 28% apresentado por Hall. O quadro é claro ao apresentar uma cada vez maior diluição dos estrangeiros no universo cada vez mais predominantemente brasileiro.

Quem são esses estrangeiros

Ao escutar algumas das entrevistas com ex-trabalhadores da fábrica, hoje muito idosos, considerei curioso o fato deles não distinguirem claramente as nacionalidades dos trabalhadores imigrantes. Quando eles se reportam à administração que antecedeu os Abdalas¹²⁵, que adquiriram a fábrica em 1951, ora falam “dos americanos”, ora falam dos “canadenses” ou simplesmente de “gringos”. No geral, os membros da administração são chamados de “americanos”. Quando perguntamos sobre os operários estrangeiros, distingue-se o trabalhador espanhol, italiano e também é comum referirem-se aos “húngarezes”. Perguntei ao Sr. João de Barros,¹²⁶ que era filho de um iugoslavo que trabalhou na fábrica desde a sua inauguração, se tinha muitos iugoslavos na fábrica, ao que ele respondeu prontamente:

- Tudo húngarês...a maior parte da fábrica era tudo húngarês...
- Húngarês?
- É, esses iugoslavo, né? húngarês, tinha polonês...
- da Hungria?
- É..., iugoslavo, polonês, alemão...

Esse fato pode simplesmente ser classificado como uma falta de informação no que diz respeito à geografia mundial da época. Entretanto pode também dar suporte a questões como: em que medida esses operários cultivavam, naquele espaço de Perus, as memórias de sua terra, de sua etnia, de sua cultura? Ou, contrariamente, a sua

¹²⁵ Em 1951 o então empresário José João Abdalla adquire dos canadenses a propriedade da Estrada de Ferro Perus Pirapora, a Fábrica de Cimento e algumas pedreiras.

¹²⁶ Entrevista concedida ao autor em 29 de abril de 2004.

permanência aqui no Brasil ocorreu à base de uma integração tal que as memórias do estrangeiro se diluía rapidamente diante da dura e comum identidade de trabalhadores, seja no espaço da produção, seja nos locais de reprodução da sua vida social e cultural fora da fábrica? Segundo Michael Hall¹²⁷:

Uma vez na cidade, os imigrantes tendiam a procurar emprego e moradia nos bairros industriais nas vizinhanças das linhas da estrada de ferro. Em São Paulo, nunca houve guetos étnicos tão fechados como em várias cidades norte-americanas. Certamente (...) havia concentrações de imigrantes e, em alguns casos, de certas nacionalidades. Entretanto, a única pesquisa aprofundada da questão, baseada em dados de 1934, identificou apenas três grupos que formavam, numa terminologia cara ao Estado Novo, “enquistamentos étnicos”: os judeus no Bom Retiro, os Japoneses na Liberdade e os sírios numa parte dos distritos da Sé e Santa Ifigênia.

Tudo indica que o processo de assimilação dos estrangeiros e de integração étnica em geral, aconteceu sem sobressaltos. Alguns vestígios que poderiam denotar uma tensão entre estrangeiros e nacionais, são exemplos pontuais e datados. Encontrei algumas correspondências da primeira metade da década de 1930, onde mostra que o sindicato aparentando preocupação com o número de estrangeiros na fábrica. Como exemplo, cito carta enviada por Miguel Soria a Antonio Ceciliano Gonzaga, datada de 23 de março de 1935:

Caro companheiro, e preciso dar um pulo aqui porque o corte não e pelo direito. Fica muito estrangeiro novo no lugar destes Brasileiros (...) tem muito gringo novo em serviço que não tem X [?] meses na Companhia...

Ao meu ver, no caso de Perus, estes seriam apenas sinais de um tempo delimitado, nos marcos dos primeiros momentos do governo de Getúlio Vargas e que não apresentava nenhum contorno de conflito entre estrangeiros e os operários nacionais. No capítulo seguinte retomo rapidamente essa questão.

Contrariamente à formação dos guetos, a questão que alimentamos é exatamente: como se dá esse processo de diluição de experiências culturais dentro de um novo ambiente como o do Brasil naquele período. Apesar de não conhecermos algum

¹²⁷ HALL, Michael. *Op. cit.*, p. 3.

vestígio que indique a existência de qualquer forma de associativismo étnica ou cultural em Perus, a nossa pesquisa não é capaz de dar nenhuma resposta conclusiva a questões desse tipo. Mas há algumas considerações a fazer e que nos dão algumas pistas indicativas.

Primeiramente, as datas que registram a chegada dos estrangeiros ao país indicam que quando eles foram admitidos na empresa em Perus eles já tinham alguns anos de permanência no Brasil.

Chegada dos estrangeiros por nacionalidade e por período

	1889 – 1910	1911 – 1922	1923 - 1929	1930 - 1947	Total	%
Alemanha	01	02	03	-	06	2,1
Argentina	02	03	-	-	05	1,7
Austrália	-	01	-	-	01	0,3
Áustria	01	-	-	-	01	0,3
Espanha	05	19	14	01	39	13,8
Estônia	-	-	01	-	01	0,3
EUA	01	02	01	-	04	1,4
França	01	-	-	-	01	0,3
Hungria	01	01	05	01	08	2,8
Inglaterra	-	03	-	-	03	1,0
Irlanda	-	-	-	01	01	0,3
Itália	06	01	06	01	14	4,9
Iugoslávia	-	-	22	-	22	7,8
Lituânia	-	-	04	01	05	1,7
Noruega	-	-	01	-	01	0,3
Polônia	-	-	03	01	04	1,4
Portugal	10	41	70	18	139	49,1
Romênia	-	-	23	-	23	8,1
Rússia	-	-	02	01	03	1,0
Suíça	-	-	01	-	01	0,3
Tchecoslováquia	-	-	01	-	01	0,3
Total	29	73	151	24	283	100,0
%	9%	23,7%	53,3%	8,4%	100,0	

Podemos perceber que a grande maioria dos trabalhadores (53,3%) que foram admitidos na Cimento Perus, chegaram ao Brasil em um período de 7 anos, entre 1923 e 1929 (isso dá uma média de ingresso 22 trabalhadores por ano). Em contrapartida, nos dezoito anos posteriores a 1929, apenas 8,4% ingressaram no Brasil e foram admitidos na fábrica (média de 1,4 trabalhadores por ano).

Com relação à idade de chegada desses estrangeiros apresentamos o seguinte:

Idade de chegada dos imigrantes no Brasil

FAIXA ETÁRIA DE CHEGADA	QUANTIDADE	%
De 0 a 14 anos	64	23
De 15 a 30 anos	168	60
De 31 a 45 anos	41	15
Acima de 45 anos	07	2
TOTAL	280	100

A partir de um cálculo genérico podemos perceber que a ampla maioria veio para o Brasil na “flor da idade”, com uma média é de 20 anos, sendo que a idade mais freqüente é de 18 anos, e ingressam na fábrica de cimento com uma média de idade de 31 anos. Ou seja, esses estrangeiros não vieram de seus países para trabalharem na fabricação de cimento, mas, em média, eles já tinham onze anos de Brasil quando chegaram a Perus.

Uma fábrica “portuguesa”, com certeza

Há um outro fato que para mim causou uma certa curiosidade: em várias entrevistas, espontaneamente, nenhum entrevistado se refere a portugueses. Quando perguntados, respondem: “*ah!, sim, também tinha uns portugueses*”. Ora, o que o quadro abaixo nos informa é que o número de portugueses é praticamente igual ao de todas as outras nacionalidades somadas.

O percentual de lusitanos, é, aliás, bastante expressivo no grupo de estrangeiros (49,4%), para que a sua memória se sobressaia menos que a dos outros estrangeiros. Isso se explicaria pela maior facilidade de integração devido à identidade da língua?

Essa é uma das sugestões de Michael Hall¹²⁸:

¹²⁸ HALL, Michael. *Op. Cit.* p. 18.

A língua comum e algumas semelhanças culturais parecem ter tornado os portugueses praticamente invisíveis aos historiadores.

As entrevistas com trabalhadores parecem indicar que a invisibilidade não se restringe apenas aos historiadores.

Se compararmos o percentual de portugueses no quadro total de estrangeiros na fábrica com o percentual de portugueses em São Paulo, veremos que há uma desproporção razoável. Porém, não dispomos de qualquer elemento para tentar explicar esse alto índice de lusitanos na fábrica de cimento e suas pedreiras.

Não obstante, os portugueses formavam o segundo contingente de imigrantes em SP, em 1920 (64.687 pessoas) e em 1940 eram os mais numerosos estrangeiros na capital (78.949), chegando a ultrapassar os italianos¹²⁹. Além do mais, a implantação da fábrica ocorre justamente no período em que a imigração portuguesa começa a se igualar e, posteriormente, a superar a imigração italiana.

Dos 152 portugueses que trabalharam na fábrica, 55 (cerca de 1/3) seria, segundo os critérios aqui adotados, trabalhadores qualificados e 86 (57%) de não qualificados. Entre os considerados qualificados, quase metade (26) foi registrada como carpinteiro e marceneiro.

Depois dos portugueses o grupo mais expressivo é o de espanhóis, que perfaz 13,6% entre os estrangeiros. Os ibéricos juntos formariam o enorme percentual de 63% entre os estrangeiros.

Os países da região que hoje é chamada de “Leste Europeu”, incluindo-se a Alemanha e a Áustria, aparece com muita expressividade: são 82 operários, que representam 26,6% do total de 308 estrangeiros, incluídos aí trabalhadores da Alemanha, Áustria, Romênia, Iugoslávia, Hungria, Estônia, Lituânia, Polônia, Rússia, Tchecoslováquia. Os romenos e os iugoslavos são os grupos mais expressivos, com 24 operários (7,8%) de cada nacionalidade. Porém, há que se fazer algumas ponderações sobre esses registrados de países: o mapa da Europa nesse período do entre-guerras é

¹²⁹ Idem, p. 18.

muito instável e flexível. Michael Hall¹³⁰ ressalta que a imensa maioria dos imigrantes húngaros, por exemplo,

veio na década de 1920 dos territórios que a Hungria perdeu à Romênia e à Iugoslávia após a Primeira Guerra Mundial, portanto, entraram na estatística oficial como súditos desses dois países.

Já citei um ex-operário que em entrevista falou dos “hugarezes”, mas querendo se referir aos iugoslavos, romenos, poloneses, etc. É curioso que em Perus até hoje tenha uma de suas primeiras vilas chamada de “Vila Hungareza”:

Um exemplo da presença maciça de estrangeiros nas décadas iniciais do funcionamento da fábrica de cimento em Perus, é a mudança da denominação da Vila Margarida que, pelo fato de morarem nela 'só húngaros, seu nome ficou Vila Hungaresa', segundo depoimento de D. Zenaide Horvath (63 anos)¹³¹.

Entretanto, os trabalhadores que têm como registro de origem a Hungria são em número de 09, representando apenas 3% do total de estrangeiros. Será que essa observação do Michael Hall explicaria esse fato?

É curioso que a vila não seja chamada de “Vila húngara”, segundo manda o padrão da língua portuguesa, mas sim de “hungareza”, cujo termo se aproxima mais da expressão italiana “ungarese”, que nessa língua significa justamente “húngara”.

Porém, o significativo para mim é o fato dos próprios operários terem se designado pela nacionalidade registrada nas fichas.

Os italianos, que sempre aparecem citados nas entrevistas e que, para Margarida Gordinho¹³², formava um grupo expressivo na fábrica, compunha apenas cerca de 5% entre os estrangeiros. Talvez o fato dos italianos terem cumprido importante papel na

¹³⁰ Idem, p.40.

¹³¹ Conforme *Parecer de Tombamento* p. 20.

¹³² GORDINHO, M. *Op.cit.*

formação da classe operária brasileira, principalmente no final do XIX e início do XX, além da força da produção da sua memória, talvez isso explique em parte a lembrança recorrente a eles, quando se fala de estrangeiros em São Paulo. Ademais, os sobrenomes dos operários que nos sugere filiação italiana não parece ser muito significativa para justificar essa “confusão”.

Excetuando-se o caso dos portugueses, todas as demais nacionalidades se expressam em quantidades relativamente pequenas de pessoas em Perus, se considerarmos que este era um bairro afastado do centro, com uma possibilidade bem menor de sociabilidade, o que, certamente dificultava qualquer forma de associativismo por categoria étnica.

A força de trabalho nacional

Vimos como os números revelados pelas fichas da fábrica indicam clara tendência à ampliação do quadro de trabalhadores nascidos no Brasil com o passar dos anos. Esses dados não fazem senão confirmar a tendência de nacionalização do emprego da força de trabalho no Brasil desde a década de 1920.

Esse, digamos, “ambiente” de nacionalização, em parte, é fruto do reordenamento geopolítico do mundo no período de pós-primeira guerra. Com a ordem mundial abalada pelas cisões entre as potências capitalistas e pelo ascenso dos movimentos socialistas e comunistas em grande parte do globo, o liberalismo econômico resulta como a principal vítima. A crítica ao liberalismo dá origem a uma miríade diversificada de movimentos políticos econômicos e sociais, até antagônicos, mas que põem em evidência a questão nacional.

No caso do Brasil essa questão adquire contornos bastante particulares, devido a extrema dependência da economia ao mercado externo e o processo de internacionalização maciço da força de trabalho empregada na agricultura e nas indústrias, principalmente no caso paulista, desde finais do século XIX. Nesse processo, os proprietários do capital se fartaram em utilizar a força de trabalho

estrangeira, que fora aqui introduzida através de um enorme e fantástico mecanismo capitalista de importação e alocação nas lavouras e fábricas, principalmente paulistas, onde empresários e Estado se articularam de forma exemplar. Esse mecanismo fora acompanhado de forte arcabouço ideológico, onde a mão-de-obra estrangeira e branca era exaltada e laureada, com a imagem colada à idéia de progresso. O racismo científico deu suporte à facilitação e legitimação desse processo.

Vários fatores concorrem para que esse discurso comece a se modificar substancialmente, entre os quais, podemos destacar: a crise nesse sistema de fornecimento de força de trabalho que parece ter apresentado exaustão nas duas pontas do mercado. De um lado, já não há abundância de força de trabalho sobrando em certas regiões da Europa que muito já alimentara os cafeicultores brasileiros, como a Itália, por exemplo. Além da diminuição do fluxo de trabalhadores em decorrência do conflito mundial iniciado em 1914, houve também o aumento das restrições feitas pelos governos desses países europeus à exportação desses trabalhadores, devido às constantes denúncias de maus tratos no ambiente de trabalho no Brasil.

Na outra ponta do mercado, além da manutenção do processo de expansão da economia cafeeira, sempre faminta por excesso de força de trabalho, já há o fortalecimento de um certo desencanto dos capitalistas com os valores supostamente superiores dos trabalhadores europeus, principalmente após as enormes e contundentes mobilizações operárias que estouraram principalmente no sudeste brasileiro, desde 1917.

Mas à medida que a década de 20 prosseguia – e um número maior de imigrantes assumia o controle do mercado de trabalho assalariado ou continuava a se envolver em difíceis negociações com os patrões – a aura que envolvia os trabalhadores estrangeiros escurecia e se desvanecia. Em 1925, uma enquête com fazendeiros de café paulistas descobriu que a maior parte deles desejava agora empregar mão-de-obra brasileira, e dois anos depois o programa de imigração européia subsidiada finalmente terminou¹³³.

¹³³ ANDREWS, George Reid: *Negros e brancos em São Paulo (1988 – 1998)*. Bauru, SP, Edusc, 1998.

A partir de um certo momento na história da economia paulista, não sem contradições¹³⁴, iniciou-se uma reorientação no mecanismo de utilização da força de trabalho para o próprio mercado interno, ao mesmo tempo em que se acentua a concentração de capitais e riqueza no sudeste-sul, acelerando-se o processo de desestruturação de outras regiões do país, como o norte e nordeste¹³⁵. Da mesma forma, esse processo econômico vem acompanhado dos apelos ideológicos que começam a revelar o valor força de trabalho nacional.

Seja como for, em que pese o ainda intenso fluxo de trabalhadores estrangeiros, principalmente vindos dos países ibéricos e do Japão, o certo é que desde o início da década de 20, os números começam a demonstrar o crescente incremento no uso de trabalhadores brasileiros. Em 1927 o governo brasileiro põe fim à política de subsídio à importação de força de trabalho estrangeira. Já em 1928, pela primeira vez o número de imigrantes nacionais supera o de estrangeiros.

É nesse contexto que se insere a formação do conjunto de trabalhadores da Cimento Perus. Esse contexto aparece revelado nas propagandas, quando da instalação da fábrica de cimento, onde se ressaltam a importância em se romper com a dependência estrangeira com a importação do produto, mesmo em se tratando de uma empresa composta majoritariamente por capital estrangeiro.

Não obstante reconhecerem o papel importante dos especialistas estrangeiros, percebe-se nos argumentos de propagandas da empresa, o recurso à necessidade de nacionalização do emprego:

A maioria dos operários são brasileiros, porém os trabalhos de responsabilidade estão entregues a operários estrangeiros com larga prática da fabricação. Com o tempo, porém, os operários brasileiros ficarão aptos a assumir essa responsabilidade, tornando assim a Companhia uma organização inteiramente brasileira¹³⁶.

¹³⁴ Odair Cruz PAIVA, em sua tese de doutoramento, FFLCH-USP, 2000, relata algumas das controvérsias que aparecem na imprensa da década de 30, em relação à lei dos 2/3.

¹³⁵ Sobre esse processo ver Wilson CANO, *op. cit.*

¹³⁶ Revista de Engenharia, *op. cit.*

O grosso do pessoal todavia é brasileiro, e do interesse que esse tem tomado neste novo ramo de atividade nacional deduz-se que dentro em pouco tempo tornar-se-á eficientemente habilitado nesta industria. Dentro em breve ter-se-á uma organização essencialmente nacional que será de grande valor a Companhia e ao País¹³⁷.

Percebemos que a “nacionalização” propalada não passa, na verdade, de uma internalização do capital.

O impacto da “Lei dos dois terços” na fábrica

Em 1931 o Governo decreta uma Lei que fica conhecida como “Lei dos dois terços”, cuja principal característica era a determinação de que todos os empregadores deveriam manter no seu quadro de pessoal uma proporção de brasileiros natos nunca inferior a dois terços. Em 1939 a lei é modificada, ocorrendo um “relaxamento” que salvaguardava os interesses daquelas empresas dos setores que demonstravam a necessidade de utilização de força de trabalho qualificada, cabendo a decisão, ao Ministério do Trabalho.

Com as informações que disponho, não tenho condições de fazer qualquer afirmação segura sobre o percentual de estrangeiros na fábrica na década de 30, senão aquilo que as amostras nos permitem.

Até 1930 o percentual de estrangeiros admitidos na fábrica foi de 36,4% . Até então não aparece registro de demitidos.

Entre 1931 e 1934 foram admitidos 517 operários e demitidos 159. Temos um saldo positivo de 358 operários nesses 4 anos. Nesse mesmo período, foram admitidos 176 e demitidos 62 estrangeiros, formando um saldo positivo de 114 estrangeiros. Do saldo de trabalhadores incorporados à fábrica, temos que 32% correspondiam a trabalhadores estrangeiros.

Talvez, o que podemos concluir, é que, além de haver um tendencial aumento no percentual de brasileiros com o passar dos anos, há indícios de que a fábrica

¹³⁷ *Correio Paulistano* de 25.06.1926.

buscava se adequar à lei dos 2/3, mas com dificuldades. Se considerarmos que até 1930 havia um percentual de trabalhadores estrangeiros superior a um terço (talvez os 36,4% registrados na admissão até 1930), mantendo-se o saldo de admissão de estrangeiros próximo a esse 1/3 até 1934, essa pequena taxa acima do estipulado na lei tenderia a permanecer por mais tempo.

Em um documento produzido pelo sindicato dos trabalhadores e enviado ao DET em 27 de março de 1935, a empresa CBCPP é denunciada por desrespeitar a chama Lei de Nacionalização:

Segunda cláusula ao que se refere o artigo 7º que diz, quando por falta de trabalho, qualquer Estabelecimento, ou Empresa, houver de reduzir o número de seus empregados, operarios ou trabalhadores, a dispensa dos Exrangeiros, deverá preceder sempre a dos Brasileiros natos na mesma categoria. A Companhia está sendo também infratora neste artigo pelo seguinte. Haverá uma dispensa de operarios até o fim do mez, em duas secções: Secção de Construcção e Secção de Pedreiros...

Reparem que o Sindicato leva a Lei de Nacionalização à sua máxima radicalidade, tornando-a válida não apenas no âmbito da empresa, mas até nos setores desta. Porém, o contato que tive com a documentação do sindicato, leva-me a supor que se trata de uma artimanha utilizada pelo sindicato para lutar contra as demissões.

Qual a origem dessa força de trabalho nacional

Entre 1920 e 1929, cerca de 226 mil trabalhadores nacionais migraram para São Paulo. Este contingente era composto, principalmente de mineiros e nordestinos¹³⁸. Se ampliarmos o período, teremos o impressionante número de 714.994 migrantes internos para a capital de São Paulo, entre 1900 e 1940¹³⁹. Só para avaliarmos a enormidade que isso representa, em 1920, as cinco maiores cidades do país, excluindo-se o Rio e São Paulo, contavam com as seguintes populações:

¹³⁸ CANO, Wilson, *op. cit.* p. 61.

¹³⁹ BERLINCK & HOGAN, *op. cit.*, p. 12.

Populações de grandes cidades brasileiras em 1920

<i>CIDADE</i>	<i>Número de habitantes</i>
Salvador	283.422
Recife	238.843
Belém	236.402
Porto Alegre	179.263
Curitiba	78.980

Fonte: Censo de 1920

Ou seja, em 40 anos, migrou para a capital paulista quase a quantidade das três maiores cidades do país, depois do Rio de Janeiro e São Paulo.

Entretanto, no nosso caso em estudo o que vemos é que 70,4% dos trabalhadores da Perus tem sua origem registrada no Estado de São Paulo, conforme podemos constatar no quadro abaixo:

Ingresso de trabalhadores por Estado de origem

<i>Estado (sigla)</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
AL	10	,8
BA	28	2,4
ES	01	0,1
GO	01	0,1
MA	01	0,1
MG	223	18,7
MT	01	0,1
PA	01	0,1
PB	05	0,4
PE	16	1,3
PI	01	0,1
PR	04	0,3
RJ	42	3,5
RN	01	0,1
RS	02	0,2
SC	01	0,1
SE	02	0,2
SP	839	70,4
Total	1.191	100,0

Esses dados se aproximam daqueles expostos em tabela do texto citado de Berlinck e Hogan¹⁴⁰ que mostram que entre 1900 e 1944, a corrente migratória interna que aflui para o município de São Paulo é formada, em sua ampla maioria (em torno

¹⁴⁰ Idem, Ibidem, p. 28.

de 70%) de pessoas nascidas no Estado de São Paulo. Se aproximam também dos dados extraídos do levantamento feito por Andrews¹⁴¹ em duas importantes fábricas da capital, entre 1931 e 1950, que mostram que entre 60 e 80% dos trabalhadores da Companhia Jafet e São Paulo Light tem origem no Estado de São Paulo.

Podemos ver que se somarmos o número de trabalhadores paulistas com aqueles oriundos do Estado de Minas Gerais, formaremos a esmagadora maioria no da força de trabalho da fábrica: 89,1%. Se somarmos a esse dado os números do Rio de Janeiro, teremos o índice de 92,6%. Ao que tudo indica, portanto, não obstante o contexto, a Cimento Perus não foi receptora direta da imigração nordestina. O trabalho de Berlinck & Hogan, mostra que o fluxo de mineiros e nordestinos se intensifica a partir da década de 1950.

Dos estados que hoje formam a região nordeste do Brasil, apenas 64 trabalhadores aparecem registrados, correspondendo ao percentual de apenas 7% do total de nacionais, ou 4% do total de trabalhadores da fábrica. Das demais regiões os números são inexpressíveis.

Ou seja, se do ponto de vista da composição da força de trabalho, entre os estrangeiros, podemos dizer tratar-se a Cimento Perus de uma fábrica lusitana, com muito mais razão diríamos tratar-se de uma empresa paulista.

Tabela de origem dos trabalhadores paulistas

CIDADE/REGIÃO	QUANTIDADE	%
Jundiaí	135	16,0
São Paulo	114	13,6
Parnaíba (73), Pirapora (13)	86	10,2
Campinas (20), Atibaia (58), Bragança (49), Itatiba	185	22
Outros	321	38,2
TOTAL	841	100,0

O quadro nos mostra que apenas 10 cidades do estado de São Paulo são responsáveis pelo fornecimento de cerca de 62% da força de trabalho da CBCPP.

¹⁴¹ Geroge R. Andrews, *op. cit.*, p. 161.

Jundiaí aparece como a cidade de origem do maior número de trabalhadores. Certamente que a relativa proximidade do município e a ligação da ferrovia Santos-Jundiaí, que passa por Perus, explicam boa parte dessa grande incidência de jundiaenses na cimento Perus. O curioso é que essa cidade apareça à frente de São Paulo, que, além de ligada a Perus pela mesma ferrovia, este, ainda que distante, é um bairro pertencente à capital paulista. Por isso devem ser considerados outros fatores que expliquem a circunstancial disponibilidade de força de trabalho.

Oitenta e seis trabalhadores declararam origem em [Santana de]Parnaíba (73) e Pirapora (13). Lembremos que as pedreiras se localizavam em Água Fria, que pertencia, à época, ao município de Santana do Parnaíba. Já Pirapora é vizinha desse município.

Porém, o que mais chamou a minha atenção foi a concentração de trabalhadores de algumas cidades da região noroeste do Estado, localizadas entre Campinas e Bragança, que, juntas somam 185 trabalhadores paulistas (22%).

Por certo que não podemos afirmar que todos esses trabalhadores tenham vindo diretamente de suas regiões para trabalhar na fábrica de cimento. Igualmente aos estrangeiros, esses trabalhadores podem ter transitado por outras regiões em busca de emprego, antes de ir para a Perus.

Escapa ao alcance e objetivos deste trabalho a tentativa de explicar o porquê do predomínio de trabalhadores dessa região paulista. Os dados estão aí expostos para incentivar mais pesquisas sobre o assunto. No entanto, poderíamos supor que esse fenômeno fosse reflexo da crise no setor cafeeiro, em finais da década de 1920, que liberara força de trabalho devido a redução da produção. De fato, sabemos que essa “região central”¹⁴² do Estado de São Paulo foi das regiões mais importantes a abrigar o cultivo do café, sendo o final do século XIX, a sua época áurea. Nas décadas de 20 e 30 do século XX, a “rota do café” já se expandira para o oeste paulista, sendo que, essa

¹⁴² Conforme divisão de regiões apresentada por Sérgio MILLIET em *Roteiro do café e outros ensaios*, São Paulo, Hucitec, 1982, essa “região central” compreenderia cidades como Campinas, Jundiaí, Atibaia, Bragança, Itatiba, entre outras.

região permanece importante na produção absoluta de café, mas perdendo peso relativo.

Entretanto, Sérgio Milliet sugere que a crise na cafeicultura não foi desastrosa nessa região central, mas que houve apenas um “simples arrefecimento do progresso”. Segundo o autor, isso se deveu à “qualidade superior das terras e as facilidades extraordinárias de comunicação” dessa região. Milliet lembra que a economia nessa região era muito dinâmica e que cidades como Campinas e Jundiaí figuravam entre as cinco com maior número de empresas e de trabalhadores.

Poderíamos supor, portanto, ter havido uma migração de trabalhadores da lavoura para as fábricas dessa mesma região, principalmente para aquelas que, como a fábrica de cimento, experimentara franco desenvolvimento.

Um mapa de São Paulo que aparece na obra citada de Milliet¹⁴³, mostra que havia uma malha ferroviária que interligava as várias cidades dessa “região central” à cidade de São Paulo. Havia, portanto, uma possibilidade de fluxo de pessoas entre São Paulo e a região de Campinas e Bragança Paulista, o que, sem sombra de dúvidas, facilita muito a mobilidade e integração dessa região.

Em resumo, se traçarmos uma linha um pouco sinuosa entre São Paulo e Bragança Paulista, teremos um total de 61,8% da força de trabalho paulista proveniente dessa região. Os outros 38,2% distribuem-se entre as quase duzentas localidades registradas nas fichas.

Negros e Brancos em Perus

Entre todos os itens a serem destacados nesta dissertação, nenhum contém o grau de complexidade como este, mesmo que os propósitos sejam o de quantificar e agrupar. É relativamente fácil mapear os estrangeiros, as faixas etárias, nível escolar, etc. Difícil é distinguir o que é ser negro no Brasil. Um país miscigenado desde um longo período histórico e que cultivou um preconceito racial que não chegou a eclodir

¹⁴³ MILLIET, Sérgio *op. cit.*, p. 45.

e tornar-se pública e amplamente explícito, não inscreveu-se nas leis, mas que permaneceu velado, e mesmo fundido, com outro grave problema de igual tamanho que é a desigualdade social. Como historicamente a grande maioria do povo brasileiro viveu (e vive) excluída da enorme riqueza produzida na nação, e nessa massa se misturam brancos, negros e “mulatos” (mas, principalmente as duas últimas categorias), fica difícil divisar claramente as conseqüências provenientes do aspecto econômico ou racial.

De qualquer forma, entre as dificuldades de se trabalhar com o tema e os prejuízos decorrentes do seu ocultamento, preferi correr o risco de optar pelo primeiro. Por um lado, as fichas facilitam e me proporcionam a oportunidade de discussão, pois trazem uma foto 3 x 4 do trabalhador; por outro, nela não consta um campo que defina a “raça”, e assim, essa responsabilidade é remetida ao pesquisador, que terá que julgar a questão pela simples observação de uma pequena e amarelada imagem de rosto. Se já é difícil fazer essa distinção mediante presença física das pessoas, imaginemos através de uma pequena e congelada imagem distanciada de 60 a 70 anos.

Todos os pesquisadores que se deparam com essa questão acabam encontrando as mesmas dificuldades. Eles se colocam diante de decisões prévias para iniciar as suas análises. A impressão que tenho é de que qualquer escolha que se faça, enfrentar-se-á problemas cujas respostas jamais serão objetivas.

No meu caso, eu optei por uma solução mais cômoda e sumária: classifiquei como “negro” aqueles que aparecem na imagem nitidamente com a cor da pele preta. Classifiquei como “branco” aqueles que apresentavam a cor da pele branca. Enquadrei numa imprecisa categoria intermediária, “mulatos”¹⁴⁴, aqueles que eu tinha dificuldades de definição.

¹⁴⁴ O termo “mulato” não apenas é impreciso para definição de “cor”, mas também traz uma nítida carga pejorativa e depreciativa. Para aliviar um pouco o meu incômodo, o termo aparecerá sempre entre aspas. Utilizo-o simplesmente para usar o mesmo padrão de outros autores citados.

Sem dúvidas que os riscos de erro recaem mais sobre esse último grupo. Assim, o maior problema que se coloca para as minhas análises é o da possibilidade de ligeira subestimação do universo daqueles que poderiam ser considerados como negros. Ou seja, trabalharei com dados que me deixam mais seguro, pois, dificilmente teríamos argumentos para não considerar como negros aqueles que têm a cor da pele nitidamente preta. Tenho plena consciência, no entanto, de que essa questão étnica ou de “raça” não se resume à definição da cor da pele. No entanto, sinto-me à vontade dentro dessa opção, pois a questão do negro será abordada dentro dos limites deste trabalho, ou seja, como um item, entre outros, visto de forma panorâmica. De qualquer forma, fico com a certeza de que os dados e as análises aqui apresentadas servirão para compor um debate que não apenas está aberto, mas, ainda muito carente de informações empíricas.

O que podemos extrair e analisar das fotos dos operários? Certamente que a foto é algo muito fixo para que possamos alimentar debates candentes sobre o negro no Brasil. Entretanto, ao relacionarmos as características físicas, perceptíveis através da imagem, com outras informações extraídas das fichas, como função, tempo de permanência na fábrica, dentre outras, aí sim, poderemos municiar os pesquisadores de mais dados para refletirem sobre a importante questão da inserção do negro no mercado de trabalho.

O período histórico em estudo abarca uma geração de trabalhadores que ainda respirava o pesado ar de uma sociedade então recém saída da escravidão. Os cálculos simples nos mostram essa proximidade temporal flagrante de uma geração de trabalhadores explorados pelo regime do assalariamento, com uma outra geração de trabalhadores juridicamente escravizados: os 17,6% dos negros que aparecem no levantamento, nasceram entre os anos de 1873 e 1929. Metade desse percentual nasceu até o ano de 1910. Isso quer dizer que as mães desses trabalhadores, muito provavelmente viveram numa época em que vigia a escravidão legal. Havia, portanto, uma possibilidade razoável de que parte daqueles trabalhadores negros e mulatos tenha habitado o útero de uma escrava, apesar dele como feto já ser legalmente uma pessoa

livre¹⁴⁵. O Sr. João Henrique, nascido em Maceió-AL, tem seu nascimento registrado no ano de 1873. Ainda que ele ou sua mãe não tenham sido escravos – afinal, ser negro não significava, necessariamente, ser escravo naqueles tempos¹⁴⁶ - eles viveram durante 15 anos num país onde vigorava o regime escravista. Pois bem, esse Sr. Henrique ingressou na fábrica de cimento aos 56 anos de idade, no ano de 1929, registrado como servente de pedreiro.

Como o registro de nascimento mais recente, entre os operários é de 1929, podemos afirmar que todos trabalhadores negros são netos, senão filhos, de mulheres que viveram no período da escravidão. Este é o caso do Sr. Augusto, nascido em Atibaia, em 1915, cuja avó foi escrava:

Eu trabalhei no sítio onde minha avó foi escrava... Meu pai não foi escravo e a servidão que diz que terminou em 1888, mas... terminou uma e começou outra, né?¹⁴⁷

Branco, negro e mulatos: avaliação geral.

Das 1498 fichas pesquisadas, 333 são de um modelo anterior que não possuía foto. Portanto, o universo a ser trabalhado nesse item resume-se a 1.166 fichas. Desse total, segundo o critério de classificação acima exposto, chegamos a esse primeiro dado geral:

Quadro geral sobre “Cor” na CBCPP

APARÊNCIA	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
Branco	813	69,7
Negro	205	17,6
“Mulatos”	148	9,9
TOTAL	1.166	100,0

¹⁴⁵ Em 1871 entra em vigor a chamada “Lei do Ventre Livre”, proposta pelo Visconde de Rio Branco.

¹⁴⁶ O Censo de 1872 informa que havia em São Paulo 207.845 negros e mulatos livres e 156.612 negros e mulatos escravos, conforme ANDREWS, *op.cit.* p. 120.

¹⁴⁷ Entrevista concedida ao DPH em 16/08/1931.

Esses dados mostram um índice de trabalhadores negros bem acima do percentual de 5,3% constatado pelo Censo de 1940, do município de São Paulo. Além de desconfiarmos dos métodos de pesquisas do Censo que chegam a esse número, esses dados da fábrica podem revelar parcialmente o processo de absorção dos negros no mercado de trabalho industrial em São Paulo, em consonância com a crescente incorporação da força de trabalho nacional, como visto acima.

Já segundo a pesquisa apresentada na década de 1930 por Samuel Lowrie¹⁴⁸, 27% dos moradores dos bairros proletários de São Paulo são negros e mulatos, número muito próximo àquele que cheguei em minha pesquisa: 27,5%.

De fato, durante décadas o negro esteve alijado do mercado de trabalho em São Paulo, como resultado da importação maciça e subsidiada de trabalhadores estrangeiros e brancos, desde antes da abolição. Destituídos de qualquer possibilidade de negociação de novas condições de trabalho, devido ao incremento espantoso da força de trabalho importada e, além do mais, vítimas de um racismo implacável - ainda que não totalmente explícito - que buscava um idealizado branqueamento da raça, os negros não tiveram chances de concorrer equitativamente com os trabalhadores estrangeiros que aqui chegaram desde fins do século passado.

Isso explica o porquê, nas estatísticas do trabalho, nas primeiras décadas do século XX, os negros não aparecem, senão em índices reduzidos. E mesmo quando aparecem, estão representando setores menos qualificados do trabalho.

A exclusão dos trabalhadores negros do emprego industrial não era absoluta, pois se encontra menção ocasional a trabalhadores fabris nas colunas sociais da imprensa negra, assim como nos registros de emprego. Mas estas oportunidades eram claramente limitadas, e a grande maioria dos negros era obrigada a realizar serviços domésticos ou ter empregos irregulares e mal pagos...¹⁴⁹

¹⁴⁸ LOWRIE, Samuel H., *O elemento negro na população de São Paulo*, in: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, n° 48, pp. 5-56.

¹⁴⁹ ANDREWS, George, *op. cit.* p. 114.

Segundo Andrews, só a partir da década de 1920, quando a imigração estrangeira entra em declínio e passa a crescer a migração interna, é que os negros começam a ser absorvidos em contingentes consideráveis nas fábricas paulistas.

Portanto, os dados da fábrica de cimento não chegam a ser surpreendentes, mas o percentual de negros aí aparece como bem superior àqueles encontrados por Andrews¹⁵⁰ nas empresas paulistas por ele pesquisadas.

Esse autor detectou a incidência de cerca de 21% de negros na São Paulo Light e de 7,6% a 13% na Companhia têxtil Jafet, entre os anos de 1921 e 1950.

Por outro lado, em uma subsidiária da Light, a (COBAST), que atuava no setor da construção civil e que, portanto, operava com pessoal menos qualificado, os índices de negros são bem maiores, chegando a variar entre 42,3% e 28% dos trabalhadores, no mesmo período.

Ocorre que, nesses índices estão também incluídos aqueles considerados “pardos” e “morenos”. Ou seja, se eu utilizar desses mesmos critérios, agregando os “mulatos”, o índice de negros da fábrica de cimento chegaria a 27,5%. Aliás, nessa pesquisa do historiador brasileiro, o “morenos” e “pardos” aparecem em maior número do que os negros.

Os resultados a que cheguei na fábrica de cimento me parecem razoáveis quando aponta a categoria de “mulatos” bem inferior à dos negros, contrariamente ao resultado apontado por Andrews. Com o amplo predomínio dos brancos e o recente ingresso dos negros nesse ambiente de trabalho, até a década de 1940, seriam bem menores as possibilidades de miscigenação. Creio que a possibilidade de miscigenação abrangente só ocorrerá em décadas posteriores, a partir de 1950, com o incremento inusitado da força de trabalho nacional no mercado de trabalho paulista.

¹⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p.159.

De onde vieram esses negros

Basicamente três estados juntos têm representação maciça dos negros da fábrica de cimento: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que formam o total percentual de 94%. Nada de surpreendente até aí, pois esse número reflete praticamente o mesmo percentual dos três estados juntos quando avaliamos os dados dos estados de origem do total da força de trabalho, que, como vimos acima, respondem por cerca de 93% dos trabalhadores da fábrica.

Os números variam, no entanto, quando observamos esse percentual por estado. Já mostramos acima que o percentual de negros no conjunto de trabalhadores da cimento Perus, representa 17,6% da força de trabalho. O número de negros entre os paulistas (112) representa no total de paulistas na fábrica (841), o percentual de 13,3%. Isso que dizer que São Paulo tem representação menor que a média de negros do total geral. Já os negros mineiros (66) representam 29,5% do total de mineiros que aparecem no geral das fichas. Isso mostra que o percentual de negros entre os mineiros é bastante superior à média geral de negros. No estado do Rio de Janeiro, o total de negros (15) em relação ao conjunto dos cariocas (42) representa 35,7%, ou seja, mais de um terço da população pesquisada. A representação negra do Rio de Janeiro é o dobro do percentual de negros da fábrica.

Grau de instrução

Os dados que temos a partir das fichas, a respeito do grau de instrução dos trabalhadores nesse período são muito limitados, não nos permitindo fazer qualquer análise mais rica e abrangente.

As fichas pesquisadas apenas destacam aqueles operários que são considerados (ou se consideram) como analfabetos. Entendemos que isso queira dizer que, no momento do ingresso na fábrica, eles não sabiam nem ler e sequer assinar os seus

nomes. Nesse sentido temos que, entre as 1498 fichas pesquisadas, 204 delas indicam os operários como analfabetos. Isso perfaz o percentual de 13,6% do total.

Esse índice é menor do que o índice apresentado pelo Censo geral de 1940, que aponta o percentual de 19,6% de pessoas que “não sabem ler e escrever” no município de São Paulo. São universos diferenciados, é certo. Os trabalhadores da fábrica são um grupo mais seletivo do que o abrangente público avaliado pelo Censo.

Esses índices encontrados também estão bem abaixo daqueles citados por Decca Guzzo, referindo-se ao Estado de São Paulo:

Neste ano teria sido identificados 102.654 operários no Estado de São Paulo (...) 68,8% saberiam ler e escrever, 31,2% eram analfabetos¹⁵¹.

Maria Auxiliadora Guzzo considerava que o índice de alfabetização, portanto, não era baixo. Fornecendo um panorama educacional da época, ela afirma:

No final da década de 20 e início de 30, já se encontra um aparelhamento em relação à instrução por parte do Estado. Em relação ao estado, instrução e classe operária, importa avaliar primeiramente o ensino primário (o ensino secundário era reservado basicamente à classe média, sendo no período ainda restrito e apresentando um caráter notadamente elitista).

A maioria das crianças que freqüentavam os grupos escolares estaduais (primários) na capital eram filhas de trabalhadores industriais e assalariados urbanos em geral¹⁵².

O analfabetismo, apesar de representar um limite significativo, não anula a carga cultural que o indivíduo adquire ao longo de sua vida. Além do mais, há que se fazer ponderações ao olhar de um “espectador” que mira o passado a partir de uma sociedade atual tão distinta daquela pesquisada. O analfabetismo na língua, no meio urbano, nos dias atuais, é algo que tem reflexos intensos e abrangentes na vida de

¹⁵¹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 43.

¹⁵² Idem, p. 43.

qualquer cidadão. Vivemos hoje numa sociedade onde a escrita, os símbolos e as imagens ocupam papel determinante na vida de quem vive no meio urbano. Aliás, o próprio conceito de analfabetismo se modifica e se amplia nos nossos tempos.

O fato do cidadão não saber ler e escrever naquele ambiente que aparece ligeiramente delineado em nossa pesquisa, certamente que causava uma limitação bem menor ao indivíduo na sua labuta pela reprodução social. Ainda mais em um espaço social culturalmente limitado como era a simplória Perus-Água Fria àquela época.

É evidente que a pouca cultura formal e o analfabetismo, quando contrastados com a formação letrada da elite, denunciam o verdadeiro *apartheid* cultural naquela sociedade de classes, que já vinha há décadas “respirando” a ideologia liberal republicana. Os dados oficiais¹⁵³ não escondem o fato de ser mesmo o ensino básico, privilégio de muito poucos:

Pelo levantamento estatístico de 1937, o ensino primário era dado a um número de crianças igual a 6,63% da população do país¹⁵⁴.

Só para se ter uma idéia, à mesma época, essa fonte informava que esse índice era de 12,5% na Argentina e 9,7% no Chile. Informava ainda que, em 1932, com relação ao ensino secundário possuíamos um aluno para cada grupo de 783 habitantes; em 1940, segundo essa fonte oficial, esse número baixara: um aluno para cada 350 habitantes. Os dados otimistas da fonte oficial falavam em cerca de 300 mil adolescentes freqüentando escolas em todo país, “computando as inscrições de ensino secundário, normal, doméstico e técnico-profissional”. No Brasil inteiro, no ano de 1937, havia 25.441 estudantes no ensino superior. Lembremos que a estimativa populacional do Brasil para o ano de 1938 era de 41.115.825 pessoas. Ou seja, essas

¹⁵³ Todos os dados oficiais sobre a educação apresentados neste tópico, foram retirados de uma publicação do Ministério das Relações Exteriores, do ano de 1941, intitulada *Brasil, 1940 – 41, relação das condições geográficas, econômicas e sociais*. Pela fonte oficial e pelo período, não obstante os dados trágicos da situação social relatada, podemos imaginar serem, ainda assim, dados otimistas de um governo que tenta mostrar os avanços promovidos pela “Revolução” em poucos anos.

¹⁵⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (M.R.E.), *op. cit.* Doravante essa publicação será citada apenas pela sua sigla “MRE”.

cifras informam índices populacionais muitos próximos a zero por cento em vida escolar secundária e superior.

A questão da educação pública preocupava os trabalhadores da região de Perus, como podemos perceber através de algumas correspondências enviadas pelo sindicato dos trabalhadores solicitando o apoio dos órgãos oficiais. Em 04 de setembro de 1933, a direção do sindicato faz um requerimento ao Diretor da Instrução Pública no Estado de São Paulo, Dr. Francisco Azzi, solicitando ajuda para implantar cursos “além do 2º ano até o 4º ano primário”. O sindicato ofereceria o prédio e o mobiliário, enquanto a instituição pública entraria com o professor e o material didático. Pelo que pudemos perceber na documentação, em Água Fria existiam duas escolas e, ao que parece, só oferecia curso até o 2º ano.



Em Perus, a primeira escola foi inaugurada em 1932 (21)

Sob esse panorama educacional na década de 1930 é possível entender como, de fato, chega a ser surpreendente o número de alfabetizados entre os operários brasileiros. Certamente, muitos esforços individuais e coletivos, na esfera privada, eram feitos para superar as dificuldades e debilidades no que diz respeito à educação formal. Numa situação de escassez enorme de equipamentos públicos educacionais, muitos trabalhadores aprenderam a ler no ambiente familiar e na comunidade.

Grau de instrução entre estrangeiros e nacionais

A distribuição do analfabetismo entre nacionais e estrangeiros aparece assim:

Índice de analfabetismo entre nacionais e estrangeiros

	<i>FREQÜÊNCIA</i>	<i>%</i>
Nacionais	167	81,9
Estrangeiros	37	18,1
TOTAL	204	100,0

Estes índices se aproximam da proporção de incidência entre estrangeiros e nacionais do total de operários. Segundo os dados já expostos acima, os estrangeiros perfazem 20,5% dos trabalhadores da fábrica, no entanto, o índice de analfabetismo é de 18,1%. Os nacionais representam 79,5% do total de operários, mas seu índice de analfabetismo é de 81,9%. Assim, os índices indicam uma taxa de analfabetismo ligeiramente menor entre os estrangeiros em relação aos nacionais.

A esse respeito, o Boletim do DET do primeiro trimestre de 1932, traz um texto assinado por Fernando College, onde o autor faz um “confronto oportuno entre a instrução dos imigrantes estrangeiros e a do colono brasileiro”, a partir de levantamento feito com trabalhadores imigrantes de São Paulo. Apresentando tabelas comparativas, College se mostra muito surpreso com os resultados que apontam que os imigrantes brasileiros não apresentam os piores índices de analfabetismo:

Geralmente cometemos um grande erro quando afirmamos que pertencemos a uma terra de completo analfabetismo.

(...) Se vamos cotejar essa nossa inferioridade, o nosso “analfabetismo” em confronto com os outros povos de menos extensão territorial, mais vias de comunicação e com ensino obrigatório que data de muitíssimos anos, não é ele tão grande como possa parecer¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1º trimestre de 1932.

Percentual de imigrantes alfabetizados

	<i>1930 (%)</i>	<i>1931 (%)</i>	<i>1908 – 1931 (%)</i>
Alemães	92,7	82,0	86,9
Brasileiros	76,0	78,6	78,2
Espanhóis	74,7	-	27,1
Húngaros	93,0	-	79,7
Italianos	86,4	77,9	58,2
Portugueses	55,5	68,0	41,2

Fonte: Boletim do DET de 1932

Essa relativa proximidade dos dados entre nacionais e estrangeiros servem de argumento para a crítica ao mito de que o trabalhador estrangeiro seria dotado de qualidades culturais superiores aos nacionais. Sobre isso Andrews levanta a questão:

Assim, parece que os imigrantes ofereciam a seus patrões um índice mais elevado de instrução do que poderiam oferecer os brasileiros(...). Mas será que uma maior instrução necessariamente traduz um melhor desempenho no trabalho e uma produtividade mais elevada? Para os membros de uma sociedade e economia do fim do século XX, a resposta é óbvia: é claro que os trabalhadores mais instruídos são mais produtivos que os trabalhadores não instruídos. Mas nas fábricas e nas fazendas de São Paulo na virada do século, as habilidades no trabalho não giravam necessariamente em torno da instrução. E não é de modo algum óbvio que os imigrantes possuísem claras vantagens nessas habilidades relacionadas ao trabalho.¹⁵⁶

Michel Hall, apoiado-se nos dados do censo de 1920, põe sob suspeita o nível de preparação dos estrangeiros para a sociedade industrial:

Os argumentos que atribuem o crescimento industrial de São Paulo, pelo menos em parte, à “elevação do nível de estoque de capital humano” trazida pela imigração não apresentam dados muitos dados convincentes. Ninguém no começo do século estava especialmente impressionado com o nível de experiência industrial dos imigrantes, o que não surpreende no caso de uma imigração estimulada com o objetivo de fornecer braços

¹⁵⁶ ANDREWS, G., op. cit. p. 122.

para a agricultura. Os poucos dados disponíveis levantam dúvidas em relação ao suposto nível de preparação para a sociedade industrial.¹⁵⁷

A maioria daqueles que vieram para a capital [São Paulo] parecia não ter nenhuma experiência industrial ou urbana anterior. Embora alguns artesãos e outros trabalhadores sem dúvidas tivessem ido para São Paulo, essa imigração não foi estimulada, e parece bem evidente que a esmagadora maioria da força de trabalho era composta de homens e mulheres das áreas rurais e do sul da Europa.¹⁵⁸

Em relação aos países de origem dos trabalhadores, o único fato notável é que, dos 37 analfabetos, 30 são portugueses, de um universo de 122 lusitanos; outros 4 são espanhóis (entre 38). Os demais são: 01 iugoslavo, 01 romeno e 01 argentino.

Observando a distribuição dos analfabetos pelos estados brasileiros de origem, temos o seguinte:

Analfabetismo entre os operários por Estado de origem

<i>ESTADOS</i>	<i>FREQÜÊNCIA</i>	<i>%</i>
São Paulo	132	79,0
Minas Gerais	23	13,8
Rio de Janeiro	4	2,4
Outros	8	4,8
TOTAL	167	100,0

Podemos ver que, não obstante os trabalhadores originários do estado de São Paulo representarem 70,4% do total de trabalhadores entre os estados brasileiros, 79% dos analfabetos vêm desse estado. Em contrapartida, os mineiros, que perfazem 18,7% do total de contingente de trabalhadores nacionais, apresentam índice de 13,8% de analfabetos. Os cariocas apresentam um índice ligeiramente inferior.

Não há uma explicação plausível para justificar essa taxa um pouco maior de analfabetismo entre os paulistas e relativamente menor entre os mineiros, pois ela não

¹⁵⁷ HALL, Michael, *op. cit.* p. 43.

¹⁵⁸ HALL, Michael, in Andrews, *op. cit.* p. 123.

corresponde à realidade de instrução nos dois Estados. Segundo o Censo do IBGE¹⁵⁹ de 1940, 40% da população do Estado de São Paulo era considerada analfabeta, contra 55,8% dos mineiros. Enquanto o Estado de São Paulo possuía 7.038 escolas de ensino primário em 1941, o Estado de Minas Gerais contava com apenas 4.942 escolas primárias¹⁶⁰, sendo que a população daquele era apenas pouco superior à deste.

Os analfabetos trabalham, em sua maioria, nas pedreiras. Os números indicaram que, entre os 208 analfabetos, 50,0% eram trabalhadores que moravam em Água Fria, enquanto que 44,6% morariam em Perus e, portanto, trabalhariam na fábrica. Vemos, no entanto, que, em termos absolutos, a diferença não é tão grande. Porém, se ponderarmos que os trabalhadores nas pedreiras representam 35,5% do total, perceberemos que o índice de analfabetismo ali é relativamente bem superior ao do ambiente da fábrica.

A grande maioria dos operários (76,5%) que aparecem como analfabetos, têm idade entre 18 e 35 anos, acompanhando os mesmos índices de admissão dessa faixa etária, que é de 79,7%.

Vejamos agora o fenômeno do analfabetismo e sua distribuição entre brancos, negros e “mulatos”.

Analfabetismo versus “Cor”

	ANALFABETOS	%
Branco	118	57,9
“Mulatos”	30	14,7
Negros	47	23,0
Sem indicação de “cor”	09	4,4
TOTAL	204	100,0

¹⁵⁹ IBGE – *Recenseamento Geral do Brasil*, 1º de setembro de 1940, Série Nacional, vol. II, p. 71, Rio de Janeiro, 1950.

¹⁶⁰ Conforme a publicação do Ministério das Relações Exteriores, *Brasil, 1942: Recursos e possibilidades*, Rio de Janeiro, 1943.

O total de “brancos” identificados pelas fotos forma 69,7% dos trabalhadores e tem o percentual de analfabetismo de 57,9%. Os “mulatos” formam 12,7% dos trabalhadores e têm o percentual de 14,7% de analfabetismo. Já os negros, que representam 17,6% dos trabalhadores, apresentam índice de analfabetismo de 23,0%.

Esses números indicam, portanto, um índice de analfabetismo menor entre os brancos e maior entre os negros. Para visualizarmos melhor essas diferenças podemos determinar uma “taxa de analfabetismo”, obtida pela razão entre o número de analfabetos (204) e o número total de fichas com fotos (1166), obteremos, assim, o índice de 17,5%. Se dividirmos o número de analfabetos dentro desses três grupos (B = 118/813), (M = 30/148) e (N = 47/205), teremos:

Taxa média de analfabetos

Total	17,5%
Entre os brancos	14,5%
Entre os “mulatos”	20,3%
Entre os negros	22,9%

Para Andrews esse problema não pode ser debitado apenas à herança da escravidão:

Como sugere a tese de [Florestan] Fernandes, o analfabetismo dos negros era na verdade um problema que tinha suas raízes na experiência recente da escravidão. Poucos senhores viam qualquer vantagem em investir na educação de seus escravos(...). Entretanto, o problema exacerbou-se mais ainda após a abolição, devido às políticas educacionais da República. A Constituição de 1891 partiu da Constituição de 1824, isentando o governo federal da obrigação de patrocinar a educação pública, e ao mesmo tempo, privando de direitos os analfabetos.

O analfabetismo incide principalmente sobre os trabalhadores não qualificados, sobre os quais falaremos adiante. Os números indicam que, apesar dos trabalhadores

qualificados e semi-qualificados representarem 33,8% dos trabalhadores da fábrica, apenas 10,8% entre eles aparecem como analfabetos. Há um caso de operário que ocupa cargo de chefia e que é analfabeto.

Já os não qualificados representam 63,1% do total de trabalhadores, porém, entre eles, os analfabetos perfazem o percentual de 88,7%.

Esse é o limite de informação que pude extrair dos dados das fichas. Infelizmente não podemos ter acesso a outras informações sobre o grau de instrução dos demais que são considerados como alfabetizados. Além dos seus nomes, qual a capacidade de leitura e escrita dos trabalhadores? Quantos anos de formação escolar eles possuíam?

De tudo isso podemos inferir que a situação dos trabalhadores em questão poderia se situar num grau de formação pouco inferior àquele dos trabalhadores que habitavam as regiões mais centrais da capital paulista, que dispunham de maiores equipamentos educacionais e uma vida cultural muito mais profusa do que aquele ambiente oferecido no afastado bairro de Perus.

Acerca do grau de qualificação dos trabalhadores da CBCPP

No segundo capítulo, o leitor já ficou conhecendo algumas das características do processo produtivo nesse complexo produtor de cimento. Vimos como duas realidades bem distintas, no que diz respeito ao processo de trabalho, se articulam em um só mecanismo na fabricação do cimento. De um lado, no início do processo, uma atividade extrativa, baseada no acionamento da “máquina humana”, com pequena interposição de maquinários e equipamentos. Do outro, uma fábrica funcionando como um autômato, onde a mão humana nem sequer chega a manipular diretamente o produto durante o processo produtivo. Mas, falamos também dos setores essenciais que desempenham o que chamamos de atividades colaterais, que envolvem os serviços de manutenção e manufatura dentro da empresa.

Pois bem, agora com os dados das fichas, poderemos detalhar e conhecer melhor como isso se expressa em números. Ao listar as funções registradas nas fichas, percebi que a enorme variedade de denominações poderia não só complicar a minha exposição, como poderia confundir os leitores com a enorme quantidade de variáveis a serem cruzadas.

Por isso, resolvi agrupar as informações em poucas variáveis, pois, assim, poderíamos visualizar melhor aquelas questões que eu suponho serem do maior interesse deste trabalho. Agrupei todas as funções em quatro categorias, a saber: Trabalhos Qualificados (Q), Trabalhos semi-qualificados (SQ), Trabalhos Não-Qualificados (NQ) e Cargos de Chefias (CH).

O quadro a seguir mostra como foi feito o agrupamento nas siglas de qualificação.

Agrupamentos das funções registradas nas fichas

TRABALHOS QUALIFICADOS (Q)	ferreiro, carpinteiro, mecânico, eletricista, soldador, sondador, forneiro, ajustador, torneiro, químico, técnico químico, engenheiro, pedreiro, enfermeiro, marleteiro, foguista, encanador, dinamitador, desenhista, auxiliar de escritório...
TRABALHOS SEMI- QUALIFICADOS (SQ)	Meio-oficial, Ajudantes e Auxiliares de profissionais (de mecânico, de eletricista, de carpinteiro, de laboratório, etc.) Aprendiz, etc.
TRABALHOS NÃO QUALIFICADOS (NQ)	Ajudantes, serventes, “trabalhador”, ensacador, carregador, carregador de pedras, covoqueiro, limpeza, etc.
SERVIÇOS DE CHEFIA (CH)	Feitor, engenheiro-chefe, chefe de guarda, superintendente, desenhista-chefe, etc.

Também nesse item, o levantamento feito leva em consideração apenas a função do trabalhador no momento da sua admissão na fábrica. O conjunto universo nesse item abrange 1485 fichas, pois em 14 delas não aparece especificada a função.

Depois de ter procedido os agrupamentos, o mapa mais geral apareceu assim:

Distribuição por grau de qualificação

	<i>FREQUENCIA</i>	<i>%</i>
Cargo de Chefia (CH)	28	1,9
Não Qualificado (NQ)	1030	69,4
Semi-qualificado (SQ)	220	14,7
Qualificado (Q)	299	20,1
TOTAL	1.484	100,0

Na sigla “Não Qualificado”, destacam-se as rubricas “trabalhador”, que, sozinha é responsável por 25,4 % do total de operários da fábrica, ou 36,6% entre os Não-Qualificados; e “servente”, que isoladamente responde por 49,4% do grupo de Não-Qualificado”. As duas rubricas somadas totalizam 86% dos Não Qualificados, ou 59,7% do total de trabalhadores da fábrica. Nesse grupo há ainda 32 “cavoqueiro” e 26 registrados como “carregador de pedras”.

Sob a sigla dos Qualificados, destacam-se, em termos quantitativos: 54 carpinteiros, 45 mecânicos, 25 eletricitas, 24 pedreiros, 12 maquinistas, 11 foguistas, 10 encanadores, 10 ferreiros e 10 guarda-trem. Somados, esses formam 70,3% dos trabalhadores qualificados.

Entre os considerados Semi-qualificados, em termos numéricos, destacam-se os ajudante de mecânico (30), ajudantes de eletricitas (13), ajudantes de carpinteiros (07), aprendizes (25), auxiliares de escritórios (13), auxiliares e ajudantes químicos (09) e ajudante de sondador (04).

Dentre aqueles que ocupam cargo de chefia, encontram-se feitores, fiscais, superintendentes, inspetores e chefes em geral.

Quadro de qualificação entre nacionais e estrangeiros

	<i>estrangeiro</i>	<i>nacional</i>	<i>Total</i>
Cargo de chefia	11	17	28
	39,3%	60,7%	100,0%
Não Qualificado	154	876	1030
	15,0%	85,0%	100,0%
Qualificado	117	182	299
	39,1%	60,9%	100,0%
Semi Qualificado	23	104	127
	18,1%	81,9%	100,0%
Total	305	1179	1484
	20,6%	79,4%	100,0%

Os estrangeiros representam 20,6% do total de trabalhadores, mas ocupam 39,3% dos cargos de chefia e 39,1% das funções qualificadas. Em contrapartida, os trabalhadores nacionais representam 79,4% do total de trabalhadores, mas os seus percentuais em cargos de chefia e funções qualificadas são menores, ocupando 60,7% e 60,9%, respectivamente. Esse dado reforça os argumentos que mostram a predominância dos estrangeiros sobre os nacionais, nas funções qualificadas.

Entre os estrangeiros, o que há a destacar é que os portugueses, que representam cerca de metade do contingente estrangeiro, aparecem com apenas 36,4% entre os qualificados e 2,0% que ocupam cargo de chefia; 57,0% entre eles ocuparam funções não qualificadas. Entre os 42 espanhóis, o quadro é bem parecido: eles aparecem com 38,1% entre os qualificados e 45,2% entre os não qualificados e 7,1% entre a chefia.

Dos 14 italianos que trabalharam na fábrica de cimento, 10 eram não-qualificados, 02 qualificados e outros 02 semi-qualificados.

Vejamos na tabela abaixo, como aparece a questão da qualificação em relação às categorias “branco”, “negro” e “mulato”:

Qualificação versus “Cor”

	<i>Cargo de chefia</i>	<i>Não Qualificado</i>	<i>Qualificado</i>	<i>Semi Qualificado</i>	<i>Total</i>
branco	18	536	170	83	807
	90,0%	64,9%	82,1%	78,3%	69,6%
mulato	-	124	14	9	147
	-	15,0%	6,8%	8,5%	12,7%
negro	2	166	23	14	205
	10,0%	20,1%	11,1%	13,2%	17,7%
Total	20	826	207	106	1.159
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Os brancos, que representam 69,6% do total de trabalhadores, ocupam 90% dos cargos de chefia, 82,1% das funções qualificadas e 78,3% das semi-qualificadas.

Os negros, que representam 17,7% da força de trabalho total, têm índices inferiores nos cargos de chefia, com 10%, e entre os qualificados com 11,1%. Porém, já observamos que os “nacionais” como um todo têm participação inferior aos estrangeiros. Porém, ainda que excluamos os estrangeiros, os negros aparecem sub-representados no item “Qualificado”.

O grupo que aqui foi chamado de “mulato” foi o que apareceu mais acintosamente sub-representado nos itens “Cargo de chefia” e “Qualificado”, e super-representado no grupo de não qualificados, ou seja, em situação mais desfavorecida que o grupo dos negros.

Esse quadro apresentado não revela qualquer surpresa, mas reforça as conclusões que demonstram o desfavorecimento dos negros em relação aos brancos no que diz respeito à ocupação dos postos mais “privilegiados” nas empresas.

Entretanto, o agrupamento das várias profissões acabou por esconder uma realidade ainda mais desfavorável ao negro. Entre algumas das mais freqüentes funções qualificadas, a participação do negro e do mulato é muitíssimo pequena, como podemos constatar na tabela abaixo:

Participação de negros e mulatos em algumas profissões

	<i>Total</i>	<i>Qtde. negros</i>	<i>%</i>	<i>Qtde. Mulatos</i>	<i>%</i>
Carpinteiro	54	1	2%	1	2%
Mecânico	48	2	4%	2	4%
Eletricista	28	2	7%	2	7%
Pedreiro	26	1	4%	-	0%
Foguista	15	4	27%	1	7%
Maquinista	13	1	8%	-	0%
Marteleiro	11	5	45%	-	0%

Quando confrontamos o item qualificação com o local de trabalho, os resultados não deixam dúvidas: o percentual de trabalhadores qualificados em Perus é amplamente superior ao de Água Fria, como podemos constatar na tabela abaixo:

Nível de qualificação na fábrica e nas pedreiras

	<i>CH</i>	<i>NQ</i>	<i>SQ</i>	<i>Q</i>	TOTAL
Pedreiras	16	442	15	59	532
	57,1%	42,9%	11,8%	19,7%	35,8%
Fábrica	08	448	87	127	670
	28,6%	43,5%	68,5%	42,5%	45,2%
N/especificado	04	140	25	113	282
	14,3%	12,5%	19,7%	37,8%	19,0%
TOTAL	28	1030	127	299	1484
	1,9%	69,4%	8,6%	20,1%	100,0%

Cheguei a essa classificação entre trabalhadores das pedreiras e trabalhadores da fábrica, a partir do local de moradia especificado nas fichas. Considero como

trabalhadores das pedreiras aqueles que aparecem como moradores de “Água Fria”, e operário da fábrica aquele que aparece como morador de Perus. Como a Fábrica dista 20 km das Pedreiras e há alojamentos e núcleo de moradia em ambos os locais, creio que a opção é fiel à realidade. Aqueles que aparecem como “Não especificado”, referem-se às fichas que não trazem a informação, ou aos trabalhadores que têm a moradia registrada em outros locais como São Paulo, Caieiras, Jundiaí, Juqueri, Franco da Rocha e outros mais. Como os dados mostram que a grande maioria daqueles que moram em outra cidade são operários especializados ou semi-especializados, e, pela tendência apresentada acima, poderemos supor que a maior parte desses “não especificados” seja também trabalhadores da fábrica. Não aparecem especificados aqui os serviços de quem trabalha no setor de ferrovias, que mantinha serviços de manutenção ao longo da linha e em oficinas próximas a Perus e também próximas a Água Fria. Porém, não creio que o número de pessoal envolvido aí altere significativamente as nossas análises.

Como mostram os dados, apenas 19,7% dos qualificados e 11,8% dos considerados semi-qualificados trabalham nas pedreiras. Não obstante, 57,1% daqueles que ocupam cargos de chefia estão nas pedreiras. Isso não me parece um contra-senso. O trabalho nas pedreiras baseia-se mais na exploração direta do “maquinismo humano”, baseado em trabalho, talvez, mais penoso, na maioria dos casos, a céu aberto. Esse tipo de serviço requer mais fiscalização e maior atividade de controle. Teríamos, assim, uma relação de um trabalhador com algum tipo de função de chefia para cada 32 operários nas pedreiras e um chefe para cada 83 operários na fábrica.

Em alguns depoimentos os trabalhadores destacam traços de distinção entre os operários, apontando um diferencial, em termos de conforto e regalias, nas condições estabelecidas entre os operários qualificados, cuja maioria era estrangeira, e os não qualificados, cuja grande maioria era nacional. Para João Breno¹⁶¹, os operários da fábrica “pareciam uma elite privilegiada” em relação aos operários das pedreiras, “que

¹⁶¹ João Breno é ex-operário da fábrica e foi expoente dos “Queixadas” nas greves dos anos sessenta. Esta afirmação foi extraída da dissertação do Élcio SIQUEIRA, p. 174.

cuidavam das tarefas mais penosas como se pendurar em paredões para colocar carga de dinamite”. O teor desse depoimento precisaria ser checado, já que os números não são capazes, por si sós, de revelar situações como esta, que tem uma boa dose de subjetividade.

Qual o tempo médio de permanência dos operários na fábrica?

Se somarmos o tempo de permanência de todos os trabalhadores da fábrica e dividirmos esse somatório pela quantidade de trabalhadores, chegaremos a uma média de 4,3 anos de permanência na fábrica. Ainda que esse número reflita distorções numéricas, não há dúvidas de que ele diz algo que se aproxima da realidade.

Para termos uma idéia mais precisa, iremos agora observar o item estabilidade relacionado com os seguintes agrupamentos: nacional versus estrangeiro, branco versus negro, fábrica versus pedreiras, grau de qualificação. Os intervalos de tempo de permanência propostos são: menor que 1 ano de serviço; maior ou igual a 1 e menor que 2 anos; maior ou igual a 2 e menor que 5 anos e maior ou igual a 5 anos.

Estabilidade entre Nacionais (N) e Estrangeiros (E)

	N	E	TOTAL
Menos que 1 ano	344	82	426
	80,8%	19,2%	
Entre 1 e 2 anos	122	32	154
	79,2%	20,8%	
Entre 2 e 5 anos	151	42	193
	78,2%	21,8%	
Mais que 5 anos	571	149	720
	79,3%	20,7%	
TOTAL	1.190	306	1.496
	79,5%	20,5%	

(Percentual de estrangeiros entre o total de trabalhadores: 20,5%)

A tabela nos diz que não houve discriminação no processo de demissão entre estrangeiros e nacionais. Isso porque a variação é muito pequena quando relacionamos o percentual de estrangeiros e nacionais e a representação de cada grupo no total.

Vejamos agora a relação entre as variáveis Estabilidade e Cor:

Estabilidade entre Brancos (B), Negros (N) e Mulatos (M)				
	B	N	M	TOTAL
Menos que 1 ano	176	42	33	251
	70,1%	16,7	13,1%	
Entre 1 e 2 anos	87	18	18	123
	70,7%	14,6%	14,6%	
Entre 2 e 5 anos	132	19	20	171
	77,2%	11,1%	11,7%	
Mais que 5 anos	417	126	77	620
	67,3%	20,3%	12,4%	
TOTAL	811	205	148	1.164
	69,7%	17,6%	12,7%	

(Percentual de cada grupo em relação ao total: B= 69,7%; N= 17,6% e M= 12,7%)

Esta tabela nos mostra pequenas variações no que diz respeito ao tempo de permanência na fábrica em relação aos grupos. Se, por um lado, os negros aparecem sub-representados na tabela entre 2 e 5 anos, no grupo maior que cinco anos eles aparecem super-representados, havendo, assim, uma espécie de compensação. A variação entre os “mulatos” é também pequena. No geral, podemos afirmar que no processo admissão/demissão, não houve discriminação em relação à cor da pele.

Vejamos essa questão da estabilidade em relação ao grau de qualificação dos trabalhadores:

Estabilidade X Qualificação

	Q	SQ	NQ	TOTAL
Menos que 1 ano	90	37	290	418
	21,5%	8,9%	69,4%	
Entre 1 e 2 anos	27	16	107	152
	17,8%	10,5%	70,4%	
Entre 2 e 5 anos	31	26	132	192
	16,1%	13,5%	68,8%	
Mais que 5 anos	137	108	445	717
	19,1%	15,1%	62,1%	
TOTAL	285	207	957	1.482
	19,2%	14,0%	64,6%	

(O percentual de cada grupo em relação ao total é: Q= 19,2; SQ = 14,0 e NQ = 64,6)

Os resultados dessa tabela chegam a surpreender porque ela mostra que os trabalhadores não qualificados permaneceram mais tempo na fábrica. Esse grupo de trabalhadores ficou ligeiramente sub-representado entre aqueles que permaneceram mais de 5 anos, porém, foi o grupo mais representativo entre aqueles que permaneceram na fábrica entre 1 e 5 anos. Os não qualificados ficaram super-representado no item “menos de 1 ano” de permanência na fábrica.

Já os qualificados, tiveram uma maioria relativa que permaneceu menos que 1 ano na fábrica. A permanência entre 1 e 5 anos foi menor do que a representatividade do grupo, significando que uma relativa minoria permaneceu na fábrica entre 1 e 5 anos. Já uma parcela equivalente à sua representatividade permaneceu na fábrica por 5 anos ou mais.

Os semi-qualificados aparecem como o grupo que, relativamente, menos tempo permaneceu na fábrica. O grupo aparece ligeiramente super-representado entre aqueles que permaneceram 5 ou mais anos na fábrica.

Como resultado geral, parece-nos que o item qualificação na fábrica de cimento, não é um atributo garantidor de estabilidade. Nada há de anormal nisso. Fatores como crescimento e expansão econômica podem explicar esse fenômeno. Quando a economia se aquece e a indústria se expande de forma significativa, há uma possibilidade de mobilidade, principalmente dos operários qualificados, que, devido à sua maior raridade, passa a trocar de emprego com mais rapidez e facilidade.

Além do mais, é bom não esquecermos que este levantamento baseia-se nas ocupações registradas no momento do ingresso do trabalhador na fábrica, não levando em consideração qualquer tipo de evolução funcional. A ocorrência de maior estabilidade entre os setores não qualificados pode exatamente indicar uma boa possibilidade de ascensão funcional, ou rotatividade interna entre as funções.

Onde haveria maior rotatividade de força de trabalho, na fábrica ou nas pedreiras?

Estabilidade nas Pedreiras (P) , na Fábrica (F) e Outras Localidades(OL)

	P	F	OL	TOTAL
Menos que 1 ano	74	203	47	324
	22,8%	62,6%	14,5%	
Entre 1 e 2 anos	30	80	27	137
	21,9%	58,4%	19,7%	
Entre 2 e 5 anos	69	99	24	192
	35,9%	51,6%	12,5%	
Mais que 5 anos	359	296	38	693
	51,8%	42,7%	5,5%	
TOTAL	532	678	136	1.346
	39,5%	50,4%	10,1%	

O percentual de trabalhadores das Pedreiras (P) em relação ao total é de 39,5%; da Fábrica (F) = 50,4% e de Outra Localidades (OL) = 10,1.

Depois da conclusão feita anteriormente, este gráfico não nos surpreende. Nessa tabela vemos o reflexo da maior estabilidade entre os não qualificados, que também representam a grande maioria dos trabalhadores nas pedreiras. Não deixa de nos causar

muita surpresa esse grupo de trabalhadores não qualificados apresentar um altíssimo índice de estabilidade de 5 ou mais anos. O gráfico diz que mais da metade dos trabalhadores que permaneceram 5 anos ou mais na fábrica trabalhavam (ou começaram trabalhando) nas pedreiras.

Já os trabalhadores que ingressaram na fábrica, estes apresentam menor estabilidade entre aqueles que permaneceram mais de 5 anos na fábrica.

No geral, podemos ver que o tempo de permanência no trabalho nesse complexo cimenteiro, pode ser considerado alto. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de haver um núcleo residencial e de produção relativamente afastado do centro da capital, que conseguia acomodar os trabalhadores em sua dinâmica interna.

Entre 1933 e 1934, foi o período de maior fluxo de trabalhadores na fábrica, em termos de admissão e demissão, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela de admissão e demissão entre 1933 e 1934, por qualificação

	<i>Admitidos</i>	<i>Demitidos</i>	<i>Saldo</i>
Qualificados	102	51	51
	24,5%	32,3%	
Não Qualificados	275	88	187
	65,9%	55,7%	
Semi Qualificados	33	11	22
	7,9%	7,0%	
Outros	7	8	-1
	1,7%	5,1%	
Total	417	158	259
	100%	100%	

(Percentual de representação dos grupos no total: Q = 19,1; NQ = 63,1 e SO = 14,7)

Os economistas identificam o ano de 1933 como momento de retomada dos efeitos da crise de 1929 e também expansão do setor produtivo, em especial da indústria de base:

A crise de 1929 e a depressão repercutiram no Brasil, causando uma baixa na produção industrial, que durou de 1928 (último ano de prosperidade) até 1932 ou 1933. Há divergência entre as diversas fontes a respeito do ano em que começou a recuperação, mas não há dúvidas de que esta se deu em grande estilo, resultando até o fim da década na duplicação do nível de produção industrial.¹⁶²

De 1932 a 1939 a taxa de crescimento anual era de 10%, segundo Singer. Esse autor cita o setor cimenteiro como um dos que apresentaram taxas maiores de crescimento anual: de 25% (!).

Em relação ao crescimento da força de trabalho nesse período, Warren Dean cita que:

Um relatório sobre as condições econômicas apresentado pelo governador de São Paulo afirmava ter-se verificado um aumento, entre 1932 e 1935, quase tão grande quanto o dos doze anos precedentes.¹⁶³

Esse diagnóstico aparece também em relato de debate realizado em 1948, pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, que reuniu a “nata” do setor cimenteiro:

...a crise econômica que, deflagrada em 1929, atuou entre nós até 1932; foi justamente a partir de 1933 que a curva de consumo retomou sua linha ascendente.¹⁶⁴

Ou seja, é exatamente esse diagnóstico feito pelos economistas que os números apresentados na nossa tabela revela. Constatamos justamente, que nesse período, foi exatamente a força de trabalho qualificada que mais apareceu entre as admissões e demissões, reforçando, assim, aquilo que falamos acima sobre a mobilidade desse grupo. Os qualificados, que representam 19,1% do total de trabalhadores, aparecem com 24% dos admitidos e 32,3% entre os demitidos. Foram 102 trabalhadores

¹⁶² SINGER, Paul, *op.cit.*, p. 217.

¹⁶³ DEAN, Warren, *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*, São Paulo: DIFEL/USP, 1971.

¹⁶⁴ Cf. *Observador Econômico*, nº 149, de junho de 1948.

qualificados admitidos e 51 demitidos, entre os anos de 1933 e 1934. Ou seja, houve uma ampliação de 51 trabalhadores no quadro de operários qualificados.

No total, foram 259 trabalhadores agregados ao quadro de pessoal da empresa, em dois anos. Isso significa um crescimento absolutamente significativo, pois representaria uma ampliação em torno de 50% no quadro de pessoal.

Salário como ponto de discórdia entre capital e trabalho

Teoricamente, o salário corresponde à parte do capital variável, capaz de garantir minimamente a capacidade de reprodução da força de trabalho. Como vimos na introdução deste capítulo, a parte do capital que cabe ao pagamento de salários é bastante diminuta, em relação ao capital total.

No entanto, a história da luta de classes nos quatro campos do mundo capitalista, é recheada de conflitos, alguns que atingem níveis de extrema radicalidade, tendo como fator inflamante, exatamente a luta por melhores salários, empreendida pelo proletariado.

Neste sistema, o salário significa a própria existência para o proletariado.

Mas, por que essa parcela tão pouco expressiva do capital gera tamanha resistência por parte dos capitalistas a qualquer tipo de concessão? Eu creio que essa reação dos capitalistas não se justifica apenas por questões de ordem política, no jogo onde as classes em conflito buscam demarcar seus territórios de poder. Ela tem uma motivação econômica importante, posto que, o lucro do capitalista está na razão inversa à taxa de exploração conseguida sobre o operário.

Dito de outro modo: por mais sofisticado que seja o maquinário utilizado, não é exatamente desse equipamento que o capitalista faz aumentar a sua taxa de lucro. Afinal, máquinas nunca foram ou serão exploradas. Vale dizer que o ganho que um capitalista pode auferir ao se diferenciar dos seus concorrentes inovando tecnologicamente, ele acontece pela transferência inter empresas, ou inter setorial, via mecanismos de preços.

Mas, como a minha exposição não tem o propósito de debater aspectos teóricos da economia política, limito-me, então, a sintetizar que, para o capitalista, o salário é motivo de controle rigoroso porque é um aspecto estratégico para a manutenção de sua taxa de lucro em nível compatível com as condições de concorrência no mercado.

Através da análise do salário podemos inferir muitos aspectos da vida daqueles que não dispõem senão da sua força de trabalho para reprodução de sua existência.

A proeminência do salário

O período abrangido por esta pesquisa, pelo menos até 1935, é marcado pela intensa luta dos trabalhadores em conquistar benefícios sociais e também pelo cumprimento de leis já existentes. É marcado também pela iniciativa do Estado em absorver a energia da classe trabalhadora, visando o consenso, a cooptação, mas também a aniquilação dos setores politicamente mais ativos do proletariado.

A intervenção do Estado nas relações de trabalho não é ato de vontade dos políticos que formam a burocracia, mas uma necessidade, na medida em que “a reprodução da força de trabalho precisa de meios externos à empresa capitalista, uma vez que o salário pago pelo seu uso não permite cobrir todos os gastos de manutenção e reposição desta força de trabalho, que apenas é remunerada pelo capital enquanto imediatamente utilizada no processo de produção”.¹⁶⁵

Não obstante, o salário é o item mais importante a ser analisado neste quadro geral dos dados expostos neste capítulo. Não há como negar que, no contexto onde os trabalhadores brasileiros tinham o mínimo de benefícios sociais, o salário assumia a proeminência entre os itens responsáveis pela reprodução da força de trabalho. Afinal de contas, os mais importantes benefícios sociais conquistados pela classe trabalhadora paulista e brasileira, naquele período, só são sistematizados e ordenados com a CLT, em 1943. Ou seja, além do salário, os operários da CBCPP certamente usufruíam as férias anuais, que foram garantidas por decreto a partir de 1932, podiam dispor de

¹⁶⁵ Cf. SILVA, Zélia Lopes da, *op. cit.*, p. 27.

algum benefício previdenciário e parte dos trabalhadores dispunha de moradia garantida pela empresa, que construía uma vila operária, desde a inauguração da fábrica. O salário, era, portanto, a grande contrapartida pelas horas de trabalho dedicadas à empresa.

Jornada e valor dos salários

Com as informações que dispomos, não podemos definir qual era a jornada de trabalho imposta aos operários, desde 1926. Entretanto, nas fichas mais novas que pesquisamos há um campo que ressalta o exercício da jornada de 8 horas de trabalho diário, por turmas que se revezam em três turnos, certamente. Os equipamentos fundamentais da fábrica de cimento são os grandes fornos rotativos que operam ininterruptamente sob alta temperatura. Supomos que os modelos novos de fichas tenham sido introduzidos entre os anos de 1934 e 1935, como obrigação imposta pelo Estado, para organização do sistema previdenciário.

A grande maioria dos salários aparece registrada em valor por hora de trabalho. Todos aqueles salários que apareciam em valor por dia ou por mês, foram transformados em valor por hora nas tabelas. Tudo isso para efetivar uma homogeneização facilitadora dos cálculos. Tive algumas dúvidas para essa conversão. Com qual jornada trabalharíamos? Um salário de 600 mil réis por mês pode resultar em valores diferentes de hora de trabalho, a depender do fator de jornada utilizado. Se oito horas diárias e vinte e cinco dias mensais (em determinada época o trabalhador não recebia pelo dia de folga semanal), esse valor seria de 3 mil réis a hora. Se dez horas diárias e os mesmos vinte e cinco dias mensais, essa hora teria o valor de 2.400 réis por hora. Se dez horas diárias e 30 dias por semana, o valor dessa hora caía para 2 mil réis/hora.

Há indícios de a CBCPP até meados da década de 1930 explorava a força de trabalho com jornadas de 12 horas diárias. Há um documento de 20 de julho de 1934 onde o Sindicato faz uma reclamação à empresa em que esses indícios aparecem:

Aconteceu que em 7 de Julho do corrente anno, os empregados por quem este Sindicato reclamou, receberam umas fichas, como porcentagem, e não aumento para os mesmos. (...) A Companhia apresentou uma proposta, que satisfaria ao pessoal, lhe aumentando o salário hora, nas 8 horas, correspondente o que os mesmos percebiam anteriormente, em 12 horas...

Não obstante a linguagem confusa, tenho a impressão de que o sindicato está a reclamar a forma da adequação da jornada de 12 para 8 horas, pleiteando a não redução do salário. Na entrevista concedida aos pesquisadores de DPH em 30/04/1991, o Sr. Augusto, que ingressara na empresa em 1934, cita que:

Os trabalhadores fizeram aquela campanha pra forçar a jornada de 8 horas. Porque aqui se trabalhava 12 horas. Mas os trabalhadores pensava que ia trabalhar 8 horas sem redução de salário.

No entanto, como desde inícios da década de 1930 legalmente a jornada é de 8 horas diárias, e, formalmente isso já aparece registrado nas fichas, optei por esse número multiplicado por vinte e cinco, para o cálculo dos salários mensais. Esse critério parece ter sido usado também pelas autoras¹⁶⁶ que consultei. Sabemos que as leis e formalidades podem não passar de letra morta ou teatralização das relações sociais. A vontade do capitalista é a máxima exploração possível, porque ela determina aumento da sua taxa de lucro. Mas, a sua vontade não é absoluta, pois é constrangida pelas leis e limitadas pelo poder de pressão e barganha dos assalariados. Portanto, em um período em que a legislação trabalhista estava ainda sendo negociada e implementada, as condições de trabalho ficavam muito na dependência do poder de mobilização dos trabalhadores.

Maria Auxiliador Guzzo Decca¹⁶⁷ afirma que:

¹⁶⁶ Refiro-me A Maria Hermínia Tavares, Maria Auxiliadora Dacca Guzzo, Ângela Araújo e outros.

¹⁶⁷ DECCA, Maria Auxiliador Guzzo. *A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.

As lutas da classe operária no período de 1927-1934 para a obtenção do cumprimento da legislação trabalhista mínima já estabelecida (lei das oito horas de trabalho diárias, inclusive) ilustram bem a heterogeneidade de tempo de trabalho a que a classe operária estava sujeita, além de atestar a lentidão com que o regime estabelecido em lei fosse incorporado na prática.

Também para facilitação dos cálculos, apresento os dados compartimentados em dois: de 1925 a 1942 e de 1943 a 1947. A partir de 1943 a moeda brasileira muda de *real* (*réis, no plural*) para *cruzeiro*, e três “zeros” são cortados da moeda anterior. Entre os anos de 1925 e 1942, o “salário modal” dos operários qualificados registra o valor nominal de 1\$200,00 réis (um mil e duzentos réis) por hora, que passa para Cr\$ 1,38 (um cruzeiro e trinta e oito centavos) entre os anos de 1943 e 1947.

Os salários com os quais realizei os cálculos são aqueles registrados no momento do ingresso de trabalhador na fábrica. Dispensamos informações sobrepostas nas fichas, posto que, neste trabalho não me propus a pesquisar possíveis mobilidades funcionais.

Dados sobre a situação salarial na fábrica

Se tomarmos a massa salarial, até 1942, e a dividirmos pelo número de trabalhadores, chegaremos a uma média de 1\$138,00 (um mil cento e trinta e oito réis) por hora, ou 227\$600,00 réis por mês, na fábrica de cimento. Se excluirmos do somatório apenas os três salários mais altos (correspondentes a cargos de gerência), essa média mensal seria de 222\$252,00 réis.

Para deixar essa situação mais clara, observemos os quadros abaixo:

Salários Geral

	<i>Média</i>		<i>Moda</i>		<i>Menor</i>	<i>Maior</i>
	Por hora	Por mês	Por hora	Por mês	Por hora	Por hora
Até 1942	1138,00	227.600	900,00	180.000	500,00	16.250,00
De 1943 a 1947	2,38	476,00	1,38	276,00	1,10	10,42

Não são muitas as fontes que informam os salários, de uma forma mais abrangente, nesse período no Brasil. Os inquéritos sobre o padrão de vida dos trabalhadores, realizados na década de 1930, publicados por Horace Davis e também por Samuel Lowrie, são as fontes mais utilizadas. Há ainda informações extraídas do Departamento Estadual do Trabalho, através do seu Boletim, do Departamento Nacional do Trabalho, através de artigos como o de Clodoveu D'Oliveira; do Boletim do Departamento Estadual de Estatística de São Paulo e dos censos feitos pelos IAP's.

Para efeito de comparação, apresento abaixo alguns valores de salários do período, retirados de algumas dessas fontes citadas:

ANO	SALÁRIO		CATEGORIA	FONTE
	Por hora	Por mês		
1929	1.272,75	255.150,00	Indústria	(1)
1930	977,50	195.500,00	Indústria	(1)
1933	1.000,00	200.000,00	Const. Civil	(2)
1934	1.093,75	218.750,00	Indústria	(1)
1938	1345,00	269.000,00	Metalúrgicos	(3)
1938	1530,00	306.000,00	Aparelhos elet.	(3)
1938	805,00	161.000,00	Têxtil	(3)
1938	1.115,23	223.047,00	Indústria	(3)

Fontes: (1) Zélia Silva, *A domesticação...* p. 34.

(2) A Plebe in Guzzo Decca, *A vida fora das fábricas...* p. 21.

(3) Ministério das Relações Exteriores, *Brasil, 1940-41...*, p. 299.

É possível perceber, apesar da grande variedade, quais são os parâmetros salariais do período. Os salários médios aqui apresentados variam de 161 mil réis a 306 mil réis mensais. Assim, a média da fábrica de cimento – de 222.600,00 réis por mês – se colocaria numa faixa intermediária desses salários¹⁶⁸. Essa média se encontraria praticamente na mesma faixa do salário mínimo regional estipulado para

¹⁶⁸ Os documentos indicam que os trabalhadores do setor de carregamento de vagões recebem por empreitada. Em correspondência datada de 23/06/1934, há uma pauta de reivindicações específica desse setor que propõe o pagamento de 5 mil réis por “carro” cheio de pedras ou terra, sendo que, o teto de horas de trabalho fosse de 8 horas ou 3 carros.

São Paulo, com base em cálculos do ano de 1938, que foi fixado em 220\$000 (duzentos e vinte mil réis).

De certo que os salários com os quais trabalho, são salários de ingresso e que não levam em conta possíveis evoluções funcionais. Porém, em contrapartida, como veremos adiante, os salários nominais permanecem em torno dos mesmos valores desde 1926 até 1942.

Essa média salarial contradiz frontalmente a propaganda veiculada no Boletim da ABCP, n° 43, de 1940 que afirma que:

O salário operário para o conjunto das fábricas [de cimento] é assim quase duas vezes superior ao salário mínimo recentemente fixado em lei. Essa mesma superioridade verifica-se comparando os salários de cada fábrica com os mínimos estabelecidos para a região em que a mesma funciona.

Não saberia dizer se essa realidade acima descrita valeria para as outras cinco fábricas de cimento existentes naquele período, porém, as pesquisas nas fichas da Cimento Perus não confirmam esse diagnóstico salarial. Entretanto, essa é a mesma propaganda que diz que:

Aos seus operários dá essa indústria não apenas um salário nitidamente superior ao comum, mas cuidadosa assistência contra acidentes de trabalho, já reduzidos a um mínimo.

Trata-se de outra informação controversa, já que os números sobre acidentes de trabalho não são nada reduzidos, como veremos mais adiante.

Salário entre os Qualificados

	<i>Média</i>		<i>Moda</i>		<i>Menor</i>	<i>Maior</i>
	Por hora	Por mês	Por hora	Por mês	Por hora	Por hora
Até 1942	1560,35	312.070	1.200,00	240.000	900,00	4.250,00
De 1943 a 1947	3,89	778,00	1,38	276,00	1,38	10,42

A tabela acima nos mostra uma média salarial dos trabalhadores qualificados no valor de 312.070,00 réis por mês. Os salários nesse grupo variam muito. Os carpinteiros, marceneiros e mecânicos, por exemplo, apresentam salários bem superiores aos ferreiros, marteleiros e foguistas, que também foram agrupados na rubrica de qualificados. Na tabela abaixo, exponho alguns salários médios que extraí na bibliografia consultada e em fontes primárias:

Salários médios de trabalhadores da cidade de São Paulo

<i>ANO</i>	<i>SALÁRIO</i>		<i>CATEGORIA</i>	<i>FONTE</i>
1929	2.000,00	400.000,00	Indústria	(1)
1934	650,00	130.000,00	Têxtil	(2)
1935	2.500,00	500.000,00	Marceneiros	(2)
1935	1.200,00	240.000,00	Pedreiro Light	(2)
1934	1.840,00	368.000,00	Caldereiro/Ferrovia	(2)
1934	1.400,00	280.000,00	Foguista/Ferrovia	(2)
1934	1.700,00	340.000,00	Feitor/Ferrovia	(2)

FONTES: (1) Zélia Silva, *A domesticação...* p. 38

(2) *A Platéia*, in Ângela Araújo, *op. cit.*

Também nesse item o salário dos trabalhadores qualificados encontra-se numa faixa intermediária, ou seja, bem acima daqueles praticados no setor têxtil, mas distante da média encontrada pelo Departamento Nacional do Trabalho, citado pela Zélia Silva.

Já os “não qualificados” têm uma variação bem menor nos salários. Os valores entre 900,00 réis e 1.100,00 réis formam a ampla maioria no grupo.

Salário entre os Não-Qualificados

	<i>Média</i>		<i>Moda</i>		<i>Menor</i>	<i>Maior</i>
	Por hora	Por mês	Por hora	Por mês	Por hora	Por hora
Até 1942	982,98	196.596	900,00	180.000	700,00	2000,00
De 1943 a 1947	2,10	420,00	3,50	700,00	1,10	4,30

Nesse item, também os salários da fábrica aparecem abaixo daquele calculado pelo Departamento Nacional do Trabalho, citado pela Zélia Silva, segundo o qual o operário não qualificado em 1929 recebia uma média de 250.000,00 réis por mês.

Nesse primeiro panorama visto até aqui, podemos verificar que os salários pagos na Cimento Perus encontrava-se numa faixa intermediária entre os salários pagos na capital. Este salário não oscilava muito distante daqueles que serviram de referência para o estabelecimento do salário mínimo em 1940.

A avaliação feita pelos autores que puseram em questão o alcance do salário mínimo no sentido de atender as necessidades básicas dos trabalhadores daquele período, demonstram um “*défict*” razoável. Eles citam os estudos realizados por Horace Davis que calculou em 376.600,00 réis mensais o valor de um “orçamento médio familiar – cesta de consumo”¹⁶⁹.

Essa tal cesta de consumo, que reproduzimos a seguir, planejada em meados da década de 30, pode nos mostrar o padrão de uma vida simples, onde quase metade do salário seria gasto com alimentação.

¹⁶⁹ Esta tabela elaborada por Horace B. Davis aparece nos trabalhos citados de Guzzo, Araújo e Zélia Silva.

Previsão de orçamento familiar mensal em 1934

<i>Cesta de consumo</i>	<i>Despesas em (mil-réis)</i>	<i>Porcentagem s/ o total</i>
Alimentos e bebidas	179.900	47,7
Aluguel, água e luz	84.000	22,3
Roupas	37.600	10,0
Gás, lenha e carvão	10.400	2,8
Refeições avulsas	9.300	2,5
Fumo e despesas pessoais	6.600	1,7
Compras a prestação	3.000	0,8
Diversões	2.900	0,8
Criação, inclusive de animais de estimação	1.400	0,4
Associações beneficentes	1.200	0,3
Outras associações	600	0,2
Escola	600	0,2
Outras despesas	39.100	10,3
TOTAL	376\$600	100,0

Ângela Araújo apresenta um quadro mais detalhado, que traz preços de produtos do consumo cotidiano dos trabalhadores do período, que bem ilustra não só o padrão de consumo dos operários, mas deixa explícitas as dificuldades da classe na sua luta diária para a reprodução da vida. Os dados foram retirados do jornal *A PLATÉIA*, de 14/12/1933 e refere-se a:

“Mínimo que deveria consumir um casal com dois filhos menores”

Item	Valor em réis
Aluguel de casa: uma habitação com cozinha	65\$000
15 kg de feijão bom a 900 rs	18\$000
15 kg de arroz regular a 1\$300 rs	18\$000
Carne seca, bacalhau, peixe, etc.	10\$000
8 kg de batatinha a 600 rs	4\$000
15 kg de carne verde, sopa, bife, etc.	13\$000
Cebola, sal, colorau, miudeza, etc.	6\$800
3 latas de óleo “salada”	6\$600
30 litros de leite, ovos, manteiga, etc.	30\$000
4 kg de toucinho a 1\$800	7\$200
45 kg de pão	40\$500
2 sacos de carvão	9\$000
Verduras e frutas	30\$000
3 kg de café ou chá	7\$500
½ arroba de açúcar	7\$800
Cigarros e fósforos	24\$000
Despesas diversas: diversão, jornais, etc.	30\$000
TOTAL	363\$600

“Vestuário para essa mesma família, para um ano”

Item	Valor em réis
Um terno de casimira	200\$000
Um terno de brim	80\$000
Calçado de homem	60\$000
Um vestido de senhora - passeio	60\$000
Dois vestidos de senhora – casa	40\$000
Calçado de senhora	60\$000
Roupa para as crianças	200\$000
Roupas brancas e miudezas	200\$000
Calçados para as crianças	60\$000
TOTAL	960\$000

Conforme já sabemos, parte dos operários da fábrica de cimento usufruía o benefício da moradia fornecida pela empresa. Baseando-se em depoimentos de ex-trabalhadores, os pesquisadores do DPH falam em “aluguel simbólico”¹⁷⁰. Segundo a *Revista do Trabalho*, nº 4, página 15, o valor pago pelos operários pelas casas nas vilas próximas à fábrica e próximas às pedreiras, correspondem a aluguéis “insignificantes: 50\$000 relativamente às grandes, para operários casados, e 12\$000 aos quartos para solteiros”. De fato, os 50 mil réis estão abaixo dos 84 milréis que aparecem na primeira tabela acima (já incluídas despesas com água e luz) e dos 65 mil réis da tabela d’A *Platéia*. Porém longe está de “simbólico” ou “insignificante”, já que representaria em torno de 25% do salário médio dos trabalhadores da Companhia.

Por outro lado, se dividirmos o valor das despesas com vestuário por 12, referente ao número de meses, teríamos a acrescentar o valor de 80\$000 réis no orçamento mensal – valor superior aos 37\$600 que aparece na primeira tabela.

Assim, um orçamento mensal para se adquirir produtos básicos àquela época, mesmo que abstraíssemos o aluguel, seria de, pelo menos, 378\$600 réis mensais. Podemos perceber que o salário médio dos trabalhadores da CBCPP, de 222\$600 réis mensais, estaria bem abaixo da possibilidade de aquisição dos produtos mais básicos

¹⁷⁰ Conforme *Parecer de Tombamento...*, p. 46.

para a reprodução da força de trabalho. Até mesmo a média salarial dos operários qualificados, de 312\$070 réis mensais, não bastaria para alcançar o custo da cesta.

Ainda segundo a Revista do Trabalho, nº 4, de 1932, os operários contribuía com 2\$000 mensais para ter direito a tratamento médico e serviço odontológico e usufruíam de “um grande armazém, onde os operários se abastecem de gêneros alimentícios de primeira qualidade, bem como de artigos de vestuário, por preços sempre menores que os correntes na praça. Trata-se de um armazém cooperativo”.

Através de um documento datado de 06 de janeiro de 1935¹⁷¹ tomamos conhecimento de uma despesa cuja informação considero importante: a taxa que o trabalhador sindicalizado pagava mensalmente ao Sindicato, passara de 3\$000 réis para 5\$000 réis. Como veremos adiante, o número de sindicalizados era bem alto.

A solução possível para a sobrevivência é destacada por Zélia Silva¹⁷²:

A cobertura de seu orçamento, porém, se faz sob o esforço de toda a família trabalhadora e num regime de trabalho em que a jornada diária está acima das oito horas. Ou seja, 95% da força de trabalho masculina pesquisada trabalhava de oito a onze horas diárias – sendo que 73% desse efetivo estava alocado na faixa de oito a nove horas diárias.

Ou seja, a extensão da jornada de trabalho e a exploração extensiva da força de trabalho familiar eram os recursos “pacíficos” encontrados pelos trabalhadores para enfrentar as dificuldades de sobrevivência.

Não temos o registro de grandes movimentos grevistas naquela região, naquele período, no entanto, os documentos apontam grande insatisfação dos trabalhadores com o salário, muitas vezes chamado de “miserável”, mesmo na CBCPP, que eram mais altos que os salários dos trabalhadores das empresas de cal da região.

Em 1934 essa insatisfação dos trabalhadores da fábrica aparece explícita numa pauta de reivindicações que pode exprimir o tamanho da defasagem salarial sentida por

¹⁷¹ Este documento faz parte do acervo do sindicato em Perus.

¹⁷² SILVA, Zélia, *op. cit.*, p. 38.

aqueles operários. Dos nove itens reivindicados, seis referem-se a salários diretos, que aparecem estipulados por setores:

1. Trafego, aumento de 35% sobre o actual salário.
2. Produção, equiparação aos mais elevados salários, dos demais, operários na Secção, e aumento, sobre os melhores salários de 30%.
3. Turma da Linha equiparação nos presentes salários e aumento de 20%, abrangendo todas as turmas.
4. Trabalhadores, que percebem \$900 (novecentos réis) por hora, aumento de 30%.
5. Trabalhadores no regimen de empreitada, 30% sobre os carros.
6. Trabalhadores das manobras, equiparação com o que tem maior salário.

Ou seja, os operários, tendo a frente o sindicato, percebiam uma defasagem, em média, de 30% dos seus salários. É difícil saber quais estudos levaram a esses índices setoriais. Porém, se aproxima bem dos cálculos de variação positiva do custo de vida, que ficou em torno de 36%, entre os anos de 1925 e 1940, conforme poderá ser visto na tabela abaixo, apresentada por Oliver Onady.

Um documento datado de 21 de setembro de 1934, revela um movimento reivindicativo acontecido na caieira dos Beneducci, onde os trabalhadores pleiteiam “Equiparação de ordenados dos operarios D’esta Companhia aos ordenados dos operários da Companhia Brasileira de Cimento Portland S/A (em todas as suas seções)”.

Esse texto de época mostra, portanto, que os salários nas empresas de cal situavam-se em torno de 30 a 35% abaixo dos salários da CBCPP, que, como vimos, já eram baixos.

Não há, portanto, nenhum motivo para pensarmos que a vida dos operários da Cimento Perus fosse menos dramática do que aquela dos seus contemporâneos e companheiros de classe no centro de São Paulo. Em *A vida fora das fábricas*, Guzzo Decca traz um relato dramático da situação de carências e penúria em que vivia o proletariado urbano desse nosso período de estudo. Também os jornais operários do

período cumpriram um papel fundamental para contrapor o discurso patronal que, como vimos no Boletim da ABCP de 1940, apresentava uma visão bem distante da realidade.

Defasagem salarial

Outro fenômeno que me causou bastante dúvida é a permanência de valores nominais durante vários anos. De 1925 até, pelo menos, o ano de 1940 os salários de admissão parecem não ter tido variação, não obstante, nesse período, o custo de vida ter aumentado.

Ângela Araújo apresenta tabela que demonstra que, entre 1934 e 1941, o custo de alimentação, baseado em preços de produtos básicos (arroz, açúcar, óleo, banha, batata, farinha de trigo e feijão), subiu 61% na cidade de São Paulo¹⁷³. Esse dado difere da tabela apresentada por Oliver Onady, quando este analisa a inflação nacional, mas que, ainda assim, mostra uma variação para mais, de 50,1%, no índice do custo de vida brasileiro, no mesmo período. Essa mesma tabela apresentada por Oliver Onady¹⁷⁴ informa uma alteração de 184,1% no custo de vida brasileiro, no período que compreende a minha pesquisa, ou seja de 1926 a 1947. Elaborei a tabela abaixo, incorporando os índices de custo de vida no Brasil apresentado por Onady, para que possamos visualizar aproximadamente as alterações ocorridas nesse período de estudo. São dados que podem não refletir rigorosamente a situação específica da cidade de São Paulo, mas que mostra as alterações significativas dos índices de preços nesse período da minha pesquisa.

¹⁷³ ARAÚJO, Ângela M. C. *Condições de vida e trabalho dos trabalhadores urbanos na década de 30*. Trabalho apresentado na 34ª Reunião Anual da SBPC, Campinas-SP, 7 a 14 de julho de 1982 (mimeo).

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Onady. *A inflação brasileira (1820 – 1958)*, Rio de Janeiro, 1960, página 25.

Tabela de variação do custo de vida: 1926 a 1947

ANO	INDICE	VARIACÃO PERCENTUAL
1926	100	-
1927	103	+ 2,7
1928	101	- 1,5
1929	100	- 0,7
1930	91	- 9,2
1931	88	- 3,3
1932	88	-
1933	88	-
1934	94	+ 7,4
1935	99	+ 5,2
1936	113	+ 14,6
1937	122	+ 7,8
1938	127	+ 4,0
1939	130	+ 2,7
1940	136	+ 4,9
1941	151	+ 10,9
1942	169	+ 12,0
1943	194	+ 14,9
1944	247	+ 27,3
1945	288	+ 16,7
1946	336	+ 16,5
1947	409	+ 21,8

A tabela aponta uma estabilização e decréscimo no índice do custo de vida, ocorrido no período entre 1928 e 1932, o que poderia corresponder à recessão influenciada pela chamada crise mundial de 1929: mostra também um crescimento relativamente moderado desde 1925 até o ano de 1940, quando houve uma variação de apenas 36% aumento do custo de vida no Brasil. Entretanto, o aumento do custo de vida acelera entre os anos de 1941 e 1947, certamente como efeito da segunda guerra mundial, quando mostra uma alteração positiva de cerca de 200% no custo de vida brasileiro. Assim, de 1925 a 1947, o custo de vida no Brasil teria tido um aumento de cerca de 300%.

Infelizmente as fichas não nos informam as variações salariais dos trabalhadores durante os anos, não sendo possível, portanto, verificar se os salários dos operários também foram alterados, acompanhando os índices do custo de vida, ou de inflação do período. Além do mais, há uma significativa variação salarial entre operários que

exercem a mesma função, dificultando ainda mais os cálculos que nos levassem a resultados seguros. Porém, de fato, os salários de admissão indicam uma certa permanência nos valores nominais até inícios da década de 1940. Ou seja, se os salários nominais permanecem no mesmo nível durante tanto tempo, supomos uma perda do poder de compra desses salários, corroídos pela inflação.

No entanto, Warren Dean sugere que:

Outras fontes, incluindo Simonsen, assinalaram que os salários reais permaneceram no mesmo nível entre 1920 e 1940...¹⁷⁵

Baseado-se nos estudos de Maria Hermínia Tavares, Zélia Silva¹⁷⁶ constata que:

Os salários nominais nesse estado [de São Paulo], em 1934, estão abaixo da média em 1929. A trajetória do salário real não se distancia muito do período percorrido pelo salário nominal. Entre 1928 e 1932, o salário real dos trabalhadores fabris apresenta uma sensível deterioração do seu poder de compra, situação que se inverte em 1933 com a elevação de 22,4% de seu índice em relação a 1928. No ano seguinte, esse índice volta a cair, mantendo-se um pouco acima do índice de 1928, fato que, no máximo, nos leva a concluir sobre a tendência à recuperação dos salários.

A negociação individual dos salários

Os historiadores que se preocuparam em quantificar em dados a situação da classe operária brasileira, fazem alusão à dificuldade em se buscar parâmetros salariais que permitam extrair conclusões gerais sobre as condições de vida da heterogênea classe operária brasileira. A variedade de valores nominais de salários entre as categorias e entre grupos (menores, mulheres) de trabalhadores é tão

¹⁷⁵ DEAN, Warren, *op. cit.* p. 118.

¹⁷⁶ SILVA, Zélia, *op. cit.*, p. 37.

diversificada, que torna difícil os cálculos que validem seguramente certas generalizações. Para Zélia Silva¹⁷⁷,

As pesquisas sobre o período que partem de outros pressupostos (e que discutem os salários) afirmam que os critérios usados pelos empresários para a fixação dos salários, até 1930, eram tão variados que seria praticamente impossível um estudo mais rigoroso, por falta desses elementos básicos.

Também Decca Guzzo¹⁷⁸ se ressentia dessa dificuldade:

Torna-se extremamente difícil precisar salários mensais para o conjunto do operariado masculino da capital, dadas as diferenças salariais entre as diferentes categorias profissionais e considerando que nem todos os operários trabalhavam sob o regime de oito horas diárias, principalmente no final da década de 20.

Ângela Araújo constata a heterogeneidade do mercado de trabalho na primeira metade da década de 30 e confirma:

São marcantes as diferenças salariais, tanto de região para região e entre capital e interior, quanto entre os ramos ou mesmo no interior de uma mesma categoria¹⁷⁹.

Pois bem, o meu estudo de caso prova que essa diferenciação não se apresenta apenas entre grupos e categorias de trabalhadores. Dentro da mesma empresa, praticava-se uma verdadeira “salada” de salários para operários registrados com a mesma função, dificultando, inclusive, a possibilidade estabelecermos uma lógica. Na mesma empresa, há trabalhadores que tem seu salário estipulado por mês, há aqueles que recebem por empreitada, como os carregadores de vagão, mas a grande maioria tem seu salário estipulado por hora.

¹⁷⁷ SILVA, Zélia. Op. cit. p. 21.

¹⁷⁸ DECCA, M. A. G. op. cit. p. 21.

¹⁷⁹ ARAÚJO, Ângela M.C., *Condições de vida e trabalho...*, op. cit.

O senhor Armando Piazza, paulista, admitido com 31 anos de idade em 21 de outubro de 1933, registrado como “eletricista”, foi contratado pelo salário de 1\$900 réis por hora de trabalho. Um ano depois, exatamente em 31.11.1934, o espanhol Joaquim Correa da Silva, de 43 anos, casado, com 5 filhos, foi contratado pela empresa para exercer a mesma profissão de “eletricista”, só que com o salário de 1\$500,00 réis por hora.

O russo Antonio Mezeika, de 38 anos de idade, casado, pai de 3 filhos, mecânico de profissão, foi contratado em 16 de julho de 1932, para receber um salário de 1\$900,00 réis por hora. O mineiro Agostinho Nunes Netto, casado, com 2 filhos, foi contratado no dia 17 de dezembro do mesmo ano, para exercer a mesma função, mas não teve a mesma sorte, pois receberia um salário de 1\$600,00 réis por hora, 16% menor que o do Russo.

Quais critérios a fábrica estabeleceu para contratar esses quatro operários por salários diferenciados? O quadro abaixo mostra que esse fenômeno não se restringiu aos casos dos Senhores Mozeika, Piazza, Netto e Silva, mas que se trata de uma política da empresa de cimento:

Diferenciação salarial nas diferentes funções

<i>PROFISSÃO</i>	<i>1929</i>	<i>1933</i>	<i>1936</i>	<i>1937</i>
“Carpinteiro”	1.600,00	1.500,00	1.700,00	1.700,00
	1.400,00	1.600,00	1.700,00	1.600,00
		900,00	1.600,00	1.700,00
		1.000,00	1.600,00	1.700,00
			1.700,00	1.700,00
				1.700,00
				1.600,00
				1.700,00
				1.700,00
				1.700,00
“Mecânico”	1931	1933	1936	1943
	1.800,00	1.900,00	1.700,00	2,38
	900,00	1.500,00	1.700,00	1,90
	1.800,00	1.600,00	1.600,00	1,90
		1.100,00		
		1.600,00		
		1.400,00		
		1.600,00		
		1.700,00		
		900,00		
“Trabalhador”	1929	1933		
	1.000,00	900,00		
	1.400,00	1.000,00		
“Servente”	1933	1934	1936	1944
	900,00	1.100,00	900,00	1,65
	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1,38
“Pedreiro”	1927	1933	1937	1943
	1.700,00	1.400,00	1.200,00	1,65
	1.500,00	1.800,00	1.500,00	
	1.500,00	1.200,00	1.500,00	
		1.500,00	1.500,00	
			1.500,00	
			1.400,00	
“Eletricista”	1932	1933	1934	1947
	1.600,00	1.900,00	1.100,00	4,50
	1.300,00	1.900,00	1.200,00	7,50
	1.200,00	1.700,00	1.500,00	3,50

Ou seja, a variação de salários é bastante grande dentro de uma mesma função registrada na ficha dos trabalhadores. A variedade é bem maior entre os trabalhadores qualificados.

Não encontrei comentários sobre esse tipo de fenômeno na bibliografia pesquisada no campo da história e da sociologia, então, recorri aos especialistas em Direito do Trabalho.

O que isso pode significar? Aparentemente trata-se de uma política que leva à risca os princípios liberais que individualiza ao máximo os contratos de trabalho. Cada contratação é uma “negociação” diferente. Esse fenômeno expõe uma daquelas contradições no regime político pós 1930, que coloca em dificuldade aqueles que tratam do Direito.

Um dos princípios básicos a guiar o intervencionismo estatal em uma República, teoricamente, seria exatamente o de garantir a todos os indivíduos daquela sociedade, o princípio da igualdade jurídica. É justamente nesse princípio mais geral que se baseiam os juristas ao sentenciar o enunciado do “salário igual para trabalho igual”.

A noção de *Direito Coletivo* certamente orientava a equipe do Governo Vargas que era responsável pela proposição e estabelecimento das regras a regulamentar as relações de trabalho. Já na primeira equipe a compor o “Ministério da Revolução”, encontram-se antigos socialistas como Evaristo de Moraes, Joaquim Pimenta e Agripino Nazareth. Então, a primeira lei, nesse sentido, veio carregada daquele matiz nacionalizante típico dos primeiros momentos do Governo Vargas. Assim, o Decreto nº 20.291, de 12/08/1931, regulamenta que,

Quando num mesmo estabelecimento ou empresa exercerem funções idênticas brasileiros e estrangeiros, os vencimentos ou salários daqueles não poderão, em hipótese alguma, ser inferiores aos destes¹⁸⁰.

¹⁸⁰ DAMASCENO, Fernando Américo Veiga, *Equiparação salarial*, São Paulo, LTr., 1980.

Porém, no nosso caso em estudo, percebemos que a diferenciação não distingue exatamente trabalhadores nacionais e estrangeiros. Observando alguns casos, como dos carpinteiros e dos pedreiros, cheguei a achar que havia uma espécie de critério que favorecia a mão-de-obra estrangeira, devido a várias coincidências em que os salários mais altos cabiam a eles, em detrimento dos brasileiros. Porém, as discrepâncias são muitas e elas aparecem em diversas funções, não parecendo haver critérios para favorecimento de grupos em particular. Não obstante os estrangeiros encontrarem-se melhor colocado no quadro geral da fábrica (já nos referimos a esse assunto), isso não é fenômeno específico da empresa em estudo, ou seja, não parece ser fruto exatamente dessas “negociações” individuais. Ademais, já vimos também que, com o passar dos anos na década de 1930, o percentual de trabalhadores “nacionais” tende a crescer cada vez mais.

Entretanto, sem sombra de dúvidas que esse fenômeno incomodava aos operários da CBCPP. Prova disso aparece consubstanciada em correspondência enviada pelo sindicato ao DET, do ano de 1935, onde a entidade de trabalhadores denuncia a empresa por desrespeito ao Decreto 20.291 de 1931,

O qual instituiu a lei de Nacionalização do Trabalho. São duas as cláusulas em desacordo. A primeira refere-se ao artigo 5º que diz: Brasileiros e Estrangeiros exercendo funções idênticas, os vencimentos, ou salários, não poderão em hipótese alguma, ser inferior aos destes; Entretanto, diversos Estrangeiros, com as mesmas funções, estão percebendo salários superiores, aos dos Brasileiros...

Não creio que o teor desse texto demonstre aliamente uma postura anti-estrangeira, ou nacionalista, dos sindicalistas. Conforme poderemos perceber no próximo capítulo, onde analisaremos a atuação sindical dos trabalhadores em questão, trata-se de uma das estratégias utilizadas para enfrentar as disparidades na empresa, aproveitando-se das leis existentes. Além do mais, como afirmamos acima, percebemos vários casos de estrangeiros recebendo menores salários que os trabalhadores nacionais.

Essa questão era tão candente na CBCPP, que em dois únicos documentos em que aparece uma pauta de reivindicações organizada, a questão da equiparação se destaca. Quando os operários da empresa Beneducci entram em greve, no ano de 1934, a principal reivindicação é justamente a equiparação salarial em relação aos trabalhadores da CBCPP. No mesmo ano, os trabalhadores da CBCPP também enviam uma pauta de reivindicações aos patrões, onde a equiparação aparece com destaque em três dos nove itens (os grifos são meus):

1. Produção, equiparação aos mais elevados salários, dos demais, operários na Secção, e aumento, sobre os melhores salários de 30%.
2. Turma da Linha, equiparação nos presentes salários e aumento de 20%, abrangendo todas as turmas.
3. Trabalhadores das manobras, equiparação com o que tem maior salário.

Em 1939, um novo Decreto confirma, basicamente, o mesmo teor do Decreto de 1931, porém, faz ponderações que leva em conta o princípio de proporcionalidade, como tempo de serviço, por exemplo. Também o artigo 461 da CLT referenda o princípio da igualdade de salário para quem executa a mesma função, sendo que, o parágrafo primeiro ambiciona definir o que seria considerado como “trabalho igual”.

Essas leis são provas de que o problema existia e gerava tensões entre as classes, levando o Estado a exercer a sua “função mediadora”. Porém, sabemos que a legislação, por si só, não é capaz de garantir o cumprimento de um veredicto, quando este contraria os interesses de uma classe com poderes efetivos, como é o caso da burguesia, que, como dona dos meios de produção, insiste em exercer os seu direito de contratação e negociação com o trabalhador.

Se, por exemplo, um industrial contrata um trabalhador, isto é um assunto privado entre as partes contratantes, e o contrato é a expressão do consenso entre ambas: aquele concordou em pagar um salário por um trabalho estipulado; este concordou em trabalhar sob determinadas condições.

Por isso, no mundo do liberalismo ortodoxo, é inconcebível a existência de uma legislação especial do trabalho, mesmo que seja apenas para regulamentar o contrato¹⁸¹.

Nas circunstâncias colocadas após 1930, havia uma tendência à instauração de contratos coletivos que garantissem uma maior homogeneização no trato das relações trabalhistas. Esse é um dos aspectos da formulação de conceitos como o de salário mínimo, Consolidação da Leis do Trabalho e Justiça do Trabalho, por exemplo. É também seguindo esses princípios que se estabelece em leis o limite da jornada, as férias coletivas, o sistema previdenciário, etc. Entretanto, mesmo a CLT, que entra em vigor a partir de 1943, ela não consegue obrigar o patrão a pagar salário igual a trabalho igual. À noção de salário profissional, que era reivindicado por setores dos trabalhadores, contrapõe-se a instituição do salário mínimo. Ou seja, por mais que se tenha regulamentado, a ação do Estado não tem alcance para constranger a liberdade de contratação pelo patrão, a ponto de impor um valor de salário por função. No nosso caso pesquisado, pelo visto, prevaleceu o direito à liberdade de contratação pelo patrão, em detrimento da noção de igualdade perante a lei.

Ainda em 1952, esse debate ainda se desenrolava nos tribunais do país, a ponto de ser sancionada mais uma Lei, que agora levava o número 1723, que “introduz modificações substanciais no dispositivo consolidado”, proibindo diferenças salariais para trabalhos iguais, “traçando as condições de validade do quadro de carreiras”, conforme informa Damasceno, na obra citada, página 27.

Ainda assim, essa questão do “salário igual para trabalho igual” demonstrou tocar numa contradição aparentemente insolúvel, pois as ambigüidades legadas nos textos das leis serviam de brechas para que os patrões abusassem do seu sagrado direito de negociar o contrato de trabalho no plano individual com os seus operários, quando da admissão.

Ora, se o “salário” já era um conceito muito abrangente para os juristas, que se debatiam em definir se outros benefícios seriam ou não componentes dessa definição,

¹⁸¹ MUNAKATA, Kazumi, *op. cit.* p. 13.

muito mais difícil seria garantir a definição do que seria o “trabalho igual”. Assim, nesses trabalhos da área do Direito, vimos que para se definir um trabalho como igual seria necessário que estivessem preenchidos vários requisitos: identidade funcional, identidade produtiva, identidade qualitativa, identidade de empregador e identidade de tempo de serviço. Ou seja, como os próprios juristas reconhecem,

Estes requisitos, definidos pela lei de forma imprecisa, dificultam a aplicação do preceito¹⁸².

O resultado dessa “divisão” interna certamente visa o fracionamento de interesse entre os trabalhadores, buscando dificultar os traços identitários entre os operários. É bom lembrar que nesse caso não há gênero diferenciado para “justificar” a variedade, pois o fenômeno incide num ambiente totalmente masculino, como o da fábrica. É certo que há menores trabalhando, cujo papel não é apenas o de rebaixamento de salário, mas até mesmo de garantia de reprodução das relações sociais dominantes. Há, assim, um incentivo à maior produtividade individual, que têm como contrapartida também a distribuição individualizada dos méritos na produção. Trata-se da mesma lógica da diversificação por categorias, conforme cita Zélia Silva¹⁸³:

Na opinião da autora [Maria Alice Rosa Ribeiro] a política salarial aplicada pela burguesia, definida a partir de tal critério [larga diferenciação], tinha por objetivo o estabelecimento do controle político sobre o proletariado no interior da unidade fabril.

¹⁸² Cf. DAMASCENO, Fernando A. V., *op. cit.*, p. 30. Além deste, consultei outros autores da área do Direito, que expõem vários casos de jurisprudências que mostram a persistência e complexidade do fenômeno: Mozart Victor Russomano, *Comentários à Consolidação das leis do trabalho*, volume II, Rio de Janeiro, Ed. José Konfino, 1952; José Serson, *Curso de rotinas trabalhistas*, São Paulo, LTr, 1978, p. 406.

¹⁸³ SILVA, Zélia L. *op. cit.* p. 21

Faixas salariais e grupos de trabalhadores

Vejamos agora, em que medida a análise do quadro salarial confirmará as distinções entre os grupos, conforme vimos anteriormente.

Tabela de salários de ingresso por faixas

FAIXAS ENTRE (réis)	TOTAL	Negros	Branco	Mulatos	Nacionais	Estrangeiros
500,00 e 800,00	26 (2,3%)	07 (4%)	14 (2%)	1 (1%)	24 (2,7%)	02 (1%)
900,00 e 1.125,00	812 (73,6%)	136 (80%)	431 (67%)	93 (84,5%)	683 (78%)	129 (56,6%)
1.200,00 e 1.500,00	155 (14,0%)	21 (12,4%)	111 (17%)	09 (8%)	105 (12%)	50 (21,9%)
1.600,00 e 2.000,00	79 (7,2%)	04 (2,3%)	64 (10%)	07 (6%)	49 (6%)	30 (13,3%)
2.200,00 e 3.250,00	21 (2,0%)	01 (0%)	16 (2,5%)	-	10 (1,0%)	11 (5%)
3.500,00 a 4.500,00	07 (0,06%)	-	06 (1%)	-	04 (0,3%)	03 (1,1%)
De 5.000, 00 acima	03 (0,03%)	-	02 (0%)	-	-	03 (1,1%)
TOTAL	1103	169	644	110	875	228

A primeira informação mais visível neste quadro é a concentração de trabalhadores representados nas faixas salariais situada entre 900,00 e 1.500,00 réis. São, simplesmente, 88% dos trabalhadores nessa faixa.

O desfavorecimento dos negros e “mulatos” em relação aos brancos também aparece confirmado nessa tabela, onde 80% aparecem na segunda faixa com os menores salários e 92,4% não passam da terceira faixa. Não há representação de

negros nas faixas acima de 2.000,00 réis! No caso dos “mulatos” a situação é ainda um pouco pior, como pode ser visto.

No caso dos estrangeiros e nacionais, a desigualdade aparece explicitamente nas faixas salariais mais altas, onde o predomínio estrangeiro é visível.

Ainda assim, procurei exercitar mais cruzamentos de dados a fim de deixar bem claro o tamanho e o tipo da diferenciação entre os grupos. Desta forma, eu somei todos os salários dos trabalhadores até 1942 e cheguei ao resultado de 1.252.750 réis (Um conto, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e cinquenta réis).

Desse total de salários, coube aos estrangeiros o percentual de 24,8% e aos nacionais 75,2%.

Ou seja, os 20,5% de estrangeiros abocanham quase 25% da massa salarial da fábrica, confirmando a diferença em favor destes, em detrimento dos nacionais.

Já o somatório dos salários totais das fichas com especificação de cor equivale a 1.065.200,00 (Um conto, sessenta e cinco mil e duzentos réis). Desse total de salários, coube aos brancos o percentual de 72,9%, aos negros o percentual de 16,3% e aos mulatos, o percentual de 10,8% do total dos salários.

Ou seja, os brancos que representam 69,7% do total de trabalhadores, aparecem aqui super representados em termos de massa salarial, com 72,9%.

Se observarmos bem, essa diferença não é tão grande. Uma das explicações plausíveis para essa menor diferenciação da participação dos negros na massa salarial é a seguinte: os negros se concentram bem mais no grupo de trabalhadores não qualificados. Nesse grupo percebemos que a variação, ou disparidade entre os salários é bem menor do que a variação no grupo dos Qualificados. Sendo assim, o percentual da massa salarial que cabe aos negros fica nos níveis próximos ao percentual de representação no total de trabalhadores.

Já que nesse item sobre salários estamos a buscar estabelecer a miríade de diferenciação entre os trabalhadores, não poderemos deixar de comentar, ainda que brevemente, sobre os extratos mais graduados que apareceram nas fichas, para obtermos mais parâmetros comparativos naquele período.

Por exemplo, um desenhista, ou um químico recebia na empresa, 800 mil réis mensais, quase duas vezes e meia a média salarial de um operário especializado. O Dr. Pacheco, que era o médico contratado pela empresa para atender aos trabalhadores, recebia 800 mil réis mensais, sendo que, ele visitava a região de Perus e Água Fria apenas duas vezes por semana.

Um engenheiro-chefe recebia 1.700.000 réis por mês e o Superintendente das Pedreiras limitava o teto salarial na empresa, recebendo a quantia mensal de 3.250.000 réis, isso mesmo, três milhões, duzentos e cinquenta mil réis, cerca de 10 vezes o salário de um operário especializado.

No estatuto de fundação da Companhia Brasileira de Cimento Portland, registrado em 18/08/1924, aparecem descritos os proventos a serem recebidos pela diretoria:

Diretores receberão 500 mil réis por “meeting” quinzenal. (...) E receberão mais: Presidente, 22.500\$000 (vinte e dois contos e quinhentos mil réis) por ano. Vice-presidente, 11.000\$000 (onze contos de réis) e gerente, 96:000\$000 (noventa e seis contos de réis) por ano, que pode ser feito em prestações mensais¹⁸⁴.

Finalizo esta longa descrição sobre os salários dos trabalhadores da Companhia de cimento, apresentando um documento inusitado, que não traz assinatura, não é datado, e não tem texto dissertativo, que parece incompleto, mas que, para mim, é cheio de sentido¹⁸⁵:

¹⁸⁴ Lembrando que 1 conto de réis equivale a um milhão de réis.

¹⁸⁵ Este documento integra uma pasta de “Correspondências expedidas 1934”. A letra e o tipo do papel sugerem um documento integrado ao corpo de documentos pesquisados.

Orçamento geral da Cia B.C.P.	Anual	Moz	Nº de Op ^{ções}	A cada Op ^{ção}
	41.700.000	3.475.000	" "	820

O teor das anotações sugere que o(s) autor(es) estaria(m) a realizar cálculos que verificariam o tamanho da exploração salarial imposto pela empresa. De onde o autor extraiu esse número que chamou de “Orçamento anual da Companhia B.C.P.? Numa perspectiva intuitivamente socialista, podemos supor em um rateio igualitarista, onde caberia uma quantia mensal a cada trabalhador. Certamente que faltam “zeros” no número do “orçamento”, posto que, com 4\$200 mensais, mal daria para cada trabalhador pagar a sua mensalidade do sindicato. De qualquer forma, fica o registro curioso que poderia ganhar mais consistência caso houvesse outras fontes para cruzar com esta.

Por fim, só no crepúsculo deste capítulo nos chega uma informação, diretamente do ano de 1934, de que o total de trabalhadores da Companhia Brasileira de Cimento Portland, é de 820.

Acidentes de trabalho

Introdução

Quando iniciei a pesquisa com as fichas dos trabalhadores, não tinha em mente fazer anotações sobre o campo no verso da ficha que registrava acidentes de trabalho. Entretanto, em uma determinada altura dos trabalhos, comecei a me impressionar com a frequência de registros naquele campo superior das fichas, então, passei a ler as anotações: “esmagamento no dedo médio”, “forte traumatismo”, “corpo estranho no olho esquerdo”, “queimadura no olho esquerdo com ácido”, e outras tantas descrições. O meu instinto de curiosidade deu lugar ao senso quantificador do pesquisador e, então, resolvi realizar o levantamento deste campo da ficha, pois fazia parte dos propósitos desta dissertação verificar dados que expusessem sobre a saúde do trabalhador. Cheguei a números surpreendentes e até chocantes!

Os dados que ora revelo são muito limitados e podem nos levar a informações ainda muito parciais sobre o drama que envolve os acidentes de trabalho. Certamente eles não traduzem com profundidade todo o ciclo do trauma causado por um acidente no processo de produção. Nossas informações são muito exíguas para que pudéssemos reconstituir as circunstâncias que favoreciam aos acidentes no local de trabalho; não sabemos quais as condições de mobilização e atitudes das pessoas do entorno do acidentado no momento do evento; não dispomos de informações sobre as seqüelas causadas; não conhecemos o processo de atendimento e nem sobre afastamentos; também não dispomos de informações sobre indenizações. Não sabemos, ainda, da política da empresa no que diz respeito à prevenção de acidentes.

Ainda assim, mesmo tomando consciência desses limites, creio que as informações colhidas e aqui expostas, se constituem em ponto de partida para pesquisas mais aprofundadas e mais precisas. Afinal de contas, raros são os trabalhos historiográficos que fazem análises a partir de dados dessa natureza. Além do mais, as informações colhidas são muito importantes para compor o quadro sobre as condições

de vida naquele espaço e tempo, e fala desse aspecto de violência que muitas vezes é desconsiderado nos trabalhos que têm como foco a relação capital *versus* trabalho.

Breves comentários sobre a legislação em vigor

Antes da exposição dos números referentes a esse assunto, convém proceder uma breve contextualização acerca de alguns aspectos da legislação sobre o tema. Podemos começar pelo questionamento dessa terminologia de “acidente de trabalho”, que guarda em si aspectos ideológico geradores de discursos diferenciados em áreas diversas: literatura jurídica, médica, publicações oficiais e jornalísticas, expondo diversas contradições que envolvem interesses que se opõem, como o de empresários e de trabalhadores.

A primeira lei brasileira que conceitua e regulamenta o acidente de trabalho, foi gestada no interior do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, desde meados da década de 1910, e é editada sob a forma de Decreto em 1919:

A Lei Federal nº 3.724 estabelece a obrigatoriedade de indenizar o operário acidentado no trabalho, instituindo no Brasil (...) a doutrina do risco profissional. (...) O risco profissional vem reverter, portanto, uma situação na qual “o operário no Brasil só tinha direito à indenização quando lograva provar a culpa do patrão”, substituindo a noção tradicional de responsabilidade¹⁸⁶.

Segundo essa legislação editada em 1919, é considerado acidente de trabalho:

“O produzido por causa súbita, violenta, externa e involuntária no exercício do trabalho, determinando lesões corporais ou perturbações funcionais, que constituem a causa única da morte ou perda total, ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho”, definição que se complementa no artigo 2º: “O acidente, nas condições do

¹⁸⁶ BOLSONARO, Esmeralda Blanco, *Higiene e Segurança do Trabalho em São Paulo nas primeiras décadas republicanas: em torno da definição de acidente de trabalho*. Revista de História, nº 127-128, Universidade de São Paulo – USP, 1992-93, p. 166.

artigo anterior, quando ocorrido pelo fato do trabalho ou durante este, obriga o patrão a pagar uma indenização ao operário ou a sua família, excetuando-se apenas os casos de força maior ou dolo da própria vítima ou de estranhos” (Bolsonaro, 1992, p.166).

Não cabe nos propósitos desta dissertação entrar no debate acerca dos aspectos conceituais e jurídicos que envolvem o acidente de trabalho. Apenas chamo a atenção para os termos por mim grifados, que não têm outra função senão restringir o alcance da lei. Sobre isso, valho-me de comentários extraídos do citado texto de Bolsonaro:

Como conciliar o acidente, que etimologicamente, lexicamente, é imprevisto, é fortuito, ocorre a caso, com o acidente de trabalho, que é constante, fatal, necessário, dados os perigos inerentes ao trabalho e a psicologia da falibilidade humana, em uma palavra, dado o risco profissional?”. O caráter de “imprevisão” do acidente do trabalho é portanto dispensável (...) uma vez que tanto o mesmo é “previsto” (...) que um direito novo se impôs, reparador ao dano que ele causa” (Bolsonaro, 1992, p.175)

Bolsonaro traz à luz outro importante aspecto a que diz respeito à relação entre acidente de trabalho e doença profissional:

No caso da doença profissional, a legislação se fragiliza no momento em que a define como “moléstia contraída exclusivamente pelo exercício do trabalho”, um critério através do qual (...) já não haverá doenças profissionais”, porque restrito em demasia. (...) nem a fadiga, a estafa aguda e crônica pelo exercício do trabalho, pode ser considerada, só por si, obra dele: o mesmo trabalho cansa a um e deixa indene a outro operário; contam para isto o estado anterior e circunstâncias próprias concorrentes com a causalidade principal. É imaginária a noção de única causa única, exclusiva de um fenômeno. (Bolsonaro, 1992, p.175).

O debate jurídico nessa época girava em torno da conceituação e definição do acidente de trabalho. Seguramente, por detrás desse debate estavam os setores patronais organizados para salvaguardar os seus interesses. Como não poderia deixar

de ser, essa lei carrega todas as ambigüidades de uma conjuntura onde os conflitos sociais e trabalhistas estão em processo de acirramento. À crescente reivindicação dos trabalhadores, corresponde uma resistência patronal a qualquer tipo de medida que encareça o custo da força de trabalho, que venha a interferir negativamente nos seus lucros.

Assim, o CIB (Centro Industrial do Brasil), realiza estudos sobre acidentes de trabalho, deliberando, em assembléia, qual o dispositivo legal mais adequado aos interesses patronais. Tais estudos abordam basicamente duas ordens de questões. Em primeiro lugar, busca-se retirar da questão de acidentes de trabalho qualquer conotação que desabone os patrões: se os acidentes ocorrem, isto não se deve à negligência dos patrões, mas ao risco profissional, inerente a qualquer trabalho. Em segundo lugar, trata-se de impedir a participação operária na fiscalização e controle dos acidentes. (...) A solução é a delegação dos problemas decorrentes de acidentes no trabalho às companhias seguradoras¹⁸⁷.

É o mesmo Kazumi Munakata quem tece uma crítica mordaz a uma tabela que compõe um cálculo para o caso de indenização prevista na lei:

Não é preciso dizer que a lei aprovada atende perfeitamente às observações levantadas pelo CIB. O regulamento desta mesma lei inclui definições de “acidente de trabalho”, “patrão”, “operário”, etc., as condições para funcionamento das companhias seguradoras, os procedimentos legais em caso de acidentes e até mesmo uma insólita tabela de cálculo das indenizações, em que se relaciona cada parte do corpo humano (olho esquerdo, todo o membro superior, etc.) à porcentagem correspondente de indenização em caso de sua incapacidade.

Tal tabela não representa apenas a morbidez delirante da burocracia que trata o corpo do operário como num açougue. Mais do que isso, ela é uma tentativa de retirar do trabalhador a capacidade de controlar e de avaliar o seu próprio corpo. (Munakata, 1982, p. 35).

¹⁸⁷ MUNAKATA, Kazumi, *op. cit.* p. 34.

Em 1934, já em um contexto político distinto, um novo texto altera o conteúdo da lei, com a edição do Decreto nº 24.637:

Considera-se acidente de trabalho para os fins da presente lei, toda lesão corporal, perturbação funcional, ou doenças produzidas pelo exercício do trabalho ou em consequência dele, que determine a morte ou suspensão ou limitação permanente ou temporária, total ou parcial, da capacidade do trabalho¹⁸⁸.

Percebe-se que na conceituação de acidente de trabalho, pelo menos duas mudanças significativas: primeiro a supressão do termo “causa única” e da subtaneidade do acontecimento. Essa lei distingue ainda o acidente de trabalho da doença profissional.

Feitas essas observações, passemos à exposição dos dados revelados pelas fichas.

O que as fichas nos revelam

Nesse item, o universo analisado corresponde ao total 1.166 fichas, que são aquelas mais recentes, pois o modelo de ficha anterior não contém campo para essa informação sobre acidente de trabalho, o que demonstra a falta de registro, controle e fiscalização, característica dos anos precedentes ao período do governo Vargas.

A ficha sucessora, implantada em meados da década de 1930, já contém campo específico para essas anotações, o que já revela as cobranças e fiscalização por parte do Estado. O curioso, é que um terceiro modelo de ficha que sucede a esta traz um campo bem maior, ocupando quase um terço do verso da ficha, para as anotações de acidentes de trabalho, o que, por si só já se configura num dado que reflete a importância dessa ocorrência, conforme podemos conferir nas imagens.

¹⁸⁸ Seminário de legislação social: trabalhos de 1941 e 1942. Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1944.

O **anexo 3** traz as imagens desses três modelos de fichas utilizados pela Companhia de cimento e que serviram de base para o levantamento dos dados aqui expostos.

É notável que os registros de acidentes são feitos, praticamente, a partir do ano de 1936, sendo poucos os registros do ano anterior. Sendo assim, para efeito de comparação, o universo de fichas que formam a base que serve de referência para chegarmos a um percentual relativo de ocorrências será de 737 fichas, que registram as admissões ocorridas a partir do ano de 1936.

Em 343 fichas aparece o registro de acidentes de trabalho, entre as 1166 que trazem o campo para esse fim. Isso quer dizer que, pelo menos, cerca de 30% dos trabalhadores sofreram algum tipo de acidente no ambiente de produção.

No entanto, esse quadro se torna mais dramático se levarmos em consideração que apenas só a partir de 1936 é que se iniciam os registros de acidentes. Ou seja, se analisarmos apenas as fichas dos trabalhadores admitidos de 1936 até 1947, teríamos a surpreendente taxa de 46,5% de operários acidentados!

Porém, os dados não param por aí. Em muitas das fichas aparece mais de uma ocorrência de acidente: no total, foram 539 ocorrências em pouco mais de dez anos pesquisados. Se tomarmos apenas as fichas de 1936 a 1947 e dividirmos a quantidade de acidentes pelo número de operários contratados, isso daria uma incrível média 73% de operários acidentados.

Não há dúvidas que, para os dias de hoje, essa taxa é realmente magnífica, mesmo sabendo-se ser o Brasil atual o país onde mais ocorrem acidentes de trabalho no mundo. O fato era reconhecido por patrões e pelo próprio governo, que chegou a editar várias normas legislando sobre o acidente de trabalho desde a década de 1910.

Mesmo naqueles discursos que visam propagandear o setor cimenteiro, vendendo uma imagem positiva das empresas, a questão dos acidentes aparece. No documento intitulado “*A indústria de cimento no Brasil: histórico e características da indústria de cimento portland*”, editado no Boletim ABCP, nº 43, do ano de 1940, texto que faz uma espécie de balanço do setor, exatamente numa seção em que o autor

tece comentários elogiosos sobre a “importância da indústria brasileira de cimento sob o ponto de vista social”, há a seguinte afirmação:

Aos seus operários dá essa indústria não apenas um salário nitidamente superior ao comum [o que já foi refutado acima], mas cuidadosa assistência contra acidentes no trabalho, já reduzidos a um mínimo.

Algumas fábricas que disso tiveram necessidade realizaram vultosos trabalhos de saneamento, que vieram beneficiar vastas zonas contíguas e numerosa população. (p.254)

Essa propaganda, mesmo negando, confirma a existência relevante do problema.

Reproduzo abaixo um bilhete de 1934, que encontrei “desgarrado” em uma das pastas de documentos do sindicato de trabalhadores, que serve como uma assinatura da empresa admitindo o alto índice de acidente de trabalho:

AVISO AOS SNRS. FEITORES E ENCARREGADOS DO SERVIÇO

PARA EVITAR A CONTINUAÇÃO DOS CONSTANTES ACCIDENTES QUE SE TEM VERIFICADO ULTIMAMENTE COM OS NOSSOS OPERARIOS, PEDIMOS AOS SNRS. FEITORES E ENCARREGADOS DO SERVIÇO O FAVOR DE TOMAREM A DEVIDA PRECAUÇÃO, ENSINANDO-LHES A MELHOR MANEIRA COMO TRABALHAR.

É CONVENIENTE QUE O OPERARIO RECEBA AS NECESSARIAS INSTRUCÇÕES ANTES DE ENTRAR EM SERVIÇO, EVITANDO, DEST'ARTE, A REPETIÇÃO DE ACCIDENTES.

**Água Fria, 03 de janeiro de 1934.
O Superintendente**

A assinatura que aparece no texto é do superintendente das Pedreiras, o Sr. John Ulic Burke, que, ao produzir o texto, acaba por responsabilizar a falta de instrução dos operários, como causa dos acidentes.

Dos 343 operários que sofreram algum tipo de acidente, 75 são estrangeiros e 268 são brasileiros. O percentual de 21,9% de estrangeiros acidentados aproxima-se bem do percentual de representação destes, que é de 20,6%, durante todo o período pesquisado. Ocorre que os acidentes são registrados a partir de uma época em que esse

percentual não passa de 7,3% de estrangeiros. Ou seja, de 1936 a 1947, foram admitidos apenas 54 trabalhadores estrangeiros. Então, a participação dos trabalhadores não brasileiros era significativamente menor do que aqueles 20,6%.

Levando em conta essa ponderação, poderíamos, então, inferir que os acidentes incidiram relativamente com muito maior frequência no grupo de estrangeiros. Como as informações que temos são muito limitadas e isso não nos permite fazer qualquer afirmação segura, contentemos, pois, com indagações do tipo: parte desses acidentes estaria relacionada com dificuldades de comunicação no ambiente de trabalho? Essa hipótese, ainda que plausível, precisa ser ponderada com a informação já vista de que os estrangeiros quando ingressaram na fábrica já tinham alguns anos residindo no Brasil.

Anteriormente já pusemos em questão o mito de que os trabalhadores estrangeiros seriam mais habilitados ao trabalho industrial do que os nacionais. Da mesma forma, por coerência, não poderíamos supor que esse maior índice de acidentes entre os estrangeiros refletisse uma relativa maior habilidade no trabalho dos operários nacionais.

Um outro dado que podemos utilizar contra essa hipótese da relação dos acidentes com a destreza e a comunicação, é o seguinte: os acidentes ocorreram em trabalhadores que tinham, em média, 4,1 anos de serviço.

Vejamos, agora, qual a relação entre a ocorrência de acidentes e qualificação:

Acidentados X qualificação

	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
Cargo de Chefia	5	1,5
Não Qualificado	237	69,1
Qualificado	73	21,3
Semi-qualificado	27	7,9
TOTAL	342	100,0

O percentual de representação dos trabalhadores não qualificados é de 69,4% do total, número quase idêntico ao que aparece na tabela. Ou seja, isso nos permite afirmar que não há qualquer relação entre operários acidentados e trabalho não qualificado.

Os acidentes incidem, relativamente, com um pouco mais de frequência entre os operários qualificados, que, no total representa 20,5% dos trabalhadores. Nada de significativo ou surpreendente, pois, os serviços de manutenção e reparos de máquinas e equipamentos põem os trabalhadores em permanente risco. Esse índice, talvez possa explicar parcialmente o porquê do maior número relativo de estrangeiros acidentados, posto que, como já vimos, são estes aqueles que ocupam a maior parte das funções qualificadas na fábrica.

Já aqueles que exercem os considerados trabalhos semi-qualificados, aparecem sub-representados na tabela, já que a participação percentual desse grupo é de 8,6% do total de trabalhadores, enquanto que na tabela de acidentados eles aparecem como responsáveis de 7,9% dos acidentes.

Vimos no segundo capítulo desta dissertação, que o documento de 1966, assinado por Romeu Pretz sobre acidentes de trabalho em pedreiras, ainda que refletindo um ponto de vista patronal, não deixa de revelar o alto grau de periculosidade dos serviços executados naquele setor. Esse dado pode servir de parâmetro para avaliarmos também os riscos de acidentes na fábrica de cimento.

Dados comparativos de acidentes entre fábrica e pedreiras

<i>LOCAL</i>	<i>Número de operários acidentados</i>	<i>Percentual de acidentados</i>	<i>Representação do grupo no total</i>
Pedreiras	158	46,2	35,8%
Fábrica	143	41,8	45,2%
Outros	41	12,0	19,0%
	342	100,0	100,0

A tabela não deixa dúvidas: a incidência de acidentes de trabalho é bem superior nas pedreiras do que na fábrica. Pelos dados, quase metade dos 35,8%

daqueles que trabalham nas pedreiras sofreu algum tipo de acidente. Vimos acima, que é grande a probabilidade de que esses que aparecem sob a rubrica “outros” sejam trabalhadores da fábrica. Se assim considerarmos, teríamos que, 64,2% dos trabalhadores atuam na fábrica mas o percentual de acidentes seria de 53,8% em relação ao total.

Acidentes e tempo de serviço

Na tabela abaixo estão apresentados os resultados correspondentes à subtração entre a data da primeira ocorrência do acidente e a data de admissão do trabalhador. Chegamos ao resultado que nos informa que 72 acidentados tinham menos de um ano na empresa e 123 tinham mais que cinco anos.

Acidentes versus tempo de serviço

Tempo de serviço	Frequência	%	Representatividade do grupo
Menos que 1 ano	72	21,7	28,5%
Entre 1 e 2 anos	42	12,7	10,3%
Entre 2 e 5 anos	94	28,4	12,9%
Mais que 5 anos	123	37,2	48,1%
TOTAL	331	100,0	100,0

Os dados nos revelam ainda que, em termos absolutos, a maior parte dos acidentes aconteceu com os trabalhadores com mais de 5 anos de permanência na empresa e que, em 65,6% dos casos os trabalhadores tinham mais que dois anos no emprego. Isso mostra que os acidentes não estavam diretamente relacionados com grau de habilidade do trabalhador no serviço. Segundo os cálculos, a média de tempo de permanência na empresa quando acontece o primeiro acidente era de 4,7 anos.

O pernambucano Joaquim de Oliveira tinha 34 anos de idade, mas estava no seu sétimo dia de emprego na fábrica de cimento, quando sofreu o acidente “na vista esquerda”. Ele havia sido registrado como “trabalhador”. Já o senhor José Correia

Leite, paulista de Parnaíba, tinha 58 anos de idade quando foi registrado o seu primeiro acidente, ele que já estava há quase 19 anos na empresa. Ele sofreu uma “contusão na região do joelho esquerdo e escoriações no 1/3 inferior da perna esquerda e pé do mesmo lado”, conforme diz sua ficha. Provavelmente não tenha sido este o seu primeiro acidente, no entanto, foi o primeiro a ser registrado. Esses são os casos extremos de tempo de serviço que aparece nas estatísticas.

O ano de 1936 é aquele que aparece com maior frequência nos registros: 146. No ano de 1944 foram registrados 105 acidentes. Nos demais anos temos uma média de 29 acidentes anuais. Com as poucas informações que temos, não nos é possível buscar explicações seguras para esse fato. Os estudiosos de acidentes de trabalho são categóricos em vincular as ocorrências à extensão e intensidade de trabalho, à falhas no sistema de segurança do trabalho e falta de treinamento adequado ao trabalhador.

Tipos de acidentes e regiões atingidas

A fim de facilitar uma melhor visualização dos acidentes, eu transformei as descrições das ocorrências em códigos, e, assim, procedi alguns agrupamentos de casos.

Em “Ferimentos”, por exemplo, estão agrupadas ocorrências com de gravidades bem variadas: “corpo estranho nos olhos”, “esmagamentos”, ferimentos contusos, perfusos, corto-contusos, “calo arruinado”, “arrancamento” de unha ou de olho, “irritação nos olhos causado por cimento”, etc.

No item “Traumatismo” estão incluídos casos de contusões, lesões e torsões.

O item “outros” refere-se a casos em que tive dificuldade de definição. Há, inclusive, uma ocorrência descrita como “faleceu”.

Com relação à região, agrupei em “crânio” os acidentes que atingiram qualquer parte da cabeça, exceto os olhos, ou seja, nariz, boca e cabeça.

Considerarei “tronco” qualquer região do corpo que não a cabeça e os membros: “ferimentos na espinha”, contusão nas nádegas, na clavícula, etc.

Feitas essas observações iniciais, apresento em uma tabela os dados agrupados:

Características dos acidentes

		Quant.	%
T	FERIMENTOS	319	61,5
	COMPRESSÃO	28	5,6
I	FRATURA	10	2,0
	QUEIMADURA	41	8,0
P	TRAUMATISMO	87	16,8
	DISTENSÃO	26	5,0
O	OUTROS	08	1,1
	TOTAL	519	100,0
	CRÂNIO	17	3,3
R	OLHOS	78	15,0
E	MÃOS	171	33,0
G	BRAÇOS	32	6,2
I	PÉS	78	15,0
Ã	PERNAS	54	10,4
O	TRONCO	75	14,4
	OUTROS	14	2,7
	TOTAL	519	100,0

Infelizmente eu não disponho de dados de outras empresas para fazer qualquer tipo de comparação. O que podemos destacar é o alto índice de acidentes que atingem as mãos dos operários. Se agregarmos a esses os acidentes que incidiram nos braços, veremos que 40% das ocorrências atingiram os membros superiores. Não nos surpreende, pois são as mãos as mais importantes “ferramentas” do corpo, em situação de produção. A habilidade e flexibilidade desse “equipamento corpóreo”, sem dúvidas, fazem diferença numa circunstância de baixo desenvolvimento das forças produtivas, em que as operações manuais são tão essenciais.

Mas também os pés e os olhos foram regiões bastante afetadas. Certamente que esse tipo de acidente era mais freqüente nos trabalhos nas pedreiras.

Esses dados confirmam o diagnóstico apresentado no nosso capítulo II, que se fundamenta em estudos feitos em 1966 em pedreiras da Cimento Itaú, mostrando, portanto, a persistência da situação:

Somemos a isto, os imprensamentos e esfoladuras das mãos e pernas nas arestas ponteadas das rochas; as partículas esvoaçantes, com sérios riscos para os olhos” (Pretz).

Como riscos de acidentes, podemos mencionar as queimaduras e os corpos estranhos nos olhos, como os principais” (Pretz).

Este mesmo poder abrasivo do cimento afeta as mãos dos operários que trabalham no carregamento dos vagões ou caminhões. Suas mãos apresentam-se ressecadas, com rachaduras nas palmas e dobras dos dedos e as marcas digitais quase não aparecem nas suas extremidades.

A situação da saúde desses trabalhadores também deveria ser bastante precária. Não precisaremos fazer muito esforço imaginativo para prever as condições de trabalho brutalizantes nas extrações de pedra, numa época em que os recursos tecnológicos não ultrapassavam muito os limites da máquina humana. Um documento datado de 14/04/1933¹⁸⁹, que trata que registra episódio onde 48 operários faltam ao trabalho, deixa entrever um pouco a situação. No relatório interno apresentado pelo feitor aos superiores, ao fazer as contas que chegam ao número de faltosos, ele deixa escapar que dentre os 212 operários das pedreiras, 35 encontravam-se “em licença, no seguro ou doentes”, ou seja, o enorme percentual de 17% da força de trabalho afastada por motivos de saúde. Mesmo na fábrica, a situação não diferia muito. Encontramos dois bilhetes feitos pela chefia da empresa que solicita providências para evitar o “grande número de acidentes de trabalho”. O depoimento de Sr. Nestor Rocha, ex-maquinista na ferrovia, transcrito no relatório do DPH, confirma essa visão:

¹⁸⁹ Documento que pertence ao acervo do Sindicato de trabalhadores em Perus.

“É serviço muito perigoso ali, né. Na fábrica e na locomotiva acontecia muito acidente. Tinha gente dormindo na estrada, quantas vezes o nêgo cortava a perna, matava...”.

Sr. Augusto, após 38 anos de trabalho nas pedreiras e na fábrica, “lamenta as vistas e a audição comprometidas e lembra dos companheiros mortos precocemente ou daqueles que após dois ou três meses já adoeciam dos pulmões”.

Os depoimentos falam também do rigoroso controle do trabalho:

(...) ali a gente não tinha, não havia liberdade, ali era trabalhar, trabalhar e só...depois que a gente entrava na fábrica tinha que esperar o apito já dentro da seção...

Eles (os canadenses) eram severos. Com eles...o empregado tinha que andar direito...pisou na bola eles castigavam mesmo, com suspensão...Porque nessa época agente ainda não tinha uma legislação...até então, a gente podia bater ou apanhar do encarregado (Sr. Augusto).

A entrevista feita pelos técnicos do DPH a Vitor Domingos Bago e João Breno, em 24/10/1991, revela de forma dramática os riscos constantes aos quase estavam submetidos os operários da fábrica de cimento. O Sr. Bago entrou na fábrica de cimento em 1949. Depois de citar alguns acidentes que ele presenciou, os dois fizeram um relato em forma de diálogo mórbido, que revela mais uma das faces trágicas na vida coletiva dos operários da Cimento Perus:

Vitor Bago: - Thomas foi queimadura, o finado Aparecido que trabalhava na turma de pedreiros, ele caiu na cinza quente do forno 2, não é Carlos? Teve um acidente muito feio, aquele foi mortal mesmo; o Sr. Miguel Monteiro ele estava com capote de tempo de frio e o capote enroscou na engrenagem. Ele teve tanta coragem que puxou o braço e só ficou o ombro. E o acidente mais feio foi do irmão do Augusto Silva: ele foi passar por baixo do vagão, uma parte da roda passou no pescoço e outra parte passou no pé. E um outro Sr. Miguel, que é irmão do Sr. Faustino, estourou o cabo de aço que estava puxando o vagão e a máquina que encostou (...) não agüentou e o cabo de aço estourou e jogou ele dentro do britador que mói pedra. Achamos só um pedaço dele.

João Breno: - Outro que morreu dentro do silo de cimento, o marido da Chica...que pena!

Vitor Bago: - O Zé da Bronca, irmão do Matheus, asfixia. Ele estava limpando o silo (...) desabou aquela parede e ele morreu asfixiado.

Vitor Bago: - Os moinhos, não sei com quantas toneladas (...) e um senhor fazendo limpeza embaixo do moinho e o moinho virou e um parafuso de duas polegadas (...) pegou na cabeça do homem e matou na hora (Bago).

Vitor Bago: - É, houve outro acidente feio também, com o finado Euri, da parte elétrica (...) Um ajudante mandou ele subir em uma torre de não sei quantos mil volts
3 mil volts

João Breno: -O cara ajudante e eletricista, e os técnicos ficam aqui em baixo e mandam os ajudantes mexer em 3 mil volts, torrou o cara.

Vitor Bago: - Ao cair, bateu a cabeça em uma pedra, rapaz novo, podia ter uns 21, 22 anos. O Milton foi o anel do secador tombou em cima dele, morreu na assistência médica.

João Breno lembra ainda de uma explosão no forno 4, que também fora citada por vários outros entrevistados e que, segundo os depoimentos, feriu mais de 40 operários, sem causar morte, no entanto. A conclusão do João Breno é enfática:

O que dá para entender é que dentro da fábrica era perigoso.

Esse é um panorama de um período que extrapola o intervalo de tempo por mim pesquisado, mas que serve como referência. Afinal, a instituição da Comissão Interna para Prevenção de Acidente de Trabalho (CIPA), só fora instalada na fábrica na década de 50, e “na marra”, como diz o João Breno nessa entrevista. Ou seja, podemos supor que antes disso, a situação seria ainda mais agravada, devido aos mais escassos recursos políticos e jurídicos acessíveis aos trabalhadores no interior da fábrica.

Os redatores da *Revista do Trabalho*, de 1932, página 15, querendo destacar a benevolência da Companhia que dispensa aos “seus operários todo conforto possível”, expõe o relato do médico da empresa, que, não obstante mostrar o serviço de atendimento de saúde da fábrica, acaba por revelar números que corroboram para mostrar o alto índice de periculosidade do trabalho na empresa:

Da eficácia de tais serviços, dizem bem alto os dados abaixo que transcrevemos de um relatório apresentado pelo médico da fábrica, dr. J. B. Rodrigues Pacheco:

Consultas, 1.836; visitas, 322; exames, 164; visitas em S. Paulo, 189; visitas extra, 8; pequenas operações, 62; curativos, 3033; injeções hipodérmicas, 1894; injeções endovenosas, 91; partos, 11; recusados, 8; óbitos, 6; vacinas anti-variolicas, 468; vacinas anti-tíficas, 468.

A fonte não nos informa em qual período de tempo esse atendimento foi prestado. Porém, se esses números resultam de 322 visitas feitas e, conforme informação extraída da documentação, o médico visitava a região 2 vezes por semana, poderíamos pensar que esses 3.033 curativos feitos bem como os demais atendimentos tenham ocorrido em um período próximo a três anos. Se assim for, teríamos a ocorrência mais de três curativos por dia.

Na mesma página da citada Revista há um parágrafo que afirma o seguinte:

Os mais rigorosos preceitos de higiene são observados em todas as dependências da grande fábrica...

Porém, logo abaixo dessa “propaganda” aparece imagem sugestiva do setor de sacaria da fábrica:



Aspecto do setor de ensacamento da fábrica, no início da década de 1930 (21)

Na foto original da revista os trabalhadores aparecem nitidamente cobertos de pó de cimento e, operando a máquina, temos a impressão de um garoto que está sentado e com os pés descalços.

A poluição no ambiente do entorno da fábrica

A questão da poluição causada pela fábrica é um problema de grandes proporções que persiste desde sua abertura. São vários os depoimentos que revelam principalmente os prejuízos para a saúde dos moradores e até ao cultivo de plantas e hortaliças na região, devido à emissão do pó de cimento. O problema persiste até a década de 1980, quando a surgiu rumores de que a fábrica estaria ameaçada de fechamento devido à poluição. A fábrica chegou a ser chamada de “fábrica de tuberculosos” (Diário Popular de 22.03.1973). Nesse período a população promoveu aquela que é relatada como a “1ª caminhada histórico-ecológica da cidade de São Paulo”, conforme indica o citado Parecer Técnico do DPH.

A situação, portanto, não deveria ser muito diferente na década de 1930, e talvez até fosse agravada devido à maior precariedade do sistema de saúde que atendia a população à época. É certo que os sindicatos, no decorrer da década de 1930, vão assumindo uma característica menos político-organizativa, incorporando cada vez mais um papel assistencialista. Porém, podemos supor também que a precariedade da assistência de saúde, aliada a uma realidade de insalubridade e riscos constantes na empresa, explique parcialmente o porquê o sindicato empenhou-se tanto, desde o final de 1934, para implantar um serviço de saúde para o trabalhador. A pasta de documentos que restou de 1935 é quase que toda composta pelo testemunho da busca por esse projeto que fora elaborado aproveitando a sugestão do decreto 19.770, que permite a criação de serviço médico e hospitalar pelo sindicato e de uma imensidão de guias de atendimento aos sindicalizados. A direção do sindicato faz enorme esforço para viabilizar a criação de uma assistência médica para os operários, chegando a

reclamar junto ao DET, o descaso da CBCPP em relação à questão. A direção sindical achava o projeto tão importante, que via nele a forma de reverter a crescente perda de sócios que ocorria na base.

Diante do exposto, ainda que sejam necessárias mais pesquisas e cruzamentos de fontes para que obtenhamos resultados mais conclusivos, não resta dúvida de que os dados apresentados revelam altos índices de acidentes nos ambientes da Companhia de Cimento, sob quaisquer perspectivas.

Capítulo IV

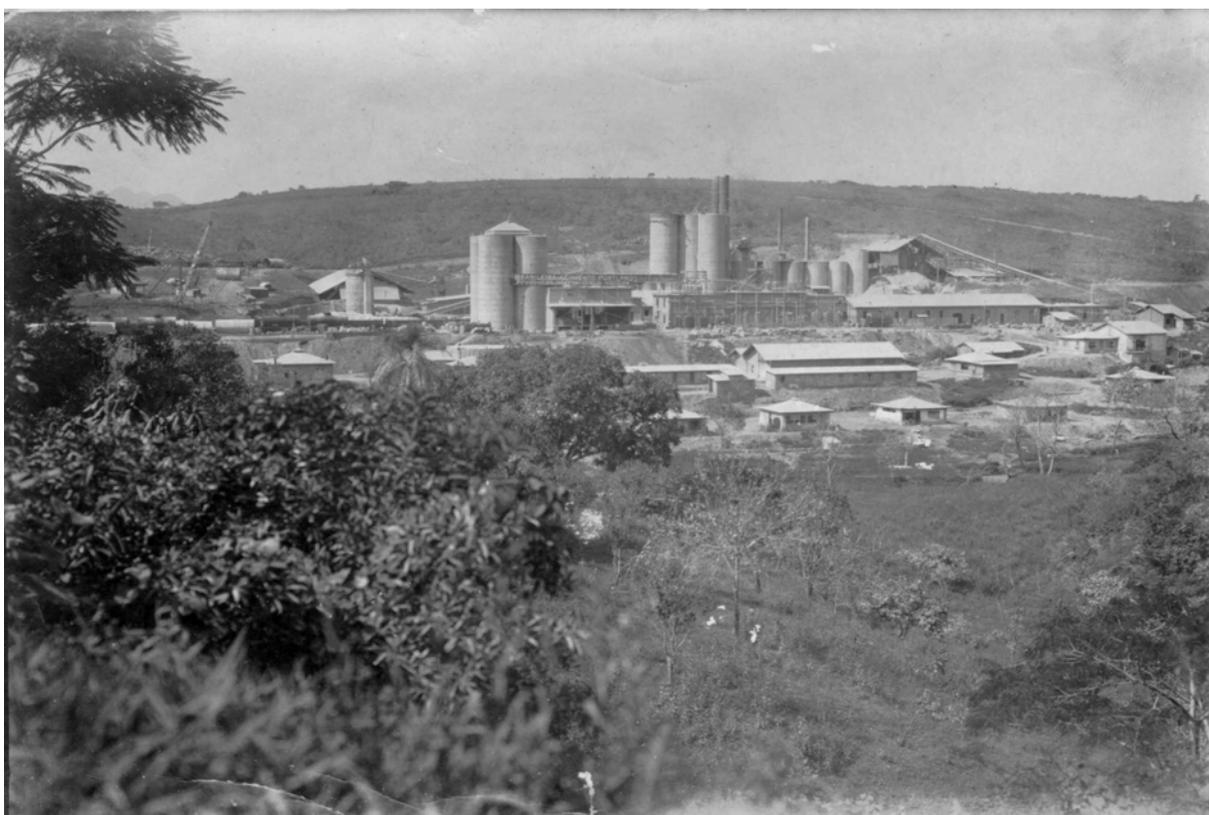


Imagem do início da década de 1930. No primeiro plano, vemos as casas de trabalhadores em uma das vilas da fábrica. Ao fundo, a fábrica. Produção e reprodução se confundem em Perus (22)

A vida fora do espaço da produção e o perfil da primeira organização sindical em Perus

Introdução

Os cruzamentos dos dados extraídos das fichas apresentados no capítulo anterior já apontaram, em linhas gerais, alguns condicionantes da existência e reprodução da vida naquele espaço produzido pelo capital na região de Perus-Água Fria.

Neste último capítulo procuro “pincelar” alguns traços do ambiente fora da produção (mas vinculado à ela), e que garante a reprodução da força de trabalho. Apresento também, um esboço da forma organizativa encontrada pelos trabalhadores no enfrentamento do esquema de exploração do trabalho empreendido pela Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus.

A tarefa não é simples, pois esta história está articulada a partir de relatos de memória e de uma seleção/ordenação de documentos disponíveis no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento Cal e Gesso do Estado de São Paulo. O desafio maior acontece porque esses documentos não são panfletos, jornais ou textos ordenados, produzidos pelos trabalhadores. Ao contrário, na sua grande maioria, são correspondências em forma de bilhetes que circulam entre companheiros de diretoria e correspondências enviadas a personalidades, às empresas e aos órgãos do Estado voltados para o controle sindical. Além disso, tem mais dois aspectos problematizadores ou restritivos. As fontes pesquisadas compõem uma pasta de “correspondências” emitidas no período. Portanto, elas, muitas vezes, são cópias autênticas de correspondências, outras vezes não sabemos se se tratam de rascunhos, ou mesmo se as correspondências foram efetivadas como tal.

Os céticos poderão logo dizer que as minhas fontes não são válidas, já que não revelarão verdades e fatos acontecidos efetivamente. Eu respondo que isso dependerá do olhar a ser lançado sobre o documento e, principalmente, que tipo de “verdade” ou “acontecimento de fato” se busca. Não estou exatamente atrás de constituir a “história verdadeira” das primeiras direções sindicais em estudo. Mas, a partir de vestígios

verdadeiros, posso construir uma história verossímil a partir da ótica do trabalho. Os documentos, por mais explícitos e detalhados, nunca falam a “verdade verdadeira” sobre uma história que jamais será reconstituída na sua integridade.

Como o meu propósito é começar a traçar o perfil político-ideológico da organização em estudo, talvez os bilhetes, os rascunhos e as correspondências não concretizadas se aproximem muito mais das reais intenções e da prática dos dirigentes, do que alguns panfletos feitos com toda consciência possível.

Retomando e resumindo, apresento uma documentação ainda inédita para o grande público, que é articulada por mim, e que tem o objetivo de tentar reconstituir a história do sindicato nos primeiros anos - 1933 a 1936, tendo a análise da conjuntura da época como pano de fundo. Ou seja, neste item, não abordarei integralmente o mesmo período histórico analisado até aqui (1925-1947), porque isso demandaria um acréscimo considerável na pesquisa e na escrita.

A vida fora da fábrica

Ao que parece, não havia muita diferença entre morar em Perus ou em Água Fria nos idos de 20 e 30 do século passado. As memórias de trabalhadores, que na infância viveram próximos às pedreiras, como Zeca Costa Pinto, o Sr. Jovino, e o Zelão indicam que naquele tempo ali era “tudo mato”. Da mesma forma se expressa o Sr. Augusto¹⁹⁰ quando se refere a Perus dos anos 30. Segundo Zelão, Perus naquela época não tinha muito mais casas do que Água Fria.

Não precisamos de muito esforço imaginativo para compor na mente as dificuldades em se levar a vida em um ambiente desprovido de recursos materiais frente às intempéries da natureza e às desigualdades causadas pela sociedade de classes.

Não obstante esses aspectos previsíveis, mas pouco lembrados, todos os entrevistados, quando se referem àqueles tempos, o fazem de forma saudosista. Esse

¹⁹⁰ As referências aqui feitas à foram extraídas das entrevistas feitas pelo DPH, já citadas.

traço é flagrado pelos pesquisadores do DPH, que destacam que “a vida ali emerge como um oásis de tranquilidade e bem estar”:

(...) lugar muito bom de morar. Tinha de tudo (D. Noêmia)¹⁹¹

Se na infância eles não contavam com os equipamentos públicos urbanos como forma de lazer, por outro lado, nas suas memórias aparecem, com frequência, as investidas pelas matas, que eram fartas à época, a caça a passarinhos e outros animais, banhos nos rios, pescaria, etc. Bandas de músicas e o futebol eram também opções de diversão, mesmo com as bolas de meia produzidas por eles, conforme lembrou o Zeca.

Quando adolescentes, eles freqüentavam os bailes que eram freqüentes em Perus, mas também em Caieiras, para onde eles também se deslocavam em busca de opções. O Sr. Augusto fala que antes da chegada do cinema em Perus, era àquela localidade vizinha que eles recorriam. Já o Sr. José (Zelão) conta com emoção a alegria garantida quando chegava no Gato Preto e Água Fria, o rolo de filme que era projetado à noite, numa parede, ao ar livre para todos. Filmes de “Carlitos”, “O Gordo e o magro” garantiam o riso de todos.

Os depoimentos revelam a existência de espaço com intensa sociabilidade:

(...) naquele tempo era bom, era como se fosse uma família só, muito unidos, a gente vivia muito bem lá (D. Sílvia Cruz)

(...) era uma família só...era uma família unida...a coisa mais linda. (Sr. Estéffan)
a vida era muito melhor porque a gente tinha liberdade, porta aberta, roupa no varal à noite, horta sem ninguém pegar. (D. Zenaide)

havia um campo de futebol maravilhoso que era um lazer pro pessoal, tanto para as mulheres que vinham assistir, quanto para os homens que vinham se distrair. Tínhamos o cinema...Depois tudo foi decaindo, decaindo... (D. Zenaide)

¹⁹¹ Conforme *Parecer de Tombamento...*, p. 24.

O Clube Esportivo Portland era espaço de convívio para reuniões, jogos de baralho, bocha, ping-pong ou os famosos bailes que cumpriam todo um calendário de festas.¹⁹²

O forte traço de relações afetivas com esses espaços, talvez se justifique pelas características de um bairro que era afastado, onde as pessoas ainda mantinham relações “face a face”, de tipo comunitárias. Talvez possamos perceber os traços de um cotidiano que pertence ao presente, quando se destaca contrastes com um passado lembrado. Ou seja, ressaltam-se detalhes aparentemente simples como “liberdade”, “roupa no varal” à noite, “porta aberta”, justamente para contrastar com a violência dos dias de hoje. Talvez se ressalte a “união” como contraposição da quebra dos laços comunitários, que à época ainda existiam ali, com um bairro que hoje conta com cerca de cento e quarenta mil habitantes!

O parecer técnico do DPH tenta explicar essa visão positiva do passado pelas características peculiares engendradas pelas relações de trabalho da fábrica na época:

Na lembrança dos trabalhadores que vivenciaram as décadas iniciais de seu funcionamento é recorrente a referência a inúmeros 'benefícios sociais' tais como moradias para operários, assistência médica, cooperativa, açougue, entre outros¹⁹³.

Ou seja, a empresa garantia alguns benefícios que não eram muito comuns numa época em que os direitos sociais não eram garantidos por legislação, e aqueles que eram, não tinham garantia de aplicação.

Essa idealização de um passado melhor é também flagrada por Siqueira. Na memória dos trabalhadores da Fábrica de cimento, que, com a passagem da empresa do grupo canadense para a administração J.J. Abdalla em 1951, teria havido uma ruptura:

As mudanças foram radicais. Quando tratam das opiniões dos operários, todos os textos consultados são unânimes em apontar que, no seio da mão-de-obra empregada, ficou a

¹⁹² Cf. Processo de Tombamento da área da CBCPP. Parecer Técnico da STLP-STCT, de agosto de 1992.

¹⁹³ Idem, Ibidem.

lembrança do período canadense que, se não como um paraíso, pelo menos marcado por um estilo de gestão mais próximo de se aceitar como correto e coerente¹⁹⁴.

A dissertação de Élcio Siqueira faz ponderações interessantes, que, ao contrário, demonstram haver mais continuidades do que ruptura entre as administrações, e que ambas se pautaram pela lógica capitalista de acumulação, ainda que tenham feito escolhas diferentes de políticas no uso dos fatores econômicos da fábrica.

De fato, malgrado as boas lembranças, não era fácil viver em um lugar com Perus-Água Fria. O sistema de transporte era absolutamente precário, pois a rigidez do traçado ferroviário não podia dar conta das muitas necessidades de locomoção ziguezagueada bairro adentro. Sem outros meios de transporte, o recurso era o andar a pé...e muito.

Ainda sem equipamentos de higiene e saúde no bairro, dependia-se de visitas periódicas e fixas de médicos à região, que atendia aos trabalhadores das pedreiras e das fábricas. Segundo o Sr. Augusto, Dr. Pacheco, o médico da fábrica não atendia apenas aos operários da empresa, mas também a população local:

A Assistência Médica dos trabalhadores da Perus era o Pronto Socorro da região. Era aberta à população, o médico vinha quarta e sábado¹⁹⁵.

Aqueles que portavam doenças mais graves requeriam o esforço de transporte até à estação ferroviária mais próxima, aguardar os poucos horários de viagens até São Paulo e depender da fraca infra-estrutura pública de saúde no centro paulistano da época. O valor pago por uma pensão de 2ª classe em São Paulo custava 600 mil réis por mês¹⁹⁶, ou seja, valor próximo a dois salários mensais de um operário especializado da fábrica.

¹⁹⁴SIQUEIRA, Élcio, *op. cit.*

¹⁹⁵ Depoimento prestado ao DPH em 30/04/1991.

¹⁹⁶ Conforme aparece em documento datado de 05/08/1936.

Em caso de morte em Água Fria, o defunto era levado em caixão sobre as costas até Santana do Parnaíba, segundo o senhor Jovino. Depois foi construído um cemitério na Lavrinha, onde hoje é o centro de Cajamar.

E o que fazer naquele povoado quando alguém é afligido por alguma doença mental?

Pois temos também um sócio daqui de Água Fria nas mesmas condições entregue a Polícia. (...) Peço-te que não te aflijas pois os Dementes entregues a Polícia não serão maltratados, nem tão pouco illiminadas suas existencias, pois está na alçada das mesmas mante-las, não só os referidos, como Dezenas que lá se encontram¹⁹⁷.

Essa foi a solução dada pelo presidente do sindicato, Manoel Marçal, em 12 de outubro de 1936, quando um sócio pediu auxílio de internação à entidade.

O trabalho também se faz presente nas memórias sobre a infância dessas pessoas, seja vendendo bananas em Perus, como fazia o Zelão, seja carregando água e cortando lenha para o consumo da casa, como contam o Zeca e o Sr. Jovino, moradores de Água Fria e Gato Preto. Alguns deles também iniciaram cedo no trabalho que era explorado pelas fábricas de cal da região, como é o caso do Sr. Jovino e Zelão, que trabalhavam no setor de ensacamento da caieira. O Sr. Zacarias largou a escola com oito anos de idade para “puxar lenha”:

Nós puxava lenha aqui pra Companhia de cimento, que não tinha gás, então nós encostava a lenha na beira da linha...¹⁹⁸

O Sr. Augusto relata que com 16 anos de idade trabalhava 10 horas por dia limpando calçamento e depois ia vender sorvete. Dos 14 aos 16 anos, Vitor Bago¹⁹⁹, nascido em 1926, já trabalhava em serviços de mecânica em Perus e também estudava no SENAI, em São Paulo.

¹⁹⁷ Documento compõe o acervo do Sindicato em Perus.

¹⁹⁸ Entrevista ao DPH em 14/05/1991.

¹⁹⁹ Entrevista ao DPH em 24/10/1991.

Na verdade, o trabalho na infância e na adolescência, nessa época, nas condições do lugar, era a regra.

De fato, era difícil distinguir os momentos de produção e reprodução na vida desses trabalhadores e trabalhadoras de Perus e Água Fria. Afinal, a CBCP seguiu o exemplo de tantas outras, de fora e de dentro do Brasil, que envolveram em um mesmo espaço as dimensões de produção e reprodução da vida dos seus trabalhadores.

Desde os seus primeiros momentos da fábrica, os proprietários trataram de construir alojamentos para abrigarem os operários e também aqueles que trabalhavam nas suas pedreiras, em Água Fria e Gato Preto. A rigor, os primórdios do processo de expansão urbana de Perus e região estão intimamente vinculados com a fábrica de cimento.

Assim, os primeiros núcleos urbanos ganham força a partir da implantação da fábrica. Esse fenômeno deixa marcas peculiares na relação capital-trabalho:

...deparamo-nos em situações em que a própria fábrica é proprietária das casas em que mora seus operários. (...) Com efeito, o fato de certas indústrias fornecerem casas a seus operários, em contrapartida seja de um aluguel geralmente descontado do salário, seja de obrigações econômicas e não-econômicas geralmente não explicitadas em contrato, mas incorporadas ao comportamento dos operários como parte das regras do jogo, significa uma interferência direta e visível – mesmo do ponto de vista do processo de produção capitalista distinto do ponto de vista da reprodução – da administração da fábrica sobre o consumo individual dos trabalhadores²⁰⁰.

No mesmo sentido, Marisa Varanda T. Carpintéro cita a opinião Margateh Rago sobre a construção de vilas operárias:

²⁰⁰ LOPES, José Sérgio Leite, *Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa*. In: *Mudança Social no Nordeste*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 42.

O complexo no qual se insere a Fábrica de Cimento Perus traz as notáveis características da organização social de “vila-operária”, cujas especificidades são descritas e analisadas no estudo de caso feito por José Sérgio Leite Lopes, numa obra considerada imprescindível para quem estuda o tema e que, certamente ajudará a entender o fenômeno por mim estudado. Ver: LOPES, José Sérgio Leite, *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo/Brasília, Marco Zero/UnB, CNPq, 1988.

Através da imposição das Vilas Operárias, vilas primitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer²⁰¹.

Carpintéro destaca ainda as vantagens econômicas para os empresários, citando texto do arquiteto Nabil Bondouki:

[...] as indústrias atuavam na construção de vilas da mesma forma que os investidores, pois, não podendo expandir sua atividade produtiva pela não elasticidade do setor, viam na aplicação de capital em casas um bom negócio, complementado pela possibilidade de manter sob controle seus operários.

A CBCP, a exemplo de outras grandes indústrias da época, devido à necessidade de atrair e manter oficiais qualificados e garantir um fluxo regular de mão de obra, monta moradias com alguma infra-estrutura - água, esgotos, energia elétrica. Note-se que a eletrificação era artigo de privilégio à época. Segundo o relatório do DPH, a luz elétrica só foi instalada no bairro de Perus, em 1953, ou seja, mais de duas décadas depois. Ainda segundo esse relatório,

As vilas operárias construídas pela Cia - Vila Triângulo, Portland e/ou Vila Nova - procuravam garantir também a 'docilidade' do trabalhador com o regime de trabalho em turnos ou com a prestação de serviços fora do seu horário de trabalho²⁰².

O relatório do DPH chega a insinuar que, como os critérios de distribuição das moradias não eram muito claros e que não havia habitação para todos, esse benefício tinha um fim de conciliação com os trabalhadores.

Além de que "o fato de ter moradia era um peso na balança" (Sr. Estéffan).

²⁰¹ Marisa Varandas Carpintéro, *A Construção de um sonho...*, p. 64.

²⁰² Conforme *Parecer de Tombamento*, p. 18.

Essas moradias eram motivos de propaganda por parte dos empresários, pois, como já se afirmou no primeiro capítulo desta, o usufruto da *casa própria* era privilégio de poucos e os alugueis que pesavam bastante no orçamento familiar, era motivo de constantes reivindicações dos trabalhadores brasileiros do período.

A Revista do Trabalho²⁰³, de 1932, adotando o discurso dos empresários da Companhia de cimento, nos traz a seguinte avaliação sobre as moradias subsidiadas aos operários:

Essas casas, de cimento armado, muitas das quais cobertas com telhas também de cimento, apresentam todo conforto moderno, e os seus alugueis são insignificantes...

Os fragmentos de história encontrados pelos documentos e depoimentos que analisamos, parecem indicar situações precárias da existência dos trabalhadores naquele lugar. Não obstante o benefício da moradia para uma parte dos operários, garantido pela empresa, o documento do DPH²⁰⁴ nos mostra a precariedade das construções, principalmente a destinada aos operários não qualificados como falta de ventilação, de espaço, etc:

Observa-se que a partir das vistorias, entrevistas e textos publicados, aquelas moradias apresentavam problemas em relação ao seu conforto ambiental, sendo abafadas no verão e extremamente frias no inverno. A lage sem revestimento provocava este efeito, agravado pelo ineficiente sistema de ventilação utilizado²⁰⁵.

Além do mais, em uma pauta de reivindicações elaborada pelo sindicato em 1934, representando os interesses dos operários da Fábrica, dois dos nove itens referem-se a moradia:

²⁰³ *Revista do Trabalho*, op. cit. p. 15.

²⁰⁴ Este documento relata com detalhes os aspectos arquitetônicos dessa moradia de trabalhadores.

²⁰⁵ *Parecer de Tombamento...*, p. 93.

1. Fiscalização sanitária pela Junta de Hygiene desta companhia, nas habitações dos operários.
2. Extinção dos alugueis de ranchos, onde não existe luz, e água potável.

Isso mostra que o benefício da moradia vem acompanhado de problemas muito básicos e que, pelo teor da reivindicação, colocava em risco a saúde do trabalhador.

Para pensarmos, portanto, na vida fora da fábrica, não podemos abstrair esse fator que é essencial e determinante na vida daqueles trabalhadores. As vilas operárias significavam muito mais do que um ato de benevolência do capitalista que supostamente almejaria o conforto dos seus operários. Em primeiro lugar, por tratar-se de uma fábrica localizada próxima da sua fonte de matéria-prima e distante dos equipamentos que compõem um centro urbano, serviria como uma forma de fixar os trabalhadores próximos ao local de trabalho. Por outro lado, isso tinha como decorrência, o exercício de um controle muito mais próximo, que extrapolava as relações de trabalho e atingia as esferas da moradia e do consumo dos operários.

Morar em local de propriedade do patrão significaria estabelecer algum sentimento de dívida e viver sob o constante olhar dos empregadores. Além de se garantir as facilidades de locomoção ao ambiente de trabalho, evitando-se atrasos e possibilitando a disponibilização mais freqüente do trabalhador, que poderia ser convocado a trabalhar a qualquer hora.

Não resta dúvidas de que esse aspecto que combina a fábrica com a vila operária, traz reflexos significativos no padrão de organização dos trabalhadores. Há que se considerar as dificuldades em se organizar sindicatos, numa circunstância de isolamento relativo, onde apenas uma grande empresa organiza o espaço de produção e de moradia. Ali, a presença patronal é física e acompanha os vários ambientes dos empregados, como foi dito.

Porém, há uma conjuntura política bem peculiar no Brasil de então, que compõe outros elementos capazes de explicar o surgimento e manutenção do sindicato na região de Perus.

Para que possamos inserir o sindicato de Perus em nossa história, tomo como ponto de partida a chamada revolução de 30, pois, retomar a formação das grandes concepções sindicais gestadas desde a década de dez, tornaria a nossa história um novelo sem fim, ou melhor, sem começo.

Surge o sindicato

Vinte e seis de março de 1933 é um Domingo. Aproximadamente cem operários se colocam na condição de representantes de “*grande parte da classe dos operários dos extratores de pedra*”. Eles estão reunidos na Vila Operária, da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, provavelmente no bairro de Água Fria, no município de Santana do Parnaíba.

Os operários estão ali reunidos para um ritual que a um só tempo é singular e plural, do ponto de vista da história. Podemos destacar a singularidade desse ritual, pelos nomes próprios que codificam indivíduos que existiram de fato, mas que, não obstante os nomes, “vivem” no anonimato da história.

À centena de vidas humanas que ali compõem o cenário, daremos a simples identidade de “operários”, posto que, não nos é possível relembrar os tantos nomes sob os quais se esconderam as tantas histórias de suas vidas.

José Boaventura é o responsável pela abertura da assembléia. Antonio Ceciliano Gonzaga, João Cândido, Realino da Costa Pinto, José Krauss, Osvaldo Barbosa e Acyrio Banhara, são os membros da assembléia aos quais foram delegados os poderes de constituir a mesa diretora.

Antonio Ceciliano Gonzaga, provavelmente por seus atributos de sociabilidade (palavra, conhecimento, interação, função, cargo, etc.), é o escolhido para presidir a mesa. Doravante ele será o responsável pela condução da assembléia, que tem como

finalidade primordial o “convencimento dos presentes” da importância de se proceder ao ritual em conformidade com um decreto que é citado, o de número 19.770²⁰⁶.

Feitas as devidas exortações, é apresentado à centena de vidas presentes, um estatuto já previamente elaborado, talvez em ambiente bem longe dali, em condições muito adversas em relação àquela em que se realiza o evento. Item a item do estatuto é lido, apreciado e, finalmente aprovado.

Fim do ritual e mais um sindicato é criado no Brasil.

Este fato encontra-se registrado em apenas uma folha amarelada e escrita à mão, arquivada na sede do sindicato.

Fato ímpar que, como tudo na história, nunca mais se repetirá. Fato que ninguém nunca mais conseguirá registrar com todos os seus matizes, seus cheiros, suas emoções e nuances. Fenômeno comum na história que, só naquele ano, se repetiu mais de uma centena de vezes. A história do sindicato único-por-força-de-lei vivia o seu raiar, paradoxalmente dando início à maior pulverização dos sindicatos na história do Brasil.

Ângela Araújo nos informa que, em decorrência do decreto 19.770, no início do governo “revolucionário” liderado por Getúlio Vargas, entre 1932 e 1933, o número de sindicatos oficiais no Brasil cresceu mais de 200%. Só em 1933, 144 sindicatos oficiais foram reconhecidos no Brasil, 51 só em São Paulo. Isso representa um crescimento vertiginoso se pensarmos que em 1931, em todo o Brasil, esse número era de 41, sendo apenas 2 em São Paulo.

Portanto, o Sindicato dos Extratores de Pedras e Conexos de Água Fria surge em meio a essa onda de constituição de entidades sindicais, favorecida pelo decreto ministerial. Aliás, o ano de 1933 foi decisivo para a implementação do projeto governamental, pois desde 1931 que o governo vinha tentando de todas as formas quebrar a resistência de amplos setores do proletariado que se opunham à oficialização dos sindicatos, principalmente no meio operário que já contava com alguma tradição de

²⁰⁶ Decreto editado em março de 1931, que define o papel e o tipo de relação que o Estado estabelecerá com os sindicatos. Ele estabelece a intermediação do Ministério do Trabalho nas relações de trabalho, equipara juridicamente as entidades de classe patronais e de trabalhadores, impõe a necessidade de reconhecimento pelo Estado do estatuto do sindicato e estabelece outras diversas medidas de controle dos sindicatos pelo MTb.

organização e luta. A implementação do projeto governamental, no que se refere ao sindicalismo, foi um processo longo e extremamente complexo, que obrigou o governo a utilizar, simultânea e paulatinamente, medidas de concessão, negociação, cooptação e intensa repressão sobre os trabalhadores²⁰⁷.

Os sindicatos ajudam a criar a “Constituinte Classista”, e vice-versa

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Operários em Pedreiras, datada de 11 de junho de 1933 já nos traz informações importantes. Já sabemos que o Sindicato tem sede e que seu endereço é na avenida João Pessoa nº 1, em Água Fria, no município de Parnayba, e que o seu primeiro presidente não é outro senão o nosso já conhecido Antonio Ceciliano Gonzaga, que agora, percebemos, não à toa presidiu a primeira assembléia do Sindicato. Presidindo esta outra assembléia, o Sr. Manuel Pinto da Silva, sendo os secretários João Moura e Joaquim de Campos. Esta assembléia tem como assunto principal, a escolha do *“Delegado eleitor que na Capital Federal tenha que votar naquelles que representaram as classes operárias na futura Constituinte...”*. Essa eleição se daria por escrutínio secreto e, para o bom andamento, os líderes recomendaram *“aos cancoeiros que decem o seu voto mas que se lembrece sempre do que recomenda o Decreto nº 22.696 de 11 de maio de 1933”*, que era justamente a lei que regulamentava o processo de escolha e instalação da Constituinte de 1934.

Domingos Correia e Severino Jose da Silva foram escolhidos como auxiliares escrutinadores, para a garantia da lisura do processo de votação. A ata informa que foram 200 o número de votantes e que dois foram os concorrentes. Não tenho informação de quantos operários pertenciam à base do sindicato àquela época, mas me parece um número expressivo de participantes.

²⁰⁷ Optei por colocar em evidência o processo de constituição do sindicato de Perus, evitando o diálogo com a bibliografia especializada, a fim de evitar a extensão desta dissertação. Há, porém, inúmeros trabalhos que tratam dos sindicatos nesse período crucial para o sindicalismo brasileiro. Sobre esse aspecto do processo de incorporação dos sindicatos ao Estado, destaco o livro de Ângela Araújo, *Construindo o consentimento. Corporativismo e trabalhadores nos anos 30*. São Paulo, Scitta, 1998, e a tese de Maria Hermínia Tavares de Almeida, *Estado e classe trabalhadora no Brasil (1930-1945)*. Tese de Doutorado/Unicamp, Campinas, 1978.

Antonio Gonzaga, que, como já sabemos, fora o primeiro presidente do sindicato, era um dos concorrentes a delegado, porém, o vencedor foi o seu opositor e também participante daquela primeira mesa da assembleia de fundação do sindicato, Realino da Costa Pinto, que venceu o pleito com ótima margem, contabilizando 157 votos, contra 43 de Gonzaga. Documento posterior indica Realino como ocupante do cargo de 1º secretário do Sindicato.

Não é possível, a partir da frieza de um documento “morto”, reconstituir o que teria se desenrolado naquela assembleia, se foi algo mais ou menos acertado, ou se a votação refletia um sindicato com disputa interna de representatividade, quiçá representando concepções sindicais ou políticas de matizes bem diferentes. Esta última possibilidade me parece plausível. Até aqui sabemos que o sindicato foi criado bem por dentro dos limites impostos pela legislação, como nos indicam as exortações feitas pelas lideranças nas assembleias. Porém, não podemos ainda inferir, precipitadamente, que a primeira diretoria do sindicato represente uma visão una, afinada com o discurso governamental. Mesmo porque, nesse período, o governo não tem uma voz uníssona no que tange a questão trabalhista e sindical, posto que são várias as correntes que o compõem.

Por outro lado, é a partir de 1933 que as correntes mais influentes da esquerda começam a sentir os efeitos mais contundentes da política do governo que visava desarmar o sindicalismo autônomo e combativo, fazendo com que elas comecem a vacilar e buscar alternativas ao discurso que simplesmente negava a participação nos sindicatos oficiais. Mas ainda é cedo para apontarmos para qualquer conclusão. Voltemos ao resultado do escrutínio. Realino da Costa Pinto foi eleito e preenchia os requisitos que estavam prescritos em documento, também elaborado à mão, anexo a essa ata que dizia que *“Para ser eleito é preciso:*

- *ser brasileiro nato;*
- *ter mais de vinte e cinco anos*
- *provar mais de dois anos de profissão”.*

Os critérios já indicam os reflexos do controle sindical imposto pelas regras do Ministério do Trabalho. Não esqueçamos que, antes das medidas do Governo Vargas, os sindicatos eram livres e, portanto, a sua conduta não dizia respeito à qualquer tipo de legislação específica. Entre essas regras, vemos, desde já, os limites à participação dos estrangeiros, seguramente como forma de aplacar a atuação dos muitos militantes que se destacaram na ação sindical em períodos anteriores.

Todos esses dados deveriam ser rapidamente comunicados ao Ministro do Trabalho para oficializar a inscrição do delegado-eleitor, o que é feito pelo sindicato, através de ofício datado de 19 de junho do mesmo ano.

Realino se credenciou para participar como delegado em um fórum que iria escolher os deputados constituintes, representantes dos trabalhadores em indústria.

Segundo Ângela Castro Gomes²⁰⁸, essa constituinte, ao contrário do senso corrente, não é fruto da revolução de 30 e sim exigência da contra-revolução. “*Somente num segundo momento é que o Governo Provisório encampa esta proposta [de Constituinte] esvaziando-as de seu conteúdo oposicionista e colocando-a como intenção legítima de toda nação*”.

Após a guerra civil de 1932, inicia-se um período de mobilização garantido pela abertura do regime. De novembro de 1932 a abril de 1933, são criados vários partidos.

O governo golpista de Vargas se diz transitório e anuncia o restabelecimento da legalidade na Constituinte. O decreto 22.621 de 10/05/1933 estabeleceu que “*a Constituinte seria integrada por 214 deputados eleitos na forma da lei e mais 40 representantes classistas, eleitos por sindicatos legalmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho*”²⁰⁹. Desta forma, os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho até 20 de maio de 1933, poderiam eleger delegados-eleitores que, reunidos em Convenção Nacional no Distrito Federal, escolheria deputados classistas. Foi, portanto, para esse fórum que o nosso Realino foi eleito naquela assembléia.

²⁰⁸ GOMES, Ângela Castro, *Sociedade e política. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização*, in: *H.G.C.B.*, Tomo III, vol. 3, São Paulo, Difel, 1981.

²⁰⁹ Idem, *Ibidem*.

O Ministério atuou, diretamente, através de seus peritos, na criação de sindicatos - formando, em muitos casos, verdadeiros 'sindicatos de carimbo', no afã de conseguir o maior número possível de delegados-eleitores afinados com a orientação governamental -, além de ter providenciado o reconhecimento, em tempo recorde, de um grande número deles.²¹⁰

Sabemos que esse processo de reconhecimento oficial era um importante recurso de controle governamental, que procurava obstaculizar de todas as formas, o uso dos sindicatos oficiais pelas correntes rebeldes. Só para dar um exemplo, o Sindicato dos Operários em Fiação e Tecelagem de São Paulo, que tem um intenso histórico de lutas, se instalou oficialmente em janeiro de 1933, mas só foi reconhecido em maio de 1934.

O que a passagem de Araújo sugere também é o interesse do governo em aproveitar o processo da chamada “Constituinte Classista” de 1934, como mais uma forma de chamariz para robustecer a oficialização do sindicalismo brasileiro. Segundo Sílvia Hadler²¹¹ as eleições classistas causam impacto moderado no caso dos metalúrgicos de São Paulo, com pouca mobilização dos operários da categoria. O caso de Água Fria parece ter sido diferente, ampliando os casos que mostram o uso da Constituinte para reforçar o crescimento dos sindicatos oficiais. O decreto governamental estipula que as eleições classistas deveriam se realizar em julho de 1933 e apenas os sindicatos reconhecidos até 15 de julho daquele ano poderiam participar do pleito. Assim, além de ampliar o número de sindicatos oficiais, o processo garantiria uma base de sustentação política na Constituinte, para o Governo²¹². Daí a pertinência do nosso subtítulo.

²¹⁰ Cf. ARAÚJO, Ângela, *Construindo o consentimento...*, p. 234.

²¹¹ HADLER, Maria Silvia Duarte. *Sindicato de Estado e legislação social: o caso dos gráficos paulistas nos anos 30*. Dissertação de mestrado/Unicamp, Campinas, 1982.

²¹² A atuação da bancada classista dos trabalhadores girou em torno da questão social. Além dos trabalhos de Ângela Castro Gomes (1979), e Ângela Araújo (1998), as obras de Maria Hermínia de Almeida (1978) e de Luiz Werneck Vianna (1989) fazem um ótimo balanço da participação dos representantes dos trabalhadores nessa Constituinte.

Concluo este item apresentando a posição de Ângela Araújo em relação a esse episódio do governo Vargas. Para ela, as representações dos trabalhadores foram

fragorosamente derrotadas na maioria das emendas propostas (...) Em suma, é possível afirmar que a experiência da representação classista representou, para todos os trabalhadores, muito mais um reforço ao projeto político do governo e ao fortalecimento dos laços de dependência do movimento sindical em relação ao Estado, do que um instrumento objetivo para ampliação do espaço conquistado e para criação de novos direitos²¹³.

Por detrás da marca do carimbo há sinais de organização

A forma como este sindicato foi fundado nos dá indícios de que os seus promotores gozaram de recursos facilitadores para o seu reconhecimento, como ocorreria a muitos outros na época. Afinal, as correspondências oficiais da diretoria ressaltam a data de 19 de maio de 1933 como sendo a data de reconhecimento do sindicato pelo Ministério do Trabalho, ou seja, menos de dois meses após a sua fundação. Esse dado reforça a indicação de que o processo de sindicalização dos trabalhadores nesse período tenha se realizado sob a vigilância e interferência direta dos órgãos do Governo.

A criação do sindicato em Água Fria reforça também os dados que apontam a participação das categorias “inorganizadas” e fora da capital de São Paulo, como principal ponto de apoio da estruturação oficial inicial do sindicato. Araújo reconhece essa tendência, mas demonstra, de certo modo, “*o êxito da estratégia do Governo e da atuação de seus agentes*”, apontando que “*não foi menos expressivo o movimento de enquadramento sindical nos estados mais urbanizados e industrializados...*” (p. 236).

Também os documentos testemunham uma boa representatividade e legitimidade do sindicato, pois poderemos considerar expressivas as duas primeiras assembléias realizadas (daquelas que pudemos registrar, é lógico) após a sua criação.

²¹³ ARAÚJO, Ângela, *Construindo o consentimento...*, op. cit, p.256.

...estamos até esse momento com 490 socios, penso que quando chegares aqui encontre 500.

São palavras de Realino Costa Pinto, que escreve em 02 de dezembro de 1933 para o presidente do sindicato que se encontra no Rio de Janeiro, e que confirma a sólida base de uma entidade que atua em um espaço que comporta duas ou três empresas de cal e uma de cimento.

Em carta datada de 09 de abril de 1935, dois anos após a fundação do sindicato, o então presidente justifica a dispensa do seu advogado devido a “perda de mais de 200 sócios”, o que sugere um número expressivo de associados ao sindicato. Assim, a entidade não se enquadra nas características dos sindicatos chamados de “carimbo”, ou seja, com existência apenas legal, mas sem representatividade alguma, fato considerado comum nas obras consultadas.

Não obstante o interesse político do governo, a ação ministerial de incentivar a criação de sindicatos serviu mais como elemento inspirador, ou alavancador de estruturação sindical onde já havia condições prévias favoráveis à organização. Os documentos que serão avaliados posteriormente apontam para uma razoável atividade sindical em Perus-Água Fria, ainda que bem restrita aos estreitos limites permitidos pela lei e pela ideologia de sua direção.

Ambigüidades do Sindicalismo oficial

A criação dos sindicatos oficiais através da nova legislação foi algo planejado e que tinha objetivos estratégicos (o enquadramento/controlado do movimento operário) e conjunturais. Como o governo imaginava a dificuldade de se utilizar apenas os já conhecidos métodos de combate e extermínio pela via da repressão simples, ele planeja um método “naturalista” para combater a praga dos sindicatos combativos, disseminando os sindicatos oficiais, alimentando-os e robustecendo-os com a

legislação social, gerando, assim, agentes “socialmente predadores” para ajudar no combate à praga social que eram os sindicatos livres.

Os anos 1931/32 já dão indicações ao governo de que os operários liderados pelas esquerdas anarquistas, trotskistas, comunistas e alguns independentes, não serão presas fáceis. Há ainda casos de sindicatos oficiais que, não obstante o controle legal, escapam do esquema governamental que se espera deles.

Ao instituir a legislação sindical, em alguns casos, as leis serviram como catalizadores de processos organizativos em espaços propensos à criação de novos movimentos. Ou seja, nem tudo que surge a partir da outorga legal dos sindicatos é artificial ou fictício. Creio que o sindicato de Água Fria se enquadra nesse caso, onde havia elementos propensos à organização à época, como pode ser provado pela rápida e significativa adesão de trabalhadores. Foi o sindicato oficial o elemento catalisador que atraiu Antonio Ceciliano Gonzaga, Realino da Costa Pinto e seus companheiros.

A análise de Décio Saes²¹⁴ explica esse movimento quando diz que

o reconhecimento do sindicato pelo Estado, no pós-30 vai representar objetivamente, para os setores menos avançados das classes trabalhadoras, uma proteção à atividade sindical, contra as ameaças do patronato”, e que para as “camadas menos avançadas ele representa um duplo incentivo: incentivo à participação dos trabalhadores no sindicato, e o incentivo à ação sindical reivindicativa.

De fato, os anos de 1933/34, registram uma brusca ascensão do movimento reivindicativo popular.

O governo procura fechar o cerco a qualquer custo, visando aniquilar os sinais de independência e autonomia dos sindicatos. Em 12/07/1934 o Decreto 24.694 referenda o conteúdo do Código de Trabalho, apresentado no ano de 1931, no qual é dada preferência de concessão de emprego ao trabalhador que pertencer a sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho. O artigo 18º garante que nenhum operário

²¹⁴ SAES, Décio. *A classe média e a política no Brasil (1930-1964)*. H.G.C.B., Tomo III, vol. 3, São Paulo, Difel, 1981.

pode ser demitido pelo fato de pertencer a organizações sindicais reconhecidas. Contratos coletivos só serão legitimados se as entidades estiverem em conformidade com o decreto 19.770. Ou seja, com o decreto 19.770 os sindicatos eram ainda criação espontânea dos trabalhadores, mas eram minuciosamente controlados.

A lei de janeiro de 1934 regulando a concessão de férias aos operários da indústria é clara quando restringe o direito de usufruto apenas aos empregados que forem associados de sindicatos de classes reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

Com este expediente o Governo amarrava, decididamente, as duas pontas da sua política trabalhista: concedia um direito, pelo qual os trabalhadores vinham lutando há duas décadas, exigindo, em troca, a sua adesão ao sindicalismo controlado pelo Ministério do Trabalho. Houve tentativas de reação à manobra imposta, por parte dos setores autônomos do proletariado da época, mas estas se mostraram impotentes para barrar a artimanha do Governo.

Ao tempo em que regulamentava as chamadas questões sociais, o governo buscava atrair para o seu pólo, as massas trabalhadoras que atuavam ou não no movimento operário e sindical. Malgrado a intenção de controle por parte do governo, os trabalhadores se utilizavam fartamente dessa legislação para pressionar os patrões, como mostram as inúmeras correspondências sindicais dirigidas às empresas e aos órgãos do governo.

Mesmo a parca documentação que sobrou do sindicato de Perus, nos mostra como essa prática norteava as ações sindicais, como exemplifico abaixo, através da correspondência dirigida ao DET, onde o sindicato comunica a negociação com a empresa:

Este Sindicato achando que a lei está bem clara no Decreto 23.768 de 18 de janeiro de 1934, que regula a concessão de férias aos empregados na Industria Syndicalizados capitulo 3º da concessão de férias, artigo 14 que não se refere em base de 8 horas e sim a diária percebida pelo empregado; peço V. S. que tome as necessárias providencias neste caso. (...) este Sindicato não está emplorando e sim exigindo o que é de direito é

admissível que uma instituição como o Departamento que se diz, ter sido instalado para fiscalizar as leis do trabalho, cumpra fielmente os direitos outorgados²¹⁵.

São várias as cartas dirigidas às empresas e também aos órgãos do Estado, denunciando o desrespeito e cobrando a apreciação da legislação que instituiu as férias.

Entre os temas mais recorrentes nas correspondências do sindicato, figura a tentativa de coibir as demissões. São várias as correspondências dirigidas às empresas, e também ao Departamento Estadual do Trabalho, reivindicando a reversão de demissões individuais ou de grupos de trabalhadores, onde os sindicalistas se respaldam na lei que salvaguarda os sindicatos oficiais. O sindicato abre processos que rolam durante meses nos Departamentos do Trabalho, visando reverter demissões.

Em março de 1934, uma onda de demissões deixa o sindicato apreensivo. Miguel Soria envia a Realino Costa Pinto uma lista de 65 nomes de trabalhadores sindicalizados da fábrica que haviam sido demitidos naqueles dias. Ao final, assim o Miguel Soria se expressa:

...eu também e o Moreira estamos esperando qualquer couza porque vai ter 2 cortes e você bem sabe a Idea destes homens aqui. E temos que fazer ver a elles com tempo. Pello que eu vejo com o tempo não fica um syndicalista aqui na Fabrica.

Em uma correspondência não datada, mas do ano de 1934, o sindicato reclama junto ao DET a demissão de 30 operários sindicalizados feita pela Empresa Beneducci:

Demonstrando assim reпреzalias contra a lei de syndicalização no Brasil aprovada e sancionada recentemente pela Nova Constituição da Republica com o Decreto 24.694 de 12 de Julho de 1934 e no artigo 30 consta que se tratando de dmissão de operários syndicalizados por diminuição de serviço, logo que normalize ou aumente a produção de qualquer Empreza necessitando de admitir operários terão preferência, os Syndicalizados que foram dmitidos; entretanto aquella empreza não tem cumprido estas prerrogativas.

²¹⁵ Carta enviada pelo sindicato ao DET em setembro de 1934.

Leôncio Martins Rodrigues considera que o sindicalismo não é “*mero reflexo das determinações econômicas, sociais, técnicas e políticas e culturais de um dado país. Pelo contrário: afetado pelos aspectos particulares de um meio, o sindicalismo pode ser igualmente um fator de mudança social e política de amplitude variada*”²¹⁶. O fato do sindicato ter se estruturado nos estreitos marcos da legislação, não implica inexistência de sujeitos e possibilidades diversas. Há especificidades da própria conjuntura de 1932/33 que singularizam as mais diversas experiências, como parece ser o caso da organização do sindicato em Perus/Água Fria.

A formação de um sindicato é um ato de vontade de um grupo de trabalhadores, mas a influência da associação sindical, a ideologia predominante, as formas de organização são amplamente marcadas pelas particularidades da sociedade nacional²¹⁷.

A direção do sindicato de Perus/Água Fria até 1936

O sindicato que representa os operários da fábrica de cimento em Perus surge, na verdade, em Água Fria, no seio dos trabalhadores das pedreiras e, por esse motivo, aparece com o nome de Sindicato Operário dos Extratores de Pedras e Conexos de Água Fria. É o que somos levados a supor a partir dos vestígios deixados pela parca documentação. Há uma correspondência datada de 17.05.33 que solicita ao Departamento Nacional do Trabalho, no Rio de Janeiro, a mudança do nome para Sindicato dos Operários em Pedreiras, não fazendo referência a “trabalhadores da indústria de cimento e cal”. A mudança definitiva de nome só ocorrerá em 1939, com denominação próxima à da atual²¹⁸. No entanto, os trabalhadores da fábrica se comportavam como base legítima desse sindicato.

²¹⁶ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)*, in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, vol. 3, São Paulo, Difel, 1981, p. 509.

²¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 509.

²¹⁸ Atualmente a entidade leva o nome de Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cimento, Cal e Gesso do Estado de São Paulo.

Os documentos mostram os nomes dos operários que compuseram a primeira diretoria do sindicato:

Presidente	Antonio Ceciliano Gonzaga
Vice-Presidente	João Cândido
1º secretário	Realino da Costa Pinto
2º secretário	Jose Krauss
1º tesoureiro	Oswaldo Barbosa
2º tesoureiro	Acyrio Banhara (Braz Alves)*
Conselho Fiscal	Gilberto Baptista
	João Correia da Silva
	Edgard de Freitas Lage
	Sebastião Lemes
	José Nunes do Amaral

*Acyrio Banhara é substituído por Braz Alves em 17.05.1933, por ser este brasileiro e aquele italiano.

O nome do presidente, Antonio Ceciliano Gonzaga, aparece nas fichas analisadas no capítulo III. Ele é paraibano e ingressou como “trabalhador” nas pedreiras da Companhia, em 1931, aos 29 anos de idade.

Realino da Costa Pinto é mecânico, proveniente de Minas Gerais, ingressou com 38 anos na Companhia, em 1931, também trabalhando nas pedreiras.

José Krauss (Perren) aparece como auxiliar de escritório nas pedreiras e aos 33 anos de idade ingressa na Companhia, em 1931.

Oswaldo Barbosa (maquinista), Acyrio Banhara (trabalhador), João Correa da Silva (carpinteiro), Edgard de Freitas Lage (balanceiro) e José Nunes do Amaral (carpinteiro), todos eles aparecem também nas fichas pesquisadas, como trabalhadores nas pedreiras. Os demais que constam na chapa não aparecem nas fichas.

Até aqui, tudo está a indicar que esse primeiro sindicato representa apenas os operários das pedreiras. O que não se constituiria em nenhuma surpresa, pois, à época, esta é uma categoria com certa tradição de organização sindical. Em Ribeirão Pires,

São Paulo, havia um sindicato de trabalhadores em pedreiras que teve participação expressiva no movimento operário das décadas iniciais do século XX, conforme mostra pesquisa recente feita por Antonio José Marques²¹⁹. Este sindicato, ao contrário do sindicato de Perus, tinha forte influência anarquista.

Igualmente, cheguei a consultar um periódico de matiz anarquista intitulado *A Vida*²²⁰, que era editado pelo Centro dos Operários das Pedreiras, que demonstra pertencer a um relativamente bem organizado sindicato de trabalhadores em pedreiras no Rio de Janeiro.

Não obstante, os documentos provam que o sindicato fundado em 1933 pelos operários das pedreiras de Água Fria, também encaminhava as reivindicações e organização dos trabalhadores da fábrica de cimento.

Em uma carta enviada ao Superintendente da Fábrica de cimento, no dia 09 de junho de 1933, o presidente do sindicato faz referência aos sindicalizados da fábrica:

Este sindicato, contando com um grande número de companheiros que trabalham ahi na Fabrica, vem mui respeitosamente...

Várias são as correspondências que fazem referência aos sócios do sindicato na fábrica, seja nos setores da produção, seja na ferrovia de responsabilidade da Companhia. Há uma lista manuscrita que relaciona 29 nomes de operários da fábrica que estão delegando seu voto para uma reunião que ocorrerá em Água Fria no dia 13 de maio de 1933.

Miguel Soria, cujo nome aparece em várias correspondências, é eletricista e trabalha na fábrica. Os vestígios indicam ser ele um dos mais ativos militantes do sindicato, que parecia articular clandestinamente os trabalhadores na fábrica e

²¹⁹ MARQUES, Antonio José. *Os trabalhadores em pedreiras de Ribeirão Pires. A organização sindical dos canteiros e as lutas operárias no começo do século XX*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1996.

²²⁰ *A vida*, é um periódico de trabalhadores em pedreiras do Rio de Janeiro. Há alguns exemplares do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), na Unicamp, em Campinas-SP.

municiaava a diretoria com informações. Ele próprio tornar-se-ia diretor do sindicato na gestão seguinte.

A denominação do sindicato, que se refere apenas aos operários das pedreiras, chegou mesmo a gerar um processo originado no Ministério do Trabalho, em que este órgão do Estado teria indicado a exclusão daqueles que não são extratores de pedra, o que gerou uma reação do sindicato, que enviou uma carta Ministro do Trabalho Agamenon de Magalhães, justificando que:

Visto ser este Sindicato o único existente neste município, e que tanto tem se esforçado para arigimentar neste sertão desprovido de mentalidades sociais, os companheiros que até então viviam na obscuridade; Como acima ficou dito, e não havendo meios suficientes para que os mesmos se desligando deste Sindicato, possam associar-se na cathegoria a que pertencem os referidos tendo em visa que consta no Decreto 24.694 de 12 de Julho de 1934, capitulo II artigo III letra b que diz os que como empregados trabalhem em profissões, idênticas, similares, ou conexas(...) podem fazer parte desta entidade.

(...) Ao contrario será um desfalque no numero de associados, e desvantagens para os mesmos²²¹.

Em 1935, pelo menos dois membros da executiva da diretoria trabalhavam na fábrica de cimento, conforme mostra trecho da carta abaixo transcrito, datado de 17 de junho, em que a diretoria do sindicato solicita ao superintendente da fábrica o fornecimento

de uma carta atestando que os operários Manoel Thomé Gonçalves e Pedro de Souza, estão no exercício das suas profissões a mais de dois anos na Companhia Brasileira de Cimento Portland S/A.

Não nos resta nenhuma dúvida, portanto, que, não obstante o núcleo sindical ter origem nas pedreiras, o Sindicato dos Operários das Pedreiras de Água Fria é a única

²²¹ Carta datada de 06/09/1934.

representante oficial dos trabalhadores das pedreiras e das fábricas de cal e cimento de Perus e Água Fria.

Continuidade e a ruptura de Realino Costa Pinto

A gestão da diretoria sindical naquele período se realizava em um ano. Assim, em 06 de maio de 1934, é escolhida uma nova direção e os nomes que parecem mais representativos, segundo a documentação, praticamente permaneceram os mesmos.

Realino da Costa Pinto é eleito o novo presidente mas, em uma correspondência datada de 14 de maio de 1934, o mesmo diz ter recebido um ofício da “Seção de Syndicalização” em São Paulo, o qual *“notifica que estou incompatibilizado para assumir o cargo de presidente do Sindicato dos Operários em Pedreiras de Água Fria”*. O motivo não aparece revelado na correspondência, mas Miguel Soria, então o vice-presidente, assume interinamente o cargo de presidente, até que, em julho de 1935, Victor Gonçalves é eleito para concluir a gestão.

“Em assembléia de 24 de junho foi deliberado que se procedesse a eleição para presidente deste Sindicato visto se achar vago aquelle cargo, por ter sido destituído o companheiro Realino da Costa Pinto. Ficou marcado o pleito para 08 de julho”.

Apesar do tom, não há indícios de que a substituição de Realino tenha ocorrido por motivação política, ou divergência interna, pois o mesmo permanece como diretor e articulador do sindicato até dezembro de 1935.

Ainda em dezembro de 1934, Benedicto Loureiro é eleito o novo presidente, permanecendo no cargo até o final de 1935²²². Para esse ano, assim fica constituída a direção sindical:

Presidente:	Benedicto Loureiro
Vice-Presidente:	Realino da Costa Pinto
1º Secretário:	João Cândido

²²² Algumas correspondências falam da “destituição da Comissão Executiva do Sindicato que havia sido eleita em 31 de Dezembro de 1934” e a constituição “de uma Diretoria”. Seguramente foi uma medida apenas administrativa, a fim de adequação aos estatutos sindicais.

2º Secretário:	José Nunes do Amaral
1º Tesoureiro:	Oswaldo dos Santos Barboza
2º Tesoureiro:	Pedro de Souza
Conselho Fiscal:	Manoel Thomé Gonçalves Aristides André João Stuart

Em 1936 o Sr. Manoel Marçal Vieira, que ingressou nas pedreiras em 1928, aos 28 anos de idade, como “trabalhador”, aparece sob a rubrica de “Presidente”.

Em 19 de dezembro de 1935 Realino Costa Pinto deixa a diretoria e também abandona o sindicato por motivos que não pude esclarecer. A sua saída causou um estrago razoável na direção sindical, pois os documentos registram a perda de muitos sócios neste evento:

(...) Só assim este Sindicato poderá reconstituir-se que tem sofrido um grande desmembramento, por culpa de um elemento que imiscuiu-se no seio deste Sindicato, tido como Sindicalista e no entanto, é um verdadeiro traidor de classe, cujo elemento é Realino Costa Pinto. Luctou o quanto pode pela destruição do Sindicato. Porém não pôde vencer o seu mau instinto, pediu exoneração do cargo de Vice-Presidente do Sindicato e também sua demissão do quadro social.

No período de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1935 – surgiu, no seio deste Sindicato, um elemento, o qual foi Vice Presidente do mesmo, que nesse lapso de tempo, propagou por todos os lados, o afastamento dos associados deste Sindicato.

Fica para nós uma incógnita, posto que, nas tantas correspondências enviadas por ele, ou para ele, não percebemos qualquer vestígio de algo destoante, mesmo porque, essas correspondências eram sempre muito práticas, administrativas. No entanto, sendo um militante responsável por contatos externos, tendo participado de vários encontros de caráter político sindical - ele foi por várias vezes delegado-eleitor e também o representante do sindicato nos congressos sindicais - é plausível que esse

contato “externo” tenha agregado alguns elementos em sua concepção de mundo e de sindicato.

Ou seja, desde 1933 até dezembro de 1935, o sindicato teve três presidentes e composições diferentes na diretoria. Porém, não conseguimos perceber significativas rupturas entre elas, ou grandes divergências entre os diretores, não obstante o caso não esclarecido do Realino. Parece-me que havia uma certa unidade entre elas. As mudanças que percebemos nas gestões sindicais desde 1933, em boa medida, são reflexos das alterações nas circunstâncias político-administrativas que também acontecem no plano do governo federal.

Assim, podemos perceber um sindicato muito mais envolvido com as discussões políticas e operárias em 1933/34 e um sindicato muito mais preocupado com o assistencialismo e a burocracia em 1935/36. Muitas vezes eu generalizo a ação da diretoria a partir de documento que é assinado por aquele que ocupa o cargo de presidente. Porém, isso é inevitável, tendo em vista que essa escassa documentação não deixa transparecer divergências.

O traço de continuidade político-ideológica das diretorias pode ser comprovado pela permanência dos principais nomes que compõem a diretoria. Antonio Ceciliano Gonzaga, conforme informa a sua ficha, fora demitido em 04 de julho de 1934. No entanto, ele foi contratado como funcionário do sindicato e continuou como membro ativo e representativo, pelo menos até 1936, quando ainda encontramos muitos registros seus.

Miguel Soria, empregado na fábrica, que foi vice-presidente na segunda gestão, parecia ser o grande articulador na base e aparece em inúmeras correspondências mantendo diálogo constante com Realino, também ele continuaria na direção pelo menos até 1936. Como uma peça chave que atuava politicamente dentro da fábrica de cimento, Soria é uma das figuras mais lúcidas, e, juntamente com Realino, fazia o elo de ligação da direção com a base.

Esse sucinto relato histórico da direção sindical põe em cheque a versão assumida por Élcio Siqueira²²³, que, baseado em Fillippini e Fernandes²²⁴, conclui que “*teria havido uma dupla direção no Sindicato de Pedreiras em 1934/1935*”, pelo fato de aparecerem diversas cartas assinadas em 1934 por Antonio Gonzaga e por Victor Gonçalves, ambos assinando como presidente. Nada disso ocorreu. O fato é que as gestões duravam apenas um ano e o Victor sucedeu o Antonio Gonzaga quando o Realino não pode assumir a presidência. Em uma carta datada de 02 de fevereiro de 1934, Miguel Soria pede a Realino para convencer o Antonio Gonzaga a pleitear a eleição para a presidência, pois este se diz “cansado”. A documentação parece não ter sido bem ordenada pelos autores citados por Élcio Siqueira.

O sindicato e as empresas

Se quisermos revelar a história que se desenrola sob a carapaça oficial do sindicato, precisamos antes escapar das simplificações causadas pelos rótulos que caracterizam as correntes sindicais, ainda que isso nos coloque diante de dificuldades para descrever e enquadrar as práticas da direção do sindicato em questão. Teremos dificuldades em distinguir claramente os limites da retórica e das dissimulações que certamente marcam os discursos de um sindicato com as características desse de Perus, que vive numa época em que as dissimulações e as dúvidas parecem se colocar como questão de sobrevivência para as correntes àquela época.

Ou seja, caracterizar um sindicato como “anarquista” ou “amarelo” certamente nos dá uma idéia sobre a concepção de sociedade que possui determinada direção, e pode ser determinante para distinguirmos as posturas diferenciadas nas mais variadas circunstâncias. Entretanto, essa caracterização não diz tudo. Que o sindicato em estudo não se enquadra no rol das direções revolucionárias ou mesmo críticas ao regime de então, isso já se percebe de imediato. Porém, isso não reduz o papel dos sujeitos que,

²²³ SIQUEIRA, Élcio, op. cit. p. 179.

²²⁴ Trata-se de um trabalho de conclusão de uma disciplina de graduação feita na FFLCH/USP, portanto, não editado, intitulado *Vozes Operárias*, cuja cópia pode ser encontrada na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Perus.

de forma singular, conduzem o sindicato entre as margens estreitas de decisão que se lhes apresenta em cada conjuntura.

Observando de “perto” o cotidiano de um sindicato que poderia se enquadrar como “amarelo” na efervescente conjuntura entre 1930 e 1936, nos faz deparar com um movimento interessante e surpreendentemente complexo.

A documentação analisada sugere que as empresas Beneducci e Cia Ltda e a Companhia Brasileira de Cimento Portland, se não são as únicas a formarem a base do sindicato de então, pelo menos são elas as duas empresas mais importantes, haja vista que a documentação pesquisada não registra a existência de outras. A família Beneducci, além de grande proprietária de terras na região, tinha participação majoritária na Perus-Pirapora até 1939 e explorava a extração de minérios e a fabricação de cal. A CBCP era proprietária de várias pedreiras espalhadas pela região, e tinha concessão de arrendamento da ferrovia Perus-Pirapora²²⁵.

Entretanto, quando das reivindicações do sindicato à empresa Beneducci, algumas cartas eram enviadas ao “Dr. Sylvio de Campos”, que também era acionista da estrada de ferro Perus-Pirapora, e o maior acionista brasileiro da CBCP. Sendo assim, podemos inferir que, a despeito de oferecer condições de trabalho bem diversas, na mesma região, sob a mesma base sindical, as duas empresas são vinculadas entre si, pelos laços do capital e do capitalista.

Normalmente as comunicações feitas entre o sindicato e as empresas são marcadas pelo tom negociador, conciliador, até bajulador, que busca demarcar bem a sua ação legal e restrita à luta pelos direitos dos operários, mas se esquivando de qualquer conotação política e ideológica. O tom é cordial e os problemas são sempre identificados em questões localizadas ou em indivíduos, mas nunca questionando a relação capital/trabalho, ou a empresa como um todo. Entretanto, não nos enganemos: o tom bajulador assume o caráter de dissimulação, de teatralização, posto que, simultaneamente as empresas aparecem denunciadas diante dos órgãos estatais responsáveis pela gestão do trabalho.

²²⁵ Maiores informações podem ser encontradas em GORDINHO, Margarida, *op. cit.* .

Muitas cartas são escritas em tom de reclamação de fatos ocorridos entre chefias e subordinados; há correspondências que entram em minúcias até de foro particular, que denunciam desvios morais de algum encarregado da empresa, deixando passar algumas cenas curiosas do cotidiano operário da época, como que visto pela fechadura da história. Bom exemplo disso podemos ver nesses trechos de uma carta dirigida ao Fiscal da Seção Social da CBCP, assinada por Krauss Perrin. Depois de ter acusado o Sr. José Eloy de ter maltratado operários, Krauss acusa o feitor de:

Aproveitar nas horas de cerviço de espreitar escondido nas valetas as mulheres dos operarios que etavam trabalhando para elle era e é cousa facilima largar os operarios no cerviço e ir para a casa de uma viuva de poucos escrupulos para elle era canja largar os operarios e vir tratar de suas eguas o passa o resto do dia em casa tocando sanfona não lhe custava muito no entanto os Srs chefes sempre acharam um mais para o desculpar...

Depois de reclamar as arbitrariedades do Sr. Eloy e da cobertura dada pelos seus chefes, Krauss arremata:

Quero crer Sr. Celço que os tempos do captiveiro operario já se passou e a mordça que nos tapava a boca já não existe, erguendo-se com seus lugares a justiça para com os oprimidos a qual espero que V.S. saberá fazer não privando do pão uma familia por paixões ou proteção de quem quer que seja. Perus 28/12/1933.

A direção do sindicato parece sempre disposta a mostrar a situação de legalidade e de manter boas relações com as empresas, especialmente com a CBCP. Com a Beneducci, a relação parece menos amistosa, o que é compreensível se pensarmos nas dimensões de uma fábrica que é considerada a maior produtora de cimento do Brasil e uma das mais modernas do mundo, como era a CBCP. Detectamos um movimento grevista que deve ter durado sete dias na Beneducci, enquanto que na Companhia de Cimento as correspondências não demonstraram mais do que algumas pressões localizadas, como veremos mais adiante.

A greve na Beneducci

Todas as correspondências que encontramos dirigidas à Beneducci, ou se referindo a ela, carrega o tom da denúncia de más condições de trabalho ou de perseguição aos afiliados do sindicato. Através dos documentos pudemos detectar com certo detalhamento um movimento grevista ocorrido no mês de setembro de 1934, reivindicando aumento de salário. A primeira correspondência que encontrei data de 12 de junho de 1934 (há uma cópia que parece ser um rascunho desta carta, datada de 09 de junho), polidamente endereçada ao Dr. Sylvio de Campos, onde o sindicato diz atender a uma comissão de operários que o procurou para *“pedir a esta Diretoria uma melhoria de salário que possa remunerar-lhes com menos sacrifício para o custeio de vida”*. A diretoria do sindicato, que achou “justo” o pedido, resolveu “escrever a V.S. pleiteando o que os nossos companheiros aspiram”. O documento, assim, propõe aumentos salariais para algumas funções.

O “pedido” é reiterado em outras oportunidades, mas só em 21 de setembro do mesmo ano, uma pauta constando as deliberações de assembléia realizada no dia anterior, que contém as reivindicações, é encaminhada à empresa. São sete itens que, sinteticamente exponho:

- Equiparação salarial em relação aos ordenados praticados pela CBCP;
- Distribuição de socorros e assistência sanitária;
- Respeito com decisão e honestidade ao movimento sindicalista;
- Baixar os índices de preços dos armazéns;
- Readmissão dos operários sindicalistas demitidos;
- Execução da lei de Férias de acordo com a lei;
- Exigência por parte da Companhia de Carteiras Profissionais.

Obviamente o organismo competente do aparelho de Estado foi comunicado da decisão da assembléia dos operários. Também em 21 de setembro, o Sub-diretor da Secção de Assistência Social do Departamento Estadual do Trabalho foi comunicado

da deliberação de que *“tomar-se-há uma atitude energica, caso não sejam reivindicados pela Companhia os direitos dos seus operários. Esta medida energica será a paralização de todo serviço da referida empresa Beneducci e Cia, Ltda...”*. Em outro texto, de 24 de setembro, o DET é novamente comunicado da ocorrência da *“greve pacífica contra aquela empresa”* que não cedeu *“um centímetro do que foi pleiteado”*. A correspondência pede, então, para o órgão estatal *“enviar um fiscal que os dirigentes deste Sindicato estão prontos em recebe-lo e explicar detalhadamente a origem da greve”*.

Há dois bilhetes datilografados que dão pistas das estratégias utilizadas para concretização da paralisação prevista; um é dirigido a um “companheiro” não identificado, datado de 22 de setembro, e outro dirigido aos maquinistas que transportam carga para a Beneducci, datado de 26 de setembro. O primeiro orienta que o *“companheiro...interditará energeticamente a tráfegação de locomotivas d'aquela Companhia, exceptuando-se exclusivamente a carreira do M²²⁶ que somente conduzirá carros de passageiros e ainda carros de cargas destinadas á Companhia de Cimento”*. O segundo, do dia 26, exorta os *“Prezados Companheiros Leonel de tal e Foguista Fulano de Tal”* a não trafegarem com as locomotivas, a partir do dia 27, na *“do Entroncamento para Gato Preto e do Entroncamento para Água Fria, enquanto durar a greve, evitando assim que a Beneducci e Cia zombem do elemento do operário, e demonstrarão a união invencível que existem entre trabalhadores”*. Esses fragmentos de documento deixam entrever a existência e continuidade de um movimento que enfrentava dificuldades e que necessitariam da solidariedade do setor dos ferroviários.

Nessa greve aparece uma outra forma organizativa além do sindicato. É o que nos sugere esse trecho de um comunicado do sindicato dirigido aos grevistas em 26 de setembro de 1934.

A Diretoria do Sindicato, na minha pessoa, todos os sindicalizados e Comissão de Greve, firme intuito de fazerem ser respeitada a Associação de Classe....

²²⁶ O “M” é uma conhecidíssima composição de madeira da Companhia de cimento que transportava passageiros.

Há, portanto, uma *Comissão de Greve* na empresa, que entra também como elemento nessa negociação onde também o DET participa.

Através dos documentos não é possível saber o saldo da greve. Sabemos que no dia 27 de setembro houve um acordo acertado entre “*os Diretores deste Sindicato, os advogados desta Empresa, e o chefe daquela secção (do DET)*”. Os operários retornariam ao trabalho no Sábado, dia 29, a partir das 6 horas da manhã, “*excetuando-se os operários demitidos, conforme esclarecimentos prestados naquela Secção de Fiscalização. O Sindicato aguarda confiante porem, que V.V.S.S. procedam o respectivo inquerito junto ao DET, verificando assim se existe de facto, razões justas para que aquelles operarios sejam demitidos*”.

Pelo tom dos documentos, não nos parece que o acordo tenha sido muito vantajoso para os operários. Além do mais, em carta datada de 02 de outubro, endereçada à empresa, o sindicato reclama da ruptura de compromisso de não represália por motivo da greve. A entidade afirma que os companheiros estão sendo demitidos por perseguição e não por “diminuição de serviço”.

O primeiro item da pauta enviada a empresa Beneducci indica a diferenciação de condições de trabalho entre esta e a CBCP, não obstante ambas terem como acionistas ou proprietários a mesma pessoa, o Sr. Sylvio de Campos. O terceiro e o sexto itens demonstram a hostilidade e resistência do(s) empresário(s) em relação às recentes medidas do Governo no âmbito sindical e trabalhista. O item quinto traz à pauta uma pendência junto à empresa que desde junho anterior havia demitido alguns operários, alegando diminuição da produção, mas que para o sindicato não passou de perseguição a sindicalistas. Entre os demitidos, figura um dirigente do sindicato. Já o quarto item que reivindica a redução dos preços nos armazéns, indica que os empresários da Beneducci, além do setor produtivo, mantinham também atividades comerciais como mais uma fonte de ganho baseado na exploração dos operários.

O sindicato e a CBCP

Já com relação a CBCP, a atitude do sindicato é bem diferenciada. Na maioria das cartas dirigidas a essa empresa ou aquelas que fazem alusão a ela, o tom que predomina é de tolerância e cordialidade. Quando há críticas, elas são mais polidas e nunca atingem a essência capitalista, mas, ao contrário, ela é sempre localizada. Certamente que há uma dose de dissimulação nessa relação.

No mesmo período em que se começa o processo reivindicatório junto à Beneducci, registra-se também um processo de reclamações de operários da CBCP, do setor ferroviário, que procuram o sindicato para que este leve suas reclamações à empresa. São várias as cartas enviadas à Companhia canadense e também ao DET, que flagram esse momento de tentativa de negociação.

Porém, o sindicato que chegou a solicitar o apoio de maquinistas ao movimento paredista da Beneducci, pelo jeito, sequer ameaçou a Companhia de cimento com “atitudes enérgicas”.

As relações do sindicato junto à CBCP sugerem algo muito mais estreito. Em 14 de abril de 1933 acontece um episódio em três pedreiras da Companhia de cimento, quando a empresa acusa a falta ao serviço de 48 operários, do total de 212, sem prévio comunicado. A empresa teve seu funcionamento bastante prejudicado. No princípio a empresa acusa o sindicato de ter incitado as faltas, ao que o sindicato responde em 20 de abril de 1933, se isentando da responsabilidade, dizendo desconhecer o fato, contra-afirmando que as ordens partiram dos próprios dirigentes da Companhia, arrematando da seguinte maneira: “*A Directoria do Sindicato, tem sempre propagado a ordem e não a desordem*”. O episódio encerra-se com a elucidativa resposta da empresa, que assim se expressa, em 02 de maio do mesmo ano:

Sr. Derron, Perus. Com referência ao assunto de serviço **na sexta-feira da semana santa**, sou informado pelo 1º secretário do Sindicato que na reunião daquela agremiação em data de 30 de abril foram chamadas à ordem o pessoal que não apareceram no serviço tanto

naquele dia como no dia seguinte, sem motivo justificado, sendo exposto a necessidade pelo futuro que a administração será sempre orientada com antecedência em qualquer caso semelhante. Em vistas destes fatos e o espírito de co-operação, consideramos que muito bem podemos deixar o assunto por liquidado.

Se o incidente teve alguma característica de greve, este se deu à revelia do Sindicato, que tratou de chamar “o pessoal à ordem”. Porém, o mais provável é que o alarme de greve não se confirme, pois não há indícios para tal conclusão. Essa minha versão não condiz com a versão de Élcio Siqueira, que também cita o mesmo documento e, mais uma vez, parece ter sido enganado pela leitura desatenta feita por Fernandes e Fillppini, que enxergaram no episódio *greves setoriais*, e ainda mais, “*selvagens*”, como acrescentou Élcio.

A consulta mais atenta à documentação certamente faria os pesquisadores perceberem que no próprio documento da empresa, datado de 02 de maio de 1933, é revelado que o dia em que houve esse não comparecimento maciço de trabalhadores das pedreiras era uma Sexta-Feira Santa, conforme aparece grifado na minha transcrição. Além do mais, o relato não fora feito por “fiscal do Departamento Estadual do Trabalho em serviço em Água Fria”, como afirma Élcio, mas é apenas um comunicado do Jonh Burke, Superintendente das Pedreiras da Companhia, ao Sr. Donald Derrom, superintendente da fábrica.

Ainda que esse fato possa revelar alguma forma de rebeldia de 48 trabalhadores, num universo de 212, que supostamente se recusaram a trabalhar no feriado, longe está de se configurar uma greve, muito menos “selvagem”.

Porém, se, de fato, o sindicato não chegou a usar o recurso da greve nesse período, isso não quer dizer que não tenha havido pressões reivindicativas. Em 27 de julho de 1934, uma pauta de reivindicações foi enviada à Companhia e, desta vez, não há indicações que a tensão tenha se restringido a um setor, uma vez que o sindicato pleiteia as reivindicações “para os seus associados, empregados nesta companhia”. Acho importante descrever essas reivindicações, pois são elas um ótimo meio para verificarmos quais são os problemas mais sentidos naquela conjuntura:

1. Trafego, aumento de 35% sobre o actual salário.
2. Producção, equiparação aos mais elevados salários, dos demais, operários na Secção, e aumento, sobre os melhores salários de 30%.
3. Turma da Linha equiparação nos presentes salários e aumento de 20%, abrangendo todas as turmas.
4. Trabalhadores, que percebem \$900 (novecentos réis) por hora, aumento de 30%.
5. Trabalhadores no regimen de empreitada, 30% sobre os carros.
6. Trabalhadores das manobras, equiparação com o que tem maior salário.
7. Fiscalização sanitária pela Junta de Hygiene desta companhia, nas habitações dos operários.
8. Seguro de accordo com as leis Brasileiras, ficando a companhia de seguro obrigada, a pagar as despesas de viagens, e estadia em São Paulo, quando, se tratando de intimação, partida da mesma companhia.
9. Extinção dos alugueis de ranchos, onde não existe luz, e água potável.

Sobre a questão do salário e as disparidades entre eles, já nos referimos no capítulo anterior, mas, podemos avaliar através desta pauta, qual era a defasagem salarial sentida por cada setor da fábrica.

Buscando revelar algo mais a respeito da relação do sindicato com a CBCP, cito uma correspondência assinada pelo presidente do sindicato, Antonio Ceciliano, datada de 09 de junho de 1933, que era dirigida ao Sr. Donald Derrom, funcionário graduado na CBCP, solicitando sua presença na assembléia em que seria escolhido o delegado dos trabalhadores para compor o colegiado sindical da Constituinte de 1934. Fato que não chamaria a atenção se o dito cujo não fosse simplesmente o superintendente da Companhia, ou seja, um dos maiores representantes da empresa. Poderíamos caracterizar este fato como ingenuidade? Muitas atitudes do sindicato me parece dar margens a se levar em conta essa possibilidade. No entanto, o mais plausível é que se trate de uma concepção ideológica em que o operário enxerga o patrão apenas como diferente, não como contrário, e que aquele não se sente ameaçado pelo patrão, talvez mesmo por conceber o sindicato com respaldo suficiente do Governo.

Porém, talvez o caso mais emblemático para caracterizar a complexidade dessa relação sindicato/empresa seja aquele que envolve Antonio Rodrigues dos Anjos. Este que ocupava o cargo de 1º secretário no sindicato e que foi demitido pela Beneducci, por perseguição sindical e não por motivo de diminuição de funcionários, segundo a entidade.

Um inquérito foi aberto junto ao DET e, durante meses, várias cartas são enviadas ao Departamento fazendo tal reclamação e cobrando solução para o caso. Entretanto, o empenho do sindicato tentando salvar a pele do companheiro de diretoria chega ao ponto da entidade enviar carta à CBCP, datada de 30 de outubro, solicitando a fineza de

collocar o portador desta, que é o companheiro Antonio Rodrigues dos Anjos, 1º secretario deste syndicato; que a 3 meses acha-se desempregado em virtude da diminuição de serviço que houve na pedreira Beneducci e Cia Ltda; e o referido operário não mais desejando reitegrar-se naquella empresa; por este motivo almeja collocar-se na Cia Brasileira de Cimento Portland; caso V.S. possa attender este pedido, ficarei agradecido se puder empregá-lo aqui em Água Fria; mesmo nas Pedreiras; porque (Elle) não escolhe serviço, visto ser um rapaz apto para qualquer serviço braçal...

Interessante a dissimulação do presidente do sindicato, que assina a carta. Usa linguagem polida, quase subserviente, para pedir emprego para um sindicalista demitido de outra empresa, negando o real motivo reclamado junto ao DET: para este órgão o mesmo sindicalista nega o argumento da Beneducci de que a exclusão de Antonio dos Anjos tenha sido motivada por “diminuição de serviço”, mas que teria sido em represália à sua participação na greve.

De fato, encontramos algumas cartas de pessoas se dirigindo ao sindicato pedindo ajuda ou mesmo intercessão para arranjar emprego nas empresas. Mas é curioso o caso, principalmente quando o sindicato reclama da mesma empresa CBCP, junto ao DET, através de carta datada de setembro do mesmo ano, acusando o não pagamento correto de férias a funcionários, em desrespeito à lei editada pelo Decreto

23.768 de 18 de Janeiro de 1934, “que regula a concessão de férias aos empregados na Industria, Sindicalizados”. Em outra carta enviada ao DET, de 27 de outubro de 1934, o sindicato diz ter recusado assinar convenção proposta pela companhia de cimento que “não produzia resultados satisfatórios”. Contudo, simultaneamente à essas reclamações, o sindicato pede emprego para um diretor seu demitido.

O fato torna-se mais curioso ainda se lembrarmos que tanto a Beneducci quanto a fábrica de cimento tem o sr. Sylvio de Campos como proprietário, ou acionista. Isso reforça um pouco aquela possibilidade de tratar-se, em boa medida, de despreparo, ou ingenuidade de uma diretoria que congrega operários sem experimentação política e sindical.

Experiências como estas devem ter causado algum aprendizado aos dirigentes, que buscaram outras vias para solucionar problemas da mesma ordem, como ilustra essa outra correspondência, datada de 27 de maio de 1936, onde o sindicato repassa ao DET a responsabilidade de um pedido de emprego feito por um sindicalizado. O sindicato pergunta

Se por intermédio desse Departamento será possível sua reintegração no emprego, amistosamente. Por intermédio do Sindicato é difficil boa vontade existe, e mesmo porque o syndicato é um orgam de defesa da classe, porem no momento que se dirige a Companhia, em taes assumptos, ella não os recebe com muito agrado, apresentando subterfúgios não sendo attendidos pedidos desta natureza.

A relação do sindicato com os trabalhadores

Até aqui as evidências estão a indicar que a burocracia sindical assumia o papel de intermediário entre trabalhadores e patrões, de alguma forma legitimado pela ação de um Estado que também está, naquele momento, buscando a sua legitimação nas classes e suas frações. A prática que aparece predominantemente registrada na documentação mostra os trabalhadores se dirigindo ao sindicato para fazer os seus pedidos e

reclamações, este avalia e os encaminha às empresas e passa a cobrá-la via órgão do Estado (preferencialmente o DET).

Desde maio de 1934 que os operários do setor de locomotivas da CBCPP procuraram o sindicato para reclamar aumento nos salários, e este, optando sempre pela via legal, envia cartas à empresa, que protela e atua com evasivas. Há correspondências que demonstram a impaciência dos trabalhadores, mas que a direção sindical acaba por atenuá-la. Uma delas refere-se ao *“pessoal do tráfego que já estão cansados de esperar pela resolução”*, enquanto o sindicato pede para a empresa *“usar de uma franqueza, sim, ou não, motivo pelo qual necessitamos desta resolução até Sábado, dia 7 para em assembléia, que realizar-se-á no dia 8, com presença de um fiscal...”*.

No dia 10 de julho uma correspondência deixa transparecer a revolta dos operários na assembléia do dia 8 anterior, ao saber que a CBCP não respeitara o anseio dos operários. No dia 26 de Julho há um encontro entre representantes do sindicato, da CBCP e um representante dos ferroviários, de nome Manoel Rodrigues. Esse encontro finaliza com a fala do representante da empresa, Sr. Luiz Sprovieri que diz *“que aquelles que não estivesse satisfeitos com o salário actual, pudiam pedir suas contas, porque era excusado tentar sobre augmento que por hypotese alguma siriam augmentados”*.

Reparem que, depois de aparecer a figura da Comissão de Greve na Beneducci, temos também agora a de Manoel Rodrigues, que aparece na negociação como representando os ferroviários, que envolve também a empresa, sindicato e o órgão do governo.

Há registro de correspondência mantida entre diretores do sindicato, datada de 11 de outubro de 1934, que narra presença no sindicato, de operários que trabalham na locomoção, a pedirem resolução da situação dos salários. Em outra, datada de 23 de junho de 1934, os operários carregadores de vagões, que trabalham por empreitada, foram ao sindicato reivindicar aumento do preço pago por vagão preenchido. O sindicato colocou as reivindicações em uma pauta e a apresentou à CBCPP. Esse

parecia ser, portanto, o padrão de atuação do sindicato, nesse período, intermediando o contato entre trabalhadores e a empresa, através de um processo legal e negociado.

Em um bilhete não datado e que não especifica o autor, mas que pela grafia suponho ser o vice-presidente Manuel Soria, que relata conversa entre um sindicalista e um tal Luiz (que suponho ser Sprovieri, da CBCPP), demonstra um certo clima de tensão entre os ferroviários e a CBCPP:

...a respeito pessoal locomotivas, eu falei com o Luiz, e me disse que estava tudo decidido que o pessoal ficasse calmo que estava tudo arranjado, portanto eu acho bom para evitar barulho...quanto antes nós iríamos convocar uma assembléia e teríamos que paralizar o serviço da fábrica por 5 horas para o pessoal assistir a assembléia, elle ficou espantado e diz que não convem fazer isto.

Não obstante o aparente clima de mobilização (são muitas as correspondências que falam do assunto dos ferroviários), não há outros indícios de tentativas que não a pressão aos patrões, via burocracia sindical, como aparece nos documentos:

A Directoria do Sindicato dos Operários em Pedreiras, por meio deste, vem mui respeitosamente pedir-lhe esclarecimentos, sobre a melhoria de salário do pessoal do trafego, que já estão cansados de esperar pela resolução...Terminou o mês em questão e a morosidade continua. (Fragmento de carta do sindicato, enviada à CBCP, em 04 de Julho de 1934).

Em outra carta enviada à empresa, datada de 20 de julho do mesmo ano, o Sindicato reitera o pedido e finaliza afirmando que “*com certeza e nós fizemos o possível para não ver os nossos companheiros no desamparo...*”.

O caso Gregório

Que o sindicato se pauta pelo legalismo e prega a “ordem e não a desordem”, já sabemos. Mas o caso de Gregório Martins Ferreira nos dá mais pistas sobre as

concepções que norteiam as ações do sindicato. A carta de 8 de setembro de 1934, portanto, semanas antes da greve, em que o sindicato comunica a “demissão” do sócio Gregório, por sua própria vontade, ela é bem emblemática:

... Gregório Martins Ferreira, sendo o mesmo conhecedor na entidade em que faz parte, ser composta de homens conscientes e que não recuam um só passo fóra das prerrogativas da lei. (Elle) Gregório, vendo que nesta entidade ninguém encontrou que coincidissem com o seu ideal, querendo fazer do sindicato uma arma agressiva de exploração monetária, como não foram satisfeitos os seus intentos, tomou aquela atitude, desligando-se do quadro social. Temos ainda a informar que o attentado havido no dia 04 de setembro de 1934 - com o fito de paralisação nos fornos de fabricação de cal, da Beneducci e Companhia Limitada, no lugar denominado Gato Preto, foi instigado por Gregório Martins, sendo alguns dos adhezistas são socios deste sindicato, tendo os mesmos infringido o artigo 8º do nosso estatuto, em virtude de desrespeitarem a entidade que faz parte, para acompanhar o elemento indezejavel a este Sindicato.

Houve, portanto, antes da greve de 22 de setembro, uma tentativa de paralisação empreendida pelos próprios trabalhadores e que gerou isso que o sindicato chamou de “attentado”, que aparece no texto grifado por mim. Este fato parece ter gerado algum efeito sobre a diretoria sindical, posto que, em outra correspondência, que aliás tratava de assunto diverso, o caso de Gregório é citado.

Assim, há uma carta datada de 02 de outubro de 1934, enviada pelo sindicato aos Drs. Aluizo e Luciano Campos, da Companhia Beneducci, reclamando demissão de um sindicalizado que foi substituído “*por Braziliano Pereira, este que foi demitido por ter feito parte na agreção contra ao Sr. Caitano Siminara (...ilegível...) por Gregório Martins...por acompanhar o ideal de um comunista...*”. Na versão do sindicato apresentada aos patrões, um sindicalista teria sido substituído por um seguidor de “comunista”.

Bem sintomática esta denúncia do sindicato. Se aventamos a possibilidade de caracterizar como “ingenuidade” algumas posturas do sindicato em relação ao patrão, o

mesmo não podemos afirmar quando se trata de acirramento dos conflitos de classe. Aí a relação é madura e bem estabelecida.

O certo é que revela mais um traço dessa relação entre direção-base.

Havia também um aparente rudimentar esquema de benefício, que prestava serviços de auxílio mútuo, como mostra essa carta enviada a Antonio Ceciliano Gonzaga:

Faço este bilhete para pedir ao Sr. um auxilio a sociedade sem falta, pois me vejo sem recursos mais, o que heide fazer, eu tenho vontade de trabalhar mais por enquanto ainda não posso as pernas não me ajudam, Seu Gonzaga quanto a receita que o Dr. mandou eu vou parar uns dias para descansar porque me sinto muito fraco com as injeções.

Cldoveu Gomes.

Muitas vezes essa relação pode se confundir com traços de clientelismo:

Caro companheiro Realino esta é affim de apresentar este portador o cual eu pesso ao bom companheiro para fazer todo meio poçivel em deixar ao colega junto em sua Turma e fazer com que ele não seja dos menores em hordenado olhar que elle é um bom rapaz e bastante o Soria te apresentar um Brasileiro de critério e muito camarada e ter compaixão de um Brasileiro que já está 8 mezes parado sem trabalho e pesso alistalo no Sindicato espero que o companheiro não despreze o meu pedido a Profição delle e chauffer e tem alguma Pratica de mechanica.

M. Soria

Resta saber a que se refere “a Turma” do Realino. É emprego no sindicato ou o Realino teria poder para indicar pessoas nas Empresas?

A partir de 1936, na gestão de Beneticto Loureiro, o sindicato estrutura um sistema mais “profissional” de assistência médica e hospitalar e caixa de pecúlio. Chega a ser interessante observar *paripassu* esse processo de metamorfose pelo qual passam os sindicatos que vão transigindo paulatinamente de uma postura mais reivindicativa e politizada a outra muito mais acentuadamente assistencialista.

Por outro lado, podemos perceber o status adquirido pelo sindicato e seus sindicalistas, pelo menos no olhar daqueles socialmente mais “desassistidos”. Ainda que esse traço de separação em nível social entre uma diretoria e os trabalhadores só se acentue mais tarde, com a CLT, quando o sindicato formalmente se integra mais no aparelho de Estado, cabe aqui o meu acordo com uma visão introduzida por Leôncio Rodrigues²²⁷, quando este se refere a ascensão social a partir da incorporação no Estado de uma burocracia diretamente sustentada pelo sindicato e pela crescente carga assistencial. Repito que esse não é ainda o caso daquele sindicato à época, mas não podemos esquecer que as direções sindicais nessa época se imaginam investidas de um poder delegado pelo governo, perante os patrões. Daí não ser nenhum absurdo pensar que essa relação também não se reflita na relação com o trabalhador mais simples.

Não é difícil imaginar o ambiente da Perus e Água Fria da época. Um bairro bem afastado do centro em que a população vive umbilicalmente dependente da grande fábrica de cimento e das pedreiras nas adjacências. Boa parte da população à época morava em vilas de propriedade da empresa como vimos anteriormente.

O sindicato e o Estado

Armando Boito²²⁸ prefere caracterizar o sindicato oficial no Brasil como sindicato *de* Estado, justamente para enfatizar o sindicato como *parte* do Estado e não apenas *subordinado* a ele (p. 26). Boito assume uma posição extrema de achar que o sindicato oficial não só *impede* a organização autônoma dos trabalhadores, mas ele funciona como elemento *desorganizador* da classe. O conjunto da estrutura do sindicato oficial impõe limites intransponíveis para uma ação autônoma, independente da diretoria que ocupe o sindicato de Estado.

²²⁷ RODRIGUES, Leôncio Martins, , Leôncio Martins. *Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)*, in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, vol. 3, São Paulo, Difel, 1981, p. 528/9.

²²⁸ BOITO, Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1991.

Ângela Gomes²²⁹ afirma que “*O sindicato no Brasil não era autônomo, mas era realidade que, recebendo o Imposto Sindical, promovia os interesses das massas trabalhadoras. Nosso sindicalismo não era tutelado pelo fato de ser reconhecido e exercer funções delegadas pelo poder público. Esta dimensão oficial era própria do corporativismo moderno e contribuía para fortalecer o poder do sindicato*”. Vejam como a Ângela Gomes se distancia da tese do Boito. Enquanto para a autora, o imposto sindical “promovia os interesses das massas trabalhadoras”, para este, o imposto é um dos elementos centrais da aniquilação da autonomia operária.

Mas, seguramente, o atrelamento total ainda não é a situação do sindicato no Brasil até 1936. A implantação do sistema de enquadramento do sindicato ao aparelho do Estado não se dá de um só golpe, mas é um processo paulatino. O governo Vargas talvez não contasse com a reação dos trabalhadores, que já no mês seguinte ao da posse do novo governo organizou um movimento grevista de razoáveis proporções, posto que, os trabalhadores já vinham enfrentando uma difícil situação que fora agravada pelos efeitos da crise de 29.

O governo lança o decreto 19.770 poucos meses após o golpe e, a partir daí, põe em prática uma campanha intensa para aglutinar as novas forças sindicais a fim de combater o sindicalismo combativo. O primeiro ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, lota a sua agenda de viagens para as mais diversas regiões do país a fim de divulgar as novas regras e convencer aos sindicalistas, inclusive àqueles claramente hostis, dos benefícios da oficialização dos sindicatos. Leis de cunho sociais são elaboradas e lançadas vinculando-as à sindicalização e até a Constituinte entra no “manual de preenchimento da ficha de sindicalização”, como, aliás já dissemos acima.

No caso do sindicato que é nosso objeto de estudo, há uma característica que é muito nítida: os sindicalistas enxergam o Estado como entidade que está acima das classes e que tanto pode representar os interesses dos patrões, como pode também interceder em favor dos trabalhadores. Como o discurso trabalhista procura passar uma imagem de governo voltado para as “classes laboriosas”, muitas vezes esse discurso é

²²⁹ GOMES, Ângela Castro, *A invenção do trabalhismo*, op. cit. p. 244.

assumido pelo trabalhador de forma a-crítica. No caso, a impressão que fica é de que num primeiro momento, os líderes do sindicato imaginam um governo e um Estado que estão do seu lado para defender os seus interesses diante dos patrões.

Leôncio Martins Rodrigues é enfático ao afirmar que

não há dúvidas que o sindicalismo brasileiro foi criado de 'cima' e imposto ao conjunto dos assalariados brasileiros. Porém, não há indicações de que as massas operárias tenham se oposto à política social de Vargas ou ainda tenham entendido a legislação trabalhista como algo contrário aos empregados. Ao contrário...foram encaradas como medidas de proteção e não forma de repressão²³⁰.

Já comentamos acerca da linguagem legalista presente nos discursos que aparecem nos documentos. As leis são sempre citadas, reiteradas como limites do possível para qualquer tipo de ação. O que poderia ser um mero ritual dissimulador, no caso desse sindicato não parece ser. Além do mais, os sindicalistas recorrem aos órgãos estatais diante de qualquer situação. Esses órgãos às vezes são colocados como árbitros que intercedem, ou devem interceder em todas as relações com as empresas. Às vezes, as conotações das palavras nos documentos sugerem mesmo que esses órgãos sejam organismos de defesa dos trabalhadores. Os sindicalistas recorrem aos Departamentos do Trabalho, seja em âmbito nacional, seja em âmbito estadual esperando um posicionamento rápido ao seu favor.

Quando da edição das leis trabalhistas, que criam a carteira de trabalho, regulamenta as férias, regulamenta o trabalho de estrangeiros, etc., os sindicalistas se sentem respaldados pelo governo e passam a cobrar imediatamente dos patrões o cumprimento da lei, que ainda não havia sido assimilada pelo empresariado. Aliás, é curiosa essa postura dos trabalhadores de assumir a cobrança se investindo de poder de autoridade de Estado perante o patrão.

²³⁰ RODRIGUES, Leôncio Martins. *op. cit.*, p.530..

Em carta assinada pelo seu presidente, o sindicato reclama junto ao DET, acusando a prática da CBCP de atuar em desacordo com o Decreto 20.291 de 12/08/1931, “o qual instituiu a lei de Nacionalização do Trabalho”.

Ainda em junho, em carta datada do dia primeiro, dirigida a Dr. Frederico Vermond de Lacerda Werneck, o sindicato solicita intervenção do Departamento do Trabalho contra a Beneducci que demitiu Francisco Moura em 18 de abril, por este “não querer disrespeitar as leis do Paiz”. A intervenção contra a empresa deve ser feita “Para não desmerecer o espírito revolucionario e socialista de nossa classe”.

Em trecho mais adiante, a entidade se apresenta como defensora da lei como que respaldada pelo Governo:

Este sindicato que tanto tem se esforçado para ver respeitadas as leis instituídas pelo nosso Governo revolucionário, não pode admitir que elementos contrários se vanglorie de pizar em cima de nossas leis.

Prestemos a atenção no discurso que se apóia totalmente nas leis governamentais, onde o sindicalista se assume como um preposto do “nosso” governo revolucionário, para enfrentar um patrão.

Há ainda uma outra passagem que ilustra muito bem essa sensação de poder do qual os sindicatos se viam investidos, cientes que estavam do respaldo do governo. No comunicado a trabalhadores da Beneducci em greve, datado de 26/09/1934, o sindicato persuade trabalhadores da ferrovia a não trabalharem:

É o sindicato que garantirá esta attitude, porque é auctoridade reconhecida pelo governo.

Há uma sugestiva correspondência do sindicato encaminhada ao Sr. Júlio Tinton, Chefe da Seção de Fiscalização Social do DET, sem data, mas provavelmente de 1933, que denuncia boletins que atacam o DET e a diretoria do sindicato. O sindicato protesta veementemente os dizeres que acusam a presença do fiscal do Departamento que teria a função de coagir os trabalhadores a assinar a “convenção”. A

carta termina dizendo que o “*Sindicato...sempre tem sido atendido nas suas reclamações pelo DET*”.

São estes alguns elementos que revelam a relação do sindicato com órgãos do Estado que consegui pinçar dos fragmentos de documentos e que mais adiante servirão de base para algumas conclusões acerca do perfil político-ideológico da entidade.

Vinculações com o "mundo exterior"

A documentação pesquisada até agora me imergiu tanto nas questões intestinas de um sindicato que parece isolado de vinculações outras, que qualquer vinculação parece nos abrir para a luz do “mundo exterior”.

Entre os documentos encontrados até agora, são raros aqueles escritos em tom de resposta a correspondências recebidas de pessoas ou entidades de fora do âmbito do sindicato, a não ser dos órgãos fiscalizadores que compõem a estrutura sindical e das empresas da própria base. Pode ser que isso signifique simplesmente que os documentos se extraviaram. Entretanto, pelas próprias características do sindicato e de sua localização descritas até aqui, não descarto isso ser um indício da pouca expressividade política da entidade no cenário sindical, nos seus primeiros anos de implantação.

Aquelas correspondências recebidas e que restaram ao acervo até início de 1936 são raridades que podem ser contadas com os dedos de uma mão, porém, sintomaticamente, são extremamente expressivas e muito bem pode indicar vestígios daquela conjuntura.

Há uma correspondência de dezembro de 1934 em que o sindicato responde a Marcio (?) Teixeira, no Rio de Janeiro delegando inteiro apoio ao Comitê Nacional de Representação da Classe Proletária, usando estes termos:

...este sindicato dar seu inteiro apoio, ao Comitê Nacional de Representação da Classe Proletária e desde já fazendo votos pela victoria dos candidatos a Deputados a representação de classe na Camara Federal.

Há uma outra carta endereçada ao Presidente da Comissão Coordenadora dos Delegados-Eleitores, dos Sindicatos Operários na Indústria de São Paulo, onde o sindicato de Água Fria confirma a participação do seu delegado eleito, Realino da Costa Pinto, no Congresso dos Delegados-Eleitores da Classe Operária das Indústrias, congresso que acontecerá no Rio de Janeiro.

Essas duas correspondências, mais do que falar dos contatos do sindicato de Água Fria, revela o grau de mobilização e articulação de setores do sindicalismo paulista para a Constituinte de 1934, criando comitês e realizando congressos. O livro citado de Ângela Araújo dá mais detalhes desse Congresso que reuniu delegados de sindicatos oficiais, realizado no Rio, informando que ele fora organizado pela Federação do Trabalho do Distrito Federal e que tinha como um de seus objetivos o apoio à candidatura de Getúlio Vargas para presidente no processo constituinte.

“Perdidas” em meio às correspondências expedidas encontramos três cartas recebidas. A primeira delas, sem data definida, enviada pelo Sindicato dos Operários em Construção Civil, fundado em 01.05.1934, localizado no bairro de Pedreira, em Santo Amaro, que à época era município. Esta carta divulga “greve geral” de trabalhadores contra a “*grande exploradora canadense, Light*”. Alega ao sindicato de Água Fria que “*estamos colligados na Coligação Proletária que contamos com 40 sindicatos, a lucta é grande e o inimigo poderoso*”, e assim solicita apoio e ajuda material. Esta carta é assinada por Jose Raymundo dos Santos e Miguel Del Rio.

Vejamos como essas correspondências, apesar de solitárias, não deixam de ser bastante expressivas. Mesmo na sua simplicidade elas podem captar muitos aspectos de uma determinada conjuntura. Provavelmente essa greve citada no documento refira-se à greve de setembro de 1934, registrada no livro de Araújo, como uma das importantes greves do período e que foram organizadas e dirigidas pelos sindicatos. A notícia de greve em documento dessa data não é surpreendente. Araújo diz que “*Os dois primeiros anos do Governo Constitucional concentraram o maior número de grevistas*

da década de 30". A maioria dessas greves foi conduzida por sindicatos oficiais, mas algumas foram feitas a revelia dos sindicatos, ainda segundo a autora.

Ângela fala também da importância da atuação das Coligações articuladas para formar uma "*extensa rede de apoio 'moral', político e material aos grevistas*" (p. 270). A autora ressalta o papel de "*entidades federativas, congregando um número considerável de sindicatos reconhecidos, constituindo importantes suportes para os movimentos grevistas nesse momento...*". A correspondência que fala de 40 sindicatos articulados na Coligação parece comprovar a afirmação exposta no livro de Araújo.

Eis aí também uma prova cabal de que o sindicato de Água Fria não estava só, mas articulado numa Coligação. Através do jornal A Platéia de 27/02/1935, Ângela Araújo localiza o Sindicato que é objeto de nosso estudo, como filiado à Federação Sindical Proletária de Estado de São Paulo, "*fundada em fevereiro de 1935 pela reunião de vários sindicatos, inclusive o dos Operários em Fábrica de Bebidas e o dos Operários em Pedreiras de Água Fria*". (Grifos meus)

Pois bem, além desses dois sindicatos se tangenciarem nessa Federação, o mesmo ocorre na nossa documentação, como percebemos em outras duas correspondências recebidas são do comecinho de 1936 e tratam de um mesmo assunto: a prisão de Antonio Ceciliano Gonzaga e Renato Alves, respectivamente, funcionário e diretor do sindicato de Água Fria, em 1936. Essas são emitidas pelo Sindicato dos Operários nas Fábricas de Bebidas de São Paulo. A primeira é uma cópia de uma carta que esse sindicato enviou para a Delegacia de Ordem Social, solicitando a liberdade dos dois companheiros de Água Fria, pois "*ao que sabemos, não exercem atividades subversivas no seio do nosso operariado*".

A Segunda carta data de 21/01/1936 e apresenta "*Despesas feitas por este Sindicato, para liberdade dos companheiros desse sindicato presos na Delegacia de Ordem Social*".

Como sindicatos coligados, a solidariedade se impôs. Araújo mais uma vez não deixou de registrar esses eventos entre os sindicatos. Falando da importância dessas coligações em nota de rodapé, à p. 270, ela diz que "*A atuação destas entidades foi*

fundamental na denúncia de arbitrariedades e violências contra os paredistas (...) e na mobilização para soltura dos presos e para conseguir ajuda material”. Aí temos mais uma vez a fonte referendando e sendo referendada pela pesquisa acadêmica recente.

Perfil ideológico do sindicato: uma primeira aproximação

Como já indiquei na introdução, optei pela seleção/organização/apresentação dos documentos para que eles servissem de referenciais para a construção de uma narrativa que esboçasse uma história dos primórdios do sindicato dos queixadas. Essa escolha, é claro, colocou em segundo plano o debate teórico sobre a questão do sindicalismo oficial na década de 30.

Trabalhei basicamente com um tipo de fonte, que é aquela disponível no sindicato e que, além de escassa, trata de um período muito curto, de 1933 a 1936.

Pois bem, feita a exposição dos marcos referenciais deixados pela documentação, resta-me extrair alguns traços essenciais do texto para tentar elaborar uma síntese que me possibilite definir os primeiros contornos políticos e ideológicos daquela primeira direção sindical em Perus.

O primeiro traço característico que destaco é o legalismo. Já demonstramos acima esse traço explícito nos documentos, que revela uma direção que parece enxergar a legislação social do governo Vargas como uma grande dádiva e que caberia aos trabalhadores respeitá-las e usufruí-las. Destacamos também uma carta do sindicato que se esquiva de uma acusação da empresa CBCPP pela falta de 48 operários em dia de trabalho e que se diz defensor da ordem e não da desordem.

Vimos também que mesmo diante de um movimento grevista, como aquele que aconteceu na Beneducci, o sindicato, que parece ter sido empurrado para o movimento, fez questão de frisar que a greve era o último recurso e tratou de seguir os trâmites legais, sempre buscando informar e solicitar mediação do DET. O tom das correspondências não deixa dúvidas de que a “ação direta” não faz parte das estratégias

de enfrentamento do sindicato. Aliás, o sindicato nesse período dá claras mostras de que não tolera a ação política direta. Para respaldar essa imagem, podemos lembrar o caso do Gregório, que fora acusado de promover um atentado na Beneducci narrado em páginas acima; o caso da denúncia do boletim que critica o DET e a direção sindical, entre outras passagens em que aparece explícito a posição anticomunista da direção.

Armando Boito chama esse fenômeno de *ideologia da legalidade sindical*, caracterizado pela “submissão voluntária ao conjunto de normas jurídicas que regulamentam a organização e as formas de ação sindical no Brasil”. O autor vê um traço específico do legalismo brasileiro, segundo o qual “*cabe ao Estado estabelecer qual organização pode representar sindicalmente os trabalhadores*”. Diferenciando essa especificidade do legalismo brasileiro das experiências tredeunionista e também da fascista, Boito localiza a ideologia da legalidade sindical como uma manifestação localizada da ideologia populista “*na medida em que representa o fetiche do Estado-protetor no terreno sindical*”²³¹.

Nesse sentido, Cláudio Batalha, quando se refere aos sindicatos “amarelos”, pondera que “*Em contrapartida de seu legalismo, de seu apoio às instituições, os amarelos exigem do Estado...medidas sociais e respeito dos 'direitos' da classe operária*”²³². De fato, a impressão que fica quando enxergamos a preocupação do sindicato em se enquadrar perfeitamente dentro das leis, é a de que, com essa postura, ele se coloca no direito de exigir do Estado ou do governo.

A linguagem aparentemente subserviente é outro traço característico da diretoria do sindicato em questão. Notamos o aparente excesso de zelo na linguagem de algumas correspondências de dirigentes sindicais encaminhadas às empresas, especialmente quando se tratava da CBCPP.

²³¹ BOITO, Armando, op. cit.

²³² BATALHA, Cláudio. *Le Syndicalisme "Amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tese de Doutorado, Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne, 1986.

Observemos um trecho de uma carta enviada em ao Superintendente da CBCPP, Sr, John U. Burke, assinada pelo presidente do sindicato, que faz algumas reclamações sobre questão de moradia na área da Fábrica²³³:

...venho pedir que a Cia. por seu alto critério e justiça, seja cortada, digo dividido o terreno dos fundos de casa de conformidade com o que lhe pertença.

Esperando não ter lhe aborrecido neste sentido, aguardo as suas ordens.

O seu menor criado sempre ao seu inteiro dispor e atenção.

Domingos Ribeiro Antunes

É claro que devemos levar em conta a possibilidade de uso da tática da dissimulação, posto que, como já nos referimos anteriormente, essa linguagem muda quando o endereço é o órgão do Estado. Porém, talvez esse traço traga à tona algum aspecto particular a este sindicato, posto que, há sindicatos oficiais com características ideológicas semelhantes, mas que assume um discurso mais ativo, como fica muito claro no caso do Sindicato dos Trabalhadores e Fábrica de Bebidas e o da Construção Civil, citado acima. Não precisamos nem aludir à diferença da linguagem utilizada por setores mais combativos do movimento operário paulista.

Transcrevo integralmente uma carta de 12.03.1934, em que Gonzaga retribui a um correspondente seu, Doutor Luiz Carbajo Valiente, por achá-la marcante e bastante significativa no sentido de fornecer elementos esclarecedores do perfil psicológico de um homem que foi referência importante do sindicato e que remete-nos a refletir sobre a complexidade que se esconde por detrás desse fenômeno que chamamos de “sindicalismo amarelo”:

Com imenso prazer, respondo a carta de V.S. com data de 1 do corrente, na qual demonstra V.S. que é um cidadão sem vaidade, não se prevalecendo da posição que possui no seio da classe que pertence, se fôra outro jamais tiria essa gentileza em dar suas

²³³ Documento datado de 24 de maio de 1940.

noticias a um rude operario inculto, e sem profissão definida só a V.S. cabe este acto de cordialidade, demonstrando, assim, que é um homem do povo, e um homem para o povo.

Respeitosas saudações.

Sem aprofundar detalhes, destaco apenas dois aspectos. Se ele foi alçado ao cargo de presidente é inegável que ele tinha algo que o distinguia dos demais operários. Ainda assim, o sentimento de autodepreciação em relação a um membro de outra classe é significativo. Isso pode revelar, quem sabe, um traço de uma sociedade com um fosso social dividindo espaços de convívio bastante demarcados, com mundos diferentes e com raras intercomunicações.

Como expressão da sua rudeza, Gonzaga destaca o fato de não ter “profissão definida”, o que pode revelar o traço de uma ética em que trabalho assume importante valor moral. Ética que está presente nas variadas correntes operárias, desde os anarquistas até as correntes “amarelas”. Segundo Cláudio Batalha²³⁴, no âmbito da concepção dos “amarelos” *o trabalho é razão de orgulho e a ignorância é o pior dos males*. Ética que assume importante papel no discurso do trabalhismo, como bem lembra Ângela Castro Gomes²³⁵: *“o trabalho como meio de ascensão e a dignidade do trabalho são eixos em torno do qual se monta sua comunicação com a sociedade e o mundo da política”*.

A documentação nos aponta relações de interesses e favores que permeiam a prática dos dirigentes em relação às empresas bem como em relação entre trabalhadores de base e direção. Pois bem, poderemos muito legitimamente explicar esse fenômeno pelo viés sociológico, enquadrando-o ainda como característica do populismo, enfatizado por Boito. De fato, se o paternalismo tem como um de seus traços centrais a prática do favor, talvez seja lícito relacioná-lo à ideologia que enxerga os direitos trabalhistas como dádiva do Estado-Pai e protetor, imagem, aliás, que bem condiz com a auto-imagem construída no discurso de Vargas perante os trabalhadores.

²³⁴ BATALHA, Cláudio, op. cit.

²³⁵ GOMES, Ângela Castro, *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988, p. 9.

Também acho que não estaria fora de questão se relacionássemos esse fenômeno às características peculiares de um local afastado do centro urbano, com características traços comunitários, como já destacamos, onde há uma grande empresa que funciona como grande geradora, ou doadora de emprego e condições de vida aos trabalhadores.

No entanto poderíamos recorrer também aos traços culturais de uma sociedade que ainda apresenta marcas de um período em que a sociedade se movimentava tendo como força motriz o interesse, o favor, o benefício, que tem como contrapartida a bajulação, a ordem, a obediência, o servilismo.

Quando falo em paternalismo, refiro-me à prática social que toma como parâmetro para toda a sociedade, as relações de um determinado tipo de família onde há uma nítida hierarquização entre os seus membros, que se articula em torno da figura central do chefe da família, o pai. Na típica família a relação entre as pessoas é marcada pela prática da servilidade e da obediência, em respeito às figuras que detêm maior autoridade devido à sua maior proximidade do elemento central do poder - o pai. Na sociedade, as relações entre as pessoas são marcadas principalmente pelos traços de dependência, do favor, do prestígio. No nosso caso teríamos O Estado no centro, de onde irradiariam as dádivas que se propagariam pela Fábrica e daí para o sindicato e deste para o trabalhador “desamparado”. Benefício, dependência, respeito, subserviência, favor, gratidão, castigo, são traços marcantes nas relações sociais. A dependência e o favor são nexos efetivos da vida ideológica da sociedade que se baseia na prática do paternalismo. É o paternalismo, portanto, um conjunto de costumes e práticas sociais que funcionam como elemento ideológico central para o amalgamamento das relações sociais de um determinado período da história brasileira.

Em nenhum dos documentos pesquisados encontramos qualquer referência feita à sociedade capitalista, ou mesmo qualquer crítica às empresas enquanto exploradoras da força de trabalho. As críticas sempre encontravam o alvo, no máximo em pessoas da hierarquia da administração. Se havia problemas, era por culpa de algum empregado, geralmente graduado, que arcava com a culpa pelos males.

Com relação à política, os vestígios deixados pelos documentos apontam na direção de uma diretoria que se ampara nos marcos do discurso do Governo Vargas. São várias as passagens em que o nome de Getúlio é citado. Em 20 de julho de 1934, o sindicato envia carta ao Presidente Vargas, nesses termos:

Felicita excelentissimo Brasileiro justa escolha feita pela Assembleia Nacional Constituinte e congratula-se com V. Excia hypotecando, o seu apoio incondicional.

Em bilhete enviado a Realino, M. Soria, vice-presidente do sindicato, encerra carta com a expressão “*viva a Dr. Getulio Vargas temos que vencer ou morrer*”.

Em outra carta também de Soria enviada a Realino, datada de 02/02/1934 ele diz:

...porque aqui eu estou a contar com elle [Gonzaga, então presidente do sindicato] elle diz estar cansado, mas creio que os seus discipulo não tornarão a ver mais um segundo Getulio Vargas no poder diga a nosso Presidente que o futuro do nosso descanso está prestes a chegar...

Outro elemento, que faz parte do discurso varguista e que encontramos no sindicato, é o nacionalismo. É comum aparecerem na linguagem dos sindicalistas, elementos que mostram o tipo de leitura que eles fizeram naquele período onde o governo incorporou no seu discurso o conceito de nação:

O syndicato protesta energicamente este acto de afronta movida por um estrangeiro, de ideas opostas ao regimem do nosso governo Brasileiro. (...) Não admitimos que estrangeiro deste jaez monospreze a lei brasileira, e os nosso patrícios.

Em carta enviada ao DET em março de 1935, o sindicato se apóia na Lei de nacionalização editada em agosto de 1931, para denunciar a fábrica de cimento, que estaria desrespeitando a legislação em favor dos estrangeiros:

São duas clausulas em dizacordo(...)

Entretanto, diverços estrangeiros, com as mesmas funções, estão percebendo salários superiores, aos dos Brasileiros (...)

A Companhia está também sendo infractora neste artigo(...)

Anexo segue a relação dos dispensados [em que] comprovamos a infração em que está submetida a referida Companhia. Portanto, peço a V.S. para mandar proceder a abertura de um inquérito de conformidade com o artigo 19 deste mesmo Decreto, pois o caso requer providências urgentes.

Já sabemos que na CBCPP, o número de operários estrangeiros é bastante significativo e que estes estão alocados mais no setor especializado do operariado e que, em consequência, gozam de algumas regalias. Entretanto, há sinais de que esse “nacionalismo” não ultrapassa o nível do discurso retórico, que segue na esteira do corpo de idéias que são comuns aos discursos da época. Não há qualquer indício de incômodo na direção do sindicato, pelo fato da empresa ser canadense e dela deter o “monopólio” da produção de cimento à época.

Por outro lado, se há o episódio em que os sindicalistas reclamam da substituição de um brasileiro por estrangeiro, há também um outro caso em que o sindicato reitera durante meses, junto à empresa Beneducci e ao DET, o pedido reintegração de três operários que são estrangeiros e sócios do sindicato.

Em carta de 03/02/1935, o sindicato reitera a solicitação de reintegração de dois alemães Frederico Von Gerhart e Frederico Gerhart Filho e um italiano, Bozzoto Pietro.

Isso indica que, na verdade, o sindicato tem, primeiramente, o senso de corporação, de categoria, quem sabe até, de classe. Para defender seus associados, ele se utiliza de argumentos os mais variados possíveis, como já foi possível perceber. Ou seja, se há traços de nacionalismo, esse traço é difuso, tênue, sem profundidade.

Um último traço que gostaria de destacar é o tom de uma linguagem que, a despeito de todas as características arroladas, traz marcas de um discurso de corte classista. São várias as marcas que aparecem na linguagem utilizada, seja nas

expressões como “*Saudações Proletárias*”, seja em situações onde se delimita um campo de classe:

V. S. não deve ignorar que, um Sindicato de operários, não é um Sindicato Burguez, para ser desembolçado do próprio portador uma quantia que não está em seu alcance e nem elle (o portador) possui, visto o salário que percebe não compensar nem um terço de seu esforço phisico²³⁶.

Há várias outras passagens onde aparece na linguagem essas marcas de noção de classe social. Isso me remete imediatamente para uma discussão constante da obra citada de Batalha, quando ele busca definir os contornos e as características desse setor do sindicalismo brasileiro que costumamos chamar de “amarelo”. E aqui eu não tenho dúvidas em enquadrar esse sindicato que é objeto de nosso estudo, no rol do sindicalismo amarelo. Afinal, essa terminologia me parecia reunir algum consenso entre aqueles que se debruçam sobre o tema do sindicalismo. Ângela Araújo diz que

o sindicalismo amarelo compõe um conjunto de correntes sindicais de cunho reformista, formado no interior da Primeira República e que seriam no pós-30 uma importante base de sustentação do governo revolucionário²³⁷.

No mesmo caminho, Boris Fausto considera essa corrente um embrião do trabalhismo que algumas décadas depois teve influência no meio operário (in Araújo, p. 2000).

No entanto, para Cláudio Batalha, o final da década de 1920 marcou o “*crepúsculo do sindicalismo amarelo*”. Assim, ele não enxerga continuidade entre as correntes reformistas que se integraram logo de início na estrutura sindical oficial e o sindicalismo reformista das duas primeiras décadas do século XX. Em seu trabalho, Batalha defende que:

²³⁶ Trecho de carta enviada ao Ministério do Trabalho, onde o sindicato justifica despesas do seu orçamento.

²³⁷ ARAÚJO, Ângela, *A construção do consentimento...* op. cit., p. 191.

o sindicalismo amarelo não é um movimento imposto desde fora da classe operária (pelo Estado ou pelo patronato), mas ele constitui um movimento autônomo fundado sobre um projeto próprio e inscrito em uma certa consciência de classe²³⁸.

Ângela Araújo discorda dessa conclusão do Batalha. Ela afirma que os sindicatos amarelos foram substituídos pelos sindicatos “ministerialistas” e constituíram no interior do movimento sindical a principal base de sustentação da política social e sindical do Governo revolucionário e que, portanto, a presença de uma corrente reformista autônoma, com tradição de militância e representatividade foi pré condição para o estabelecimento do corporativismo. A autora diz concordar com Rodrigues que seria difícil a montagem da estrutura sindical sem o apoio de parcela do operariado.

Não acho adequado o termo “embrião”, que aparece no texto atribuído a Boris Fausto, posto que o sindicalismo reformista do pós-30 não é uma forma desenvolvida daquilo que o precedeu em décadas anteriores. Entretanto, eu não saberia distinguir diferenças substanciais entre as posições ideológicas e práticas sindicais das correntes reformistas de antes e depois de 1930. Batalha tenta fazer essa distinção pela característica de autonomia e existência de projeto próprio daquelas correntes de antes de 1930. Não me parece que esse traço, se partirmos do pressuposto de que ele exista, pese suficientemente para negar as outras tantas semelhanças a ponto de se tornar outra coisa.

É certo que a conjuntura mudou sensivelmente depois de 1930. As correntes políticas e sindicais se ajustam ou não a essa nova configuração. Os trotskistas e pecebistas não atuavam no sindicato oficial até antes de 1933 e passaram a atuar depois. Eles se viram forçados a se incorporar à estrutura oficial, mesmo criticando-a. O sindicato dirigido por essas forças não tem a autonomia que tinham antes de 1930 e nem por isso descaracterizou as correntes como trotskistas e pecebistas.

²³⁸ BATALHA, Cláudio, op. cit.

É o próprio Batalha quem alerta, que:

sob o título de “amarelos” ou “reformistas”, oculta-se um conjunto de correntes ideológicas - muitas vezes adversárias uma das outras - sustentando uma série de práticas idênticas ou muito semelhantes, mas com um espectro ideológico bastante diversificado, que vai desde o socialismo reformista até o mais estreito tradeunionismo, passando por correntes que se arvoram republicanas sociais ou cooperativistas²³⁹.

Ou seja, não obstante tanta diversidade entre os “reformistas”, há traços que são essenciais que os unifica, que os identifica. E, sinceramente, não consegui enxergar essas diferenças essenciais entre as práticas de antes e depois de 1930.

Para Batalha, o golpe de misericórdia sobre o sindicalismo amarelo é dado após 1930 pela formação de sindicatos controlados pelo Estado, “*que põe fim a possibilidade de um terreno de acordo*” (p. 477). Para esse autor, ao nível do movimento sindical, a idéia dos “amarelos” de um movimento forte e unificado nunca se torna uma realidade. Por isso, as mudanças empreendidas pelo Estado no domínio social após 30, se situam no sentido contrário aos projetos dos “amarelos”. No centro desses projetos volta sempre a idéia forte de um sindicalismo que pela sua implantação e seu poder, é capaz de impor suas reivindicações. Ora, a idéia de um movimento sindical sob controle estatal é antagônica à concepção do sindicalismo proposto pelos amarelos. O quadro dos anos 1930 é pois de destruição do movimento sindical tal qual era concebido pelo sindicalismo amarelo, conforme Cláudio Batalha (op. cit. p. 479).

Vejamos alguns traços do sindicalismo amarelo, segundo Cláudio Batalha. Matrizes comuns: positivismo e evolucionismo. Análise do capitalismo só aparece marginalmente, o anticapitalismo não faz parte das suas preocupações, critica os “defeitos” do capitalismo. Crítica moral, aos indivíduos ou patrões em particular. Concebe a noção de classe. Importância da educação profissional. Trabalho é razão de orgulho. Ignorância é o pior dos males. Greve como último recurso. Principal

²³⁹ Idem, *Ibidem*.

adversário é o sindicalismo de ação direta. Anticomunismo. Legalismo. Estado acima das classes. Gradualismo. Ritualismo. Vejam quantas características atribuídas por Cláudio Batalha aos amarelos do pré-30 e que se encaixam perfeitamente às características destacadas por mim no sindicato em questão.

Entretanto, tendo a concordar com a análise que o Batalha procede sobre a *consciência de classe*. Para ele, que retoma o conceito de consciência de classe desde Marx, Lenin, Hobsbawm, Luckáks e Thompson, em lugar de ver o reformismo como uma degenerescência do movimento operário, é possível a encarar como uma forma de consciência de classe operária, como um de seus projetos entre outros.

Qual socialismo esquerdista no Sindicato?

Élcio Siqueira, guiado por um trabalho de final de uma disciplina de graduação de Fillippini e Fernandes, citado anteriormente, entre as páginas 175 e 179 da sua dissertação, nos mostra uma seleção de documentos do sindicato em estudo, que aparece ordenada de tal forma que o leva a chegar a conclusões bem diferentes daquelas que norteia esta dissertação. Ele agrupa documentos, como aqueles que tratam do episódio da falta de 48 operários nas pedreiras e que julgou se referir a uma greve selvagem, com outros que falam da greve na Beneducci e do “attentado” supostamente provocado por Gregório, finalizando com o documento que insinua um “racha” na direção, que ele enxerga como fenômeno de “dupla direção no Sindicato”.

Expostos os documentos, Élcio conclui:

Para tanto, também levaram em consideração diversas cartas assinadas pelo diretor Antonio Ceciliano Gonzaga como presidente nas quais são expressas idéias claramente esquerdistas, como a de filiar operários interessados a um “Partido Socialista”. Ceciliano que acabou detido em 15 de janeiro de 1936, por denúncia de dois companheiros...(Fillippini e Fernandes, 1992, p. 12-3).

Mais adiante, ainda na página 180, Élcio vai detectar a presença do nome de Realino Costa Pinto *Filho* constando entre os componentes de chapas sindicais na década de 1940, sendo isso suficiente para ele supor que “*o sindicalismo revolucionário primordial de algum modo se fez sentir na evolução ulterior das lutas populares na Perus*”.

A nossa análise já demonstrou os equívocos induzidos pelas fontes que nortearam Siqueira na questão da suposta greve nas pedreiras e também na suposta dupla direção sindical naquele período. Precisariamos checar, no entanto, a orientação *socialista e revolucionária* concebida na origem do sindicato, conforme supõe Siqueira e suas fontes.

De fato, amostras de documentos soltos de um contexto mais geral podem levar a conclusões desse tipo. Porém, a forma como analisei a documentação, leva-me a conclusões bem diversas dessas apontadas pelo Élcio Siqueira.

Primeiramente, não há nenhum indício de que as lideranças nesse período citado se enquadrem no campo da revolução e, talvez dentro desse genérico rótulo de “esquerda”. Os documentos mostram que Realino, Gonzaga e Soria eram fervorosos defensores do Getúlio Vargas, como vimos acima.

Na entrevista concedida por Elpídio Costa Pinto (que se diz comunista), em 02/06/2002, este que é primogênito do Realino, afirma que Realino Costa Pinto era “getulista roxo”. Porém, ainda que o Realino pai tivesse sido um revolucionário, não há nenhum elemento na genética a transmitir caracteres revolucionários à geração seguinte, como sugere o Élcio ao citar o Realino Filho como sinal de continuidade do “sindicalismo revolucionário em Perus”.

Já indicamos que a documentação aponta o sindicato como se enquadrando dentro de um espectro anticomunista e defensor da lei e da ordem imposta pelo governo de Getúlio. E isso não deve soar como crítica valorativa e depreciativa, mas apenas como uma constatação.

De fato, há documentos de 1933/34 que revelam alguns matizes ideológicos que não é peculiar apenas daquele sindicato, mas sim do período em estudo.

Antonio Ceciliano Gonzaga, na sua gestão como presidente, envia carta ao superintendente da CBCP, datada de 09 de junho de 1933, convidando-o a participar da assembléia do sindicato para escolha do delegado-eleitor, sendo que, uma semana antes, mais precisamente, no dia 01 de junho, ele remete uma correspondência sintomática ao Dr. Júlio Tinton, Chefe da Seção de Fiscalização Social do DET. Nesta carta ele identifica um “*momento de regozijo para as classes trabalhadoras*” e que nos “*achamos todos em uma massa compacta para um só ideal que é o socialismo*”. Ele externa o desejo de “*se alistar para votar, com mais aproximadamente 80 eleitores, no partido socialista (...) já que não temos um dirigente socialista aqui*” e finaliza pedindo para o Chefe do DET indicar a quem se dirigir para a alistá-los.

Sem dúvidas, sinais de um tempo. Muito provavelmente o partido socialista citado por Gonzaga refere-se ao Partido Socialista Brasileiro, fundado no Congresso Revolucionário do Brasil, realizado em 1932, do qual participaram “além das organizações tenentistas (como o Clube 3 de outubro, a Legião Cívica 5 de Julho, o Clube 5 de Julho, etc.) outros grupos que também se identificavam com revolucionários, dentre os quais destacavam-se os socialistas”²⁴⁰.

Este partido, segundo Araújo, adotou programa mais próximo do corporativismo do que do ideário socialista e uma postura nitidamente governista. O Sr. Tinton, Chefe do DET, poderia muito bem ser membro ou simpatizante dessa corrente tenentista, apesar de que, nessa essa época, esse grupo já se apresentava com bastante divergências com o núcleo central do poder. É relevante notar ainda que Araújo fala de discordâncias entre o PSB e o PSB de São Paulo, que se afastava mais da linha governista.

De toda forma, esse esclarecimento detalha melhor o posicionamento político de Antonio Gonzaga, naquele momento, que, para Siqueira, era um “esquerdista”.

Com relação à prisão de Gonzaga, citada pelo Élcio, o que consegui compor foi o seguinte: na noite de 15 de janeiro de 1936, Antonio Gonzaga e Renato Alves (que também fazia parte da diretoria) são presos pela polícia da Ordem Social, suspeitos de

²⁴⁰ ARAÚJO, Ângela, *A construção do consentimento...*, op. cit, p. 204.

ação subversiva. Ficam sete dias encarcerados. O sindicato dos Operários em Fábrica de Bebidas é que intervém e libera os companheiros, mediante pagamento de fiança. De fato, chequei as suas fichas no arquivo do DOPS e o fato se confirma, apesar dessa documentação não explicitar nada de mais, senão o fato curioso da polícia tentar, sem sucesso, ligar a sua vinda da Paraíba para São Paulo, justamente no efervescer dos acontecimentos da revolta tenentista de 1922 na capital paulista.

Quando da sua libertação, a carta do sindicato de bebidas refuta a condição de subversivo, afirmando serem eles “trabalhadores”, como não poderia ser diferente. Mas, em uma correspondência íntima, datada de 04 de maio de 1936, Gonzaga, o servente das pedreiras e sindicalista, abre o coração para um amigo seu que mora ou mudou-se para Rio de Janeiro. Gonzaga delira com os encantos da “Cidade Maravilhosa” e sua cultura, quadro que se contrapõe à “vida medíocre” que leva. Além do mais, ele se refere ao ambiente em que vive como ambiente de “hypocrisia”. Cansado e desencantado, ele revela seu sonho em partir dali, quem sabe para o Rio. Acaba também confessando que fora preso, mas não sabe “exatamente porque”.

Gonzaga, além de fundador do sindicato, sempre se comportou como seu grande secretário, função que assumiu no sindicato ao deixar a diretoria e também a fábrica. Ele parecia gostar muito de escrever, possuía um lampejo literário e uma caligrafia vistosa. Em cartas anteriores, já vinha demonstrando uma profunda amargura e decepção. Com os elementos que dispomos, nos é impossível distinguir se as suas frustrações e decepções estão ligadas mais ao ambiente interno do sindicato ou à política em geral, ele que se mostrava tão fervoroso getulista. Pois bem, paradoxalmente, o ex-presidente Gonzaga, que durante o ano de 1933 tantas cartas assinou referindo-se entusiasmamente ao “Governo Revolucionário”, acabara de ser preso juntamente com seu companheiro Renato, pela Polícia de Getulio Vargas, permanecendo encarcerado durante sete dias, “sem saber exatamente porque”.

De fato, a parca documentação não nos permite chegar a resultados conclusivos, mas, acontecer uma prisão de sindicalista, ainda que “amarelo”, no comecinho de 1936 não é nada estranho àquela conjuntura. É nesse período que é criada a ANL (Aliança

Nacional Libertadora), em 1935, liderada pelos comunistas e que culmina com o movimento intitulado de *intentona comunista*, que serviu como pretexto para uma brutal ofensiva governamental que ultrapassou de longe os grupos envolvidos com a quartelada, com a ANL e com o PCB e que serve de justificativa para o fechamento de sindicatos e partidos de oposição, para o aprisionamento de parlamentares e membros das correntes trotskista e anarquista que, inclusive, se opunham ao putsch, conforme nos fala Leôncio Rodrigues. Paulo Sérgio Pinheiro se refere a esse movimento como “*a última revolta tenentista*”, no livro²⁴¹ em que o autor refaz de modo profundo e crítico, a trajetória do PCB até 1935.

Acho bastante plausível que na virada de 1935 para 1936 muitas pessoas recém despertas para o mundo da política desde 1930, com o incrível recrudescimento da repressão a partir dos fins de 35, tenha experimentado grandes desilusões com o forte discurso do trabalhismo.

Ilustro esse fenômeno publicando na íntegra um depoimento de Antonio Augusto da Silva, testemunha ocular daquele período e que aparece aqui como representante daqueles que figuraram no centro deste palco da história que narrei, que, com suas palavras simples e sentidas, compõem uma cena que expressa uma extrema sensibilidade e que bem pode servir de sintoma daqueles tempos:

²⁴¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992

Il^{mo} Sn^{res}

Presidente e demais Diretores
da Sociedade do Sindicato

Eu venho por meios destas poucas
linhas, pedir a minha demissão
como socio desta sociedade por
julgar inconveniente. Subscrisome

Antonio Augusto da Silva
Ora Sr^o Gonzaga, eu estando na
estação da Sorocabana, por occasiã
da greve dos ferroviarios; eu vi o advogado
do sindicato que chegava na estação,
o relógio contava 7 h. da manhã, pois o
Dr. Almando de Tal acompanhado com a
Sra. delle foi tirado do carro delle e interro-
garam e este cujo narrou quem elle era
advogado do Sindicato Ferroviario que tin-
a garantia do governo, e os soldados da
Polícia Paulista desceram a sua garantia
e esta e meteram o facão no pobre homem
e o Delegado que estava junto mandou pôr
o pobre homem a disposição do inquerito
depois de terem batido muito no homem
e palavras obscenas que disseram para a
Sr^o do pobre homem

Pedindo que me a garantia do governo era caberia e honraria
e eu como a tu por dias me deo companhia pelo minha
administração em porque esta sadornell, nada me valla, onde está

O Sr. Antonio testemunha uma cena chocante de uma greve de ferroviários da Sorocabana, onde o advogado do Sindicato dos Ferroviários é surrado por policiais que “meteram o facão no pobre homem”. Muito provavelmente esse movimento refere-se àquele ocorrido em janeiro de 1934 e que, curiosamente, é citado em nota de rodapé, na página 272, de novo no livro de Araújo:

Na greve dos ferroviários em janeiro de 34, por exemplo, foi preso o Sr. Lívio Xavier que era advogado do Sindicato de Sorocabana (*A Platéia*, de 20/01/34).

Interessante como Antonio se expressa quando o advogado invoca a autoridade da “garantia do governo” e os soldados respondem-no com violência, e “deceram a sua garantia”. Ou seja, a garantia do governo Vargas para o Sr. Antonio, era o cassetete, ou, quem sabe, o facão.

Tão emblemático como essas simples e sugestivas palavras é o gesto que Sr. Antonio encontra para mostrar a sua indignação e se vingar das atrocidades do Governo: rasgando a sua carteira do sindicato dos Operários em Pedreiras de Água Fria que, para ele, “nada Valle”.

Conclusão

Chego ao final desta dissertação com a sensação de que temos muitas informações produzidas e que, portanto, precisamos pontuá-las e procedermos a um balanço panorâmico para chegarmos às nossas conclusões.

Vimos que Perus, Caieiras e Água Fria compõem o que chamaríamos contemporaneamente de uma micro-região, especializada na produção de cal e cimento. Uma região distante, mas integrada na produção de uma mercadoria vital para a expansão urbana de São Paulo.

Destacamos também a importância da invenção da “pedra artificial” (o concreto) que substitui largamente a utilização da madeira e do ferro, representando um avanço

tecnológico determinante da expansão dos equipamentos urbanos: barragens, avenidas, prédios, pontes, etc.

Chegamos ainda a dimensionar o tamanho e a importância do complexo produtor de cal que antecedeu a chegada da fábrica de cimento no Brasil, sugerindo que aquela região abastecia, provavelmente, todo o estado de São Paulo. A primeira ferrovia industrial do país fora montada (ilegalmente) para atender a esse complexo.

A fábrica de cimento Perus é uma empresa de grande porte que representa o primeiro momento de implantação da indústria de base no Brasil. Quando da sua instalação, combina três processos de trabalho bem distintos, que bem reflete o estágio de desenvolvimento das forças produtivas do período, onde o trabalho manual sem qualificação quantitativamente predominante, se combina com o trabalho “artesanal” a alimentar um mecanismo automático na fabricação do cimento.

Com relação às primeiras gerações que formaram a força de trabalho da Companhia, podemos afirmar que se tratava predominantemente de uma força de trabalho majoritariamente nacional, mas com expressiva participação de estrangeiros, principalmente de portugueses; uma população de trabalhadores jovens, com a presença razoável de menores. Trata-se de uma mão-de-obra amplamente não qualificada, com grau de instrução que reflete o padrão da época e que permanecia relativamente durante um bom tempo no emprego.

O estudo de caso flagra também a participação notável de negros e “mulatos”, que, naquele período, começam a incorporar definitivamente o contingente do proletariado industrial paulista. Traz números impressionantes de acidentes de trabalho, que, aliás, é uma informação rara nas pesquisas historiográficas, mostrando mais uma face perversa da exploração do trabalho no período.

A pesquisa traz informações minuciosas sobre a questão salarial, trazendo ao debate a questão da luta pela isonomia salarial dentro da empresa. O salário médio do operário da fábrica não atende às necessidades básicas para a reprodução da força de trabalho e coloca-se numa faixa intermediária em relação àqueles praticados na indústria paulista da época.

As condições de vida fora da fábrica também é ligeiramente exposta, mostrando alguns aspectos da vida cotidiana e, principalmente, das implicações da convivência em vilas operárias pertencentes à Companhia.

Finalmente, a pesquisa apresenta o processo de constituição do sindicato das pedreiras de Água-Fria que, na verdade, representa também os operários da fábrica. Trata-se de um sindicato “amarelo”, que apresenta uma concepção peculiar de consciência de classe que, não obstante atender aos desígnios estabelecidos pelo projeto do governo de então, busca o cumprimento das leis que beneficiam os trabalhadores da sua base.

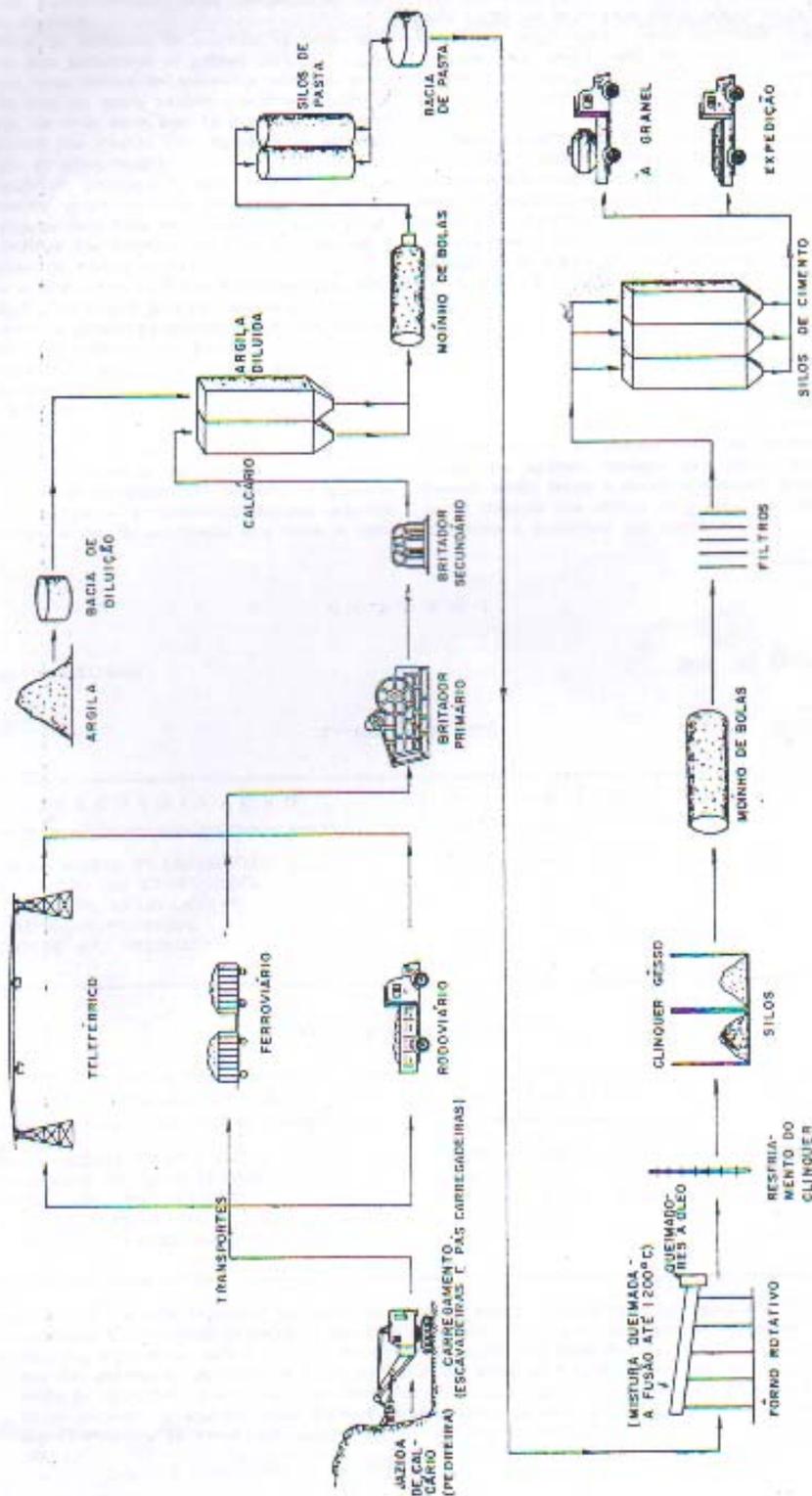
Enfim, creio que este trabalho mostra a importância e a potencialidade de um estudo de caso que não perde de vista as relações com a totalidade.

ANEXO 1
Planta da Fábrica de
Cimento
e suas vilas-operárias

ANEXO 2

Esquema de funcionamento
de uma fábrica de cimento

ESQUEMA DA FABRICAÇÃO DE CIMENTO - CIA. CIMENTO PORTLAND ITAÚ.



ANEXO 3

Modelos de fichas de
trabalhadores da CBCP

11961

793

COMPANHIA BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND S/A.

REGISTRO DE EMPREGADOS

Departamento *Trabalho*

N.º DE ORDEM *10621966*

N.º DO CARTÃO PROFISSIONAL *49955* SÉRIE *2ª*

NOME *João Michalak*

FILIAÇÃO *Stanislof Michalak* IDADE *30* ANOS

Rosalia Michalak

DATA DO NASCIMENTO *8/8/905* NACIONALIDADE *Polonês*

LUGAR DO NASCIMENTO *Peduitau - Polónia* RESIDENCIA *no Brasil desde 12/12/1929*

DATA DA ADMISSÃO *28/12/933* CATEGORIA *Trabalhador* OCUPAÇÃO *Trabalhador*

SALARIO *\$700 (setecentos e 00) / hora* DIÁRIA DE PAGAMENTO *1/30*

NOMES DOS BENEFICIARIOS *seus pais*

ASSIGNATURA DO EMPREGADO *João Michalak* DATA *20/11/37*

DATA DA DISPENSA

ACCIDENTES OU DOENÇAS PROFISIONAIS

Em 28/3/44 - Sul - Ferimento incisivo no dedo médio da mão esquerda. Em 5/12/44 - S. 73 - Distensão do sacro lombar esquerdo.

FÉRIAS GOSADAS

DE 16 DE Jan.	DE 35 A 30 DE Jan.	DE 35
DE 1 DE Jan.	DE 36 A 15 DE Jan.	DE 36
DE 1 DE Jan.	DE 37 A 15 DE Jan.	DE 37
DE 1 DE Jan.	DE 38 A 15 DE Jan.	DE 38

OBSERVAÇÕES *Horario de Trabalho: variavel, observado ao S. horas de accordo c/ respectiva turma.*

FERIAS

de de 19..... a de 19.....
 de de 19..... a de 19.....

DIAS QUE TRABALHOU

MEZES	1931	1932	1933	1934	1935	1936
Janeiro						
Fevereiro						
Março						
Abril						
Maió						
Junho						
Julho						
Agosto						
Setembro						
Outubro						
Novembro						
Dezembro						
TOTAL						

FALTAS NÃO JUSTIFICADAS

FICHA DE TRABALHO

N.º DE SAUDA 853

CARTEIRA PROFISSIONAL N.º 4284
 Série 23 - Extrahida em 21 de Setembro de 1933

Nome *Severino A. Lourenço* Natural de *Brejo de São Paulo* - *S. Paulo*
 Registro *Paulista* Natural de *Brejo de São Paulo* - *S. Paulo*
 Paiz de origem *Paulista* Naturalizado?
 Quando? *Paulista* - Nascido em 5 de fevereiro de 1913
 Filho de *Jos. Antonio Lourenço*
 e de *Helena Rosa de S. L.*
 Estado civil *solteiro* Nacionalidade do conjuje
 Residente no Brasil desde Tem filhos brasileiros
 Quantos? - Maires? - Onde trabalhou ultimamente?
 serviço *Brasil* - Secção *Inst. Chapa n.º 889*
 Ordenado *\$ 200,00* mensal *12* horas Gratificações
 E' syndicalizado? Residencia
 Casa *S000* - Aluguel mensal *S000* - Admittido em *12*
de Janeiro de 1933 - Demittido em *2* de *abril* de 1933
 Motivo *licença parental*
 Observações
 Re-examinado em *21* de *Setembro* de 19 *33*
 Assig. do medico
 Observação medica: *Alimentação*
 Enc. do serviço
 Assig. do fichado

Para controle das Leis de Trabalho { Dec. 1938 de 26 de Março 1931 - Lei de Férias
 : 1942 de 11 de Dezembro 1930 - Nacionalização do Trabalho
 : 1930 de 19 de Março 1930 - Syndicatos Profissionais
 : 1934 de 14 de Janeiro 1934 - Acc. do Trabalho

Form. 8-1-33

COMPANHIA BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND S/A

Departamento Geral de Trabalho
 27320
 O Encarregado
 Sé é válido o contrato
 Chefe da Secção

COMPANHIA BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND
 SÃO PAULO

Nº de Ordem: 341841
 Função: ajud. electric
 Secção: Eletricidade

João Amador de Almeida

Cart. Profissional N.º 58959 Série 2a.
 " I. A. P. I. N.º 341841 4.026.822
 Cart. Reservista N.º 31131 Cat. 30/12/41
 Cart. Saúde N.º de 24/3/1939

Chapa N.º 1041
 Nome Adão do Amaral
 Data da admissão 4 de Janeiro de 1936
 Salário 114,00 Média mensal 92,000
 Nacionalidade Brasileira
 Lugar do nascimento Ouro Preto - Minas
 Data do nascimento 7 de Junho de 1901
 Estado civil Casado
 Filiação { Pai Teofilo Luciano Amaral
 Mãe Francelina Dias Medeiros
 É sindicalizado? Sim N.º 120 Sindicato TRABALHADORES NA INDUSTRIA DO CIMENTO, CALÇADOS E SIMIL.
 Onde trabalhou ultimamente?
 Residência Água Fria - Município de Parnaíba

BENEFICIARIOS

Nome	Especie	Nasc. em
<u>Isa</u>	<u>esposa</u>	
<u>Antônio</u>	<u>filho</u>	
<u>Ligia</u>	<u>filha adotiva</u>	
<u>Harlem</u>	"	
<u>Olivia</u>	"	
<u>João</u>	"	

A. mag. de Adão do Amaral

Assinatura do Empregado: *Adão*
 Horário de trabalho: variável, observa as 8 horas de acordo com a escalação do en-
 Admitido como: Aux. marteleiro Salário: 1,00 p/ horas por (carregado)

Promovido para:	em	salário	por
" " "	18/6/28	1,200 p/hora	J.U.B.
" " "	1/11/30	1,3100 " " "	" " "
" " " <u>eletricista</u>	18/4/36	1,3200 " " "	" " "
" " "	1/1/38	1,3300 " " "	J.S.M.
" " "	1/2/41	1,3400 " " "	Mc.A.
" " "	1/11/41	1,3540 " " "	"
" " "	1/1/43	CR\$ 1,65 p/hora	"
" " "	1-8-44	" 1,80 " "	"

Trabalhou anteriormente para a Cia.?
 Função Não Salários Não Durante que período 16 Razão da saída Faleceu

DATA DA SAÍDA 8.8.1944 Motivo Faleceu

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALEGRE, Diner Tout. *A indústria básica do cimento*. In:” *Observador Econômico Financeiro*”. Rio de Janeiro, (149) junho de 1948.

ALMEIDA, Maria Hermínia de. *Estado e classe trabalhadora no Brasil (1930-1945)*. Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp, 1978.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)*. Bauru EDUSC, 1991.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicato e partido no Brasil*. São Paulo. Editora Cortez/Editora Ensaio, São Paulo, 1988.

ARAÚJO, Ângela M.C. *Construindo o consentimento. Corporativismo e trabalhadores nos anos 30*. São Paulo, Scritta, 1998.

_____ (ORG.) *Trabalho Cultura e Cidadania*. São Paulo, Scritta, 1997.

_____ *Condições de vida e trabalho dos trabalhadores urbanos na década de 30*. Trabalho apresentado na 34º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Campinas-SP, julho de 1982 (mimeo).

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 1981.

BATALHA, Cláudio H.M. *Le Syndicalisme "Amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tese de Doutorado, Paris, Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne, 1986.

_____ *Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na 1ª República*, in Ciências Sociais Hoje, ANPOCS/Vertice, 1990.

BERLINCK, Manoel T. & HOGAN, Daniel. *O desenvolvimento econômico do Brasil e as migrações internas para São Paulo: uma análise histórica*. (Mimeo). Campinas, Unicamp, 1974.

BOITO, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1991.

BOLSONARO, Esmeraldo Blanco. *Mulheres e menores no trabalho industrial*. Petrópolis-RJ, 1982.

_____ *Higiene e Segurança do Trabalho em São Paulo nas primeiras décadas republicanas: em torno da definição de acidente de trabalho*. Revista de História, nº 127-128, Universidade de São Paulo – USP, 1992-93.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e a revolução brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1992.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, Hucitec, 1990.

CARONE, Edgard. *A Segunda República*. São Paulo, Difel, 1974.

_____ *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo, Difel, 1976.

_____ *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo, Difel, 1974

CARPINTERO, Mariza Varanda Teixeira. *A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

COSTA, Emília Viotti da. *Estrutura versus experiência: Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina, o que se perde e o que se ganha*. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, 29 – Vétice/ANPOCS, 1990.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*. São Paulo, Página Aberta, 1995.

CONSULTEC. *A indústria de cimento no Brasil: aspectos de seus custos e desenvolvimento*. SNIC/ABCP, Rio de Janeiro, 1967.

DAMASCENO, Fernando Américo Veiga. *Equiparação salarial*, São Paulo: LTr, 1980.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*, São Paulo: DIFEL/USP: 1971.

DE DECCA, Edgard. *O Silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

DINIZ, Eli. *O Estado Novo, Estrutura de poder, Relações de Classe*, in *H.G.C.B.* Tomo III, vol. 3, Difel, São Paulo, 1981.

DPH (Departamento do Patrimônio Histórico). *Parecer Técnico ao processo de tombamento da área da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus*. Prefeitura Municipal de São Paulo, STLP e STCP, São Paulo, 1992.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

_____ (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, Vol. 2, São Paulo, Difel, 1981.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade Operária: Migração nordestina e lutas sociais. São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, 2002.

FORTES, Alexandre. *"Buscando nossos direitos". Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. Tese de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1994.

_____ *Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense na Era Vargas*. Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp, 2001

FRANCESCONI, Lea. *O Estado e o papel estratégico da indústria de cimento no Brasil*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1996.

FRENCH, Jonh. *O ABC dos conflitos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Ed. Hucitec/Pref. De São Caetano do Sul, 1995.

GITAHY, Maria Lúcia Caire. *O papel do Gabinete de Resistência dos Materiais da Escola Politécnica na transferência da tecnologia do concreto para São Paulo, 1899-1925: um relato preliminar de pesquisa*. . In: *Os trabalhadores da construção civil na belle époque*, II Congresso Brasileiro de História Econômica, ABPHE-UFF, Niterói, 13-16 de outubro de 1996.

GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*. R. Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.

_____ *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro, Ed. Campus Ltda, 1979.

_____ *Sociedade e Política. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização*, in *H.G.C.B.*, Tomo III, vol.3, Difel, São Paulo, 1981.

GONÇALVES, José Adilson. *Perus: a violência dos pacíficos. Uma nova arma para uma velha luta*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC-SP, 1989.

GORDINHO, Margarida C. *Estrada de Ferro Perus-Pirapora: uma proposta de revitalização*. São Paulo, Marca d'água, 1990.

HADLER, Maria Silvia Duarte. *Sindicato de Estado e legislação social: o caso dos gráficos paulistas nos anos 30*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1982.

HALL, Michael M. *A Imigração*, in: Paula Porta (Org.), *São Paulo 450 anos*, São Paulo, Paz e Terra.

HOGAN & BERLINCK. *O Desenvolvimento econômico do Brasil e a imigrações internas para São Paulo: uma análise histórica*. (Mimeo), Campinas, Unicamp, 1974

KORNIS, Mônica A. *Metalúrgicos paulistas: experiências de organização (1919-1935)*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp 1991.

LANGENBUCH, Junerger R. *Estruturação da Grande São Paulo*, Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

LOBATO, Mirta Zaida. *La vida en las fabricas: trabajo, protesta y política en una comunidad obrera, Berisso 1904-1970*. Buenos Aires, Prometeo libros/Entrepasados, 2001.

LOBATO, Mirta Zaida y ROCCHI, Fernando: *El valor de los archivos de fabrica com fuente documental*. Buenos Aires, In: *Entrepasados Revista de Historia*, nº 1, 1991.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo Marco Zero/UnB, CNPq, 1988.

MARAM, Sheldon L. *Anarquismo e anarquistas no Brasil (1890-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARQUES, Antonio José. *Os trabalhadores em pedreiras de Ribeirão Pires. A organização sindical dos canteiros e as lutas operárias no começo do século XX*. Dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

- MARSON, Adalberto publicado em *Trabalho, cultura e cidadania*, São Paulo: Editora Scritta, 1997.
- MARTINS, Heloísa H.T. de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo Hucitec, 1979.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo. São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha*. Hucitec, Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.
- MARX, Karl. *Capital e tecnologia* (Manuscritos de 1861-1863, al cuidado de Piero Bolchini). México, Terra Nova, 1980.
- _____ *Fundamentos da crítica da economia política (Grundrisse)*. Edições Populares.
- MEDINA, Cremilda (Org.). *À margem do Ipiranga*. São Paulo, CJE/ECA – USP, 1981.
- MELERO, Roberto Ap. Lopes. *A Indústria cimenteira no Brasil*. Dissertação de mestrado em Geografia. São Paulo, FFLCH/USP, 1996.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da História Econômica e Social do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. Coleção Tudo é História, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. São Paulo, LTr Editora Ltda, 1971.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil*. Alfa-Omega, 1978.
- OLIVEIRA, João José de; SANT'ANNA, João; FILHO, Antonio O.S.C. (Orgs.) *Polyanthéa: em homenagem ao tri-centenário do município de Parnahyba*. São Paulo, Cia. Melhoramentos de S. Paulo.
- PAIVA, Odair da Cruz. *Caminhos cruzados. A imigração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil Moderno, 1930-1950*. São Paulo, Tese de doutoramento, USP, 2000.

- PELÁES, Carlos Manoel. *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1972.
- PEREIRA, Paulo César Xavier. *Espaço, Técnica e Construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo*. São Paulo, Nobel, 1988.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos: operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- PENA, Maria Valéria de Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)* São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael. *A Classe operária no Brasil*, vol. 1, São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- PRADO, Jr, Caio. *História econômica do Brasil*. Círculo do Livro.
- PRETZ, Romeu Oscar. *Segurança e Higiene do Trabalho na Indústria de Cimento*, in: *Boletim do SNIC* n° 205/206, Nov/Dez de 1970.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*, São Paulo, Unicamp/Hucitec, 1988, página 161.
- RODRIGUES, Leôncio M. *Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)*. In *H.G.C.B.*, Tomo III, vol.3, São Paulo, Difel, 1981.
- ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar: São Paulo, início da industrialização, geografia do poder*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FAU/USP, 1981
- _____. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, FAPESP/Studio Nobel, 1999.
- SAES, Décio. *A classe média e política no Brasil (1930-1964)*. In *H.G.C.B.*, Tomo III, vol. 3, São Paulo, Difel, 1981.
- SANDRONI, Tânia. *Perus no Plural*. In: MEDINA, Cremilda (Coord.) *À margem do Ipiranga*. São Paulo, CJE/ECA/USP, 1991.
- SCHLESINGER, Hugo. *Enciclopédia da Indústria Brasileira*, 2° volume, São

Paulo:Ed. Brasiliense, 1959.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *Contribuição a uma “história dos de baixo do sindicalismo”*. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXI, n° 1, julho de 1995.

_____ *Quem construiu o calçamento da rua da praia? (e de outras tantas ruas do Cone Sul...)*. In: D’ANGELO, Ana Lúcia Vellinho (org.). *Histórias de Trabalho*. Versão 1995. Porto Alegre, Universidade Estadual de Porto Alegre, 1996.

SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo, Marco Zero, 1990.

SILVA, Sérgio. *A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, São Paulo Alfa-Omega, 3ª ed, 1980.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

_____ *Interpretação do Brasil, uma experiência histórica de desenvolvimento*. In: HGCB, Tomo III, vol. 4. São Paulo, Difel, 1984.

SIQUEIRA, Élcio. *Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)*. Dissertação de Mestrado em Economia da FCL-UNESP, Araraquara-SP, maio de 2001.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986

STLP-STCT, DPH, P.M.S.P. *Processo de Tombamento da área da CBCPP. Parecer Técnico*, agosto de 1992.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. Hucitec/Unicamp, São Paulo, 2000.

VASCONCELOS, Augusto Carlos. *O concreto no Brasil: recordes, realizações, história*. Copiare, S. Paulo, 1985.

VIANNA, Luiz W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Paz e Terra, R. de Janeiro, 1989.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Unicamp, Campinas-SP.

Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP), São Paulo-SP.

Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo-SP.

Centro Histórico Mackenzie – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo-SP.

Centro de Documentação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cimento, cal e gesso de São Paulo.

Companhia de Cimento Portland Perus, acervo localizado em Cajamar-SP.

Revista de Engenharia, Centro Acadêmico Horácio Lane, Mackenzie, 43, dez. de 1926;